

PATRÍSTICA

A GRACA (II)

A graça e a liberdade • A correção e a graça
A predestinação dos santos • O dom da perseverança

Santo Agostinho



SANTO AGOSTINHO

A GRAÇA

(II)

- A graça e a liberdade
- A correção e a graça
- A predestinação dos santos
- O dom da perseverança



Índice

INTRODUÇÃO

CARTA 194

CARTA 195

1. A motivação para esta obra: esclarecer os monges do abade Valentim sobre o tema
2. A Sagrada Escritura comprova a existência do livre-arbítrio
3. A responsabilidade dos que conhecem e dos que desconhecem os mandamentos
4. Testemunhos escriturísticos sobre a necessidade da graça como ajuda ao livre-arbítrio. — A liberdade não dispensa a graça
5. Refuta a errônea interpretação, por parte dos pelagianos, de um texto sagrado. — Comprova por outros textos a necessidade da graça ao lado da liberdade
6. A graça para a conversão e a graça para a perseverança. — Refuta opinião pelagiana sobre a não-necessidade da graça da perseverança
7. Comentário sobre o texto paulino: “Combati o bom combate”. — Conclusão sobre a fé e a necessidade das boas obras
8. A exposição anterior dá origem a uma questão difícil. A solução tem apoio em textos paralelos
9. Comentário sobre a expressão “graça sobre graça”. As boas obras e a graça de Deus
10. A justificação pela graça e não pelas obras da Lei
11. Dissertação sobre a ação do Espírito que dá a vida. Exortação aos monges para a vida no Espírito
12. A filiação divina procede da graça e não da Lei
13. Assim como a Lei, a natureza não é a graça. A graça é também necessária para o combate às tentações
14. A graça não é apenas a remissão dos pecados. — A validez da oração pelos não-crentes. — Comentário ao texto de Ezequiel (36,22-27)
15. O livre-arbítrio é também necessário. — O querer e o poder nas boas ações.
16. Refutação de opinião pelagiana e ensinamento sobre a necessidade da intervenção da graça no cumprimento dos preceitos
17. A cooperação de Deus é imprescindível para a guarda dos mandamentos
18. A caridade nos corações é dom de Deus. — Sentido do dom do temor de Deus
19. Insistência sobre a procedência divina da caridade
20. Deus governa os corações dos maus para a ação em favor dos bons
21. Deus age mesmo nos corações dos maus ou para bem dos bons ou para castigo dos maus
22. A graça não supõe méritos antecedentes
23. A justiça de Deus na retribuição do mal pelo mal, do mal pelo bem e do bem pelo

bem

24. Conclusão da obra. — Incentivo à procura da sabedoria

A CORREÇÃO E A GRAÇA

INTRODUÇÃO

1. A fé ortodoxa proclama a necessidade da graça
2. A graça não dispensa a iniciativa humana
3. O preceito, a correção e a oração são complementares
4. Uma objeção
5. Resposta à objeção
6. A perseverança é dom de Deus
7. A falta de perseverança conduz à condenação
8. O mistério dos desígnios de Deus
9. Há chamados que não são escolhidos
10. A graça de Adão e dos anjos
11. A graça em Adão, nos seus descendentes e nos anjos
12. As duas espécies de ajuda divina
13. A misericórdia de Deus em favor dos predestinados e a sua justiça
14. A utilidade da correção
15. Não há direito de negligenciar a correção
16. Correção e oração

A PREDESTINAÇÃO DOS SANTOS

INTRODUÇÃO

1. Origem e motivação da obra
2. A predestinação nas Escrituras
3. A predestinação nos Padres
4. Conseqüências da doutrina agostiniana
1. A obra é resposta às cartas de Próspero e Hilário
2. O princípio da fé é também dom de Deus
3. O autor confessa seu antigo erro sobre a graça. — Texto das “Retratações”
4. A revisão de sua doutrina pelas Retratações
5. A gratuidade refere-se também à fé; não somente aos bens da natureza
6. Os insondáveis juízos de Deus e a predestinação dos santos
7. A fé é o fundamento da vida espiritual
8. Comentário sobre a sentença: “Quem escuta o ensinamento do Pai e dele aprende, vem a mim”. — Mistério dos desígnios de Deus
9. O autor reassume ensinamentos desenvolvidos com brevidade em outro trabalho
10. A diferença entre graça e predestinação

11. A fé e a salvação são dons de Deus como o são a mortificação da carne e a vida eterna
12. Não há justificação pelos méritos futuros
13. A remissão dos pecados pelo batismo não é efeito da previsão de méritos futuros
14. Não há julgamento para merecimentos futuros. Comentário do texto da Sabedoria 4,11
15. Jesus Cristo, exemplar perfeito da predestinação
16. Entre os judeus, uns foram chamados e eleitos, outros, apenas chamados
17. A vocação dos eleitos
18. A eleição é meio para a santidade e não efeito da santidade
19. Refuta objeções e reafirma que mesmo a fé inicial é dom de Deus
20. Deus é o Senhor das vontades humanas
21. Conclusão

O DOM DA PERSEVERANÇA

INTRODUÇÃO

1. Definição de Perseverança
2. A perseverança é dom de Deus à luz da Oração do Senhor na primeira e segunda petições
3. Continuação do assunto: terceira petição
4. Prossegue o mesmo assunto: quarta petição
5. Continuação do mesmo assunto: as demais petições
6. A perseverança até o fim não se pode perder
7. A mão do Senhor, e não a nossa, é força para a perseverança
8. Refutação de objeções. — Testemunho dos Santos Cipriano e Ambrósio
9. Ninguém é julgado pelas suas ações futuras
10. Comentário a uma sentença de autor católico favorável à opinião do autor
11. A sorte das crianças e a misericórdia ou o juízo de Deus. — Passagem das “Retratações”
12. Confirma sua doutrina com alusões à sua obra “O livre-arbítrio”
13. À concessão da graça deve seguir a ação de graças
14. A doutrina da predestinação é compatível com a necessidade do ministério da pregação
15. A correção pública não destrói a verdade sobre a predestinação
16. A proclamação da verdade é necessária ainda que nem todos entendam
17. A pregação concernente à fé e à perseverança nela não prejudica a pregação sobre a predestinação
18. A predestinação é indicada muitas vezes na Escritura com o nome de

presciência

19. Confirmação da doutrina pelos testemunhos dos Santos Cipriano, Ambrósio e Gregório

20. Doutrina da graça pelo autor anterior ao pelagianismo

21. Confirma a doutrina com alusões a obras anteriores

22. Os ensinamentos devem se acomodar aos ouvintes

23. A Igreja sempre professou a fé na predestinação desde o seu início

24. Cristo, o mais perfeito exemplar da predestinação.

25. Conclusão

Nas *Retratações*, Agostinho se reporta a esta obra, *A graça e a liberdade*, no livro segundo, cap. LXVI, com estas palavras que servem muito bem para introduzir a questão central do livro: “Escrevi uma obra com o título *A graça e a liberdade* considerando a oposição de alguns que, ao defenderem a graça de Deus, julgam negada a liberdade, assim como de outros que defendem a liberdade para negar a graça de Deus, afirmando que ela é outorgada conforme nossos merecimentos.

Escrevi a obra para os monges de Hadrumeto, em cujo mosteiro começaram a surgir discussões sobre a questão, o que levou alguns deles a me consultar. Esta obra começa assim: *Propter eos qui hominis liberum arbitrium sic praedicant...* (Por causa daqueles que tanto defendem a liberdade, que negam... a graça divina)”.

Após a condenação do pelagianismo pelos concílios da África e pelo papa Zózimo, em 418, persistiram algumas dúvidas a respeito da gratuidade da graça, da predestinação e da perseverança, questões que dariam origem ao semipelagianismo. Essa nova turbulência levou Agostinho a escrever uma carta ao presbítero romano Xisto, o futuro papa Xisto III, sobre as conseqüências teológicas das afirmações dos neopelagianos, e reafirmando sua doutrina sobre a predestinação gratuita à graça e refutando a doutrina dos semipelagianos sobre os possíveis méritos do homem.

Quando esta carta chegou ao mosteiro de Hadrumeto, causou, entre os monges, grande divisão: uns puseram-se de acordo com as afirmações de Agostinho, outros as recusavam dizendo que as conclusões agostinianas eram exageradas. Não podendo pôr acordo entre os monges, o abade Valentim enviou a Hipona Crescônio e Félix, solicitando do próprio Agostinho esclarecimentos sobre suas afirmações na carta a Xisto.

Retendo junto de si por mais tempo os monges Crescônio e Félix, Agostinho pôde redigir duas cartas (apresentadas na seqüência) ao abade Valentim e a seu mosteiro e sentiu a necessidade de escrever um pequeno tratado sobre a questão da relação da graça com a liberdade humana.

Mas Agostinho só pôde realizar este desejo em 427. Ao escrever esta obra, Agostinho tinha diante de si dois grupos opostos: o daqueles que defendiam a liberdade, sem considerar a influência da graça, e o dos que negavam a liberdade para exaltar a graça.

O conteúdo doutrinal desta obra gira, portanto, em torno de esclarecer as relações do homem com Deus. Estas são, para Agostinho, determinadas, de um lado, pela liberdade do homem e, por outro, dependem da graça de Deus. Segundo Agostinho, não se deve dar tanta importância à graça de Deus a ponto de subestimar a liberdade do homem, como também não se deve exaltar a liberdade a ponto de menosprezar a graça. Contra os pelagianos, Agostinho busca testemunhos nas Escrituras que comprovam a liberdade e provam que a graça não nos é outorgada conforme nossos merecimentos e, conseqüentemente, a vida eterna é dom gratuito de Deus. O conhecimento da Lei, a natureza, a remissão dos pecados não representam a essência da graça. Mas a graça é força para que se possa cumprir a Lei, é libertação para a natureza corrompida e fonte para o domínio sobre o pecado. Por isso a graça não é recompensa dos méritos das boas obras, nem dos merecimentos da boa vontade que procede aos atos de crer e orar. Assim, Deus age na vontade humana inclinando-a tanto para o bem, como fruto da sua misericórdia, como para o mal de acordo com os merecimentos, obedecendo a seus desígnios claros ou ocultos, mas sempre justos. Invoca, então, Agostinho um exemplo: o fato de haver crianças que, antes de morrer recebem gratuitamente a graça do batismo, e crianças que, deixando antes o mundo, não a recebem.

- AGOSTINHO, Santo. O livre-arbitrio. São Paulo: Paulus, 1995 (Col. Patrística 8).
- CAYRÉ, Fulbert, A.A. Dieu présent dans la vie de l'esprit. Paris: Desclée de Brouwer, 1951.
- GILSON, Etienne. Introduction à l'étude de saint Augustin. 2^a ed. Paris, Vrin, 1929.
- LA BONNARDIÈRE, A.-M. Quelques remarques sur les citations scripturaires du "De gratia et libero arbitrio". Revue des études augustiniennes 9, pp. 77-85, 1963.
- PRZYWARA, E. San Agustin, perfil humano y religioso. 2^a ed. Madrid: Ed. Cristiandad, 1984.
- BOVY, L. Grâce et liberté chez saint Augustin. Montréal, 1938.
- BOYER, Charles. Divi Augustini, "De Correctione et gratia", secundum textum Maurinorum; introductione et nobis auctum edidit C. B. Roma, 1932.
- . Le système de saint Augustin sur la grâce; paraphrase du De correctione et gratia, em: Recherches de Science Religieuse I, 20, pp. 501-526, 1930.
- BROGLIE, Guy de. Pour une meilleure intelligence du "De correctione et gratia". Augustinus Magister III, 317-337. Congrès international augustinien. Paris, 21-24 sett., 1954.
- CAPPONI, F. "Insuperabiliter" ou "Inseparabiliter"? (Augustin. De correctione et gratia), 12,28. Latomus, Revue des études latines. Bruxelles 1969, pp. 681-684.
- LEBOURLIER, J. Essai sur la responsabilité du pecheur. Grâce et liberté chez saint Augustin. La grâce d'Adam dans le "De correctione et gratia". Augustinus Magister II, pp. 789-793. Congrès international augustinien. Paris, 1954.
- MERLIN, Charles. Veritable clef des ouvrages de saint Agustin contre les pelagiens. Parisiis, 1732.
- ATENE, P. Grazia, predestinazione e libero arbitrio nell'ortodossia cattolica e nel giansenismo, Genova, 1931.
- BERNARD, R. La predestinazione in Agostino. Recherches Augustiniennes III, 1-58, 1965.
- BOUBLÍK, V. La predestinazione: San Paolo e S. Agostinho. Roma, 1961.
- CHÉNÉ, J. La théologie de saint Augustin. Grâce et prédestination. Lyon: Le Puy, 1961.
- . Les origines de la controverse semi-pélagienne. Anné Théologique Augustinienne 13, pp. 56-109, 1953.
- . Le semi-pélagianisme du midi de la Gaule d'après les lettres de Prosper d'Aquitaine et Hilaire à saint Augustin. Recherches de Science Religieuse 43, pp. 321-341, 1955.
- DAMAN, J. M. "Praedestinatio, electio" en el libro "De praed. sanct.". Contribución a un lexikon augustinianum. Augustinus Magister I, pp. 127-136.
- FARRELLY, M. J. Predestination, grace and Free Will, Westminster, 1964.
- LÖHRER, M. Azione della grazia di Dio come elezione dell'uomo. In: Mysterium Salutis IX, Brescia, 1975, pp. 225-295.
- PELLAND, L. Prosperi Aquitani doctrina de praedestinatione. Montréal, 1936.
- PLINVAL, S. de. Prospère, interprète de saint Augustin. Recherches Augustiniennes I, pp. 339-355, 1958.
- REVUE DES ÉTUDES AUGUSTINIENNES 9, pp. 259-287, 1963: "La prédestination augustinienne et l'interprétation de O. Rottmanner".
- RONDET, H. La grazia di Cristo, Roma, 1966.
- SAINT-MARTIN, F. La pensée de St. Augustin sur la prédestination gratuite et infaillible des élus à la gloire, d'après ses dernières écrits (426-430). Paris, 1930.
- TRAPÈ, A. A proposito di predestinazione, S. Agostinho ed i suoi critici moderni. Divinitas 7, pp. 243-284, 1966.

A Valentim, muito amado e venerável irmão entre os membros de Cristo, e aos irmãos que contigo vivem, Agostinho cumprimenta no Senhor.

1. Procuraram-nos dois jovens, Crescônio e Félix, e disseram-nos ser membros de vossa comunidade. Contaram-nos que o vosso mosteiro atravessa momentos de perturbação porque alguns de vós apregoam de tal modo o sentido da graça, que chegam a negar o valor da liberdade humana. Ainda mais, o que é mais grave, afirmam que, no dia do juízo, Deus não há de retribuir a cada um conforme suas obras (Mt 16,27; Rm 2,6). Revelaram também que muitos de vós não pensam assim, mas confessam a ajuda à liberdade por parte da graça de Deus para conhecermos retamente e agirmos. Assim, quando o Senhor, na sua vinda, retribuir a cada um conforme suas obras, depare com nossas boas obras, que Deus já antes havia preparado para que nelas andássemos (Ef 2,10). Os que assim pensam estão com a verdade.

2. Portanto, como suplicou o Apóstolo aos coríntios, *eu vos exorto, irmãos, em nome de nosso Senhor Jesus Cristo: guardai a concórdia uns com os outros, de sorte que não haja divisões entre vós* (1Cor 1,10).

Digo-vos, pois, em primeiro lugar, que o Senhor Jesus, conforme está escrito no evangelho de João, *não veio para julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele* (Jo 3,17). Em segundo lugar, como escreve o apóstolo Paulo, Deus julgará o mundo (Rm 3,6), quando vier para julgar os vivos e os mortos, como a Igreja católica professa no Símbolo. Portanto, se não existe a graça de Deus, como há de salvar o mundo? E se não existe a liberdade, como há de julgar o mundo?

Pelo que o livro ou a carta, que os monges me trouxeram, deve ser entendida de acordo com esta fé, e assim não negueis a graça de Deus nem defendais o livre-arbítrio a ponto de torná-lo independente da graça de Deus, como se pudéssemos sem ela pensar ou fazer algo em ordem a Deus. Para isto não temos capacidade de forma alguma. Essa é a razão pela qual o Senhor, ao falar dos frutos da justiça, disse aos discípulos: *Sem mim nada podeis fazer* (Jo 15,5).

3. Estas afirmações podem levar-vos a perceber que a referida carta a Xisto, presbítero da Igreja romana, foi escrita contra os novos hereges pelagianos. Segundo eles, a graça de Deus nos é outorgada de acordo com nossos méritos, de modo que aquele que se gloria, não se glorie no Senhor, mas em si mesmo, isto é, no homem. Isto contradiz ao Apóstolo, que diz: *Ninguém procure nos homens motivo de orgulho* (1Cor 3,21). E em outra passagem diz: *Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor* (1Cor 1,31).

Os referidos hereges, no entanto, ao pensar que se podem justificar sem a intervenção de Deus, por suas próprias forças, não se gloriam no Senhor, mas em si mesmos. O Apóstolo, dirige-lhes esta advertência: *Pois quem é que te distingue?* Ele o diz porque somente Deus pode distinguir o homem da massa daquela perdição originária de Adão, para torná-lo vaso de eleição. Mas como o homem carnal e orgulhoso ao ouvir: *Quem é que te distingue?* poderia responder pela voz ou pelo pensamento: “Distingue-me minha fé, distingue-me minha oração, distingue-me minha justiça”, o Apóstolo vai imediatamente ao encontro de seus pensamentos e diz: *Que é que possuis que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que haverias de te ensoberbecer como se não tivesses recebido?* (1Cor 4,7). Gloriam-se como se não recebessem os que julgam poder justificar-se por si mesmos, e, por isso, gloriam-se em si mesmos e não no Senhor.

4. À vista disto, na carta que chegou até vós, comprovei por testemunhos das santas Escrituras, e podeis aí examinar, que de modo algum poderia haver em nós boas obras, piedosas orações e fé

firme, se não as recebêssemos daquele do qual diz o apóstolo Tiago: *Todo dom precioso e toda dádiva perfeita vêm do alto, descende do Pai das luzes* (Tg 1,17).

E ninguém diga que a graça de Deus lhe é outorgada em vista dos merecimentos de suas obras ou de suas orações ou de sua fé, e pense ser verdade o que aqueles hereges dizem, ou seja, que Deus nos dá sua graça conforme nossos merecimentos. Esta opinião é absolutamente falsa, não porque não haja merecimento ou o bem praticado pelos justos ou o mal perpetrado pelos ímpios. Se assim fosse, como Deus julgará o mundo? Quem converte o homem é a misericórdia e a graça de Deus, da qual diz o salmo: *Deus meu, tua misericórdia virá em meu auxílio* (Sl 58,11). Com elas o ímpio justificar-se-á, ou seja, de ímpio tornar-se-á justo e começará a ter méritos, os quais o Senhor coroará quando julgar o mundo.

5. Tínhamos muitas coisas que desejávamos enviar-vos, cuja leitura levar-vos-ia ao conhecimento pleno de toda a causa levantada pelos concílios episcopais contra os mesmos hereges pelagianos. Mas os irmãos de vossa comunidade, que vieram até nós, tinham pressa em regressar. Por meio deles não vos reescrevemos estas coisas, mas apenas as escrevemos. Não foram portadores de cartas dirigidas a nós por vossa comunidade. Apesar disso, recebemo-los, já que sua simplicidade era sinal comprovante de que não seriam capazes de forjar algo contra nós. Tinham pressa, pois desejavam passar a Páscoa convosco. Que o Senhor faça com que tão santo dia vos propicie a paz e elimine a dissensão.

6. O melhor procedimento será, não sendo onerosa para vós, que encaminheis a mim aquele que é considerado o autor da perturbação; isto peço encarecidamente. Pois não compreende o meu livro ou talvez não é compreendido quando se empenha em resolver e desvendar uma questão difícil e inteligível a uns poucos.

Esta questão é a referente à graça de Deus, questão que levou pessoas não inteligentes a pensar que o apóstolo Paulo diz: *Façamos o mal, para que venha o bem* (Rm 3,8). Por isso diz o apóstolo Pedro em sua Carta: *Assim, visto que tendes esta esperança, esforçai-vos arduamente para que ele vos encontre em paz, vivendo uma vida sem mácula e irrepreensível. Considerai a longanimidade de nosso Senhor como a nossa salvação, conforme também o nosso amado irmão Paulo vos escreveu, segundo a sabedoria que lhe foi dada. Isto mesmo faz ele em todas as suas cartas, ao falar nelas desse tema. É verdade que nas suas cartas se encontram alguns pontos difíceis de entender, que os ignorantes e vacilantes torcem, como fazem com as demais Escrituras, para sua própria perdição* (2Pd 3,14-16).

7. Ponde-vos em guarda a respeito destas terríveis palavras deste tão grande apóstolo. Quando percebeis não poder chegar à compreensão, acreditai entretanto nas palavras divinas, pois existe por um lado a liberdade e, por outro, a graça de Deus, sem cujo auxílio não é possível a conversão a Deus e o crescimento no mesmo Deus. E o que acreditais pela vossa piedade, orai para também compreenderdes com sabedoria. O compreender com sabedoria é próprio do livre-arbítrio. Se não compreendêssemos e soubêssemos pelo livre-arbítrio, a Escritura não nos daria este preceito, quando diz: *Refleti, insensatos do povo, e vós, néscios, quando sereis prudentes?* (Sl 93,8). O fato de nos ser imposto um preceito para que entendamos e saibamos, requer nossa obediência, que não pode existir sem a liberdade. Mas se fosse possível pela liberdade sem a ajuda da graça de Deus entender e saber, não se diria: *Instrui-me, para que eu conheça os preceitos* (Sl 118,125), e nem estaria escrito no evangelho: *Então abriu-lhes a mente para que entendessem as Escrituras* (Lc 24,45), e também o apóstolo Tiago não diria: *Se alguém dentre vós tem falta de sabedoria, peça-a a Deus, que a concede generosamente a todos, sem impropérios, e ela ser-lhe-á dada* (Tg 1,5).

Poderoso é o Senhor, que oxalá vos conceda e também a nós alegrar-nos em breve com notícias

sobre o restabelecimento da paz e da harmonia entre vós. Saudações não somente em meu nome, mas também dos irmãos que comigo vivem. Suplico que oreis por nós na harmonia e com instância. O Senhor esteja convosco.

CARTA 195

(Ao abade e aos monges de Hadrumeto)

Ao muito amado e venerável irmão em Cristo e aos irmãos que contigo vivem, Agostinho cumprimenta no Senhor.

1. Levo ao conhecimento de Vossa Caridade que Crescônio, Félix e outro Félix, servos de Deus, que da vossa comunidade vieram até nós, passaram a Páscoa conosco. Prendemo-los mais tempo para que regressassem ao mosteiro mais instruídos contra os novos hereges pelagianos. Incorre no erro deles aquele que condiciona aos méritos humanos a concessão da graça de Deus, a única capaz de libertar o homem por meio de Jesus Cristo nosso Senhor. Mas, por outro lado, aquele que pensa que o homem, quando o Senhor vier para o juízo, não será julgado de acordo com suas obras, estando já em uso de sua liberdade, também incorre em erro.

Somente as crianças, que não podem ser responsabilizadas por suas obras, boas ou más, serão condenadas devido ao pecado original, se não forem socorridas pela graça de Deus no banho batismal. Todos os outros que, em uso da liberdade, acrescentaram seus próprios pecados ao pecado original, se não são retirados do poder das trevas pela graça de Deus e não são transferidos para o reino de Cristo, serão julgados não somente devido ao mérito original, mas também de acordo com os merecimentos da própria vontade. E os justos receberão o prêmio em conformidade aos merecimentos da própria vontade, mas a própria vontade foi dom da graça de Deus. Cumpre-se assim o que está escrito: *Tribulação e angústia para toda pessoa que pratica o mal, para o judeu primeiro, mas também para o grego; glória, honra e paz para todo aquele que pratica o bem, para o judeu em primeiro lugar e também para o grego* (Rm 2,9-10).

2. Não me entreguei a muito trabalho para discorrer mais longamente nesta carta sobre tão difícil assunto, qual seja sobre a vontade e a graça. Isso porque já lhes entregaram outra quando manifestaram terem pressa em regressar. E vos escrevi também uma obra,¹ a qual, se a lerdes com atenção e com a ajuda de Deus e a compreenderdes, creio que não haverá mais divergência entre vós a respeito desta questão. Os referidos monges levam também outras informações que tivemos por bem endereçar-vos, com as quais podeis acompanhar o processo mediante o qual a Igreja, com a misericórdia de Deus, rechaçou o veneno da herança pelagiana. São informações sobre o que se escreveu a Inocêncio, bispo da cidade de Roma, de parte dos concílios da província de Cartago e da Numídia e, com mais pormenores, por cinco bispos, e sobre o que o papa respondeu a estas três fontes informativas. São portadores também do que foi escrito ao papa Zózimo de parte do concílio africano e sua resposta enviada a todos os bispos do mundo, do que dispomos em poucas palavras no posterior concílio plenário de toda a África contra o mesmo erro, assim como da minha obra antes lembrada, a qual há pouco escrevi para vós. Tudo isto lemos com eles durante sua estada aqui e por meio deles vos enviamos.

3. Fizemos-lhes também a leitura do livro do bem-aventurado mártir Cipriano sobre a Oração Dominical, e mostramos a sua doutrina concernente a como se há de suplicar a nosso Pai, que está nos céus, tudo o que diz respeito aos nossos costumes, razão de ser de nossa vida virtuosa, assim como sua orientação para que não nos afastemos da graça divina, ao pretendermos procurar apoio no livre-arbítrio. Com a mesma leitura, mostramos que o mesmo glorioso mártir admoestou a respeito

do dever de rezarmos também pelos nossos inimigos, que ainda não creram em Cristo, a fim de que acredite. Seria esta uma doutrina sem sentido, se a Igreja não acreditasse que até a vontade má e infiel pode-se voltar para o bem pela graça de Deus. Mas não estamos enviando este livro de São Cipriano, porque disseram que já o tendes aí. Lemos com eles também minha carta enviada a Xisto, presbítero da Igreja romana, a qual nos trouxeram, e mostramos que foi escrita contra aqueles que defendem a doação da graça de Deus conforme nossos merecimentos, ou seja, contra os mesmos pelagianos.

4. De acordo com nossa possibilidade, procedemos com estes vossos irmãos e com os nossos de modo a ajudá-los a perseverar na fé salutar e católica. Esta fé não nega a importância da liberdade para levar uma vida santa ou ímpia, nem restringe seu valor à impossibilidade de se fazer algo sem a graça de Deus, seja para a conversão do mal para o bem, seja para perseverar no bem, ou ainda para se alcançar a felicidade eterna, onde cessa o temor que venha a se perder. Exorto-vos também, caríssimo, nesta carta no mesmo sentido que o Apóstolo nos exorta, ou seja, *que (cada um) não tenha de si mesmo um conceito mais elevado do que convém, mas uma justa estima, ditada pela sabedoria, de acordo com a medida da fé que Deus dispensou a cada um* (Rm 12,13).

5. Considerai o que adverte o Espírito Santo pela boca de Salomão: *Examina a vereda em que pões os teus pés, e todos os teus caminhos serão firmes. Não declines nem para a direita nem para a esquerda; retira o teu pé do mal, porque o Senhor conhece os caminhos que estão à direita; porém os que estão à esquerda são caminhos de perdição. Mas ele mesmo endireitará as tuas carreiras, e te conduzirá em paz na tua viagem* (Pr 4,26-27).

Irmãos, observai que, se não houvesse o livre-arbítrio, não se diria: *Examina a vereda em que pões os teus pés, e todos os teus caminhos serão firmes. Não declines nem para a direita nem para a esquerda*. E se fosse possível fazê-lo sem a graça de Deus, não se diria depois: *Mas ele mesmo endireitará as tuas carreiras, e te conduzirá em paz na tua viagem*.

6. Não declineis nem para a direita nem para a esquerda, embora sejam louváveis os caminhos à direita e indesejáveis os da esquerda. Esta é a razão por que acrescentou: *Retira o teu pé do mal* (do mau caminho), isto é, o da esquerda, conforme esclarece na sequência ao dizer: *O Senhor conhece os caminhos que estão à direita; porém os que estão à esquerda são caminhos de perdição*.

Devemos trilhar os caminhos que o Senhor conhece, sobre os quais diz o salmo: *O Senhor cuida (conhece) do caminho dos justos, e o caminho dos ímpios perecerá* (Sl 1,6). Este o Senhor não conhece, porque está à esquerda, assim como dirá aos que estiverem à esquerda: *Não vos conheço!* (Mt 25,12). Mas, por que não conhece aquele que tudo conhece, seja o bem, seja o mal praticado pelo homem? O que quer dizer: *Não vos conheço!*, senão “eu não os fiz”? Tem o mesmo sentido do que se disse do Senhor Jesus Cristo: *Aquele que não conhecera o pecado* (2Cor 5,21). Por que diz: *Não conhecera*, senão porque não fizera?

Assim, pelo fato de ter dito: *O Senhor cuida (conhece) do caminho dos justos*, não se há de entender que ele fez os caminhos à direita, ou seja, os caminhos dos justos, os quais representam as boas obras *que Deus já antes tinha preparado para que nelas andássemos?* (Ef 2,10). O Senhor, no entanto, não conhece os maus caminhos à esquerda, ou seja, os caminhos dos ímpios, porque ele não os fez, mas fê-los o homem para si. Por isso diz: *Mas odeio os maus caminhos dos ímpios, pois estão à esquerda*.

7. Porém, alguém nos dirá: Por que disse: *Não declines nem para a direita nem para a esquerda*, se deveria dizer: “Mantém a direita e não declines para a esquerda”, considerando que são bons os caminhos da direita? Por quê? Julgamos que seja pelo fato de serem tão bons os caminhos da direita, que não é bom declinar para a direita. Pois “Declinar para a direita” indica aquele que deseja

atribuir a si e não a Deus as mesmas boas obras que se referem aos caminhos da direita. Por isso, ao ter dito: *Porque o Senhor conhece os caminhos que estão à direita; porém os que estão à esquerda, são caminhos de perdição*, como se lhe tivessem dito: “Como não queres que declinemos para a direita?”, acrescentou em seguida: *Ele mesmo endireitará as tuas carreiras, e te conduzirá em paz na tua viagem*. Por isso deves compreender o que te foi mandado: *Examina a vereda em que pões os teus pés, e todos os teus caminhos serão firmes*, para saberes que, quando o fazes, é um socorro do Senhor Deus para que possas fazê-lo. E não declinarás para a direita, ainda que trilhes os caminhos da direita, ao não confiar nas tuas forças. Será a tua força *Aquele que endireitará as tuas carreiras, e te conduzirá em paz na tua viagem*.

8. Conseqüentemente, todo aquele que diz: “Basta-me a minha vontade para praticar as boas obras”, declina para a direita. Por outro lado, declinam para a esquerda os que julgam ser preciso desistir da retidão de vida, quando ouvem exaltar a graça de Deus a ponto de levar a crer e entender que ela torna boas as vontades perversas dos homens e preserva as que torna boas, e por isso dizem: *Não haveríamos de fazer o mal para que venha o bem?* (Rm 3,8).

Eis a razão por que ele vos disse: *Não declines nem para a direita nem para a esquerda*, ou seja, não deveis defender a liberdade a ponto de atribuir-lhe as boas obras sem a graça de Deus; e não deveis defender a graça de Deus a ponto de preferir as más obras, como se tivésseis a garantia da graça. Tal não permita a própria graça de Deus.

O Apóstolo, fazendo suas as palavras dos que assim pensam, diz: *Que diremos então? Que devemos permanecer no pecado, a fim de que a graça atinja sua plenitude?* Respondendo a estas palavras de pessoas que vivem no erro e não compreendem a graça de Deus, diz: *De modo algum! Nós que morremos para o pecado, como haveríamos de viver ainda nele?* (Rm 6,1-2).

Nada mais breve e melhor pôde ser dito. Pois, o que de mais útil nos confere a graça de Deus neste mundo maligno, senão a morte ao pecado? Por isso torna-se ingrato à graça quem quer viver no pecado contando com ela, pela qual morremos ao pecado.

Deus, que é rico em misericórdia, conceda-vos apreciar o que é bom e permanecer até o fim no bom propósito e sempre progredindo. Pedi esta graça instantemente e em vigilância e harmonia fraterna tanto para vós como para nós e por todos os que vos amam, assim como pelos que vos odeiam. Que a vossa vida seja em Deus. Se algo mereço de vós, peço que venha ter comigo o irmão Floro.

CAPÍTULO I

A motivação para esta obra: esclarecer os monges do abade Valentim sobre o tema

1. Já nos demos ao trabalho de falar e escrever sobejamente — quanto o Senhor nos permitiu — contra aqueles que advogam e defendem a liberdade do homem a ponto de se atreverem a negar e omitir a graça de Deus, com a qual ele nos chama e somos libertados de nossos deméritos e pela qual podemos alcançar a vida eterna. Mas como há também alguns que, ao defender a graça de Deus, negam a liberdade ou que, ao defender a graça, julgam estar negando a liberdade, levado pela caridade, decidi escrever-te a esse respeito, ó irmão Valentim, assim como aos outros que contigo estão a serviço de Deus.

Caros irmãos, mediante alguns de vossa comunidade, que vieram procurar-me e dos quais me sirvo para enviar-lhes estas linhas, chegou ao meu conhecimento que há divisões entre vós no tocante ao assunto. Por isso, caríssimos, para que não vos inquieteis ante a dificuldade da questão, advirto-os primeiramente que agradeçais a Deus pelo que conseguistes entender. Do que ainda não alcançastes compreender, pela aplicação de vossa inteligência, rogai a Deus a compreensão,

mantendo a paz e a caridade entre vós. Enquanto ele não vos conduzir a essa compreensão, ficai com o que pudestes entender.

Assim nos adverte o apóstolo Paulo, o qual, após ter afirmado não ser ainda perfeito, diz logo depois: *Portanto, todos nós que somos “perfeitos” tenhamos este sentimento*, ou seja, de tal modo somos perfeitos que ainda não chegamos à perfeição que deveríamos alcançar; e acrescenta: *E, se em alguma coisa pensais diferentemente, Deus vos esclarecerá. Entretanto, qualquer seja o ponto a que chegamos, conservemos o rumo* (Fl 3,12-16).

Contentando-nos com o que chegamos a compreender, poderemos chegar aonde ainda não chegamos, esclarecendo-nos o Senhor se algo entendemos de modo diferente, contanto que não abandonemos o que já nos revelou.

CAPÍTULO II

A Sagrada Escritura comprova a existência do livre-arbítrio

2. Deus revelou-nos pelas suas santas Escrituras que o homem possui o dom da liberdade. Com palavras divinas, e não humanas, lembrar-vos-ei como no-lo revelou.

Primeiramente, os preceitos divinos não favorece-riam o homem, se não tivesse vontade livre para cumpri-los e merecer a recompensa eterna. Foram dados a fim de que o ser humano não apresentasse desculpas de sua ignorância. No evangelho, assim diz o Senhor referindo-se aos judeus: *Se eu não tivesse vindo e não lhes tivesse falado, não seriam culpados de pecado; mas agora não têm escusa para o seu pecado* (Jo 15,22). A que pecado se referia? Não se referia àquele execrando pecado futuro, que no momento previa, ou seja, o de o haverem de matar? Com efeito, não eram réus de nenhum pecado antes que o Cristo tomasse a forma humana.

No mesmo sentido diz o Apóstolo: *Manifesta-se, com efeito, a ira de Deus, do alto do céu, contra toda impiedade e injustiça dos homens que mantêm a verdade prisioneira da injustiça. Porque o que se pode conhecer de Deus é manifesto entre eles, pois Deus lho revelou. Sua realidade invisível — seu eterno poder e sua divindade — tornou-se inteligível, desde a criação do mundo, através das criaturas, de sorte que não têm desculpa* (Rm 1,18-20). De que desculpa não os considera escusáveis? Não é daquela que a soberba humana costuma apresentar: “Se tivesse sabido, teria feito; se não fiz é porque não sabia”; ou: “Se soubesse, faria; não faço porque não sei?”. Esta escusa não tem razão de ser quando se lhes dá o preceito ou quando aprendem o modo de evitar o pecado.

3. Mas há pessoas que mesmo com relação a Deus pretendem escusar-se. A eles se dirige o apóstolo Tiago quando diz: *Ninguém, ao ser tentado, deve dizer: “É Deus que me está tentando”, pois Deus não pode ser tentado pelo mal e a ninguém tenta. Antes, cada qual é tentado pela própria concupiscência, que o arrasta e o seduz. Em seguida, a concupiscência, tendo concebido, dá à luz o pecado, e o pecado, atingindo a maturidade, gera a morte* (Tg 1,13-15).

Aos que desejam desculpar-se com relação a Deus, o livro dos Provérbios de Salomão também responde: *A estultícia do homem perverte os seus passos, e ferve no seu coração (de cólera) contra Deus*. E o livro do Eclesiástico afirma: *Não digas: “Deus é causa de estar longe de mim”; não faças o que ele aborrece. Não digas: “Ele é que me induziu a erro”, porque não lhe são necessários os ímpios. O Senhor aborrece todas as abominações do erro, e este não será amável aos que o temem. Deus criou o homem desde o princípio, e deixou-o na mão do seu conselho. Deu-lhe mais os seus mandamentos e os seus preceitos. Se quiseses observar os mandamentos, eles te guardarão, e tu conservarás sempre a fidelidade que agrada (a Deus). Ele pôs diante de ti a água e o fogo; lança a tua mão ao que quiseses. Diante do homem estão a vida e a morte, o bem e o*

mal; o que lhe agradar, isso lhe será dado (Eccl 15,11-18). Está bem clara a alusão ao livre-arbítrio da vontade humana.

4. Por que o Senhor, em tantas passagens, determina a observância e o cumprimento de todos os seus mandamentos? Por que haveria de determinar, se não existisse o livre-arbítrio? Por que é feliz aquele do qual fala o salmo que *põe suas complacências na lei do Senhor*? (Sl 1,2). Não revela cabalmente que o homem está seguro na lei de Deus, por própria vontade?

Além do mais, há muitos mandamentos que de certo modo supõem expressamente a vontade própria: *Não te deixes vencer pelo mal* (Rm 12,21) e outros semelhantes, tais como: *Não queiras ser como o cavalo e o mulo sem entendimento* (Sl 31,9), e *Não abandones a lei de tua mãe* (Pr 1,8), e *Não sejas sábio a teus próprios olhos; e Não rejeites, meu filho, a correção do Senhor; e Não desprezes a lei; e Não te abstenhas de fazer o bem ao necessitado; e Não maquines nenhum mal contra o teu amigo* (Pr 3,7.11.27.29); e *Não te deixes ir atrás dos artifícios da mulher* (Pr 5,2); e *Renunciou a ser sensato e fazer o bem* (Sl 35,4); e *Eles aborreceram as instruções* (Pr 1,29). Estes e outros inumeráveis textos do Antigo Testamento, não supõem a livre vontade do homem?

E os livros evangélicos e apostólicos comprovam-nos a mesma coisa nos textos: *Não ajunteis para vós tesouros na terra* (Mt 6,19); e *Não temais os que matam o corpo* (Pr 10,28); e *Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo; e Glória a Deus nas alturas, e paz na terra aos homens que ele ama* (Lc 2,14); e o que diz o apóstolo Paulo: *Faça o que queira; não peca. Que se realize o casamento! Mas aquele que, no seu coração, tomou firme propósito, sem coação e no pleno uso da própria vontade, e, em seu íntimo, decidiu conservar a sua virgem, esse procebe bem* (1Cor 7,36-37). Diz também: *Se eu fizesse por iniciativa própria, teria direito a um salário* (1Cor 9,17); e em outra passagem: *Tornai-vos sóbrios, como é necessário, e não pequeis* (1Cor 15,34); e novamente: *De modo que à boa disposição da vossa vontade corresponde a realização segundo os vossos meios* (2Cor 8,11). E diz a Timóteo: *Pois, quando os seus desejos se afastam do Cristo, querem casar-se; e em outro lugar: Aliás, todos os que quiserem viver com piedade em Cristo Jesus, serão perseguidos* (2Tm 3,12); e ao próprio Timóteo: *Não descuides do dom da graça que há em ti* (1Tm 4,14). E a Filemon: *Para que a tua boa ação não fosse como que forçada, mas espontânea* (Fm 14). E Tiago: *Meus irmãos, a vossa fé em nosso Senhor Jesus Cristo glorificado não deve admitir acepção de pessoas* (Tg 2,1), e *Não faleis mal uns dos outros* (Tg 4,11). João também em sua Carta: *Não ameis o mundo* (1Jo 2,15), e outros textos semelhantes.

Ou seja, onde está escrito: “Não queiras isto ou não queiras aquilo”, e onde, para fazer ou não fazer algo, os divinos conselhos exigem a ação da vontade, percebe-se com clareza a exigência do livre-arbítrio. Portanto, ninguém reclame de Deus, mas considere-se culpado quando peca. E quando praticar o bem, não considere sua vontade alheia a essa boa obra. Quando, pois, pratica o bem livremente, chamá-lo-á então uma boa obra e, por ela, pode-se esperar a recompensa daquele do qual se disse: *Que retribuirá a cada um de acordo com o seu comportamento* (Mt 16,27).

CAPÍTULO III

A responsabilidade dos que conhecem e dos que desconhecem os mandamentos

5. Nos que conhecem os divinos mandamentos, não tem cabimento a desculpa que se costuma aduzir por ignorância. Porém, mesmo os que desconhecem a lei de Deus, são réus de pena. *Portanto, todos aqueles que pecaram sem Lei, sem lei perecerão; e todos os que pecaram com Lei, pela Lei serão julgados* (Rm 2,12). Não me parece que o Apóstolo tenha falado como se quisesse significar que sofreriam castigo maior os que em seus pecados desconhecem a Lei com relação aos que a conhecem. Parece-me pior perecer que ser julgado. Mas como se referia com essas palavras aos

pagãos e aos judeus, pelo fato de aqueles não terem Lei, e estes terem recebido a Lei, quem se atreverá a dizer que os judeus, ao pecar com a Lei, não perecerão, pois não creram em Cristo?

Portanto, sem a fé de Cristo não há libertação; por isso serão julgados e perecerão. Se é pior a sorte dos que desconhecem a Lei com relação aos que a conhecem, como dizer que é verdade o que o Senhor afirma no evangelho: *Aquele que não conheceu a vontade de seu senhor e tiver feito obras dignas de chicotadas, será açoitado poucas vezes. Aquele servo que conheceu a vontade de seu senhor, mas não se preparou e não agiu conforme sua vontade, será açoitado muitas vezes* (Lc 12,48.49)? Estas palavras revelam que o pecado do que sabe é mais grave do que o do que desconhece.

Mas essa diferença não há de ser motivo para se refugiar nas trevas da ignorância e, assim, se escudar nessa desculpa. Uma coisa é não saber, e outra não querer saber. Imputa-se à responsabilidade da vontade quando se diz: *Renunciou a ser sensato e fazer o bem* (Sl 35,4). Mas a ignorância, não daqueles que não querem conhecer, mas daqueles que simplesmente não conhecem, a ninguém escusa não os livrando de arder no fogo eterno, se não acreditarem porque não ouviram absolutamente sobre o que deviam crer; o fogo ser-lhes-á talvez mais brando. Não sem motivo está escrito: *Derrama a tua ira sobre as nações que não te conhecem* (Sl 78,6). E também o que diz o Apóstolo: *Quando vier no meio de uma chama ardente para vingar-se daqueles que não conhecem a Deus* (2Ts 1,8).

Para que tenhamos o conhecimento e não digamos: “Não sabia”, “Não ouvi”, “Não entendi”, tenha-se em conta que está implicada a vontade humana onde está escrito: *Não queiras ser como o cavalo e o mulo sem entendimento* (Sl 31,9), embora seja pior a sorte daquele de quem se disse: *Não bastam as palavras para corrigir um escravo, porque ele não compreende o que tu dizes, mas despreza obedecer* (Pr 29,19).

Quando, porém, a pessoa diz: “Não posso fazer o que é mandado, porque sou vencido pela minha concupiscência”, não está se desculpando nem culpando a Deus em seu coração, mas reconhece em si mesmo o mal e se arrepende. A ele diz o Apóstolo: *Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem* (Rm 12,21). E a quem se diz: *Não te deixes vencer*, supõe-se nele a liberdade.

CAPÍTULO IV

Testemunhos escriturísticos sobre a necessidade da graça como ajuda ao livre-arbítrio. — A liberdade não dispensa a graça

6. É de se temer, no entanto, que todos esses testemunhos divinos e quaisquer outros, que certamente são em grande número, em defesa do livre-arbítrio, sejam entendidos de tal modo que não se deixe lugar à ajuda e à graça de Deus, como necessárias para uma vida piedosa e um bom comportamento dignos de recompensa eterna. Do mesmo modo, quando vive bem e pratica boas obras ou lhe parece que vive e pratica, não se atreva o mortal a se gloriar em si mesmo e não no Senhor, e a pôr em si mesmo a esperança de viver retamente. Evitando esse comportamento, não se exporá à maldição do profeta Jeremias, que diz: *Maldito o homem que confia no homem e se apóia no seu braço de carne, e cujo coração se retira do Senhor* (Jr 17,5).

Entendi bem, irmãos, este testemunho profético. Pelo fato de o profeta não ter dito: “Maldito o homem que confia em si mesmo”, poderia parecer a alguém que a afirmação: *Maldito o homem que confia no homem* significaria que não se deve confiar no homem, mas em si mesmo. Mostrando que a advertência implica a confiança em si mesmo, depois de dizer: *Maldito o homem que confia no homem*, acrescentou: *E se apóia no seu braço de carne*. “Braço” simboliza a faculdade de agir, e o termo “carne” está no lugar de fragilidade humana. Assim, apóia-se na carne de seu braço aquele

que, para praticar boas obras, julga ser-lhe suficiente a força frágil e inválida, ou seja, a humana. Por isso disse em seguida: *E cujo coração se retira do Senhor*.

Assim ensina, não desde antigamente, mas desde pouco tempo, a doutrina herética pelagiana, a qual, combatida, durante muito tempo, foi levada a concílios episcopais por uma necessidade atual. Foi esta a razão de ter-lhes enviado algo para ler, mas não tudo o que foi escrito.

Portanto, não tenhamos confiança no homem para a prática do bem, apoiando-nos na carne do nosso braço, mas que o nosso coração não se afaste do Senhor, mas diga-lhes: *Tu és minha ajuda, não me deixes, nem me abandones, ó Deus, meu Salvador* (Sl 26,9).

7. Caríssimos, com os supracitados testemunhos das santas Escrituras provamos a liberdade existente no homem para bem viver e retamente agir. Vejamos também os testemunhos divinos sobre a graça de Deus, sem a qual não podemos praticar nenhum bem.

Em primeiro lugar, dir-vos-ei algo sobre o vosso modo de viver. Não vos reuníeis em comunidade, na qual viveis em continência, se não tivésseis desprezado as alegrias conjugais. Daí as palavras dos discípulos do Senhor: *Se é assim a condição do homem em relação à mulher, não vale a pena casar-se*, e sua resposta: *Nem todos são capazes de compreender essa palavra, mas só aqueles a quem é concedido* (Mt 19,10). Não exortava o Apóstolo à liberdade de Timóteo quando lhe dizia: *A ti mesmo, conserva-te puro?* (1Tm 5,22). E nesse pormenor, mostrou a força da vontade, quando diz: *Sem coação e no pleno uso da própria vontade, e, em seu íntimo, decidiu conservar a sua virgem, esse procede bem* (1Cor 7,37). Mas: *Nem todos são capazes de compreender essa palavra, mas só aqueles a quem é concedido*. Aqueles a quem não é concedido, ou não querem, ou não chegam a realizar o que querem. Mas aqueles a quem é concedido, querem a ponto de realizar o que querem. Assim, essa palavra, que não é compreendida por todos, seja compreendida por alguns, e significa tanto o dom de Deus como a liberdade.

8. A respeito da castidade conjugal disse o Apóstolo: *Faça o que queira; não peca* (1Cor 7,36); e, no entanto, o matrimônio é também um dom de Deus no dizer da Escritura: *Pelo Senhor a mulher se une ao homem* (Pr 19,14). Por isso o Doutor dos Gentios mostrou ser dom de Deus tanto a castidade conjugal, que não leva ao adultério, como a continência mais perfeita, que se abstém de toda união carnal, ao recomendá-las aos coríntios e ao advertir os cônjuges que não se recusem um ao outro. Ao fazer a advertência, acrescentou: *Quisera que todos os homens fossem como eu*, já que ele se abstinha de toda união carnal. E disse em seguida: *Mas cada um recebe de Deus o seu dom particular; um, deste modo; outro, daquele modo* (1Cor 7,7).

Os muitos preceitos da lei de Deus, proibindo a fornicção e o adultério, não implicam a existência da liberdade? Pois, não haveria os preceitos, se o homem não fosse dotado de vontade livre para obedecer a Deus. Contudo, é um dom de Deus, sem o qual não se poderia observar os preceitos sobre a castidade. Por isso está escrito no livro da Sabedoria: *E como eu sabia que não podia ser continente, se Deus não mo desse, e isto era já um efeito da sabedoria: o saber de quem vinha este dom, dirigi-me ao Senhor* (Sb 8,21).

Entretanto, a fim de que não se cumpram os santos preceitos da castidade, *cada qual é tentado pela própria concupiscência, que o arrasta e seduz* (Tg 1,14). Se alguém disser: “Quero guardar, mas sou dominado pela minha concupiscência”, a Escritura responde com o livre-arbítrio, conforme disse anteriormente: *Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal pelo bem*. Para consegui-lo, conta com a ajuda da graça, pois se esta falta, a lei nada mais será que a força do pecado. A concupiscência toma incremento e se fortalece mais com as proibições da lei, se o espírito da graça não ajudar. É isto o que diz o Apóstolo dos Gentios: *O aguilhão da morte é o pecado e a força do pecado é a Lei*.

Eis a razão por que diz o homem: “Quero observar os mandamentos da Lei, mas sou dominado pela força da concupiscência”. Quando se apela à sua vontade e se lhe diz: “Não te deixes vencer pelo mal”, que proveito lhe trará, se lhe falta o socorro da graça? É justamente isto que o mesmo apóstolo acrescentou. Após haver dito: *a força do pecado é a Lei*, continuou: *Graças se rendam a Deus, que nos dá a vitória por nosso Senhor Jesus Cristo* (1Cor 15,56-57). Portanto, a vitória obtida sobre o pecado é também dom de Deus, o qual, neste combate, vem em auxílio da liberdade.

9. À vista disso, o Mestre celestial admoesta: *Vigiai e orai para não cairdes em tentação* (Mt 26,41). Portanto, é dever de cada um orar na luta contra a sua concupiscência, para não cair na tentação, isto é, para não ser por ela arrastado e seduzido. Não cai na tentação, se com firme vontade vencer a má concupiscência. Para não sucumbir à tentação, não basta o livre-arbítrio da vontade humana, se o Senhor não favorecer a vitória ao que ora.

Que sinal pode haver mais evidente da graça outorgada por Deus, quando se recebe o que se pede? Se o Senhor tivesse dito: “Vigiai, para não cairdes em tentação”, pareceria que apenas a vontade seria objeto da advertência. Mas como acrescentou: *e orai*, revelou que Deus ajuda para afastar a tentação. Ao livre-arbítrio foi dito: *Filho, não rejeites a correção do Senhor* (Pr 3,11), e o Senhor disse: *Eu, porém, orei por ti, a fim de que a tua fé não desfaleça* (Lc 22,32). Portanto, o homem é ajudado pela graça a fim de que, não sem motivo, à sua vontade se imponham preceitos.

CAPÍTULO V

Refuta a errônea interpretação, por parte dos pelagianos, de um texto sagrado. — Comprova por outros textos a necessidade da graça ao lado da liberdade

10. Nas palavras do Senhor: *Convertet-vos a mim, e eu me voltarei para vós* (Zc 1,3), uma parte implica a nossa vontade, isto é, a conversão a ele; a outra, a própria graça, isto é, que ele se volte para nós. É um texto que pode levar os pelagianos a pensar num apoio ao seu ensinamento, segundo o qual a graça de Deus nos é concedida conforme nossos méritos. No entanto, o próprio Pelágio não ousou dizer tal coisa no Oriente, isto é, na província da Palestina, onde está a cidade de Jerusalém, quando foi ouvido pelos bispos. Entre outros pontos doutrinários de que o acusaram foi justamente o de ter dito que a graça divina é concedida de acordo com os nossos méritos. É um ponto tão contrário à doutrina católica e tão ofensivo à graça de Cristo, que, se não tivesse negado a acusação, teria saído da reunião com a pena de excomunhão. Negou-o, no entanto, fingidamente, como o demonstram livros seus posteriores, nos quais defende nada mais e nada menos que Deus nos concede sua graça considerando nossos méritos.

Para formular esse ensinamento, baseiam-se em textos da Escritura, entre os quais o há pouco citado: *Convertet-vos a mim, e eu me voltarei para vós*, como se o merecimento de nossa conversão a Deus fosse a medida da graça pela qual ele se volta para nós. Os que assim pensam, não percebem que, se a nossa conversão a Deus não fosse também um dom de Deus, não se lhe diria: *Deus dos exércitos, restaura-nos* (Sl 79,8), e *Porventura não nos tornarás a dar a vida?* e *Restaura-nos, ó Deus, salvador nosso* (Sl 84,7.5), e outros semelhantes que seria prolixo enumerar. Aproximar-se de Cristo não é converter-se para ele mediante a fé? Ele não diz: *Ninguém pode vir a mim, se isto não lhe for concedido pelo Pai?* (Jo 6,65).

11. O que está escrito no segundo livro das Crônicas manifesta também o livre-arbítrio: *O Senhor foi convosco, porque vós fostes com ele. Se o buscardes, achá-lo-eis; mas, se o abandonardes, ele vos abandonará* (2Cr 15,2). Mas os que defendem a doação da graça de Deus de acordo com nossos merecimentos, esses testemunhos são interpretados no sentido de que nosso merecimento reside no fato de estarmos com Deus. E, de acordo com este merecimento, a graça nos é concedida para que

ele esteja conosco. Daí que nosso merecimento consiste em procurá-lo; a concessão da graça está, portanto, no fato de o encontrarmos.

Revela também o livre-arbítrio o que consta no primeiro livro: *E tu, meu filho Salomão, conhece o Deus teu Pai, e serve-o com coração perfeito e plena vontade, porque o Senhor sonda todos os corações, e penetra todos os pensamentos do espírito. Se tu o buscares, achá-lo-ás; mas se o deixares, ele te rejeitará para sempre* (1Cr 28,9). Mas os pelagianos vêem o mérito do homem nas palavras: *Se tu o buscares*, e, de acordo com esse merecimento, sobrevém a graça pelo que segue: *achá-lo-ás*. Esforçam-se assim para provar a concessão da graça de acordo com nossos merecimentos, ou seja, a graça que não é graça. O que se concede a alguém pelo merecimento *não se considera a recompensa como graça, mas como dívida*, como diz claramente o Apóstolo (Rm 4,4).

12. Mérito, ou melhor, demérito teve-o o apóstolo Paulo porque perseguia a Igreja. Ele mesmo o diz: *Nem sou digno de ser chamado apóstolo, porque persequi a Igreja de Deus*. No entanto, desmerecendo, recebeu o bem pelo mal. Por isso acrescentou: *Mas pela graça de Deus sou o que sou*. Sem embargo, fazendo ver o livre-arbítrio, prosseguiu: *E a sua graça a mim dispensada não foi estéril. Ao contrário, trabalhei mais do que todos eles* (1Cor 15, 9-10).

Este livre-arbítrio é objeto de exortação a outros, aos quais diz: *Exortamo-vos ainda a que não recebais a graça de Deus em vão* (2Cor 6,1). Por que exortá-los se, ao receber a graça, perdessem a liberdade da vontade? Contudo, evitando afirmar que possa fazer algum bem sem a graça de Deus, depois de ter dito: *E a sua graça a mim dispensada não foi estéril*, acrescentou: *Não eu, mas a graça de Deus que está comigo*. Quis dizer: não eu somente, mas a graça de Deus comigo; não somente a graça de Deus e nem ele só, mas a graça de Deus com ele. Porém, no chamado do céu para a sua conversão tão decisiva (At 9), atuou apenas a graça, visto que não tinha méritos, mas deméritos.

Finalmente, em outro lugar diz a Timóteo: *Participa no meu sofrimento pelo evangelho, confiando no poder de Deus que nos salvou e nos chamou com uma vocação cristã, não em virtude de nossas obras, mas em virtude do seu próprio desígnio e graça. Essa graça, que nos foi dada em Cristo Jesus* (2Tm 1,8-9). Recordando seus deméritos, diz: *Porque também nós antigamente éramos insensatos, desobedientes, extraviados, escravos de toda sorte de paixões e de prazeres, vivendo em malícias e inveja, odiados pelos homens e odiando-nos uns aos outros*.

O que lhe era devido à vista desses deméritos, senão o castigo? No entanto, retribuindo o Senhor o mal com o bem, pela graça que nos é concedida não pelos nossos merecimentos, aconteceu o que a seguir acrescentou: *Mas quando a bondade e o amor de Deus, nosso Salvador, se manifestaram, ele salvou-nos, não por causa dos atos justos que houvéssemos praticado, mas porque, por sua misericórdia, fomos lavados pelo poder regenerador e renovador do Espírito Santo, que ele ricamente derramou sobre nós, por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador, a fim de que fôssemos justificados pela sua graça, e nos tornássemos herdeiros da esperança da vida eterna* (Tt 3,3-7).

CAPÍTULO VI

A graça para a conversão e a graça para a perseverança. — Refuta opinião pelagiana sobre a não-necessidade da graça da perseverança

13. Esses e outros testemunhos divinos demonstram a concessão da graça de Deus não em atenção aos nossos merecimentos. Às vezes verifica-se a concessão não somente faltando merecimentos, mas existindo desmerecimentos prévios. Mas, quando outorgada, começam a existir também méritos, mas em virtude da mesma graça. E quando falta, a pessoa cai, não erguida, mas despenhada por seu livre-arbítrio. Por isso, o homem, também quando começar a ter merecimentos, não os deve atribuir a si,

mas a Deus, ao qual se dirige o salmo: *Sê a minha ajuda; não me deixes* (Sl 26,9). Ao dizer: *não me deixes*, revela que se for abandonado, nenhum bem pode praticar, pelo que diz o salmista em outro lugar: *Eu, porém, disse seguro de mim: Não terei jamais mudança*. Julgara que o bem lhe era próprio e estava tão seguro de si, que não poderia mudar. Mas, entendendo a quem atribuir o bem, do qual começara a gloriar-se como sendo próprio, abandonando-o um pouco a graça e, tendo percebido, diz: *Senhor, foi por teu favor que me concedeste honra e poderio; mas apenas escondeste de mim o teu rosto, fiquei conturbado* (Sl 29,7-8).

Pode-se concluir que não somente o ímpio se justifica pela graça, ou seja, de ímpio se torne justo, quando recebe o bem pelo mal, mas também, quando já justificado pela fé, a graça deve acompanhá-lo e nela se apóie para não cair. É nesse sentido o texto do Cântico dos Cânticos a respeito da Igreja: *Quem é esta que sobe do deserto toda branca, apoiada sobre seu amado?* (Ct 8,5). “Toda branca”² é, pois, aquela que assim não podia ser por si mesma. E quem a tornou branca, senão aquele que diz pelo profeta: *Se os vossos pecados forem como o escarlata, eles se tornarão brancos como a neve?* (Is 1,18). Quando se tornou branca, não tinha méritos. Mas agora que é branca, vive retamente, se com perseverança se apóia naquele que a tornou branca. Pelo qual o próprio Jesus, sobre o qual se apóia uma vez tornada branca, disse aos discípulos: *Sem mim, nada podeis fazer* (Jo 15,5).

14. Voltemos ao apóstolo Paulo, o qual vimos desprovido de merecimentos e com muitos deméritos, mas alcançando a graça de Deus que assim lhe retribuía o mal com o bem. Vejamos o que diz, ao se aproximarem seus sofrimentos, escrevendo a Timóteo: *Quanto a mim, já fui oferecido em libação, e chegou o tempo de minha partida. Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé*. Suas palavras demonstram que lembra seus méritos, para alcançar a coroa depois dos méritos, aquele que alcançou a graça depois dos deméritos. Mas, recordemos o que segue: *Desde já me está reservada a coroa da justiça, que me dará o Senhor, justo Juiz, naquele Dia* (2Tm 4,8). A quem daria a coroa o justo juiz, se não lhe tivesse outorgado a graça o Pai misericordioso? E por que esta coroa seria de justiça, se não viesse antes a graça que justifica o ímpio? E por que a coroa seria dada como devida, se antes não lhe fosse dada como gratuita?

15. Mas como os pelagianos ensinam que somente esta graça que perdoa não é concedida de acordo com nossos merecimentos, mas a que será outorgada no fim, ou seja, a vida eterna, será concedida por força de nossos méritos anteriores, é necessária uma resposta.

Se nossos merecimentos significam também dons de Deus, não há o que reprovar. Porém, se os méritos humanos significam a aquisição deles por nós mesmos, o Apóstolo responde-lhes à altura: *Pois quem é que distingue? Que é que possuis que não tenhas recebido? E, se o recebestes, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesse recebido?* (1Cor 4,7).

Aquele que pensa como os pelagianos, com razão se diz: “Deus coroa seus dons, não os teus merecimentos; se os tens por ti mesmo e não por ele, são méritos teus”. Se são teus, são maus, e Deus não os coroa; porém, se são bons, são dons de Deus. Assim diz o apóstolo Tiago: *Todo dom precioso e toda dádiva perfeita vêm do alto, descendo do Pai das luzes* (Tg 1,17). Há também o dizer de João, precursor do Senhor: *Ninguém pode atribuir a si mesmo alguma coisa que não lhe tenha sido dada do céu* (Jo 3,27), isto é, do céu, de onde veio também o Espírito Santo, depois que Jesus se elevou às alturas e levou consigo os cativos e deu dons aos homens (Sl 67,19; Ef 4,8).

Portanto, se os teus méritos são dons de Deus, ele não coroa os méritos como teus, mas como dons que são dele.

CAPÍTULO VII

Comentário sobre o texto paulino: “Combati o bom combate”. — Conclusão sobre a fé e a

16. Abordemos agora o assunto dos méritos do apóstolo Paulo, nos quais se apóia para dizer que o justo Juiz lhe dará a coroa da justiça. Vejamos se são merecimentos próprios ou dons de Deus. Diz ele: *Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé.*

Em primeiro lugar, essas boas obras, se não são precedidas por bons pensamentos, não têm valor algum. Atentai para o que diz sobre esses pensamentos, escrevendo aos coríntios: *Não como se fôssemos dotados de capacidade que pudéssemos atribuir a nós mesmos; mas é de Deus que vem a nossa capacidade* (2Cor 3,5). Em seguida, examinemos cada expressão em particular. *Combati o bom combate.* Pergunto: de que força se valeu: da que procede de si mesmo ou da que lhe foi dada do alto? Longe de pensar que tão exímio Doutor ignorasse a lei de Deus, cuja voz está no Deuteronômio: *Para que não dissesses em teu coração: A minha força e o vigor de meu braço adquiriram-me todas estas coisas, mas antes te lembrasses que foi o Senhor teu Deus, que te deu força para cumprir o pacto* (Dt 8,17-18).

O que aproveita um bom combate, se não lhe segue a vitória? E quem dá a vitória senão aquele do qual ele mesmo diz: *Graças se rendam a Deus, que nos dá a vitória por nosso Senhor Jesus Cristo?* (1Cor 15,57). E em outro lugar, ao recordar o testemunho do salmo: *Mas, por tua causa, somos postos à morte o dia todo, somos considerados como ovelhas destinadas ao matadouro,* acrescenta e diz: *Mas em tudo isso somos mais que vencedores, graças àquele que nos amou* (Sl 43,23; Rm 8,36-37). Portanto, não por nossos próprios meios, mas por aquele que nos amou.

Disse em seguida: *Terminei a minha carreira.* Quem disse isto foi o mesmo que diz em outra passagem: *Não depende, portanto, daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus que faz misericórdia* (Rm 9,16). Esta sentença não pode ser traduzida de modo a dizer: “Não de Deus que faz misericórdia, mas daquele que quer e daquele que corre”. Quem tiver a ousadia de assim se expressar, contradiz abertamente o Apóstolo.

17. Disse o Apóstolo por último: *Guardei a fé.* Quem o disse, foi o mesmo que afirmou: *Como homem que alcançou misericórdia do Senhor, para ser fiel* (1Cor 7,25). Não afirmou: “Alcancei misericórdia porque era fiel, mas para ser fiel”, revelando que não poderia ter fé a não ser pela misericórdia de Deus, que é dom de Deus. Este é seu ensinamento bem claro ao dizer: *Pela graça fostes salvos, por meio da fé, e isso não vem de vós, é o dom de Deus.*

Poderiam dizer: “Portanto, recebemos a graça, porque cremos”, atribuindo a fé a si mesmos e a graça a Deus. Mas por isso mesmo, o Apóstolo, depois de ter dito: *Por meio da fé,* diz: *e isso não vem de vós, é o dom de Deus.* E impedindo que digam ter merecido o dom pelas suas obras, acrescentou em seguida: *Não vem das obras, para que ninguém se encha de orgulho* (Ef 2,8-9). Não significa que negou ou tachou de inúteis as boas obras, pois em outro lugar afirmou que Deus retribui a cada um conforme suas obras (Rm 2,6), mas que as obras procedem da fé e não a fé das obras. Assim as obras da justiça não as devemos atribuir a nós, mas àquele do qual procede a fé, sobre a qual está escrito: *O justo vive da fé* (Hb 2,4).

18. Os homens, contudo, não entendendo as palavras do Apóstolo: *Nós sustentamos que o homem é justificado pela fé, sem as obras da Lei* (Rm 3,28), passaram a defender que ao homem é suficiente a fé, ainda que leve vida pecaminosa e não pratique boas obras. De forma alguma pensava assim o Vaso de Eleição, o qual, depois de ter afirmado em certo lugar: *Em Cristo Jesus, nem a circuncisão tem valor, nem a incircuncisão,* logo acrescentou: *mas a fé agindo pela caridade* (Gl 5,6). Esta é a fé que diferencia os fiéis dos espíritos imundos, pois estes, como diz o apóstolo Tiago, *crêem, mas estremecem* (Tg 2,19), mas não praticam boas obras.

Portanto, eles não têm a fé pela qual vive o justo, ou seja, que age pela caridade, e assim recebem de Deus a vida eterna conforme suas obras. Mas, como as próprias boas obras vêm-nos de Deus, da qual procedem também a fé e a caridade, o mesmo Doutor dos Gentios denominou graça a vida eterna.

CAPÍTULO VIII

A exposição anterior dá origem a uma questão difícil. A solução tem apoio em textos paralelos

19. Daí se origina uma questão séria, para a qual, com a ajuda de Deus, encontrar-se-á a solução.

Se pelas boas obras se alcança a vida eterna, como o diz claramente a Escritura: *E então retribuirá a cada um de acordo com o seu comportamento* (Mt 16,27), como dizer que a graça é a vida eterna, se a graça é outorgada não de acordo com as obras, mas gratuitamente no dizer do mesmo Apóstolo: *A quem faz um trabalho, o salário não é considerado como gratificação, mas como um débito?* (Rm 4,4). E novamente: *No tempo atual constituiu-se um resto segundo a eleição da graça;* e em seguida: *Se é por graça, não é pelas obras; do contrário, a graça não é mais graça?* (Rm 11,5-6).

Com a graça pode ser a vida eterna, se esta corresponde às boas obras? Acaso o Apóstolo não denomina graça a vida eterna? Denominou-a e não se pode negá-lo. E, para isso, não se exige uma inteligência extraordinária para compreendê-lo, mas tão-somente alguém que ouça atentamente. Isso porque, após ter dito: *O salário do pecado é a morte*, acrescentou imediatamente: *A graça de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor* (Rm 6,23).

20. No meu entender, para essa questão não há solução, a menos que se entenda que as próprias boas obras, que garantem a vida eterna, pertencem à graça de Deus, pelo que disse o Senhor Jesus: *Sem mim, nada podeis fazer* (Jo 15,5). E o próprio Apóstolo, ao dizer: *Pela graça fostes salvos, por meio da fé, e isso não vem de vós, é o dom de Deus: não vem das obras, para que ninguém se encha de orgulho*, percebeu que os homens poderiam interpretar que as boas obras não são necessárias, mas basta-lhes a fé, como também que os homens poderiam se orgulhar das boas obras, como se se bastassem a si mesmos. Por isso acrescentou em seguida: *Pois somos criaturas dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras que Deus já antes tinha preparado para que nelas andássemos* (Ef 2,8-10).

O que quis dizer ao exaltar a graça: *não vem das obras, para que ninguém se encha de orgulho*, e o que pretendeu ter dito ao apresentar o motivo: *Somos criaturas dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras?* Como pôde dizer: *não vem das obras para que ninguém se encha de orgulho?*

Repara e procura entender. Disse: *não vem das obras*, isto é, como se elas de ti procedessem, mas como obras nas quais Deus te plasmou, isto é, formou e criou, pois é isto que diz: *somos criaturas dele em Cristo Jesus para as boas obras*. Não se trata da criação pela qual recebemos a vida, mas daquela à qual se refere o salmista, que já era criatura humana: *Cria em mim, ó Deus, um coração puro* (Sl 50,12), e da qual diz o Apóstolo: *Se alguém está em Cristo, é nova criatura. Passaram-se as coisas antigas; eis que se fez uma realidade nova* (2Cor 5,17-18). Portanto, somos plasmados, ou seja, formados e criados *nas boas obras*, que nós não propusemos, mas Deus as preparou para que nelas andássemos.

Assim, caríssimos, se a nossa vida reta nada mais é que a graça de Deus, a vida eterna, recompensa da vida reta, é, sem dúvida, a graça de Deus, a qual é outorgada gratuitamente, porque é dada gratuitamente a quem é outorgada. Somente esta a quem se dá, é chamada graça; a vida eterna, outorgada a quem viveu na graça, como é prêmio, é graça sobre graça, a modo de recompensa pela

prática da justiça. Assim é para que seja verdade, porque é verdade, que Deus retribui a cada um conforme suas obras.

CAPÍTULO IX

Comentário sobre a expressão “graça sobre graça”. As boas obras e a graça de Deus

21. Talvez sejais levados a perguntar se a expressão “graça sobre graça” se encontra nos livros santos.

Respondo que se encontra no evangelho de João, tão brilhante pela sua luz, onde João Batista diz a respeito de Cristo Senhor: *De sua plenitude todos nós recebemos graça sobre graça* (Jo 1,16). Conseqüentemente, de sua plenitude recebemos nossas partezinhas, conforme nossa capacidade, para viver retamente, *de acordo com a medida da fé que Deus dispensou a cada um* (Rm 12,3). Porque *cada um recebe o seu dom particular: um deste modo; outro, daquele modo* (1Cor 7,7). A fé é também graça, mas, além do mais, receberemos graça sobre graça, quando nos será outorgada a vida eterna. Sobre ela disse o Apóstolo: *A graça de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor*, após ter afirmado antes: *O salário do pecado é a morte* (Rm 6,23). Com razão disse “salário”, porque a morte eterna se dá à milícia diabólica como débito.

Podendo dizer, e o diria acertadamente: o *salário* da justiça é a vida eterna, preferiu dizer: *A graça de Deus é a vida eterna*, a fim de que entendêssemos que a concessão da vida eterna por Deus não é por nossos méritos, mas pela sua misericórdia. A este propósito, no salmo, diz o homem à sua alma: *É ele que te coroa de misericórdia e de graça* (Sl 104,4). A coroa não é concedida pelas boas obras? Mas o salmista afirmou: *É ele que te coroa de misericórdia e de graça*, porque é ele quem age nos bons para a prática das boas obras, pois assim está escrito: *É Deus quem opera em vós o querer e o operar, segundo a sua vontade* (Fl 2,13). Pela sua misericórdia praticamos o bem, o qual recebe a coroa.

Pelo fato de dizer que é Deus quem opera em vós o querer e o operar, segundo sua vontade, não se há de concluir pela exclusão do livre-arbítrio. Se assim fosse, não teria dito acima: *Operai a vossa salvação com temor e tremor* (Fl 2,12). Quando se ordena o trabalho, supõe-se o livre-arbítrio, mas com temor e tremor, a fim de se evitar atribuir a si mesmo a boa obra e se orgulhar de sua prática. É como se perguntásseis ao Apóstolo: “Por que disseste: “Com temor e tremor?”. E ele justificaria suas palavras dizendo: “É Deus quem opera em vós”. Portanto, se temeis e tremeis, não vos ensoberbecereis das boas obras como se fossem vossas, porque é Deus quem opera em vós.

CAPÍTULO X

Ajustificação pela graça e não pelas obras da Lei

22. Irmãos, é vosso dever pelo livre-arbítrio não fazer o mal, mas praticar o bem. É o que nos é preceituado nos livros santos do Antigo e do Novo Testamento. Mas leiamos e, com a ajuda de Deus, procuremos entender o Apóstolo, que diz: *Porque diante dele ninguém será justificado pelas obras da Lei, pois da Lei vem só o conhecimento do pecado* (Rm 3,20). Ele disse: *conhecimento*, não a consumação. Quando o homem conhece o pecado, se faltar a graça de Deus para evitar o pecado, a Lei certamente gera a ira. É o que diz o Apóstolo em outro lugar e são palavras suas: *A Lei produz a ira*. Disse-o porque a ira de Deus é maior no prevaricador que conhece o pecado pela Lei e o pratica. Este homem é violador da lei, conforme diz logo depois: *Onde não há Lei, não há transgressão* (Rm 4,15). Por isso, dizendo em outra passagem: *E assim podermos servir em novidade de espírito e não na caducidade da letra, e considerando a lei como caducidade da letra*,

o que quis significar por novidade de espírito senão a graça?

E para não se pensar que acusasse ou repreendesse a Lei, propõe a si mesmo o problema e diz: *Que diremos, então? Que a Lei é pecado? De modo algum! Entretanto, eu não conheci o pecado senão através da Lei, pois eu não teria conhecido a concupiscência se a Lei não tivesse dito: “Não cobiçarás”. Mas o pecado, aproveitando da situação, através do preceito gerou em mim toda espécie de concupiscência: pois sem a Lei, os pecados estão mortos. Outrora eu vivia sem a Lei; mas, sobrevindo o preceito, o pecado reviveu e eu morri. Constatou-se assim que o preceito dado para a vida produziu a morte. Pois o pecado aproveitou a ocasião, e servindo-se do preceito me seduziu e por meio dele me matou. De modo que a Lei é santa, e santo, justo e bom é o preceito. Portanto, uma coisa boa se transformou em morte para mim? De modo algum. Mas foi o pecado que, para se revelar pecado, produziu em mim a morte através do que é bom. Para que o pecado, através do preceito, aparecesse em toda a sua virulência (Rm 7,7-13).*

Escrevendo aos gálatas, afirma: *Sabendo, entretanto, que o homem não se justifica pelas obras da Lei, mas pela fé em Jesus Cristo, nós cremos em Cristo Jesus para sermos justificados pela fé e não pelas obras da Lei, porque pelas obras da Lei ninguém será justificado (Gl 2,16).*

CAPÍTULO XI

Dissertação sobre a ação do Espírito que dá a vida. Exortação aos monges para a vida no Espírito

23. O que leva os pérfidos e perversos pelagianos à afirmação de que a graça de Deus é a lei, a qual nos fortalece para não pecar? O que dizem esses infelizes que claramente contradizem tão grande Apóstolo?

O Apóstolo diz que o pecado se fortalece pela Lei contra a criatura humana; ela o mata mediante os preceitos, embora santos, justos e bons. Causa-lhe outrossim a morte, da qual não se libertará se o Espírito não lhe comunicar a vida, sempre ameaçada pela letra, conforme diz em outro lugar: *A letra mata, mas o Espírito comunica a vida (2Cor 3,6)*. E eles, indóceis, cegos à luz de Deus, surdos à sua voz, ensinam que a letra mortífera dá a vida, e contradizem o Espírito que comunica a vida.

Servindo-me das próprias palavras do Apóstolo, advirto-vos: *Portanto, irmãos, somos devedores, não à carne para vivermos segundo a carne. Pois se viverdes segundo a carne, morrereis, mas se pelo Espírito fizerdes morrer as obras do corpo, vivereis (Rm 8,12-13)*. Citei essa afirmação para, com palavras apostólicas, pôr a vossa liberdade a salvo do mal e vos exortar à prática do bem. Contudo, evitai gloriar-vos no homem, ou seja, em vós mesmos, mas gloriiai-vos no Senhor, quando viveis não segundo a carne, mas com o espírito mortificais as obras da carne.

A fim de refrear o orgulho naqueles a quem se dirigia, os quais poderiam pensar serem capazes de praticar tantas boas obras com seu espírito e não com o de Deus, o Apóstolo após ter dito: *Mas se pelo Espírito fizerdes morrer as obras do corpo, vivereis*, acrescentou: *Todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus, são filhos de Deus (Rm 8,14)*.

Portanto, quando pelo Espírito morreres para as obras da carne para terdes a vida, dai glória a Deus, agradecei-lhe, pois agis com seu Espírito para o conseguirdes e viverdes como filhos de Deus: *Todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus, são filhos de Deus*.

CAPÍTULO XII

A filiação divina procede da graça e não da Lei

24. Não são, portanto, filhos de Deus os que agem pelo seu próprio espírito, apenas com a ajuda da

lei, privados da ajuda da graça e confiando na sua capacidade. Com relação a eles, diz o Apóstolo que, *desconhecendo a justiça de Deus e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitam à justiça de Deus* (Rm 8,12-14). Referia-se aos judeus que, presumindo-se de si mesmos, rejeitavam a graça e, conseqüentemente, não acreditavam em Cristo. E afirma que pretendiam criar sua própria justiça unicamente a partir da Lei. Isso não quer dizer que criaram a Lei, mas estabeleceram sua própria justiça na Lei que vem de Deus. Acreditaram que podiam cumprir a Lei com suas próprias forças, ignorando a justiça de Deus, não a justiça pela qual Deus é justo, mas a justiça exigida do homem por Deus.

E para que saibais que era dos judeus a justiça baseada na Lei e é de Deus a justiça exigida por Deus ao homem, ouvi o que o Apóstolo diz em outro lugar ao falar de Cristo: *Mais ainda: tudo considero perda, pela excelência do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor. Por ele, eu perdi tudo e tudo tenho como esterco, para ganhar a Cristo e ser achado nele, não tendo a minha justiça, que vem da Lei, mas a justiça que vem de Deus, apoiada na fé* (Fl 3,8-9). O que significa *não tendo a minha justiça que vem da Lei*, se a sua justiça não era a Lei, mas a que vem de Deus? Não significa ter chamado sua justiça, embora se fundasse na Lei, porque considerava poder cumprir a Lei tão só com os recursos de sua vontade sem o auxílio da graça, que se firma na fé em Cristo? Por isso, após ter dito: *não tendo a minha justiça que vem da Lei*, acrescentou em seguida: *mas a justiça que vem de Deus, apoiada na fé*.

Ignoravam essa justiça aqueles dos quais afirma: *Desconhecendo a justiça de Deus*, isto é, a que vem de Deus (e a letra mortífera não a outorga, mas sim o Espírito vivificante), *e procurando estabelecer a sua própria*, — que ele denomina justiça da Lei ao dizer: *não tendo a minha justiça que vem da Lei* —, *não se sujeitam à justiça de Deus*, ou seja, não se submetem à graça de Deus.

Os judeus viviam sob a Lei e não sob a graça, e por isso eram dominados pelo pecado, do qual a Lei não liberta, mas sim a graça. Assim diz em outro lugar: *E o pecado não vos dominará, porque não estais debaixo da Lei, mas sob a graça* (Rm 6,14). Não quis dizer que a Lei fosse má, mas lhes estão sujeitos aqueles que ela torna réus ordenando e não ajudando. A graça, pelo contrário, auxilia o cumpridor da Lei; sem ela, o que está sob a Lei é apenas ouvinte da Lei. A eles diz o Apóstolo: *Vós que buscais a justiça na Lei, caístes fora da graça* (Gl 5,4).

CAPÍTULO XIII

Assim como a Lei, a natureza não é a graça. A graça é também necessária para o combate às tentações

25. Quem é tão surdo às vozes apostólicas, tão falto de gosto, tão insano e chegue a não saber o que diz, que se atreva a dizer que a Lei é a graça, enquanto aquele que sabia o que estava dizendo, diz: *Vós que buscais a justiça na Lei, caístes fora da graça?*

Se a Lei não é a graça, já que, para cumpri-la, a Lei não pode ajudar, mas é a graça que ajuda, acaso a natureza será a graça? Pergunto isso porque os pelagianos ousaram dizer que a graça é a natureza na qual fomos criados, dotados de racionalidade, a qual nos permite ter inteligência, visto que fomos feitos à imagem de Deus para dominar os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que enchem a terra. Mas não é esta a graça pela fé em Jesus Cristo, proclamada pelo Apóstolo. Esta natureza é certamente comum aos ímpios e aos infiéis. Mas a graça pela fé de Jesus Cristo é possuída somente pelos que são iluminados por essa fé. *Nem todos têm fé* (2Ts 3,2).

Finalmente, assim como àqueles que desejam a justificação na Lei e caíram da graça o Apóstolo diz: *Se é pela Lei que vem a justiça, então Cristo morreu em vão* (Gl 2,21), com razão se pode dizer aos que consideram a natureza como a graça, a qual o Apóstolo engrandece e a fé recebe: “Se é pela

natureza que vem a justiça, então Cristo morreu em vão”.

A Lei existia e não justificava; a natureza existia e não justificava. Por isso Cristo não morreu em vão para cumprir a Lei. Ele, que disse: *Não penseis que vim revogar a Lei, mas dar-lhe pleno cumprimento* (Mt 5,17), morreu para que a natureza decaída em Adão fosse restaurada por ele, que disse ter vindo *procurar e salvar o que estava perdido* (Mt 18,11; Lc 19,10). Nessa vinda acreditaram os antigos Padres que amavam a Deus.

26. Afirmam também os pelagianos que a graça de Deus, que vem pela fé de Jesus Cristo e que não é nem a Lei nem a natureza, tem o único poder de perdoar os pecados passados, não para evitar os futuros ou vencer as dificuldades. Se assim fosse, depois de dizermos: *E perdoai-nos as nossas dívidas como também nós perdoamos aos nossos devedores*, não acrescentaríamos: *E não nos exponhais à tentação* (Mt 16,12-13). No primeiro pedido, suplicamos que os pecados sejam perdoados: no segundo, para nos pormos em guarda e não sermos vencidos. Não faríamos ao Pai este pedido, se pudéssemos fazê-lo pela força da vontade humana.

Aconselho e, com toda minha alma, exorto a Vossa Caridade a ler o livro do bem-aventurado Cipriano sobre a oração do Senhor. Que o Senhor vos ajude a compreender e memorizar esse ensinamento. Nele tomareis conhecimento de que se dirige ao livre-arbítrio dos leitores de seu livro para mostrar a necessidade de se implorar na oração os auxílios para o cumprimento da lei. Seria uma admoestação inútil, se a vontade humana tivesse capacidade para cumpri-la sem a ajuda divina.

CAPÍTULO XIV

A graça não é apenas a remissão dos pecados. — A validez da oração pelos não-crentes. — Comentário ao texto de Ezequiel (36,22-27)

27. Os que dizem que defendem o livre-arbítrio, mas apenas exageram sua importância a ponto de o destruírem, estão convencidos de que nem o conhecimento da lei divina, nem a natureza, nem tão-somente a remissão dos pecados é a graça outorgada por Jesus Cristo nosso Senhor, mas é ela que leva ao cumprimento da lei, à libertação da natureza e ao domínio sobre o pecado. Mas, convencidos desta verdade, empenham-se agora para, de qualquer modo, provar a doação da graça de Deus de acordo com merecimentos das boas obras. E dizem: “Embora não seja concedida em vista dos méritos das boas obras, porque pela sua virtude fazemos o bem, contudo é outorgada de acordo com os méritos da boa vontade. Isso porque a boa vontade do que ora, dizem eles, vem na frente e foi precedida pela vontade do que crê. Assim, como consequência, vem a graça de Deus, o qual ouve conforme esses merecimentos”.

28. Nos números 16-18, dissertamos sobre a fé, ou seja, sobre a vontade do que crê, demonstrando que faz referência à graça, tanto que o Apóstolo não diz: “Alcansei misericórdia porque era fiel”, mas: “*Alcansei misericórdia para ser fiel*” (1Cor 7,25). Há outros testemunhos, entre os quais está este: (Estima) *ditada pela sabedoria, de acordo com a medida da fé que Deus dispensou a cada um* (Rm 12,3). E o texto antes citado: *Pela graça fostes salvos, por meio da fé, e isso não vem de vós, é o dom de Deus* (Ef 2,8). E ainda o que escreveu aos efésios: *Paz, amor e fé da parte de Deus, o Pai, e do Senhor Jesus Cristo* (Ef 6,23). E aquele outro texto onde diz: *Pois vos foi concedida, em relação a Cristo, a graça não só de crerdes nele, mas também de por ele sofrerdes* (Fl 1,29).

Por conseguinte, tanto a fé dos crentes como a paciência dos que sofrem dizem respeito à graça de Deus, por que ambas são outorgadas. É digno de registro principalmente aquele texto: *Tendo o mesmo espírito de fé* (2Cor 4,13). Não diz: ciência da fé, mas *espírito de fé*, para que compreendêssemos que se concede a fé não pedida em ordem a se conceder outros bens ao que ora. Neste sentido diz o Apóstolo: *Como poderiam invocar aquele em quem não creram?* (Rm 10,14).

Assim, o espírito da graça faz com que tenhamos fé, a fim de que pela fé façamos os pedidos na oração e possamos cumprir os mandamentos. Por isso o Apóstolo freqüentemente antepõe a fé à lei, já que não podemos cumprir o ordenado pela lei a menos que com fé peçamos mediante a oração a força necessária.

29. Se a fé dependesse apenas do livre-arbítrio e não fosse dom de Deus, por que rezamos pelos não-crentes para serem crentes? Fá-lo-íamos em vão se não acreditássemos que mesmo as vontades mais pérfidas e refratárias à fé pudessem se voltar para Deus todo-poderoso e começassem a acreditar. Chama-se à ação a liberdade onde está escrito: *Se hoje ouvirdes a sua voz, não endureçais os vossos corações* (Sl 94,8). E se Deus não pudesse destruir a dureza do coração, não diria pelo profeta: *E tirarei da vossa carne o coração de pedra, e dar-vos-ei um coração de carne* (Ez 30,26). O Apóstolo mostra claramente a referência desta profecia ao Novo Testamento, onde diz: *Nossa carta sois vós, escrita não com tinta, mas com o espírito do Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, nos corações* (2Cor 3,2).

Não interpretemos estas palavras no sentido de que vivam segundo a carne os que devem viver segundo o Espírito. Quis dizer que, como a pedra é insensível, assim é o coração duro, e assim como é sensível a carne, a ela se compara o coração generoso. É esta a explicação pelo profeta Ezequiel: *E dar-vos-ei um coração novo, e porei um novo espírito no meio de vós; e tirarei da vossa carne o coração de pedra, e dar-vos-ei um coração de carne. E porei o meu espírito no meio de vós, e farei que andeis nos meus preceitos, e que guardeis as minhas leis e que as pratiquéis. E habitareis na terra que eu dei a vossos pais; e vós sereis o meu povo, e eu serei o vosso Deus* (Ez 36,26-28).

Não podemos dizer, sem proferirmos um absurdo, que o mérito da boa vontade tem precedência no homem para lhe ser tirado o coração de pedra, o qual significa a vontade insensível e obstinada a respeito de Deus? Quando é prévia a boa vontade, deixa de existir o coração de pedra.

30. Além disso, Deus manifesta claramente pelo mesmo profeta que seus feitos são devidos a seu nome e não em vista de qualquer mérito, quando diz: *Não é por amor de vós, casa de Israel, que eu farei o que estou para fazer, mas é por atenção ao meu santo nome, que vós tendes desonrado entre as nações para onde fostes. E eu santificarei o meu grande nome, que foi profanado entre as nações, o qual vós desonrastes no meio delas, a fim de que as nações saibam que eu sou o Senhor, diz o Senhor dos exércitos, quando eu tiver santificado a seus olhos no meio de vós. Porque eu vos tirarei dentre as nações, e vos congregarei de todos os países, e vos trarei para a vossa terra. E derramarei sobre vós uma água pura, e vós sereis purificados de todas as vossas imundícies, e eu vos purificarei de todos os vossos ídolos. E tirarei de vossa carne o coração de pedra, e dar-vos-ei um coração de carne. E porei o meu espírito no meio de vós, e farei que andeis nos meus preceitos, e que guardeis as minhas leis e que as pratiquéis* (Ez 36,22-27).

Quem é tão cego a ponto de não ver, tão insensível que não sinta que a graça de Deus é concedida não em atenção aos méritos da boa vontade, como o diz e atesta o próprio Senhor: *Não é por vós, casa de Israel, que eu farei o que estou para fazer, mas é por atenção ao meu santo nome?* Por que disse: *Eu farei, mas em atenção ao meu santo nome?* Não foi para impedir que se atribua a prática do bem aos merecimentos, como não se envergonham de ensinar os pelagianos? Tenha-se em conta que o povo de Israel não somente carecia de merecimentos, mas o texto revela que podia apresentar somente deméritos, ao dizer: *Mas em atenção ao meu santo nome que vós desonrastes entre as nações.*

Quem não reconhece ser um crime horrendo profanar o nome santo do Senhor? No entanto, *em atenção ao meu santo nome, diz o Senhor, que vós profanastes, e não por amor de vós, eu vos*

tornarei bons, e santificarei o meu grande nome, conforme diz o texto, que foi profanado entre as nações para onde fostes. Diz que santificará o seu nome, o qual acima denominou “santo”. É assim que rezamos na oração do Senhor e dizemos: Santificado seja o teu nome (Mt 6,9), isto é, que seja santificado entre os homens o nome que sem dúvida é santo. Finalmente acrescenta: A fim de que as nações saibam que eu sou o Senhor, diz o Senhor dos exércitos, quando eu tiver sido santificado a seus olhos no meio de vós. Como ele é sempre santo, é santificado, contudo, naqueles aos quais outorga a sua graça, retirando deles o coração de pedra com o qual profanaram o nome do Senhor.

CAPÍTULO XV

O livre-arbítrio é também necessário. — O querer e o poder nas boas ações.

31. Evitando que alguém conclua que o ser humano nada pode fazer pela sua vontade livre, o salmo diz: *Não endureçais os vossos corações* (Sl 94,8). E o próprio Ezequiel aconselha: *Lançai para longe de vós todas as prevaricações de que vos tornastes culpados, e fazei-vos um coração novo e um espírito novo. E por que hás de morrer, ó casa de Israel? Porque eu não quero a morte do que morre, diz o Senhor Deus; convertei-vos e vivei* (Ez 18,31-32).

Lembre-mos do que ele diz: *Convertei-vos e vivei, ao que dizemos: Restaura-nos, ó Deus* (Sl 79,4; 85,5). Lembre-mos que ele diz: *Lançai para longe de vós todas as vossas prevaricações; pois é ele que justifica o ímpio.* Lembre-mos de que aquele que diz: *Fazei-vos um coração novo e um espírito novo*, também diz: *Dar-vos-ei um coração novo e porei um novo espírito no meio de vós.* Como pode dizer: *Fazei-vos* o mesmo que diz: *Dar-vos-ei*? Por que manda, se ele vai outorgar? Por que dá, se o homem há de fazer? Não será porque ele dá o que manda, visto que ajuda a fazer o que manda?

A nossa vontade é sempre livre, mas não é sempre boa. Ou é livre da justiça, quando se sujeita ao pecado, e então é má, ou é livre do pecado quando serve à justiça, e nesse caso é boa. A graça de Deus, porém, é sempre boa, e faz com que tenha boa vontade quem antes a tinha má. Com seu auxílio, a vontade que começou a ser boa, cresce em tanta bondade que chega a cumprir os mandamentos divinos que quiser, quando o desejar com decisão. Vem a propósito o que foi escrito: *Se quiseres observar os mandamentos* (Eclo 15,16). Aquele que quiser e não puder, reconheça que ainda não quer plenamente, e assim reze para ter a vontade suficiente para cumprir os mandamentos. Desse modo recebe ajuda para fazer o preceituado. É útil o querer, quando podemos; é útil o poder, quando queremos. O que adianta querermos o que não podemos ou não querermos o que podemos?

CAPÍTULO XVI

Refutação de opinião pelagiana e ensinamento sobre a necessidade da intervenção da graça no cumprimento dos preceitos

32. Os pelagianos julgam saber demais quando dizem: “Deus não ordenaria o que soubesse estar acima da capacidade humana”. Quem o ignora? Mas ordena algumas coisas acima de nossa capacidade precisamente para sabermos o que devemos pedir-lhe. É uma mesma fê que pede pela oração o que a lei manda. O mesmo que disse: *Se quiseres observar os mandamentos*, também afirmou pouco depois no mesmo livro do Eclesiástico: *Quem porá uma guarda à minha boca, e um selo inviolável sobre os meus lábios, para que eu não caia por sua causa, e para que minha língua não me perca?* (Eclo 22,38).

Quem assim interrogou, já recebera certamente os preceitos: *Guarda a tua língua do mal, e os teus lábios, de palavras dolosas* (Sl 33,14). Portanto, se é verdade o que disse: *Se quiseres*

observar os mandamentos, por que está à procura de uma guarda para seus lábios, como aquele que diz no salmo: *Põe, Senhor, uma guarda à minha boca?* (Sl 140,3). Por que não lhe bastam o preceito e sua vontade, se, toda vez que quiser, há de observar os mandamentos? São muitos os preceitos contra a soberba. Já os conhece; e, se quiser, guardá-los-á. Por que um pouco depois diz: *Senhor, que és meu pai e Deus de minha vida... não permitas a imodéstia de meus olhares* (Eclo 23,45). A Lei já os advertira: *Não cobiçarás* (Ex 20,17). Que ele queira e cumpra o mandamento, porque, se quiser, guardará o mandamento. Por que prossegue e diz: *Afasta de mim a concupiscência?* (Eclo 23,5). Deus deixou muitos preceitos contra a luxúria; cumpra-os; pois, se quiser, observará os preceitos. Por que clama a Deus: *Que não me apegue à gula e ao prazer sensual?* (Eclo 22,4-6). Se lhe disséssemos isso na sua presença, certamente nos responderia: Mediante a oração com que me dirijo a Deus, percebei em que sentido eu disse: *Se quiseres observar os mandamentos*.

Não há dúvida de que podemos guardar os mandamentos, se queremos; mas como é Deus que prepara a vontade, é preciso recorrer a Deus para termos a vontade necessária e assim, querendo, possamos cumpri-los. É certo também que queremos quando queremos; mas dispõe-nos a querer o bem aquele do qual se afirmou o que antes eu disse: *A vontade é preparada pelo Senhor* (Pr 8 seg. LXX); e do qual também se disse: *Os passos do homem (justo) são firmados pelo Senhor, e é-lhe grato o seu caminho* (Sl 36,23); e se disse ainda: *É Deus quem opera em vós o querer e o operar* (Fl 2,13). Não há dúvida de que fazemos, quando fazemos, mas, outorgando à vontade forças deveras eficazes, faz com que façamos aquele que disse: *Farei com que andeis nos meus caminhos e observeis e cumprais meus preceitos*.

Ao dizer: *Farei com que cumprais*, o que quer significar, senão “tirarei de vós o coração de pedra”, que vos faz incapazes de cumprir, e “vos darei um coração de carne”, que vos faz capazes de cumprir? E o sentido destas expressões não é “tirarei um coração empedernido”, que não vos capacita para cumprir, “vos darei um coração obediente”, que vos inclina a cumprir? Dá-nos capacidade para cumprir aquele ao qual o salmista suplica: *Põe, Senhor, uma guarda à minha boca* (Sl 140,3). É o mesmo que dizer: “Faze com que ponha uma guarda à minha boca”, pois já alcançara de Deus esse favor aquele que disse: *Pus um freio à minha boca* (Sl 38,2).

CAPÍTULO XVII

A cooperação de Deus é imprescindível para a guarda dos mandamentos

33. O que deseja cumprir os mandamentos de Deus e não tem capacidade, na realidade tem boa vontade, mas é ainda débil e impotente. Terá capacidade quando a vontade se manifestar forte e decidida. Quando os mártires pautaram suas vidas pela fidelidade aos grandes mandamentos, fizeram-no com vontade decidida, ou seja, com grande amor. Desse amor fala o próprio Senhor: *Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos* (Jo 15,13). Daí o dizer do Apóstolo: *Pois quem ama o outro cumpriu a Lei. De fato, os preceitos: Não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não cobiçarás e todos os outros se resumem nesta sentença: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. A caridade não pratica o mal contra o próximo. Portanto, a caridade é plenitude da Lei* (Rm 13,8-10).

O apóstolo Pedro ainda não revelara esse amor, quando três vezes negou o Senhor (Mt 26,69-75). Como diz o evangelista João em sua Carta: *Não há temor no amor; mas o perfeito amor lança fora o temor* (1Jo 4,18). Contudo, Pedro não mostrou falta de amor, embora pequeno e imperfeito, quando dizia ao Senhor: *Darei a minha vida por ti* (Jo 13,37), pensando poder o que lhe ditava o querer.

E quem começou a infundir-lhe esse débil amor, senão aquele que prepara a vontade e a aperfeiçoa pela cooperação? Inicia sua intervenção, quando desejamos, aquele que, aperfeiçoando a

vontade, coopera com os que querem. São neste sentido as palavras do Apóstolo: *Tenho plena certeza de que aquele que começou em vós a boa obra há de levá-la à perfeição até o dia de Cristo Jesus* (Fl 1,6).

Portanto, para querermos, ele age em nós; quando queremos, com vontade decidida, coopera conosco. Porém, quando não age para querermos ou não coopera quando queremos, somos incapazes de praticar as obras de piedade. Sobre sua ação para querermos, está escrito: *É Deus que opera em nós o querer*. Sobre sua cooperação quando queremos e, ao querer, praticamos, diz: *E nós sabemos que Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam* (Rm 8,28). *Em tudo* não significa a inclusão das paixões terríveis e violentas? O fardo de Cristo, pesado para a fraqueza humana, torna-se leve com o amor. A estes o Senhor disse que seu fardo é leve (Mt 11,30), como o foi para Pedro quando sofreu por Cristo, não, porém, quando o negou.

34. Ao encarar essa caridade, ou seja, a vontade inflamada de amor divino, diz o Apóstolo: *Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, angústia, perseguição, fome, nudez, perigo, espada? Segundo está escrito: “Por tua causa somos postos à morte o dia todo, somos considerados como ovelhas destinadas ao matadouro”. Mas em tudo isto somos mais que vencedores, graças àquele que nos amou. Pois estou convencido que nem a morte nem a vida, nem os anjos nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem os poderes, nem a altura nem a profundidade, nem nenhuma outra criatura poderá nos separar do amor de Deus manifestado em Cristo Jesus, nosso Senhor* (Rm 8,35-39).

Em outra passagem afirma: *Passo a indicar-vos um caminho que ultrapassa a todos. Ainda que eu falasse línguas, as dos homens e as dos anjos, se eu não tivesse a caridade, seria como um bronze que tine. Ainda que eu tivesse o dom da profecia, o conhecimento de todos os mistérios e de toda a ciência, ainda que tivesse toda a fé, a ponto de transportar os montes, se não tivesse a caridade, eu nada seria. Ainda que eu distribuísse todos os meus bens aos famintos, ainda que entregasse o meu corpo às chamas, se não tivesse a caridade, isso nada me adiantaria. A caridade é paciente, a caridade é prestativa, não é invejosa, não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor, não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. A caridade jamais passará. E um pouco depois, diz: Agora, portanto, permanecem fé, esperança, caridade, essas três coisas. A maior delas, porém, é a caridade. Procurai a caridade* (1Cor 12,31; 13,1-13; 14,1).

Escrevendo aos gálatas, dizia-lhes: *Vós fostes chamados à liberdade, irmãos. Entretanto, que a liberdade não sirva de pretexto para a carne, mas, pela caridade, ponde-vos a serviço uns dos outros. Pois toda a Lei está contida numa só palavra: Amarás o teu próximo como a ti mesmo* (Gl 5,13-14).

Aos romanos diz o seguinte: *Quem ama o outro, cumpriu a Lei* (Rm 13,8). E aos colossenses: *Mas sobre tudo isso, revesti-vos da caridade, que é o vínculo da perfeição* (Cl 3,14). E a Timóteo: *A finalidade desta admoestação é a caridade; e acrescenta a que caridade se refere: que procede de um coração puro, de uma boa consciência, de uma fé sem hipocrisia* (1Tm 1,5).

Quando escreve aos coríntios e exorta: *Fazei tudo com caridade* (1Cor 16,14), revela claramente que até as próprias correções severas e dolorosas, assim consideradas pelos admoestados, devem ser feitas com caridade. Por isso, depois de haver dito: *Admoestai os indisciplinados, reconfortai os pusilânimes, suportai os fracos; sede pacientes para com todos*, Paulo logo acrescentou: *Vede que ninguém retribua o mal com o mal* (1Ts 5,14-15). Portanto, quando se corrigem os indisciplinados, não se retribui o mal com o mal, mas o mal com o bem. E todo este procedimento

não é fruto da caridade?

35. O apóstolo Pedro também escreveu a esse respeito: *Acima de tudo, cultivai com todo o ardor o amor mútuo, porque o amor cobre uma multidão de pecados* (1Pd 4,8). O mesmo fez o apóstolo Tiago: *Assim, se cumpris a Lei real segundo a Escritura: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”, agis bem* (Tg 2,8). Da mesma forma, o apóstolo João: *O que ama o seu irmão permanece na luz* (1Jo 2,10). E em outra passagem: *Todo o que não pratica a justiça, não é de Deus, nem aquele que não ama seu irmão. Porque esta é a mensagem que ouvistes desde o início: que nos amemos uns aos outros. E em outro lugar: Este é o seu mandamento: crer no nome do seu Filho Jesus Cristo e amar-nos uns aos outros* (1Jo 3,10-23). E um pouco depois: *Nisto reconhecemos que amamos a Deus e guardamos os seus mandamentos. Pois este é o amor de Deus: observar os seus mandamentos. E os seus mandamentos não são pesados* (1Jo 5,2-3). E na sua segunda Carta, diz: ... *não como escrevendo um novo mandamento, mas o que temos desde o princípio: amemo-nos uns aos outros* (2Jo 5).

36. O próprio Senhor Jesus afirma também que toda a Lei e os Profetas dependem dos dois preceitos, o amor de Deus e o amor ao próximo (Mt 22,40). A respeito dos dois mandamentos consta o seguinte no evangelho de Marcos: *Um dos escribas que ouvira a discussão, reconheceu que respondera muito bem. Então foi até ele e perguntou: “Qual é o primeiro de todos os mandamentos?”. Jesus respondeu: O primeiro é: “Ouve, ó Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor, e amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a alma, de todo o entendimento, e com todas as tuas forças”. O segundo é: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Não existe outro mandamento maior que estes* (Mc 12,28-31). E no evangelho de João, ele diz: *Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros. Como eu vos amei, amai-vos uns aos outros. Nisso conhecerão que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns pelos outros* (Jo 13,34-35).

CAPÍTULO XVIII

A caridade nos corações é dom de Deus. — Sentido do dom do temor de Deus

37. Todos esses preceitos do amor, ou seja, da caridade, são tantos e de tal natureza que se pode concluir sobre a impossibilidade de a criatura humana fazer bem, sem a caridade, tudo o que pensar fazer. Portanto, em vão impor-se-iam esses preceitos a seres humanos despojados de liberdade. Mas como os encontramos na Lei antiga e na nova, de onde procede nos homens o amor de Deus e do próximo, senão de Deus? E observe-se que com a nova Lei veio a graça prometida na antiga, e que a letra sem a graça causa a morte e que na graça está o Espírito que dá a vida.

Se a caridade não vem de Deus, mas dos homens, a vitória é dos pelagianos; se vem de Deus, a vitória é nossa. Sente-se entre nós como juiz o apóstolo João e diga-nos: *Caríssimos, amemo-nos uns aos outros*. Como eles ameaçam se gloriar à vista destas palavras e dizer: “Se recebemos o preceito de nos amarmos, nesse caso depende de nós o amor mútuo”, o próprio João prossegue: *Pois o amor vem de Deus* (1Jo 4,7). Portanto, não vem de nós, mas de Deus. E qual a razão para dizer: *Amemo-nos uns aos outros, pois o amor vem de Deus?* Sem dúvida, para advertir à liberdade que se apóie no dom de Deus.

Esta advertência não teria razão de ser, se antes não recebesse algo de caridade, e assim recebesse esse reforço para cumprir o preceituado. Os termos *Amemo-nos uns aos outros* são a lei; *pois o amor vem de Deus* são a graça. É este o sentido das palavras: *A sabedoria leva na língua a lei e a misericórdia de Deus* (Pr 3,16 seg. LXX). Daí o ter escrito o salmista: *Dará a bênção quem deu a Lei*.

38. Ninguém vos engane, irmãos: não amaríamos a Deus, se ele não nos amasse primeiro. O mesmo

João assim o ensina claramente e diz: *Quanto a nós, amemos, porque ele nos amou primeiro* (1Jo 4,19). A graça leva-nos a ser amantes da lei, mas a lei sem a graça conduz-nos à violação da mesma lei. É o que manifesta o Senhor aos seus discípulos ao dizer: *Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi* (Jo 15,16).

Se nós o tivéssemos amado primeiro para ele nos amar pelos nossos merecimentos, nós o teríamos escolhido primeiro para merecermos ser escolhidos por ele. Mas ele, que é verdade, contradizendo abertamente esta pretensão vaidosa dos homens, diz outra coisa bem diferente: *Não fostes vós que me escolhestes*. De fato, se não o escolhemos, também não o amamos. Como escolheriam os apóstolos aquele a quem não amavam? *Mas fui eu*, diz ele, *que vos escolhi*. Não o escolheram posteriormente e o preferiram a todos os bens deste mundo? Porque foram escolhidos, escolheram; e não porque escolheram, foram escolhidos.

Não haveria mérito algum por parte dos que escolhem, se não os precedesse a graça de Deus. Daí o dizer do Apóstolo abençoando os tessalonicenses: *A vós, porém, o Senhor faça crescer e ser ricos em amor mútuo* (1Ts 3,12). Abençoou-nos para nos amarmos uns aos outros aquele que dera a lei para nos amarmos mutuamente.

Finalmente, em outra passagem dirige-se aos mesmos leitores que certamente já possuíram o que antes lhes desejara: *Irmãos, por vossa causa sentimo-nos obrigados a render continuamente graças a Deus, pois a vossa fé cresce muito, e a caridade que tendes uns pelos outros aumenta em cada um de vós* (2Ts 1,3). Preveniu-os com estas palavras para evitar que se orgulhassem de ter adquirido por si mesmos o que possuíam pela bondade de Deus. “Porque a vossa fé cresce muito, diz ele, e a caridade de uns pelos outros aumenta em cada um de vós, devemos dar graças a Deus por vosso progresso, e não vos louvar como se o tivésseis adquirido por vós mesmos”.

39. Na Carta a Timóteo diz: *Pois Deus não nos deu um espírito de medo, mas um espírito de força, de amor e de sobriedade* (1Tm 1). Deste testemunho do Apóstolo não sejamos levados a deduzir que não recebemos o espírito do temor de Deus, que é certamente um grande dom de Deus, ao qual se refere o profeta Isaías ao dizer: *E repousará sobre ele o Espírito do Senhor, espírito de sabedoria e de entendimento; espírito de conselho e de fortaleza; espírito de ciência e de piedade; e será cheio do espírito de temor do Senhor* (Is 11,2-3).

Não recebemos o temor que levou Pedro a negar a Cristo, mas o espírito do temor ao qual se referiu o próprio Cristo, quando disse: *Temei aquele que depois de matar tem o poder de lançar na geena; sim, eu vos digo: a este temei*. Expressou-se assim, a fim de não o negarmos com o temor que perturbou Pedro. Deste temor quis que nos livrássemos, ao dizer antes: *Não tenhais medo dos que matam o corpo e depois disso nada mais podem fazer* (Lc 12,5-4). Não recebemos o espírito desse temor, mas o espírito da virtude, da caridade e da sobriedade, a respeito do qual diz o mesmo Apóstolo escrevendo aos romanos: *Nós nos gloriamos também nas tribulações, sabendo que a tribulação produz a perseverança, a perseverança uma virtude comprovada, a virtude comprovada a esperança. E a esperança não decepciona porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado* (Rm 5,3-5). O fato de a tribulação não tirar a paciência, mas ser seu incentivo, dá-se pela caridade que se manifesta como dom de Deus, o qual não devemos atribuí-lo a nós, mas ao Espírito que nos foi dado. Aos efésios também diz: *Aos irmãos, paz e amor e fé*, que são grandes bens. Mas ele mesmo diga de onde procedem: *Da parte de Deus, o Pai, e do Senhor Jesus Cristo* (Ef 6,23). Portanto, esses grandes bens são bens que vêm de Deus.

CAPÍTULO XIX

Insistência sobre a procedência divina da caridade

40. Não se há de admirarse a luz brilha nas trevas, mas as trevas não a apreendem. A Luz diz numa Carta de João: *Vede que prova de amor nos deu o Pai, que sejamos chamados filhos de Deus. E nós o somos* (1Jo 3,1). E na pessoa dos pelagianos, dizem as trevas: “O amor a nós procede de nós”. Se tivessem verdadeiro amor, ou seja, amor cristão, saberiam de onde procede, como o sabia o Apóstolo, que afirmava: *Quanto a nós, não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito que vem de Deus, a fim de que conheçamos os dons da graça de Deus* (1Cor 2,12).

O apóstolo João diz: *Deus é amor* (1Jo 4,16). E os pelagianos ensinam que a posse de Deus a devem, não a Deus, mas a si mesmos. Embora confessem que o conhecem pela lei que nos vem de Deus, mas afirmam que a caridade nós a possuímos por nós mesmos. É sinal de que não ouvem o Apóstolo, que diz: *A ciência incha; é a caridade que edifica* (1Cor 8,1).

Nada mais absurdo, mais insensato e mais contrário à santidade do amor do que confessar a procedência divina da ciência, que, sem o amor, incha, e a procedência humana da caridade, que à ciência não lhe permite inchar. E se o Apóstolo diz: *O amor de Cristo que excede a todo o conhecimento* (Ef 3,19), haverá algo mais insensato que considerar como vinda de Deus a ciência, inferior à caridade, e, como vinda dos homens, a caridade, superior à ciência?

A fé verdadeira e a sã doutrina ensinam que ambas procedem de Deus, pois assim está escrito: *Da face de Deus procedem a ciência e o entendimento* (Pr 2 seg. LXX). E lemos também: *O amor é de Deus; e ainda: Espírito de ciência e de piedade; além disso: Espírito de força, de amor e de sobriedade* (2Tm 1,7). Mas é maior dom a caridade do que a ciência, visto que esta, quando o homem a possui, necessita da caridade para não se inchar: *A caridade não é invejosa, não se ostenta, não se incha de orgulho* (1Cor 13,4).

CAPÍTULO XX

Deus governa os corações dos maus para a ação em favor dos bons

41. Creio ter dissertado bastante contra os que combatem com veemência a graça de Deus, a qual não anula a vontade humana, mas faz com que, sendo má, torne-se boa, e ajuda quando já é boa. Dissertei, disse eu, mas diria melhor que convosco falou a divina Escritura com seus convincentes testemunhos.

O esmerado estudo da Escritura mostra que Deus não somente dirige para as boas ações e para a vida as boas vontades dos homens, que ele torna boas, embora sejam más, como também mantém sob o seu poder todas as vontades em geral. Ele as inclina como quer e quando quer, seja para prestar favores a uns, seja para infligir castigos a outros, de acordo com sua vontade, obedecendo a desígnios que são certamente ocultos, mas sempre justos.

Deparamos, por exemplo, com alguns pecados que são castigos de outros pecados, como os vasos de ira, prontos para a perdição, como diz Paulo (Rm 9,22). Assim foi o endurecimento do Faraó, cuja razão foi a necessidade de o Senhor manifestar-lhe seu poder (Ex 7,3; 10,1). Assim foi a fuga dos israelitas da presença de seus inimigos da cidade de Hai; foram tomados pelo medo e fugiram. Isto lhes aconteceu como vingança do pecado com as circunstâncias com que merecia ser vingado. Refletem o fato as palavras do Senhor a Josué: *Israel não poderá ter-se diante de seus inimigos* (Js 7,4-12). O que significa: *não poderá ter-se*? Por que não puderam resistir pela força do livre-arbítrio e, com a vontade enfraquecida, fugiram tomados de medo? Não seria porque Deus domina até as vontades humanas e deixa serem invadidos pelo temor aqueles que ele assim quer quando cheio de ira? Os inimigos de Israel não lutaram por vontade própria contra o povo de Deus conduzido por Josué? No entanto, diz a Escritura: *Porque tinha sido desígnio do Senhor que os seus corações se endurecessem e que combatessem contra Israel, e que fossem derrotados* (Js 11,28).

Aquele malvado filho de Jêmini não maldizia o rei Davi por própria vontade? Contudo, o que

disse Davi, cheio de verdadeira, sublime e piedosa sabedoria? *Que importa a mim e a vós, filhos de Sárvia? Deixai que amaldiçoe, porque o Senhor lhe permitiu que amaldiçoasse Davi, e quem se atreverá a dizer: Por que fez ele assim?* Em seguida, a Escritura, elogiando o sentimento do rei e como que repetindo desde o princípio, diz: *E o rei disse a Abisai e a todos os seus servos: Eis que meu filho, que eu gerei das minhas entranhas, procura tirar-me a vida; quanto mais agora um filho de Benjamim! Deixai-o maldizer, conforme a permissão do Senhor; talvez o Senhor olhe para a minha aflição, e me dê bens pelas maldições deste dia* (2Sm 16,5-12).

Qual a pessoa inteligente que chegue a entender como o Senhor disse a esse homem que amaldiçoasse Davi? Não o disse mandando, caso em que deveríamos louvar-lhe a obediência. Mas porque Deus, por um desígnio oculto e justo inclinou sua vontade já dotada de maldade, está escrito: *O Senhor lhe permitiu*. Se Deus tivesse mandado e ele tivesse obedecido, mereceria louvor e não castigo, o qual, conforme sabemos, sobreveio-lhe posteriormente. E sabemos também a causa de o Senhor ter dito que maldissesse Davi, isto é, a causa de tê-lo feito cair nesse pecado: *Talvez o Senhor olhe para a minha aflição e me dê bens pelas maldições deste dia*.

O episódio revela que Deus se serve dos corações dos maus para louvor e ajuda aos bons. Assim procedeu ao servir-se de Judas para trair a Cristo, e dos judeus, para a sua crucificação. Quantos bens proporcionou desse modo aos povos fiéis! E se utiliza também do próprio demônio, mas para o bem, a fim de exercitar e provar a fé e a piedade dos bons. Esse proceder em nada favorece o Senhor, que tudo conhece de antemão, mas a nós necessitados de que essas coisas aconteçam.

Absalão não escolheu livremente o conselho que não o favoreceu? Mas ele o fez porque o Senhor ouvira a oração de seu pai, que assim suplicara. Por isso diz a Escritura: *Por disposição do Senhor foi abandonado o útil conselho de Aquitofel, para que o Senhor fizesse cair o mal sobre Absalão* (2Sm 17,14). Disse conselho *útil*, porque no momento favorecia a causa, ou seja, a luta contra o pai, contra o qual se rebelara. Seguindo o conselho de Aquitofel, conseguiria exterminar o pai, se Deus não o tivesse inutilizado, atuando no coração de Absalão para rejeitar tal conselho e preferisse o outro que não o favorecia.

CAPÍTULO XXI

Deus age mesmo nos corações dos maus ou para bem dos bons ou para castigo dos maus

42. Quem não se deixa tomar de temor perante esses desígnios divinos, mediante os quais ele age mesmo nos corações das pessoas más, retribuindo-lhes, no entanto, conforme seus merecimentos?

Roboão, por exemplo, filho de Salomão, recusou o sábio conselho dos anciãos para não agir rigorosamente com o povo, e aceitou a sugestão dos jovens respondendo com ameaças aos que devia tratar com brandura. Não o fez livremente? Mas a consequência foi o afastamento de dez tribos de Israel, que constituíram Jeroboão seu rei, para assim fazer a vontade do Deus irado, o qual já o havia predito. O que diz a Escritura? *E o rei não deu ouvidos ao povo; porque o Senhor tinha apartado dele a sua face, para verificar que tinha dito a Jeroboão, filho de Nabat, por meio do profeta Aías, silonita* (1Rs 12,15). Assim sucedeu por vontade humana, mas a mudança da consequência foi obra de Deus.

Compulsai os livros das Crônicas e encontrareis no segundo livro o seguinte: *O Senhor suscitou, pois, contra Jorão o espírito dos filisteus e dos árabes, que confinam com os etíopes; e entraram na terra de Judá, e assolaram-na, e saquearam tudo o que encontraram no palácio do rei* (2Cr 21,16-17). A narrativa revela que Deus suscitou os inimigos para devastar as terras de quem julgou serem dignos de tal castigo. Acaso os filisteus e os árabes chegaram involuntariamente à terra dos judeus para a devastar, ou, se vieram por sua deliberação, é mentiroso o testemunho da Escritura ao

afirmar que Deus suscitou seu espírito para essa invasão? Ambas as suposições são verdadeiras, visto que invadiram porque quiseram, mas o Senhor suscitou o espírito dos invasores. Podemos dizer também ao contrário, ou seja, que Deus suscitou o espírito dos invasores, os quais vieram por livre vontade.

O Todo-poderoso atua nos corações humanos mesmo quanto à moção da vontade, para incitá-los a fazer o que quer aquele que jamais se soube ter querido algo injusto. O que o homem de Deus disse ao rei Amasias? Disse: *O rei, não marche o exército de Israel contigo, porque o Senhor não é com Israel nem com todos os filhos de Efraim. Se julgar que o sucesso da guerra depende da força do exército, Deus fará que sejas vencido pelos inimigos, porque só Deus pode socorrer e pôr em fuga* (2Cr 25,7-8). Como o poder de Deus ajuda a uns na guerra, infundindo-lhes confiança, e a outros, infundindo-lhes terror, fá-los fugir? Não será porque aquele que criou no céu e na terra tudo o que quis (Sl 134,6), age também nos corações dos homens?

Podemos ler o que disse Joás, rei de Israel, ao enviar um mensageiro ao rei Amasias, que nutria o plano de lutar contra ele: *Repousa em tua casa; por que provocas o mal para pereceres tu e Judá contigo?* (2Rs 14,9-10). A Escritura acrescentou em seguida: *Amasias não o quis ouvir, porque era vontade do Senhor entregá-lo nas mãos dos inimigos por causa dos deuses de Edom* (que ele adorava) (2Cr 25,20). Percebemos que Deus, nessa circunstância, querendo vingar o pecado de idolatria, agiu daquela forma no seu coração, merecedor de ira, para não ouvir o aviso salutar, mas, desprezando-o, empreendesse a guerra, onde cairia com seu exército.

Diz o Senhor pelo profeta Ezequiel: *E quando algum profeta errar e proferir um (falso) oráculo, fui eu, o Senhor, que permiti que se enganasse esse profeta e estenderei a minha mão sobre ele, e o exterminarei do meio do meu povo de Israel* (Ez 14,9).

No livro de Ester está escrito que uma mulher do povo israelita, na terra do cativo, tornou-se esposa do rei estrangeiro Assuero. Narra o livro que, vendo-se na necessidade de interceder por seu povo, ameaçado de extermínio pelo rei em todas as partes do país, dirigiu ela ao Senhor uma oração. O momento crítico obrigava-a a ir à presença do rei, que não a havia chamado nem lhe dera autorização (Est 3 e 4). Vede o que diz a Escritura: *Dirigiu-lhe o olhar como o do touro no ápice de sua raiva; encheu-se de temor a rainha, mudaram-se as cores de seu rosto pelo desmaio e caiu sobre a cabeça da serva que a acompanhava. Mas Deus mudou o ânimo do rei, e da indignação passou à mansidão* (Est 5 seg. LXX).³

No livro dos Provérbios estão estas palavras: *O coração do rei está na mão do Senhor como a água corrente; ele o inclinará para qualquer parte que quiser* (Pr 21,1).

No salmo 104 lê-se uma referência sobre o que Deus fez aos egípcios: *Mudou o coração destes para que odiassem o seu povo, e usassem de enganos com os seus servos* (Sl 104,25).

Considerai agora o que está escrito nas cartas apostólicas. Na Carta de Paulo aos Romanos: *Por isso Deus os entregou, segundo o desejo de seus corações, à impureza em que eles mesmos desonraram seus corpos*. E um pouco depois: *Por isso Deus os entregou a paixões aviltantes*. E ainda: *E como não julgaram bom ter o conhecimento de Deus, Deus os entregou à sua mente incapaz de julgar, para fazerem o que não presta* (Rm 1,24.26.28). Escrevendo aos tessalonicenses, afirma, na segunda carta, a respeito de alguns: *Para aqueles que se perdem porque não acolheram o amor da verdade, a fim de serem salvos. É por isso que Deus lhes manda o poder da sedução, para acreditarem na mentira e serem condenados todos os que não creram na verdade, mas antes consentiram na injustiça* (2Ts 2,10-11).

43. Com estes e outros testemunhos das divinas Escrituras que seria prolixo mencionar, fica bem patente, no meu entender, que Deus atua nos corações humanos para dispor de suas vontades

conforme ele quiser, seja em favor dos bons com sua misericórdia, seja com relação aos maus de acordo com seus merecimentos, sempre conforme seus desígnios, umas vezes evidentes, outras, ocultos, mas sempre justos.

Gravai em vosso coração que não há injustiça por parte de Deus (Rm 9,14). Por isso, quando ledes nas palavras de verdade que Deus seduz os homens ou que embrutece ou endurece seus corações, tende certeza de que foi em vista dos maus méritos dos homens, a fim de que sofressem esses males. Não incidam no que afirma o provérbio de Salomão: *A estultícia do homem perverte os seus passos e ferve no seu coração contra Deus* (Pr 19,3).

A graça não é outorgada de acordo com os merecimentos humanos, pois, em caso contrário, a graça não é mais graça (Rm 11,6); chama-se graça, porque é dada de graça. Se ele é poderoso, não se há de admirar que, por meio de anjos, bons e maus, ou de qualquer outro modo, atue mesmo no coração dos maus conforme seus méritos. A maldade deles não é obra de Deus, mas procede originalmente de Adão ou aumentou pela própria vontade. Não nos deve causar admiração, se, mediante o Espírito Santo, faz o bem no coração dos seus eleitos aquele que atuou e infundiu a bondade quando eram maus.

CAPÍTULO XXII

A graça não supõe méritos antecedentes

44. Os mortais podem supor a posse de alguns méritos antecedentes, aos quais siga a justificação pela graça de Deus. Mas não compreendem que com essa conjectura estão negando a graça. Pensam assim, quando a suposição refere-se aos adultos; com relação às crianças não sabem o que responder, visto que elas não têm liberdade de vontade ao receber a graça, para cuja consecução, afirmam eles, o ser humano concorre com seus méritos antecedentes.

Além disso, somos testemunhas de que, com lágrimas, elas relutam em receber o batismo e os divinos sacramentos. Esse comportamento ser-lhes-ia imputado como um grave pecado de impiedade, se fossem dotadas de liberdade. Contudo, a relutância não impede que recebam a graça mesmo que não haja nenhum merecimento, visto que, em caso contrário, a graça não seria graça.

Às vezes a graça é conferida a filhos de infiéis, quando por disposições misteriosas de Deus vão ter a mãos piedosas. Outras vezes, porém, os filhos dos fiéis não a alcançam devido a algum obstáculo impedindo que lhes chegue a necessária ajuda. Estes fatos acontecem por uma oculta providência de Deus, cujos desígnios são inescrutáveis e insondáveis os caminhos.

Isso dizia o Apóstolo, mas atentai para o que vinha dizendo. Referia-se aos judeus e aos pagãos ao escrever aos romanos, e diz: *Com efeito, como vós outrora fostes desobedientes a Deus e agora obtivestes misericórdia, graças à desobediência deles, assim também eles agora são desobedientes, graças à misericórdia exercida para convosco, a fim de que eles também obtenham misericórdia no tempo presente. Deus encerrou todos na desobediência para a todos fazer misericórdia.* Considerando o que havia dito e admirando a verdade de sua sentença, mas principalmente sua grande profundidade, ao concluir que Deus encerrou todos na desobediência para a todos fazer misericórdia, como que fazendo o mal para resultar o bem, exclamou em seguida e disse: *Ó abismo da riqueza, da sabedoria e da ciência de Deus! Como são insondáveis seus juízos e impenetráveis seus caminhos* (Rm 11,30-33).

Pessoas perversas e propensas à crítica, tardas de compreensão, não refletindo sobre esses inescrutáveis e insondáveis caminhos, pensavam e afirmavam que o Apóstolo disse: “Façamos o mal para que venha o bem” (Rm 3,8). Esta suposição está muito longe do sentir do Apóstolo. Mas essas pessoas de pouca inteligência assim pensavam, quando o ouviram dizer: *Ora, a Lei interveio para*

que avultassem as faltas, mas onde avultou o pecado, a graça superabundou (Rm 5,20). A graça atua de modo que leva a praticar o bem os que fizeram o mal, não a perseverar no mal e julgar que por isso recebem o bem. Portanto não devem dizer: “Façamos o mal para que venha o bem”, mas: “Fizemos o mal e vieram bens”.

Sendo assim, façamos o bem, para no mundo futuro recebermos bens pelos bens, nós que nesta vida recebemos bens pelos males. É este o sentido do que diz o salmo: *Eu cantarei a graça e a justiça* (Sl 100,1). Antes, como fruto da misericórdia: *Deus não enviou seu Filho ao mundo para condenar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele* (Jo 3,17); depois, para efeito de juízo, virá julgar os vivos e os mortos, embora neste tempo não haja salvação sem juízo, mas particular. Assim diz o Senhor: *Para julgamento é que vim a este mundo: para que os que não enxergam, vejam, e os que vêem, tornem-se cegos* (Jo 9,39).

CAPÍTULO XXIII

A justiça de Deus na retribuição do mal pelo mal, do mal pelo bem e do bem pelo bem

45. Atribuí aos desígnios ocultos de Deus ao terdes conhecimento do que acontece a crianças, as quais são portadoras do mal hereditário de Adão: enquanto umas são socorridas pelo batismo, outras não o são e morrem com essa mancha. O mesmo se diga quando se souber que continua vivendo algum batizado que no conhecimento de Deus será no futuro ímpio, e outro batizado ser levado desta vida para que a malícia não lhe mude o modo de pensar (Sb 4,11).

Não sejais tentados a atribuir injustiça ou falta de sabedoria a Deus, no qual está a fonte da justiça e da sabedoria. Pelo contrário, como vos exortei desde o princípio deste livro, ao caminho que chegastes, caminhai por ele, e Deus vo-lo revelará se não nesta vida, certamente na outra: *nada há de encoberto que não venha a ser descoberto* (Mt 10,26). Portanto, quando ouvis o Senhor dizendo: *Fui eu, o Senhor, que permiti que se enganasse esse profeta* (Ex 14,9), e o que diz o Apóstolo: *Ele faz misericórdia a quem quer e endurece a quem quer* (Rm 9,18), com relação a quem seduz ou endurece, olhai os deméritos, e naqueles a quem faz misericórdia, reconhecei, pela fé e sem duvidar, a graça de Deus, que não retribui males com males, mas bens pelos males.

E não considereis o Faraó despojado de liberdade, pelo fato de Deus dizer em muitos lugares: *Endureci o Faraó; ou Endureci ou endurecerei o coração do Faraó* (Ex 4-14 passim). Nem por isso o Faraó não endureceu seu coração, pois, a esse respeito, lê-se na Escritura depois que desapareceram as moscas: *Mas o coração do Faraó endureceu-se de tal sorte, que nem ainda desta vez deixou ir o povo* (Ex 8,32). Vemos que deste modo Deus endureceu o coração do Faraó por seu justo juízo, e o Faraó o endureceu levado por sua liberdade.

Estai certos, portanto, de que não trabalhais em vão, se perseverardes até o fim no bom propósito. Deus, que agora aos libertados não retribui conforme suas obras, então retribuirá de acordo com suas obras. Deus retribuirá o mal com o mal, porque é justo; e o bem pelo mal, porque é bom. E retribuirá o bem com o bem, porque é bom e justo, e não retribuirá o mal com o bem, somente pelo fato de que não é injusto. Resumindo: dará o bem pelo mal, a graça pela injustiça, o bem pelo bem, graça sobre graça.

CAPÍTULO XXIV

Conclusão da obra. — Incentivo à procura da sabedoria

46. Lede com assiduidade este livro e, se o compreenderdes, dai graças a Deus; quando não compreenderdes, rezai para que o compreendais; o Senhor dar-vos-á entendimento. Lembrai-vos do

que está escrito: *Se alguém dentre vós tem falta de sabedoria, peça-a a Deus, que a concede generosamente a todos, sem impropérios, e ela ser-lhe-á dada* (Tg 1,5). Esta é a sabedoria que vem do alto, como o diz o próprio apóstolo Tiago. Rejeitai, porém, e rezai para que nunca esteja em vós aquela sabedoria que Tiago condenou, ao dizer: *Mas, se tendes inveja amarga e preocupações egoísticas no vosso coração, não vos orgulheis nem mintais contra a verdade, porque esta sabedoria não vem do alto; antes, é terrena, animal e diabólica. Com efeito, onde há inveja e preocupações egoísticas, aí estão as desordens e toda sorte de más ações. Por outra parte, a sabedoria que vem do alto é, antes de tudo, pura, depois pacífica, indulgente, conciliadora, cheia de misericórdia e de bons frutos, isenta de parcialidade e de hipocrisia* (Tg 3,14-17).

Que bem excelente não possuirá quem ao Senhor implorar essa sabedoria e a conseguir! Compreendei agora o que é graça: se essa sabedoria fosse nossa, não seria do alto nem a haveríamos de implorar de Deus que nos criou.

Irmãos, orai também por nós para que nossa vida transcorra neste mundo na sobriedade, na piedade e na justiça, na expectativa daquela bem-aventurada esperança e da manifestação de nosso Salvador Jesus, a quem se dê honra e glória e reino com o Pai e o Espírito Santo pelos séculos dos séculos. Amém.

¹ Refere-se à obra *A Graça e a Liberdade*, que vem a seguir.

² A versão latina atual reza assim: “Quis est ista quae ascendit de deserto, deliciis affluens”, e não “dealbata”, que se traduz por “toda branca”.

³ Na vulgata, o episódio é narrado em outros termos (Est 5,1-3).

A CORREÇÃO E A GRAÇA

(De correctione et gratia)

INTRODUÇÃO

Após a leitura da obra *A graça e a liberdade*, novas perturbações surgiram no mosteiro de Hadrumeto. Não conseguindo restabelecer a paz entre os monges nem respostas para suas questões, o abade Valentim enviou o monge Floro, com uma carta para Agostinho agradecendo as cartas a ele remetidas e a obra que explicava aos monges como conciliar a graça e a liberdade. Contudo, esta mesma obra propunha novos problemas, desencadeando novas dissensões entre os confrades de Hadrumeto.

Da leitura de *A graça e a liberdade*, alguns concluíram que se Deus opera em nós o querer e o agir, todas as correções dos superiores tornam-se desnecessárias. Se Deus é quem realiza, cooperando, aquilo que ele mesmo começa, se tanto o começo da obra quanto seu acabamento pertencem a Deus, os superiores devem apenas instruir seus súditos e rogar para que não lhes falte a graça de cumprir seus deveres, mas não podem, de modo algum, imputar-lhes culpa, já que, no caso, os monges faltosos estariam privados de um auxílio que Deus concede a quem quer.

Pode-se ver que se trata de uma conclusão perigosa para a vida religiosa: o fatalismo, a inércia ou a insubordinação podem ser justificados a partir desta doutrina.

Foi justamente para resolver estes problemas que Agostinho redigiu *A correção e a graça*, em 427, remetendo-o por meio de Floro ao mosteiro de Hadrumeto. Nela Agostinho mostra a necessidade e o valor da correção fundando-os na responsabilidade moral da pessoa, isto é, no uso da liberdade. Procura salvar sempre a dupla causalidade na ação humana: a divina e a humana, ambas agindo sem se confundir ou se anular mutuamente. A graça não exclui a cooperação de outras causas e as ações humanas nada podem operar em vista da salvação sem o concurso da graça. Por essa razão, os superiores devem orar, mas também exortar e corrigir os súditos. Esquivar-se da correção é sinal de maldade e de endurecimento do homem.

A correção, segundo Agostinho, é meio para se alcançar a perseverança. Muitos dos que perderam a graça, por ela a recuperam. Nos últimos capítulos, Agostinho destaca a misericórdia de Deus para com os eleitos e a justiça para com os condenados e fala da predestinação. Há um segredo na predestinação para que ninguém se orgulhe, já que os publicanos e as prostitutas antecedem os mais austeros e presunçosos praticantes da lei, no reino de Deus.

No capítulo 12,38, encontra-se uma passagem famosa que serviu de fundamento para Calvino e Jansênio tirarem suas doutrinas. A doutrina de Agostinho não supõe um domínio irresistível e férreo da graça sobre a vontade humana, destruindo nela a liberdade. Contudo a interpretação de Calvino afirma uma dominação despótica de Deus na consciência do homem de modo que sua liberdade se converte em arbítrio escravo, joguete das forças divinas ou diabólicas. Se Agostinho realça a soberania do poder divino, que pode atrair as vontades humanas aonde lhe apraz, Calvino julga incompatível com a onipotência divina o movimento livre da criatura. A “invencibilidade” de que fala Agostinho não deve ser relacionada com uma presumida ação escravizadora de Deus, mas com força que o auxílio divino imprime na vontade enfraquecida para resistir aos violentos contrastes que o mundo, o demônio e a concupiscência apresentam.

Se no estado de inocência o homem gozava de plena liberdade, uma vez cometido o primeiro pecado, tornou-se refém de dupla inclinação, para si mesmo e o mundo sensível. Com a repetição

dos pecados, robusteceu-se nele o “peso da natureza” (*pondus naturae*), o peso contrário às inclinações originais do homem. A primeira liberdade perdeu sua força original e a consciência moral a clareza de suas normas. Esta liberdade debilitada, diminuída em sua indiferença e em sua orientação aos valores supraterrâneos é o livre-arbítrio subsistente no homem como faculdade para cooperar com a graça. Assim, quando Agostinho afirma que o homem perdeu a liberdade, refere-se à “verdadeira liberdade”. A liberdade que perdemos de modo absoluto é o domínio da vontade sobre nossos sentimentos. Porque nossa vontade não mais acompanha o domínio dos sentimentos, temos uma liberdade debilitada, diminuída. Quando Agostinho fala da perda da liberdade, deve-se ter sempre em mente esta distinção.

Esta foi uma obra de muita polêmica. Segundo Charles Boyer, os discípulos de Jansênio e de Baio buscaram nela o material para sustentar seu sistema pessimista e escravizador. Fénelon, ao contrário, vingou Agostinho contra os jansenistas (cf. *Divi Augustini. De correptione et gratia*, intr., p. 9). Segundo Próspero de Aquitânia, este é um “Livro repleto de autoridade divina”, ao tomar conhecimento do movimento reacionário que surgiu entre os monges de Lerins (cf. *Epist.* 225,2). Para o cardeal Noris, este livro apresenta toda a economia da graça divina, de tal modo que foi qualificado de livro áureo por homens ilustres (cf. *Opera Omnia, I. Historiae Pelagianae*, I, c. 26, p. 106), Venetiis, 1789).

CAPÍTULO I

A fé ortodoxa proclama a necessidade da graça

1. Muito amado irmão Valentim e irmãos que servis a Deus em comunidade:

Depois da leitura da carta que Vossa Caridade me enviou por meio do irmão Floro e dos que com ele vieram até nós, agradei a Deus ao tomar conhecimento da paz que rei-na entre vós no Senhor, do consenso a respeito da verdade e do ardor na caridade, conforme vossa palavra me afiança.

A dissensão desencadeada pelo inimigo para ruína de alguns de vossos confrades, pela misericórdia de Deus e pela sua bondade em converter em proveito de seus servos as tramas diabólicas, contribuiu antes para o crescimento de alguns do que para sua perdição.

Não há necessidade de voltar ao enfoque de todos os pontos tratados com a devida profundidade no livro que vos enviamos e que vossa resposta nos revelou como acolheste.⁴

Não julgueis ser suficiente uma primeira leitura para um cabal conhecimento de seu conteúdo. Se desejais obter melhores resultados, deveis dar-vos ao trabalho de a tornar a ler para assimilar os ensinamentos e assim tomar conhecimento sobre quais e quão importantes questões veio dar solução e remédio não a autoridade humana, mas a divina, da qual não podemos afastar-nos, se desejamos atingir a meta que nos propomos.

2. O Senhor não somente mostra o mal a evitar e o bem a praticar, o qual é da competência da letra da lei, mas também nos ajuda a evitar o mal e praticar o bem (Sl 36,27), o que a ninguém é possível sem o espírito da graça, com cuja falta a lei tão-somente conduz à culpabilidade e à morte. Por isso diz o Apóstolo: *A letra mata, mas o Espírito co-munica a vida* (2Cor 3,6). Portanto, quem de modo conveniente se serve da lei, chega ao conhecimento do mal e do bem e, não confiando na sua força, refugia-se na graça, cujo auxílio lhe dá forças para se afastar do mal e fazer o bem.

E quem recorre à graça? Não é aquele cujos passos são orientados pelo Senhor e escolhe seus caminhos? (Sl 36,23). Assim, o desejo da graça é início da graça, da qual fala o salmista: *Então eu digo: Agora começo: está mudada a destra do Altíssimo* (Sl 76,11).

Conseqüentemente, devemos confessar que temos liberdade para fazer o mal e o bem; mas para

fazer o mal, é mister libertar-se da justiça e servir ao pecado, ao passo que na prática do bem, ninguém é livre, se não é libertado por aquele que disse: *Se, pois, o Filho vos libertar, sereis, realmente, livres* (Jo 8,36). Mas ninguém pense que, uma vez libertado da sujeição ao pecado, não lhe é mais necessário o auxílio do libertador. Pelo contrário, ouvindo dele: *Sem mim nada podeis fazer* (Jo 15,5), responda-lhe: *Tu és minha ajuda; não me deixes* (Sl 26,9).

Alegro-me em saber que também nosso irmão Floro professa esta fé, que é certamente a fé verdadeira, profética, apostólica e católica. Sendo assim, devem ser corrigidos os que não entendiam desse modo, os quais julgo que já se corrigiram pela misericórdia de Deus.

CAPÍTULO II

A graça não dispensa a iniciativa humana

3. É necessária a compreensão exata da graça por Jesus Cristo nosso Senhor. Somente ela pode libertar o homem do mal, e sem ela não pode fazer bem algum, seja em pensamento ou desejo ou amor, seja por obra. Com ela, não somente é capaz de saber o que há de fazer, mas também, com sua ajuda, pode fazer com amor aquilo de que tem conhecimento.

Esta inspiração de boa vontade e de boa ação, o Apóstolo a implorava em favor daqueles aos quais dizia: *Pedimos a Deus, não cometaís mal algum. Nosso desejo não é aparecer como aprovados, mas, sim, que pratiquéis o bem, ainda que devamos passar por não aprovados* (2Cor 13,7). Ao ouvir estas palavras, quem não há de cair em si e confessar que recebemos do Senhor Deus a força para nos afastar do mal e praticar o bem? Pois, o Apóstolo não diz: “advertimos, ensinamos, exortamos”, mas diz: *Pedimos a Deus, não cometaís mal algum... mas, sim, que pratiquéis o bem.*

Não obstante, dizia-lhes também e fazia tudo o que mencionei: advertia, ensinava, exortava, corrigia. Mas sabia que tudo isto feito por ele às claras não tinha valor, se não ouvisse sua oração aquele que dá o crescimento ocultamente. Pois, como diz o mesmo Doutor dos Gentios: *Assim, pois, aquele que planta, nada é; aquele que rega, nada é; mas importa somente Deus que dá o crescimento* (1Cor 3,7).

4. Portanto, não se enganem aqueles que dizem: “Por que nos admoestais e nos dais preceitos para nos afastarmos do mal e praticarmos o bem, se não somos autores, mas é Deus que opera em nós o querer e o agir?”. Pelo contrário, entendam que, se são filhos de Deus, são conduzidos pelo Espírito de Deus (Rm 8,14), de modo que façam o que devem fazer e, depois de tê-lo feito, agradeçam àquele de quem recebem as forças. São movidos a agir, mas nem por isso deixem de fazer sua parte. É-lhes indicado o que devem fazer e, quando fazem como devem, ou seja, com amor e gosto pela justiça, alegrem-se por ter recebido a suavidade outorgada pelo Senhor, para que sua terra produzisse seu fruto (Sl 84,13). Quando, porém, não agem, seja deixando totalmente de fazer, seja fazendo-o sem amor, devem orar para receber o que ainda não têm. Mas, o que terão e que não será recebido? Ou o que têm, que não tenham recebido? (1Cor 4,7).

CAPÍTULO III

O preceito, a correção e a oração são complementares

5. Mas dirão: “Dêem-nos preceitos os superiores para agirmos e rezem por nós para que os cumpramos; mas não nos corrijam nem nos incriminem, se não os cumprirmos”. Pelo contrário, façam ambas as coisas, pois assim faziam os apóstolos doutores das Igrejas, os quais ordenavam o que se devia fazer, corrigiam os infratores e oravam para que observassem os preceitos.

O Apóstolo, por exemplo, ordena ao dizer: *Fazei tudo com caridade* (1Cor 16,14). Corrige

quando diz: *Já é para vós uma falta a existência de litígios entre vós. Por que não preferis, antes, padecer uma injustiça? Por que não vos deixais, antes, defraudar? Entretanto, ao contrário, sois vós que cometeis injustiça e defraudais, e isto contra vossos irmãos! Então não sabeis que os injustos não herdarão o Reino de Deus?* (1Cor 6,7-9). Ouçamos também o que ora: *A vós, porém, o Senhor faça crescer e ser ricos em amor, e para com todos os homens* (1Tt 3,12). Ordena que se viva o amor, corrige, quando falta o amor e ora para que o amor seja transbordante.

Ó homem, descobre nos preceitos o que deves fazer, reconhece na correção o que te falta por tua culpa e aprende na oração a fonte do que desejas possuir.

CAPÍTULO IV

Uma objeção

6. Diz ainda o refratário à correção: “Como posso ser culpável por não ter o que não recebi daquele que pode dar e é o único de quem possa receber tão grande e precioso dom?”

Tenham um pouco de paciência, irmãos meus, se continuo combatendo pela verdade da divina e celestial graça, não contra vós, cujo coração é reto perante Deus, mas contra aqueles que têm sentimentos terrenos e contra os próprios pensamentos humanos.

Eis o que dizem os que recusam ser corrigidos pelos pregadores desta graça no tocante à suas más obras: “Ordena-me o que devo fazer; se o fizer, agradeça por mim a Deus que me ajudou; se, porém, não o fizer, não devo ser corrigido, mas a ele se deve rogar para que me outorgue o que não deu, ou seja, o amor fiel a ele e ao próximo, o qual leva ao cumprimento dos seus preceitos. Roga, portanto, por mim para que o receba e possa assim cumprir de coração e com boa vontade o que me ordenou. Deveria com razão ser corrigido, se não o possuísse por minha culpa, isto é, se eu mesmo mo pudesse dar ou tomar e não o fizesse, ou não o quisesse receber, se mo desse. Mas, como a própria vontade é preparada pelo Senhor (Pr 8, seg. LXX), por que me corriges, ao ver que não quero cumprir seus preceitos, e não lhe suplicas que me dê uma vontade decidida?”

CAPÍTULO V

Resposta à objeção

7. Eis nossa resposta: Quem quer que sejas e não cumpres os preceitos por ti conhecidos e não queres ser corrigido, justamente disto deves ser corrigido, ou seja, de não querer ser corrigido. Pois não queres que teus vícios te sejam revelados; não queres que te sejam lancetados causando uma dor salutar e te decidas procurar o médico; não queres que tu mesmo te enxergues para evitar a visão de tua deformidade, e assim possas desejar um restaurador e lhe suplicar a remoção de tua fealdade.

É culpa tua o seres mau, e maior culpa não desejares ser corrigido, porque és mau, como se os vícios fossem dignos de elogio ou indiferentes a ponto de não merecerem nem elogio nem recriminação; ou como se de nada valessem o temor, a vergonha ou a dor do homem corrigido; ou como se a correção, quando agulha salutarmente, não levasse a recorrer àquele que é bom e capaz de tornar bons os maus que são corrigidos, e passem a merecer ser louvados.

Aquele que não quer ser corrigido e diz, ao querer que se faça em seu favor: “Roga, antes, por mim”, deve ser corrigido para que ele também o faça em seu favor. A dor, que lhe desagrada ao sentir o acúleo da correção, desperta-o para o desejo de mais oração, a fim de que, pela misericórdia divina, ajudado pelo crescimento no amor, deixe de perpetrar o que é vergonhoso e deplorável e se entregue a obras louváveis e gratulatórias.

Esta é a utilidade da correção, a qual se aplica salutarmente em graus diferentes de acordo com a

diversidade de pecadores. Ela é salutar quando o médico divino lhe dirige o seu olhar. Mas de nada aproveita se não leva o pecador ao arrependimento de seu pecado. E quem pode levá-lo à contrição, senão aquele que olhou para Pedro, que o negava, e fê-lo chorar? Pelo que, o Apóstolo, depois de asseverar que devem ser corrigidos com suavidade os que se afastam da verdade, acrescentou em seguida: *Na expectativa de que Deus lhes dará não só a conversão para o conhecimento da verdade, mas também o retorno à sensatez, libertando-os do laço do diabo* (2Tm 2,25-26).

8. Por que dizem os refratários à correção: “Só quero que me dê preceitos, e reza por mim para cumpri-los”. Porque, antes, não recusam ambas as coisas obedecendo a seus perversos sentimentos e digam: “Não me dê preceitos nem rezes por mim?”⁵

Segundo o que está escrito, quem intercedeu por Pedro despertando o arrependimento que o levou a chorar, depois que negou Cristo? Quem instruiu Paulo nos preceitos divinos relativos à fé? Se o ouvissem pregando o evangelho e dizer: *Eu vos faço saber, irmãos, que o evangelho por mim anunciado não é segundo o homem, pois eu não o recebi nem aprendi de homem algum, mas por revelação de Jesus Cristo* (Gl 1,11), poderiam responder-lhe: “Por que nos incomodas e nos obrigas a receber e aprender de ti o que não recebeste nem aprendeste de homem algum? Quem te outorgou semelhante dom, tem também o poder de no-lo outorgar?”

Se não se atrevem a responder-lhe nestes termos, mas toleram que o Evangelho lhes seja pregado por um ser humano, embora possa ser pregado não por um ser humano, acreditem que possam ser corrigidos por seus superiores, aos quais foi confiada a pregação da graça cristã. Isto não quer dizer que se negue a Deus o poder corrigir qualquer pessoa, conforme sua vontade, mesmo não havendo correção da parte do homem, e despertá-la para o arrependimento salutar pelo poder oculto e eficaz de seu remédio.

Assim como não há de deixar de rezar por aqueles que desejamos converter, embora o Senhor com um olhar levou Pedro a chorar seu pecado sem haver nenhuma súplica por ele, assim também não se há de omitir a correção, embora Deus possa levar à conversão sem se valer da repreensão.

Mas descobrir a razão pela qual são chamados à mudança de costumes estes de um modo, aqueles, de outro e outros ainda de modo diferente, em formas diversas e inumeráveis, longe de nós pensar que pertence a nós, que somos o barro, emitir um juízo; é desígnio do oleiro.

CAPÍTULO VI

A perseverança é dom de Deus

9. Continuam a argumentar os que não se conformam com a correção: “O Apóstolo diz: *Pois quem é que te distingue? Que é que possúis que não tenhas recebido? E se o recebeste, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesses recebido?* (1Cor 4,7). Por que então somos corrigidos, argüidos, repreendidos e acusados? O que fazer, se não recebemos?”

Os que têm em seus lábios esta objeção, querem parecer inculcados mesmo da desobediência a Deus. Pois, a obediência é um dom de Deus, como consequência da vivência da caridade, que, sem dúvida, procede de Deus (1Jo 4,7), o qual a concede a seus filhos.

Continuam dizendo: “Não recebemos o dom da caridade. Por que somos assim mesmo repreendidos, como se o pudéssemos dar a nós mesmos e livremente não no-lo quiséssemos dar?”

Não percebem que, se ainda não estão regenerados, existe um primeiro motivo para que, ao serem repreendidos pela sua desobediência a Deus, desagradem a si mesmos. Este motivo reside no fato de Deus ter criado o homem na retidão desde o princípio da criatura humana e não existir iniquidade em Deus (Rm 9,14). Por isso, a primeira perversidade, ou seja, a desobediência a Deus, procede do

homem, porque tornou-se perverso, desviando-se da retidão, pelo mau uso da liberdade, em que foi criado por Deus. E não se há de corrigir no homem esta perversidade pelo fato de não ter sido própria do que é corrigido, mas comum a todos? Pelo contrário, deve-se corrigir em cada um o que é comum a todos.⁶

Não é pelo fato de não ser de cada um que deixe de ser pessoal. Na realidade, estes pecados de origem são chamados alheios porque cada um os herda de seus pais, mas, não sem motivo, são chamados também nossos, porque, como diz o Apóstolo, nele todos pecaram (Rm 5,12).

Portanto, merece repreensão a origem culpável, para que da dor do coração desabroche o desejo da regeneração. Isso no caso de o corrigido ser filho da promessa, de sorte que, soando externamente o ruído da correção e penitenciando-se, Deus venha a infundir no seu interior, por uma misteriosa inspiração, uma vontade decidida.

Mas, em se tratando de alguém já regenerado e justificado e que recai na infidelidade voluntariamente, não poderá dizer: “Não recebi”, visto que pela sua livre vontade preferiu o mal à graça de Deus recebida. E se, ferido salutarmente pela correção, chora seu pecado e retorna às boas ou melhores obra antigas, então fica evidente a utilidade da correção. Mas, para ser proveitosa, a repreensão que parte do homem, feita ou não com amor, é sempre obra de Deus.

10. Acaso o resistente à correção pode dizer: “O que fiz eu que não recebi?”, se consta que recebeu, mas por sua culpa perdeu o que recebeu?” Ele replica: “Posso dizer ainda: ‘Que fiz que não recebi?’, quando me repreendes pelo fato de ter recaído da boa para a má vida por minha vontade. Recebi, sim, a fê, que age pela caridade, mas não recebi a graça da perseverança na fê até o fim. Alguém se atreverá a dizer que esta perseverança não é dom de Deus e que este tão grande dom é nosso e tão nosso que, se alguém o receber, não lhe possa dizer o Apóstolo: *Que é que possuis que não recebeste?* (1Cor 4,7), pois o possui como se não o recebesse?”

Nós também não negamos que a perseverança final no bem seja um excelente dom de Deus e que sua procedência seja aquele do qual está escrito: *Todo dom precioso e toda dádiva perfeita vêm do alto, descendo do Pai das luzes* (Tg 1,17). Mas não se conclui que não seja necessária a correção a quem não perseverar, a não ser que Deus lhe conceda o arrependimento e se esquive dos laços diabólicos (2Tm 2,26).

Enaltecendo a utilidade da correção, o Apóstolo acrescentou a sentença antes mencionada: *É com suavidade que deve educar os opositores, na expectativa de que Deus dará a conversão* (2Tm 2,25).

Se dissermos que esta tão elogiável e bem-aventurada perseverança procede do homem e que não tem relação com Deus, esvaziamos em primeiro lugar o que o Senhor disse a Pedro: *Orei por ti, a fim de que tua fé não desfaleça* (Lc 22,32). O que pediu em seu favor, senão a perseverança até o fim? Se este dom procedesse do homem, não o pediria a Deus.

Além disso, quando o Apóstolo diz: *Pedimos a Deus, não cometais mal algum* (2Cor 13,7), é evidente que pede para eles a Deus o dom da perseverança. Pois age mal o que renuncia ao bem e se inclina para o mal que deve evitar, não perseverando no bem. E promete-lhes a perseverança até o fim pela misericórdia de Deus, quando diz em outra passagem: *Dou graças ao meu Deus todas as vezes que me lembro de vós, e sempre em todas as minhas súplicas, oro por todos vós com alegria, pela vossa participação no evangelho desde o primeiro dia até agora, e tenho plena certeza de que aquele que começou em vós a obra há de levá-la à perfeição até o dia de Cristo Jesus* (Fl 1,3-6).

Suplica a mesma coisa onde diz: *Saúda-vos Epafras, vosso conterrâneo, servo de Cristo Jesus, que luta sem tréguas por vós nas suas orações, para que continueis perfeitos e em plena*

observância da vontade de Deus (Cl 4,12). O que significa: “para que continueis”, senão para que persevereis? Por isso está escrito a respeito do diabo: *Não permaneceu na verdade* (Jo 8,44). Foi criado na verdade, mas nela não permaneceu. Mas os destinatários da carta de Paulo permaneciam na verdade.

E quando pedimos em favor dos que permanecem na fé, pedimos que permaneçam, ou seja, que perseverem. E o apóstolo Judas mostra claramente ser dom de Deus perseverar no bem até o fim, quando diz: *Aquele que pode guardar-vos da queda e apresentar-vos perante a sua glória irrepreensíveis e jubilosos* (Jd 24). Aquele que guarda da queda para apresentar perante sua glória irrepreensíveis e jubilosos, o que outorga senão a perseverança no bem?

É idêntica a mensagem que lemos nos Atos dos Apóstolos: *Muito alegres por estas palavras, os gentios glorificavam a palavra do Senhor, e todos aqueles que eram destinados à vida eterna, abraçavam a fé* (At 13,48). E quem podia ser destinado à vida eterna, senão pelo dom da perseverança? *E aquele que perseverar até o fim, esse será salvo* (Mt 10,22). Que salvação alcançará? Sem dúvida, a eterna.

E quando na Oração Dominical dizemos a Deus Pai: *Santificado seja o teu nome* (Mt 6,9), não pedimos que seu nome seja santificado em nós? Mas como já foram atendidos nesta petição na ablução do batismo, por que os fiéis a renovam todos os dias? Não será para que permaneça em nós o que em nós já se realizou? Assim o entende o bem-aventurado Cipriano, explicando a referida oração: “Dizemos: *Santificado seja o teu nome*, não porque desejamos a Deus que seja santificado em nossas orações. Além do mais, por quem é Deus santificado, se ele é a fonte de toda santidade? Mas como ele disse: *Sede santos, porque eu sou santo* (Lv 19,2), pedimos e suplicamos para que, santificados no batismo, perseveremos no bem começado”.

Este é o pensamento do glorioso mártir sobre a petição dos fiéis cristãos, que ele significou nestas palavras: a perseverança no bem começado. É evidente que todo o que pede a Deus a perseverança no bem, confessa que o dom procede de Deus.⁷

CAPÍTULO VII

A falta de perseverança conduz à condenação

11. Embora sendo assim, contudo corrigimos e com justiça aqueles que, mesmo vivendo bem, não perseveraram no bom caminho. Permutaram voluntariamente a vida no bem pela vida no pecado, e por isso são dignos de repreensão. E se a repreensão for inútil e persistirem em continuar no mau caminho até a morte, são mesmo dignos da condenação eterna. Não se desculparão dizendo, como agora: “Por que somos repreendidos?”. Mas dirão então: “Por que somos condenados? — pois, para não regredir do bem para o mal, não recebemos o dom da perseverança no bem”. Com esta desculpa, de modo algum se libertarão da justa condenação.

A própria Verdade declara que ninguém se liberta da condenação originária de Adão senão pela fé em Jesus Cristo, e nem se libertarão os que puderem dizer que não ouviram o evangelho de Cristo, já que a fé vem da pregação (Rm 10,17). Se assim é, quanto menos se verão livres os que irão dizer: “Não recebemos o dom da perseverança”. Parece mais razoável a desculpa dos que dirão: “Não recebemos a pregação”, do que a dos que afirmam: “Não recebemos o dom da perseverança”. Isso porque a estes pode-se dizer: “Ó homem, se tivesses querido, terias perseverado na fé que ouviste e acolheste”. De forma alguma, porém, poder-se-ia dizer aos outros: “Se tivesses querido, terias acreditado no que não ouviste”.

12. Por conseguinte, não estão livres da massa condenada⁸ e merecerão todos a reprovação: os que,

tendo ouvido a pregação e se convertido, não receberam o dom da perseverança; os que, tendo ouvido o evangelho, recusaram vir a Cristo, ou seja, acreditar nele, pois ele disse: *Ninguém pode vir a mim, se isto não for concedido pelo Pai* (Jo 6,65); os que, devido à pouca idade, nem puderam crer, mas poderiam ser purificados da mancha original só pelo banho de regeneração, mas faleceram sem o ter recebido.⁹ São, porém, separados da condenação não por seus méritos, mas pela graça do Mediador, isto é, justificados gratuitamente no sangue do segundo Adão.

Ao ouvir o Apóstolo, que diz: *Pois quem é que te distingue? Que é que possuis que não tenhas recebido? E se o recebestes, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesses recebido?* (1Cor 4,7), devemos confessar que ninguém pode ser segregado daquela massa de perdição, que vem do primeiro Adão, a não ser quem tiver este dom, seja quem for, o qual o recebeu pela graça do Salvador. É tamanha a importância deste testemunho apostólico, que o bem-aventurado Cipriano, escrevendo a Quirino, colocou-o como título ao capítulo em que diz: “Não haveremos de nos gloriar ao considerar que nada é nosso” (Livro III *Testimon.* c. 4).

13. Portanto, para todos aqueles que, pela liberalidade divina são segregados da condenação original, haverá, sem dúvida, uma maneira de ouvirem o evangelho. E depois de ouvi-lo, acreditarão e permanecerão na fé que age pela caridade (Gl 5,6). E quando se desviarem, emendar-se-ão uma vez corrigidos, e alguns deles, mesmo não repreendidos pelos homens, voltarão ao caminho do qual se desviaram. E outros, recebida a graça, não importa em que idade, são arrebatados desta vida pela morte prematura.

Tudo isto se deve àquele que os fez vasos de misericórdia e os escolheu em seu Filho antes da criação do mundo por uma eleição de sua graça: *Se é por graça, não é pelas obras; do contrário, a graça não é mais graça* (Rm 11,6). Foram chamados e eleitos ao mesmo tempo e, por isso, está escrito: *Muitos foram chamados, mas poucos escolhidos* (Mt 20,16). Mas porque foram chamados intencionalmente, foram também escolhidos por uma eleição da graça, e não por merecimentos seus anteriores, pois todo seu mérito é para eles graça.

14. Destes eleitos fala assim o Apóstolo: *E nós sabemos que Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam, daqueles que são chamados segundo o seu desígnio. Porque os que de antemão ele conheceu, esses também destinou a serem conformes à imagem do seu Filho, a fim de ser ele o primogênito entre muitos irmãos. E os que destinou, também os chamou; e os que chamou, também os justificou, e os que justificou, também os glorificou* (Rm 8,28-30).

Nenhum deles perecerá, porque todos foram escolhidos. E foram escolhidos, porque foram chamados segundo um desígnio, não o seu, mas de Deus. Deste desígnio diz o Apóstolo, em outra passagem: *A fim de que ficasse firme a liberdade da escolha de Deus, dependendo não das obras, mas daquele que chama — foi-lhe dito: “O maior servirá ao menor”* (Rm 9,11-13). As palavras: *E os que destinou, também os chamou*, devemos entendê-las assim: “chamados segundo seu desígnio”, conforme o início da sentença: *E nós sabemos que Deus coopera em tudo para o bem daqueles que são chamados*. E depois acrescentou: *Porque os que de antemão ele conheceu, esses também destinou a serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de ser ele o primogênito entre muitos irmãos*. Prévias estas palavras, juntou: *E os que destinou, também os chamou*.

Estão compreendidos nestas palavras os que chamou segundo seu desígnio, evitando-se pensar que há alguns chamados, mas não escolhidos, no sentido da sentença do Senhor: *Muitos foram chamados, mas poucos escolhidos* (Mt 20,6). Com efeito, os que foram escolhidos, foram também chamados; mas nem todos os chamados foram escolhidos.

Portanto, aqueles eleitos, como muitas vezes dissemos, que foram chamados segundo seu desígnio, foram também predestinados e conhecidos de antemão. Se algum deles se perde, é sinal de que Deus

se engana; mas nenhum se perde, porque Deus não se engana. Se alguns deles perece, Deus é vencido pelo pecado do homem; mas nenhum deles perece, porque Deus por nada pode ser vencido.

São eleitos para reinar com Cristo, não como Judas foi escolhido para a obra à qual convinha. Foi escolhido por aquele que sabe usar até dos maus para fazer o bem, a fim de que pela sua ação reprovável se realizasse a grandiosa obra para a qual Cristo veio ao mundo. Quando, pois, ouvirmos: *Não vos escolhi eu os Doze? No entanto, um de vós é um demônio* (Jo 6,7), devemos entender que aqueles foram escolhidos por desígnio de misericórdia, este, por um juízo; aqueles para com ele reinar, este, para o derramamento de seu sangue.

15. Com razão prossegue a voz do Apóstolo dirigindo-se ao reino dos eleitos: *Se Deus está conosco, quem estará contra nós? Quem não poupou seu próprio Filho, e o entregou por todos nós, como não nos haverá de agraciar em tudo com ele? Quem acusará os eleitos de Deus? É Deus quem justifica. Quem condenará? Cristo Jesus, aquele que morreu, ou melhor, que ressuscitou, aquele que está à direita de Deus e que intercede por nós?* (Rm 8,31-34).

E continuem e digam quão eficaz é o dom da perseverança final: *Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, angústia, perseguição, fome, nudez, perigo, espada? Segundo está escrito: “Por tua causa somos postos à morte o dia todo, somos considerados como ovelhas destinadas ao matadouro”* (Sl 43,22). *Mas em tudo isso somos mais que vencedores, graças àquele que nos amou. Pois estou convencido que nem a morte nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem o presente nem o futuro, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem nenhuma outra criatura poderá nos separar do amor de Deus manifestado em Cristo Jesus nosso Senhor* (Rm 8,35-39).

16. A eles faz alusão o mesmo Apóstolo escrevendo a Timóteo, onde, após afirmar que Himeneu e Fileto pervertiam a fé de alguns cristãos, logo acrescentou: *Não obstante, o sólido fundamento posto por Deus permanece, marcado pelo selo desta palavra: “O Senhor conhece os que lhe pertencem”* (2Tm 2,19).

A fé deles, que age pela caridade, não decai ou, se em alguns se debilita, readquirem-na antes da morte e, perdoado o pecado conseqüente, são agraciados com a perseverança final. Aqueles, porém, que não hão de perseverar e, assim, se afastarão da fé e da conduta cristãs, surpreendidos pelo término desta vida, não serão incluídos no número dos eleitos, não se considerando sequer o tempo em que viveram uma vida santa e piedosa. Pois não foram segregados da massa de perdição pela presciência e predestinação de Deus e, portanto, não foram chamados segundo seu desígnio nem eleitos. Serão incluídos entre os *muitos chamados*, e não entre os *poucos escolhidos*.

Não se pode negar que são considerados eleitos pelo fato de terem fé, serem batizados e viverem conforme a vontade de Deus. Mas são tidos como eleitos pelos que desconhecem seu futuro, mas não por aquele que sabe que não terão perseverança, a qual conduz os eleitos à vida bem-aventurada. E sabe que agora estão de pé, assim como tem a presciência de que hão de cair.

CAPÍTULO VIII

O mistério dos desígnios de Deus

17. Se me perguntarem a razão pela qual Deus negou a perseverança aos que outorgou a caridade para viver cristãmente, respondo que ignoro. Pois, reconhecendo o que sou e sem arrogância, apoio-me nas palavras do Apóstolo: *Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?* (Rm 9,20). E também: *Ó abismo da riqueza, da sabedoria e da ciência de Deus! Como são insondáveis seus juízos e impenetráveis seus caminhos!* (Rm 11,33). Portanto, quando ele se digna dar-nos a conhecer seus desígnios, demos-lhe graças; quando, porém, no-los ocultar, não murmuremos contra seus

planos, mas cremos que mesmo neste caso eles são salutares.

E tu, quem quer que sejas, inimigo de sua graça, que ousas interrogá-lo, o que dizer? Já é louvável que não negas seres cristão e te alegras pelo nome de católico. Por isso, se confessas que a perseverança final é dom de Deus, creio que, como eu, ignoras a razão pela qual um recebe o dom e outro, não; ambos não podemos penetrar nos inescrutáveis desígnios de Deus.

E se afirmas que o perseverar ou não perseverar no bem depende do livre-arbítrio humano, e lutas não em defesa da graça de Deus, mas contra ela, professando que a perseverança não é dom de Deus, mas fruto da vontade do homem, o que replicarás às palavras daquele que diz: *Eu, porém, orei por ti, a fim de que a tua fé não desfaleça?* (Lc 22,32). Ou ousarás dizer que, mesmo com a súplica de Cristo para Pedro não desfalecer na fé, esta haveria de esmorecer, se Pedro assim tivesse querido, ou seja, se tivesse recusado perseverar até o fim? Seria o mesmo que dizer que a vontade de Pedro poder-se-ia inclinar contrariamente ao sentido da prece de Cristo.

Ninguém ignora que a fé de Pedro esmoreceria, se falhasse sua vontade, a qual o levava a ser fiel, e permaneceria firme, se sua vontade o inclinasse para a fidelidade. Mas porque *é o Senhor que dispõe a vontade* (Pr 8,35 seg. LXX), a oração de Cristo por ele não poderia ser em vão. Portanto, quando rogou para que sua fé não desfalecesse, rogou para que ele tivesse uma vontade de veras livre, forte, invicta e perseverante.

Eis como a liberdade se harmoniza com a graça de Deus e não a contaria. A vontade humana não obtém a graça pela liberdade, mas liberdade pela graça, e uma perenidade deleitável e fortaleza insuperável em ordem à perseverança.

18. Com efeito, é de admirar e muito que Deus tenha outorgado a alguns de seus filhos regenerados em Cristo a fé, a esperança e a caridade, mas não lhes concede a perseverança, ao passo que aos filhos dos infiéis perdoe tantos pecados e, dando-lhes a graça, adote-os como filhos. A quem não causará admiração? Quem não se encherá de espanto perante este fato?

Não causa menos admiração, e, no entanto, é fato verdadeiro e evidente, não negado pelos próprios inimigos da graça, que Deus permite que deixem este mundo sem receber o batismo alguns filhos de seus amigos, ou seja, de fiéis regenerados e bons, aos quais, se quisesse, não faltaria a graça da regeneração, pois é todo-poderoso, e os afasta do Reino aonde conduz seus pais. No entanto, faz com que filhos de pagãos entrem em contato com pessoas cristãs, e pelo batismo os conduz a seu reino, do qual os pais estão excluídos, sem que haja demérito voluntário da parte dos pais ou mérito por parte dos filhos.

O certo é que, neste ponto, não se podem censurar nem pretender desvendar os desígnios de Deus, mas são profundos e justos. Este fato está relacionado com o assunto da perseverança, sobre a qual discorreremos. À vista de ambos os fatos devemos exclamar: *Ó abismo da riqueza, da sabedoria e da ciência de Deus! Como são insondáveis seus juízos e impenetráveis seus caminhos!* (Rm 11,33).

19. Não nos admiremos do fato de não podermos perscrutar seus impenetráveis caminhos. Pois, silenciando outros inumeráveis bens outorgados a uns e negados a outros pelo Senhor Deus, que não faz acepção de pessoas (Rm 2,11), também não são concedidos por merecimento próprio, entre outros, a agilidade, a saúde, a beleza corporal, a inteligência extraordinária e a aptidão para as artes. Não dependem também da pessoa, mas de Deus, os bens extrínsecos, tais como, a riqueza, a nobreza, as honras e outros semelhantes. Omito ainda o tocante ao batismo das crianças, o qual tem relação com o reino de Deus, o que não acontece com os outros bens, a cujo respeito não podemos averiguar porque a uns é outorgado e a outros não, estando ambas as coisas no poder de Deus e sendo um sacramento essencial para entrar no reino de Deus. Silenciando tudo isso, consideremos as pessoas das quais se trata aqui. Tratamos daqueles que não perseveram no bem e morrem tendo-se desviado

do bom para o mau caminho por uma falha de sua vontade.

Respondam nossos adversários, se são capazes, por que Deus, quando esses homens levavam uma vida fiel e piedosa, não os arrebatou dos perigos desta vida, evitando que a malícia lhes mudasse o modo de pensar e as aparências enganadoras seduzissem a sua alma (Sb 4,11). Acaso não tinha este poder ou desconhecia seus futuros? Seria sinal de perversidade e insanidade mental abraçar uma destas afirmações. Por que não o fez? Respondam os que zombam de nós, quando nestes casos exclamamos: *Como são insondáveis seus juízos e impenetráveis seus caminhos!* (Rm 11,33). Pois, ou Deus concede este a quem quer, ou a Escritura mente ao nos falar da morte prematura do homem justo: *Foi arrebatado para que a malícia lhe não mudasse o modo de pensar, ou para que as aparências enganadoras não seduzissem a sua alma* (Sb 4,11).¹⁰

Por que Deus, no qual não tem lugar a injustiça e para quem não há acepção de pessoas (Rm 9,14 e 2,11), concede a uns e nega a outros tão assinalado benefício, ele em cujo poder está cada pessoa durante sua vida, a qual é definida como uma guerra sobre a terra? (Jó 7,1). Portanto, assim como são forçados a admitir como dom de Deus o fato de o homem terminar a vida antes de deixar o caminho do bem pelo caminho do mal, e ignoram porque se concede a uns e a outros se nega, aceitem conosco as palavras da Escritura, que atestam ser dom de Deus a perseverança no bem, da qual mencionamos vários testemunhos. E sobre o motivo pelo qual a uns é concedido e a outros é negado, dignem-se ignorá-lo conosco sem murmuração contra Deus.

CAPÍTULO IX

Há chamados que não são escolhidos

20. E não nos impressione o fato de Deus não conceder o dom da perseverança a alguns de seus filhos. É claro que isto não aconteceria, se se tratasse daqueles predestinados e *chamados segundo seus desígnios*, os quais são *os filhos da promessa*. Mas aqueles outros, enquanto vivem cristãmente, são chamados filhos de Deus; mas como hão de viver na impiedade e na impiedade morrer, não os podemos chamar filhos de Deus pela presciência divina. Pois, há filhos de Deus que ainda não o são para nós, mas são para Deus. A respeito deles diz o evangelista João: (Caifás) *profetizou que Jesus iria morrer pela nação — e não só pela nação, mas também para congregar na unidade todos os filhos de Deus dispersos* (Jo 11,51-52). A morte de Cristo reuniria os que haveriam de crer pela pregação do evangelho, no entanto, antes que acontecesse, já eram filhos de Deus registrados no pensamento de Deus com garantia indiscutível.

E há outros que denominamos filhos de Deus por terem recebido uma graça, embora temporalmente, mas que não o são para Deus. Referem-se a eles as palavras do mesmo João: *Eles saíram de entre nós, mas não eram dos nossos. Se tivessem sido nossos, teriam permanecido conosco* (1Jo 2,19). Não diz: *eles saíram dentre nós*, mas porque não permaneceram conosco, já não são dos nossos; mas diz que *saíram de entre nós, mas não eram dos nossos*. Quis dizer: embora parecesse serem dos nossos, *não eram dos nossos*.

E se alguém te perguntasse: “Como provas?”, responde: *Se tivessem sido nossos, teriam permanecido conosco*. Esta é a voz do Filho de Deus, assim fala João, que ocupa um lugar de destaque entre os filhos de Deus.

Portanto, quando os filhos de Deus dizem a respeito dos que não perseveraram: *Eles saíram de entre nós, mas não eram dos nossos*, e acrescentam: *Se tivessem sido nossos, teriam permanecido conosco*, acaso não afirmam que não eram filhos, embora declarassem sê-lo e tivessem este nome, não, porém, por hipocrisia, mas porque não perseveraram? O apóstolo João não diz: “Se tivessem sido dos nossos, teriam praticado conosco a verdadeira e não a fingida justiça”. Mas diz: *Se*

tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco. Desejava, sem dúvida, que perseverassem no bem, pois certamente praticavam o bem. Mas porque nele não perseveraram até o fim, “não eram dos nossos”, diz ele. Em outras palavras: quando estavam conosco, não pertenciam ao número dos filhos, mesmo professando a fé dos filhos. Os que de fato são filhos, ele os conheceu e predestinou a serem conforme à imagem de seu Filho, e foram chamados segundo seus desígnios (Rm 8,28-29), para serem escolhidos. Pois o que perece não é o filho da promessa, mas o filho da perdição (Jo 17,12).

21. Estes cristãos fizeram parte do inumerável grupo dos chamados, mas não pertenceram ao pequeno número dos escolhidos. Deus não concedeu a perseverança a seus filhos não predestinados; tê-la-iam, se fossem enumerados entre os filhos. E o que possuiriam que não tivessem recebido (1Cor 4,7), de conformidade com a verdadeira e apostólica sentença? E assim, tais filhos teriam sido dados ao Cristo Filho, de acordo com que ele disse ao Pai: *Que eu não perca nenhum dos que me deste* (Jo 6,39), *mas tenha a vida eterna* (Jo 3,15).

São considerados como dados a Cristo os que foram destinados à vida eterna. Estes são os predestinados e chamados segundo seu desígnio, e nenhum deles perecerá. E conseqüentemente nenhum deles se desviará do bem para o mal antes de terminar esta vida, porque estão de tal modo destinados e dados a Cristo, que não hão de perecer, mas terão a vida eterna. Da mesma forma, aqueles que dizemos serem seus inimigos ou filhos de seus inimigos, todos eles os há de regenerar e assim terminarão esta vida na fé que opera pela caridade. Antes que isto aconteça, são filhos de Deus pela predestinação e são dados a Cristo para que não pereçam, mas alcancem a vida eterna.

22. Finalmente, o próprio Salvador diz: *Se permanecerdes na minha palavra, sereis, em verdade, meus discípulos* (Jo 6,31). Acaso entre eles haveria de ser incluído Judas, que não permaneceu na sua palavra? Não seriam também incluídos aqueles dos quais diz o evangelista, depois que o Senhor recomendou que se comesse de sua carne e se bebesse de seu sangue: *Assim falou ele, ensinando na sinagoga de Cafarnaum. Muitos de seus discípulos, ouvindo-o, disseram: “Esta palavra é dura. Quem pode escutá-la?”. Compreendendo que seus discípulos murmuravam por causa disso, Jesus lhes disse: “Isto vos escandaliza? E quando virdes o Filho do Homem subir aonde estava antes? O espírito é que vivifica, a carne para nada serve. As palavras que vos disse são espírito e vida. Alguns de vós, porém, não crêem”.* Jesus sabia, com efeito, desde o princípio, quais eram os que não acreditavam e quem era aquele que o entregaria. E dizia: *“Por isto vos afirmei que ninguém pode vir a mim, se isto não lhe for concedido pelo Pai”.* A partir de então, muitos discípulos voltaram atrás e não andavam mais com ele (Jo 6,60-66).

No dizer do Evangelho, não eram chamados discípulos? Mas não eram, em verdade, discípulos, porque não permaneceram na palavra, conforme diz a sentença: *Se permanecerdes na minha palavra, sereis, em verdade, meus discípulos.* Faltando-lhes a perseverança, não eram verdadeiros discípulos de Cristo nem foram de fato filhos de Deus, embora parecessem e assim tivessem sido chamados.

Nós denominamos eleitos, discípulos de Cristo e filhos de Deus os que assim devem ser denominados, já que, uma vez regenerados, nós os vemos viver piedosamente. Mas serão de fato o que o nome indica, se permanecerem na forma de vida que o nome exige. Porém, se não permanecerem no caminho no qual começaram, não merecem este nome com que são denominados e não são o que o nome revela. Não são perante aquele que sabe o que haverão de ser, ou seja, bons que vão se tornar maus.

23. Esta é a razão pela qual o Apóstolo, após dizer: *E nós sabemos que Deus coopera em tudo para o bem daqueles que o amam*, acrescentou: *daqueles que são chamados segundo o seu desígnio* (Rm

8,28), sabendo que alguns amam a Deus, mas não permanecem no bem até o fim. Os chamados segundo seu desígnio perseveram no amor a Deus até o fim, e os que temporalmente dele se desviam, retornam para levar a termo a obra que começaram. A modo de explicação do que seja “ser chamados segundo seu desígnio”, acrescentou em continuação: *Porque os que de antemão ele conheceu, esses também predestinou a serem conformes à imagem do seu Filho, a fim de ser ele o primogênito entre muitos irmãos. E os que predestinou, também os chamou, ou segundo o seu desígnio; e os que chamou também os justificou, e os que justificou, também os glorificou* (Rm 8,29-30).

Tudo isto já aconteceu: *conheceu de antemão, predestinou, chamou, justificou*, porque todos já foram conhecidos e predestinados, e muitos já foram chamados e predestinados. E o que afirmou no final: *também os glorificou*, ainda não se verificou, pois se trata daquela glória, da qual ele mesmo fala: *Quando Cristo, que é vossa vida, se manifestar, então vós também com ele sereis manifestados em glória* (Cl 3,4).

Embora as duas coisas: *chamou e justificou*, não se tenham verificado em todos os mencionados, pois muitos deverão ser chamados e justificados até o fim dos séculos, expressou-se mediante verbos no tempo passado significando o futuro, como se Deus já houvesse realizado o que já dispôs desde toda a eternidade. A este propósito diz o profeta Isaías: *Aquele que fez as coisas que existirão* (Is 45,11 seg. LXX).

Por conseguinte, todos os que, na disposição providente de Deus, são conhecidos de antemão, foram chamados, justificados, glorificados, não digo antes de nascerem pelo batismo, mas mesmo ainda não nascidos, já são filhos de Deus e de forma alguma podem perecer. Estes, em verdade, vêm a Cristo e do modo como ele disse: *Todo aquele que o Pai me der, virá a mim, e quem vem a mim, eu não o rejeitarei*. E um pouco depois: *E a vontade daquele que me enviou é esta: que eu não perca nenhum daqueles que ele me deu* (Jo 6,37-38). Dar-lhe-á a perseverança no bem até o fim, a qual dará aos que não perecerão, pois hão de perecer os que não perseverarem.

24. Aos que amam a Deus, tudo contribui para o bem. Disse: “tudo”, de modo que, se alguns se desviam e se afastam do bom caminho, converterá esta falha em crescimento no bem, já que os torna mais humildes e experientes.¹¹ Aprendam que devem se alegrar com tremor no caminho da vida na justiça, não se orgulhando e sem se atribuir a si mesmo a segurança de que gozam e sem dizer na prosperidade: *Não terei jamais mudança* (Sl 29,7).

Eis por que lhes é dirigida a advertência: *Servi ao Senhor com temor, e louvai-o com alegria; com tremor prestai-lhe a vassalagem para que não se ire e não pereçais fora do caminho da justiça* (Sl 2,11-12). Não adverte: “Não venhais ao caminho da justiça”, mas, *não pereçais fora do caminho da justiça*. Qual a intenção do salmista, senão advertir os que já trilham o caminho da justiça a servir a Deus no temor, ou seja, *não te ensoberbeças, mas teme?* (Rm 11,20). Quis dizer: não se ensoberbeçam, mas sejam humildes. Por isso diz em outra passagem: Sem pretensões de grandeza, mas sentindo-vos solidários com os mais humildes (Rm 12,16).

Alegrem-se em Deus, mas com tremor, de nada se gloriando, porque nada é de nossa iniciativa. E o que se gloria, glorie-se no Senhor, para não se desviar do caminho da justiça, que já começaram a trilhar, atribuindo a si mesmos a graça de nele se encontrarem.

O Apóstolo expressa-se também com estas palavras: *Operai a vossa salvação com temor e tremor*. E revelando o motivo da expressão: *com temor e tremor*, ajunta: *Pois é Deus quem opera em vós o querer e o operar, segundo a sua vontade* (Fl 2,12-13).

Faltavam o temor e o tremor àquele que dizia na prosperidade: *Não terei jamais mudança* (Sl 29,7). Mas porque era filho da promessa e não da perdição, e sabendo por experiência o que seria se

Deus o abandonasse, diz: *Senhor, foi por teu favor que me concedeste honra e poderio; mas apenas escondeste de mim o teu rosto, fiquei conturbado* (Sl 29,8). Mais instruído e, por isso mesmo, mais humilde, manteve-se no caminho ao ver e confessar na sua vontade que Deus fortalecera sua honra e poderio. Atribuindo a si mesmo e lisonjeando-se na prosperidade que Deus lhe outorgara, exclamava diminuindo o favor recebido: *Não terei jamais mudança*. Mas encheu-se de perturbação ao se encontrar e, conhecendo-se com humildade, aprendeu em que deveria pôr a esperança não somente da vida eterna, mas também de uma piedosa conduta e de perseverança no presente.

Esta linguagem podia ser também do apóstolo Pedro. Pois dissera em sua prosperidade: *Darei a minha vida por ti* (Jo 13,37), apressando-se em atribuir a si mesmo o que lhe seria concedido posteriormente pelo Senhor. O Senhor, porém, desviou dele a sua face e ficou conturbado a ponto de o negar três vezes com medo de morrer por ele. Mas o Senhor voltou-lhe novamente sua face e com lágrimas Pedro extinguiu sua culpa. O que significa: *Fixou o olhar em Pedro* (Lc 22,61), senão que voltou-lhe a face que um pouco antes desviara? Enchera-se de conturbação, mas como aprendera não confiar em si mesmo, a falha foi-lhe proveitosa por obra daquele que coopera em tudo para o bem dos que o amam. Foi chamado segundo seu desígnio e, assim, ninguém poderia arrebatá-lo das mãos de Cristo, ao qual fora dado.

25. Portanto, aquele que se extravia do caminho da justiça não deve dizer que não há necessidade de correção e que basta a súplica por ele ao Senhor, para que retorne e persevere: pessoa alguma prudente e fiel diga tal coisa. Pois, se foi chamado segundo seu desígnio, a correção será um sinal de que Deus coopera para seu bem. Mas como aquele que corrige, ignora se outro foi chamado, faça-o com caridade o que sabe ser preciso fazer. Sabe que esse outro merece correção, deixando a Deus o mostrar sua misericórdia ou seu juízo. Deus agirá com sua misericórdia, se o corrigido está afastado da massa da perdição pela liberalidade da graça e não está entre os vasos de ira destinados à perdição, mas entre os vasos de misericórdia que Deus destinou para a glorificação. E agirá com seu juízo, se está entre os condenados e não está predestinado como o outro.

CAPÍTULO X

A graça de Adão e dos anjos

26. Surge agora uma questão de não pequena importância que vamos enfocar e resolver, mas com a ajuda de Deus, em cujas mãos estamos nós e nossas palavras.

Com relação a este dom da perseverança final no bem, perguntam-nos o que pensamos sobre o primeiro ser humano, o qual certamente foi criado sem pecado e na retidão. Eu não digo: se não perseverou no bem, como se pode dizer que esteve sem pecado, ao faltar-lhe este dom de Deus tão necessário?

Respondo a esta pergunta facilmente. Não perseverou até o fim, porque não teve perseverança naquele bem que incluía a isenção de pecado. Começou a ter pecado desde o momento em que caiu. E se começou, antes de começar, não tinha pecado. Uma coisa é não ter pecado, e outra é não permanecer na retidão que supõe ausência de pecado.

Pelo fato de não se dizer que nunca teve pecado, mas dizer-se que não permaneceu sem pecado, fica demonstrado claramente que esteve sem pecado, e lamentamos não ter permanecido neste estado.

Mas o que devemos investigar e tratar mais profundamente é como responder àqueles que dizem: *Se Adão perseverou na retidão de vida na qual foi criado, não há dúvida que a conservou. E se perseverou, então não pecou e não se desviou de Deus e da retidão. A verdade, no entanto, apregoa o contrário, ou seja, que pecou e se desviou do bem. Portanto, não perseverou no bem. E se não perseverou, não recebeu este dom, pois, como poderia ter recebido o dom da perseverança*

e não perseverar? Nesse caso, se não perseverou, porque não recebeu o dom da perseverança, por que foi culpado por não ter perseverado, quem não o recebeu? E não se pode dizer que não o recebeu pelo fato de não estar segregado da massa de perdição pela liberalidade da graça, visto que, antes de sua queda, não havia no gênero humano a massa de perdição, origem de todo pecado.

27. Por este motivo felizmente confessamos o que firmemente cremos, ou seja, que Deus é Senhor de tudo, que criou todas as coisas sem defeito e previu o mal que se originaria do bem e sabia que era mais próprio de sua bondade onipotente até o mal transmutar em bem antes que não permitir o mal, Deus e Senhor de tudo, repito, dispôs a vida dos homens e dos anjos de tal modo que revelasse primeiramente a liberdade e, depois, o benefício de sua graça e o rigor da justiça. Em resumo, alguns anjos, cujo líder se denomina diabo, voluntariamente se rebelaram contra Deus. Recusando sua bondade que os fazia felizes, não puderam evitar seu juízo, pelo qual se tornaram infelizes. Os demais, em virtude da mesma liberdade, permaneceram na verdade e mereceram a garantia de nunca mais cair.

Se temos certeza pelas santas Escrituras que nenhum anjo bom há de perder a bem-aventurança, quanto mais eles a têm pela revelação mais sublime da verdade? A nós também nos é prometida a vida eterna feliz e a igualdade com os anjos. Em virtude desta promessa, temos a certeza de que jamais perderemos a felicidade quando participarmos da vida eterna depois do juízo. E se os anjos não sabem por conhecimento próprio de sua segurança, seremos mais felizes que eles e não apenas iguais. A Verdade prometeu-nos esta igualdade (Mt 20,30).

É certo que eles sabem mediante alguma revelação o que sabemos pela fé, ou seja, que jamais acontecerá aos santos anjos qualquer desgraça. Contudo, o diabo e seus asseclas, embora fossem felizes antes da queda e ignorassem sua queda na infelicidade, sua felicidade seria acrescida, se pela liberdade permanecessem na verdade até receber a plenitude da felicidade como prêmio de sua perseverança. Isto quer dizer: até receberem a copiosa abundância da caridade de Deus pelo Espírito Santo, não poderiam pecar de forma alguma, do qual teriam toda certeza. Não possuíam esta plenitude da felicidade, mas ignorando sua futura desgraça, gozavam, sem pecado, de uma felicidade embora menor. Pois, se tivessem tido conhecimento de sua futura queda e do suplício eterno, não seriam felizes, visto que o medo de tão grande fatalidade acarretar-lhes-ia a infelicidade.

28. Deus criou o homem também com o dom da liberdade e, embora desconhecendo sua futura queda, era feliz, visto que percebia estar em suas mãos o não morrer e não se tornar infeliz. Se tivesse querido permanecer neste estado de retidão e inocência fazendo bom uso de sua liberdade, sem experimentar a morte e a desgraça, receberia a plenitude da felicidade igual à dos santos anjos, ou seja, jamais poderia cair e disso teria absoluta certeza.

E não poderia ser feliz no paraíso e nem mesmo lá estaria, pois não seria lugar para um infeliz, se o conhecimento prévio de sua queda o infelicitasse pelo temor de tão grande desgraça. Porém, como voluntariamente recusou a Deus, sofreu seu justo juízo, e toda a sua descendência seria condenada, já que havia participado de sua culpa por estar como que nele encerrada.

Todos os desta descendência, uma vez libertados pela graça de Deus, libertam-se também da condenação, à qual já estão como que acorrentados. E se ninguém alcançasse a libertação, nem por isso teria direito de criticar o justo juízo de Deus. E se os que se salvam são poucos em comparação com os réprobos, mas são muitos em números absolutos, isso é dom da graça e é gratuito. Por isso, graças sejam dadas a Deus para que ninguém o atribua a seus merecimentos, mas toda boca se cale (Rm 3,19) e o que se gloria, glorie-se no Senhor (1Cor 1,31).

A graça em Adão, nos seus descendentes e nos anjos

29. O que dizer então? Adão não possuiu a graça de Deus? Pelo contrário, possuiu uma grande graça, mas de outra índole. Desfrutava dos bens que recebera da bondade de seu Criador. Estes bens não os alcançou pelos seus méritos e neles não havia nada de mal. Mas os santos, que recebem nesta vida a graça, estão rodeados de males e por isso clamam ao Senhor: *Livra-nos do maligno* (Mt 6,13). Adão não necessitou da morte de Cristo para ficar isento de males; os santos são absolvidos do reato hereditário e dos pecados pessoais pelo sangue do Cordeiro. Adão não tinha necessidade do socorro espiritual implorado pelos santos, quando dizem: *Percebo outra lei em meus membros, que peleja contra a lei da minha razão e que me acorrenta à lei do pecado que existe em meus membros. Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte? Graças sejam dadas a Deus, por Jesus Cristo nosso Senhor* (Rm 7,23-25). Isso porque sua carne tem aspirações contrárias ao espírito e o espírito contrárias à carne (Gl 5,17), e, no meio deste combate e de perigos, imploram pela mediação de Cristo a força para lutar e vencer. Adão, porém, no lugar de delícias, sem as tentações e tormentos desta luta, gozava de paz consigo mesmo.

30. Por conseguinte, os santos necessitam na atual economia de uma graça mais eficaz, embora não menos ditosa. Com efeito, que graça há mais eficaz que o Filho unigênito de Deus, igual e coeterno ao Pai, que por eles se fez homem, e homens pecadores, embora isento da mancha original e de pecados pessoais? Ele, o Cristo, ainda que tenha ressuscitado ao terceiro dia para nunca mais morrer, suportou a morte pelos mortais, deu vida aos mortos, a fim de que, remidos pelo seu sangue, pudessem exclamar à vista de tão valioso penhor: *Se Deus está conosco, quem estará contra nós? Quem não poupou o seu próprio Filho e o entregou por todos nós, como não nos haverá de agraciar em tudo junto com ele?* (Rm 8,31-32).

Deus, portanto, tomou nossa natureza, ou seja, a alma racional e a carne de Cristo-homem, mediante consórcio singularmente admirável e admiravelmente singular, de modo que o Filho de Deus, sem mérito algum de sua justiça, começou a existir desde o princípio no mesmo estado do homem na sua criação, formando uma só pessoa com o Verbo, que não teve princípio. Ninguém é tão cego pela ignorância deste fato e mistério que ouse dizer que o filho do homem, embora nascido da Virgem Maria por obra do Espírito Santo, vivendo na retidão e praticando boas obras sem pecado pelo bom uso da liberdade, mereceu ser Filho de Deus, contrariando assim o evangelho que diz: *O Verbo se fez carne* (Jo 1,14).

E onde se realizou o mistério, senão no seio virginal onde teve princípio o Cristo-Homem? E à pergunta da Virgem sobre se faria o que lhe era anunciado, o anjo respondeu: *O Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo te cobrirá com sua sombra, por isso o Santo que nascer de ti será chamado Filho de Deus* (Lc 1,15).

Este nascimento, sem dúvida gratuito, uniu na unidade de pessoa o homem a Deus, e a carne ao Verbo. A este nascimento seguiram-se boas obras, mas não foi mérito de boas obras. E nem haveria de se temer que a natureza humana, assumida deste modo inafável pelo Verbo na unidade de pessoa, cometesse algum pecado pelo abuso da liberdade. Isso porque a natureza humana assumida por Deus era de tal ordem que não admitia em si nenhum movimento de vontade corrompida. Por meio deste Mediador, Deus mostra que os remidos por seu sangue poderiam transmudá-los de maus em bons, mas de tal modo assumiu a condição humana que ele jamais se inclinaria para o mal e ficaria sempre isento de pecado, excluindo-se também a possibilidade de tornar-se bom depois de ter sido pecador.

31. Ao primeiro homem faltou-lhe esta graça de nunca desejar ser pecador, mas foi revestido da

graça, na qual, se quisesse perseverar, nunca teria sido pecador e sem a qual, mesmo dotado de livre-arbítrio, poderia ser inocente. Esta graça, porém, poderia perdê-la pelo mau uso da liberdade. Portanto, Deus não quis privá-lo da sua graça, a qual rejeitou voluntariamente. Pois a liberdade basta por si mesmo para praticar o mal, mas é insuficiente para agir bem, se não é ajudada pela bondade do Onipotente. Se o homem, com a sua liberdade, não tivesse recusado esta ajuda, teria sido sempre bom; mas recusou, por isso foi recusado. Com efeito, esta ajuda era de tal ordem que poderia recusar ou conservá-la, se quisesse, mas não era eficaz para levá-lo a querer.

Esta é a graça concedida ao primeiro Adão, mas a outorgada no segundo Adão é superior. A primeira possibilita o homem a viver na justiça; a segunda, mais eficaz, leva o homem a querer a justiça e com tal intensidade a amá-la que o espírito vence, com sua vontade, a vontade da carne inclinada a contrariar o espírito. Não foi pequena a primeira, com a qual se manifestou a força da liberdade, porque prestava tal ajuda que sem ela não podia permanecer no bem, mas podia recusá-la. A segunda é maior e não apenas devolve ao homem a liberdade perdida e é tão necessária que sem ela não pode abraçar o bem ou nele permanecer, se quiser, mas é também eficaz para mover a vontade.

32. Na criação, Deus dotou o homem de vontade reta; criara-o com ela aquele que tudo fez bem. Prestou-lhe ajuda, sem a qual não poderia manter reta a vontade, se quisesse. Mas o querer ele o deixou à liberdade do homem. Portanto, poderia permanecer, se quisesse, porque não lhe faltou o auxílio com o qual pudesse e sem o qual não teria possibilidade de aderir com perseverança ao bem oferecido à sua vontade. Mas recusando permanecer, foi culpa sua, assim como seria mérito seu, se quisesse permanecer.

Assim procederam os santos anjos, pois enquanto alguns caíram pelo mau uso da liberdade, eles permaneceram pelo seu bom uso, e mereceram receber a recompensa por esta perseverança, ou seja, uma plenitude total de felicidade que lhes dá garantia de eterna perseverança.

Mas se faltasse este auxílio ao anjo ou ao homem, quando foram criados, não lhes seria imputado o pecado, visto que sua natureza não oferecia condições para a perseverança sem a ajuda divina. Mas agora, quando falta esta ajuda é devido à pena do pecado; aos que é outorgada, é concessão gratuita e não fruto do merecimento. A graça por Jesus Cristo nosso Senhor é concedida com tal liberalidade, a quem aprouver a Deus concedê-la, que sem ela não podemos perseverar, ainda que quisermos, mas é tão copiosa e eficaz que nos move a querer o bem.

A graça de Deus, que nos é concedida para bem agir e perseverar no bom caminho, impulsiona-nos não somente a poder o que queremos, mas também a querer o que podemos. Esta total eficácia faltou ao primeiro homem; possuiu o primeiro, não teve o segundo. Pois para agir bem, não necessitava da graça, porque ainda não a perdera; para permanecer no bem, necessitava do auxílio da graça, sem o qual não o poderia. Havia, pois, recebido a graça de poder, se quisesse; mas não teve a de querer o que podia, e, se o tivesse, perseveraria. Poderia perseverar, se quisesse. O não querer teve origem na liberdade, a qual era tão livre a ponto de poder querer o bem ou o mal.

Haverá algo mais livre que a liberdade em não poder ser escravo do pecado, o que seria a recompensa do mérito para o homem, como o foi para os anjos santos? Mas agora, perdido o mérito pelo pecado, naqueles que são libertados manifestou-se o dom da graça, o qual seria a recompensa do mérito.

CAPÍTULO XII

As duas espécies de ajuda divina

33. É mister considerar com diligência e cautela a diferença entre estas duas coisas: poder não pecar

e não poder pecar, poder não morrer e não poder morrer, poder não deixar o bem e não poder deixar o bem.

O primeiro homem podia não pecar, podia não morrer, podia não deixar o bem. Podemos dizer que não podia pecar gozando do dom da liberdade? Ou não podia morrer, se lhe foi dito: *Se pecares, morrerás?* Ou não podia deixar o bem, se o deixou pelo pecado e por isso morreu? Portanto, a primeira liberdade da vontade era poder não pecar; a última será muito mais excelente, ou seja, não poder pecar. A primeira liberdade era poder não morrer; a última será muito mais vantajosa, a saber, não poder morrer. A primeira possibilidade da perseverança era poder não deixar o bem; a última será a felicidade da perseverança, isto é, não poder deixar de praticar o bem. Pelo fato de serem mais excelentes e vantajosos os últimos bens, os primeiros foram inúteis ou de pouco valor?

34. É mister distinguir também as diversas espécies de auxílios.¹² Um é o auxílio sem o qual não se pratica alguma obra, e outro o auxílio com o qual se faz alguma coisa. Exemplificando: não podemos viver sem alimento; mas, mesmo tendo-o, não é suficiente para que continue vivendo quem se empenha em morrer. Portanto, a ajuda do alimento é indispensável para viver, mas não faz com que vivamos. Mas quando o homem alcançar a felicidade, da qual agora não goza, imediatamente será feliz. A ajuda, portanto, é não somente uma condição sem a qual não se faz algo, mas também com a qual se faz aquilo para o qual é dada. Assim, esta ajuda é para se fazer e sem a qual não se faz. É o caso da felicidade: se lhe for concedida, torna-se feliz imediatamente, e se nunca lhe for concedida, nunca será feliz. O alimento, porém, não faz com que o homem viva, mas sem ele não pode viver.

Ao primeiro homem, que na criação recebera o dom de poder não pecar, poder não morrer, poder não se afastar do bem, foi-lhe concedida a ajuda da perseverança, não para perseverar, mas sem a qual não poderia perseverar pela força do livre-arbítrio. Mas agora os santos destinados ao reino de Deus pela sua graça recebem não a ajuda para a perseverança, mas um dom que lhes outorga a própria perseverança. Assim, não somente não podem perseverar sem este dom, mas com ele perseveraram realmente. Pois Cristo não disse apenas: *Sem mim nada podeis fazer* (Jo 5,15), mas também: *Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi e vos designei para irdes e produzirdes fruto e para que o vosso fruto permaneça* (Jo 15,16).

Mediante estas palavras, revelou que não somente os havia justificado, mas também lhes concedia a perseverança na justificação. Cristo, ao designá-los para irem e produzirem fruto e o fruto permanecer, quem ousará dizer: “Não permanecerá?” ou “Talvez não há de permanecer?” *Os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento* (Rm 11,29), mas vocação dos que foram chamados segundo seu desígnio. Assim, Cristo, rogando por eles para que sua fé não desfaleça, sem dúvida não desfaleceria jamais. Perseverarão na fé até o fim, e o fim de sua vida os encontrará firmes na fé.

35. É necessária liberdade maior para enfrentar tantas e tão fortes tentações, as quais não houve no paraíso, e, além disso, mais protegida e mais vigorosa com o dom da perseverança, para vencer este mundo com todos os seus amores, temores e erros. Este é o ensinamento dos mártires.

Numa palavra, Adão, sem nenhuma ameaça e, além disso, usando da liberdade contra a ordem ameaçadora de Deus, não permaneceu naquela felicidade tão grande, tendo tanta facilidade de não pecar. Os santos, no entanto, ficaram firmes na sua fé, não digo apesar de atemorizados pelo mundo, mas por ele torturados. Adão tinha diante de si os bens que pelo pecado perderia; os santos não gozavam dos bens futuros com que seriam agraciados.

De quem dimanou esta força senão daquele que os contemplou com sua misericórdia para permanecerem fiéis? De quem receberam o Espírito, não de temor, que os inclinaria a ceder aos perseguidores, mas de fortaleza, de caridade e de continência, que os capacitaria a se sobreporem a todas as ameaças, seduções e tormentos? Adão foi dotado de vontade livre desde a criação, porém, a

pôs a serviço do pecado; os mártires, sujeitos à vontade pecadora, foram libertados por aquele que disse: *Se o Filho vos libertar, sereis, realmente, livres* (Jo 8,36). A graça acompanha tal liberdade, com a qual mesmo na vida presente podem lutar contra as concupiscências dos pecados e, ainda que cometam alguns deslizes, que os leve a dizer todos os dias: *Perdoa-nos as nossas dívidas* (Mt 6,12), não mais se tornarão escravos do pecado que leva à morte, do qual fala o apóstolo João: *Existe um pecado que conduz à morte, mas não é a respeito deste que eu digo que ore* (1Jo 5,16).

Como não especifica de que pecado se trata, podem-se fazer muitas e diversas conjecturas. Eu, porém, digo que este pecado é abandonar até à morte a fé que age pela caridade. Não são mais escravos deste pecado, mas livres não pela sua condição originária como Adão, mas libertados pela graça de Deus pelo segundo Adão; com esta libertação, gozam da liberdade para servir a Deus e não se sujeitar ao diabo. Libertados do pecado, tornaram-se escravos da justiça (Rm 6,16), na qual viverão até a morte pelo dom da perseverança outorgado por aquele que os conheceu de antemão, predestinou e chamou segundo o seu desígnio, justificou e glorificou. Pois as promessas a esse respeito, mesmo as futuras, já as cumpriu aquele no qual *creu Abrão, e isto lhe foi levado em conta de justiça. Pois, deu glória a Deus, convencido de que ele é capaz de cumprir o que prometeu* (Rm 4,3; 19-20).

36. Deus justificou estes eleitos para que praticassem boas obras. Os termos da promessa feita a Abraão não manifestam que Deus sabia de antemão que seus descendentes se santificariam por sua própria capacidade. Se assim fosse, não seria obra de Deus, mas mérito próprio. Mas não foi desse molde a fé de Abraão, mas: *não se deixou abalar pela desconfiança, mas se fortaleceu na fé, dando glória a Deus, convencido de que ele era capaz de cumprir o que prometeu* (Rm 4,20-21).

O Apóstolo não diz que Deus é capaz de prometer o que soube de antemão ou manifestar o que predisse ou saber previamente o que prometeu. Mas, *ele era capaz de cumprir o que prometeu*. Portanto, leva a perseverar no bem os que justifica. Porém, os que caem e perecem, não estavam entre os predestinados. Embora o Apóstolo se referisse a todos os regenerados e aos que vivem piedosamente, ao dizer: *Quem és tu que julgas o servo alheio? Que ele fique de pé ou caia, isso é lá com seu patrão*, contudo, em seguida, ao considerar os predestinados, acrescentou: *Mas ele ficará em pé*. E, evitando que o atribua a si mesmo, diz: *Porque o Senhor tem o poder de o sustentar* (Rm 14,4). Por conseguinte, concede a perseverança aquele que é capaz de sustentar os que estão firmes para que perseverem, ou erguer os que caíram: *O Senhor endireita os encurvados* (Sl 145,8).

37. Como o primeiro homem não recebeu este dom de Deus, ou seja, a perseverança no bem, era livre para perseverar ou não perseverar, sua vontade era dotada de forças para tal, pois fora criado sem nenhum pecado e não encontrava nenhum obstáculo de parte da concupiscência. Por isso foi confiada à liberdade a faculdade de continuar usufruindo dignamente desse bem inefável e da felicidade de viver na justiça. Deus certamente sabia que Adão procederia contra a sua justiça. Sabia, mas não o obrigou, e sabia também o que com ele faria com justiça.¹³ Agora, porém, perdida pelo pecado a preciosa liberdade, subsiste a fraqueza para ser socorrida com dons maiores.

Aprouve, portanto, a Deus eliminar completamente a altivez da presunção humana, *a fim de que nenhuma criatura se possa vangloriar diante de Deus* (1Cor 1,29), ou seja, nenhum ser humano. E de que o homem não se pode vangloriar diante de Deus, senão de seus merecimentos que possuiu, mas perdeu? Perdeu-os devido ao que podia levá-lo a possuí-los, isto é, a liberdade, restando agora apenas a graça do Libertador aos que hão de ser libertados.

Assim, nenhum ser carnal pode-se gloriar diante de Deus. Não se gloriam os pecadores, porque não têm de que se gloriar. Nem se gloriam os justos, porque dele recebem tudo e não têm outra glória senão ele mesmo, ao qual dizem: *Tu és minha glória, e o que exalta minha cabeça* (Sl 3,4).

Portanto, a todos se refere o que está escrito: *A fim de que nenhuma criatura se possa gloriar diante de Deus*; e aplicam-se aos justos as palavras: *Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor*.

Este é o pensamento muito claro do Apóstolo, o qual, depois de ter dito: *A fim de que nenhuma criatura se possa gloriar diante de Deus*, acrescentou em continuação, evitando que os santos se considerassem privados de glória: *Ora, é por ele que vós sois em Cristo Jesus, que se tornou para nós sabedoria proveniente de Deus, justiça, santificação e redenção, a fim de que, como diz a Escritura, “aquele que se gloria, glorie-se no Senhor”* (1Cor 1,31).

Eis porque neste lugar de miséria, onde a vida do homem sobre a terra é uma guerra (Jó 7,1), é *na fraqueza que a força manifesta todo o seu poder* (2Cor 12,9). A que poder se refere? Ao que se refere o texto: *Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor* (2Cor 10,17).

38. Por esta razão, Deus não quis que os santos se glóriassem de si mesmos, mas dele, por motivo de sua perseverança no bem. Não somente lhes concede a ajuda igual à do primeiro homem, sem a qual não podem perseverar, se quiserem, mas leva também a querer. E como não alcançarão a perseverança sem o poder e o querer, na liberalidade de sua graça outorga-lhes a possibilidade ea vontade de perseverar. Sua vontade encontra-se tão inflamada do fogo do Espírito Santo, que podem porque querem e querem porque Deus os leva a querer.

Se nesta vida, marcada pela fraqueza (na qual convinha que se aperfeiçoasse a virtude para reprimir a presunção), se nesta vida, repito, fossem deixados por conta de sua vontade para ficar, se quisessem, com a ajuda de Deus, indispensável para a perseverança, e Deus não atuasse sobre sua vontade, esta sucumbiria devido à sua fraqueza, situados que estão no meio de tantas e tão sedutoras tentações. Portanto, não poderiam perseverar pelo fato de não quererem, ao serem vencidos pela fraqueza, ou não terem a vontade necessária para serem capazes.

É tal o socorro oferecido à fraqueza da vontade humana que, pela graça divina, poderia agir firme e invencivelmente,¹⁴ e, embora frágil, não desfaleceria nem seria superado por nenhuma adversidade. Assim o resultado foi que a vontade humana e frágil, perseverasse no bem ainda que pequeno pelo poder de Deus, ao passo que a vontade do primeiro homem, forte e sadia, não perseverou no bem maior ao fazer uso da liberdade. É claro que não haveria de faltar a ajuda de Deus, com a qual poderia permanecer fiel, se quisesse, mas não a juda com que Deus move a vontade para agir.

Sendo Adão dotado de excepcional fortaleza, deixou-o e permitiu-lhe fazer o que quisesse, ao passo que protegeu os fracos de tal modo que pelo dom da sua graça quisessem o bem com determinação invencível e se recusassem do mesmo modo a dele se afastar. As palavras de Cristo: *Eu orei por ti, a fim de que a tua fé não desfaleça* (Lc 22,32), entendamo-las como dirigidas àquele que é edificado sobre a pedra. Por isso, aquele homem de Deus, não apenas porque alcançou misericórdia para ser fiel, mas também porque a própria fé não desfaleceu, obedeceu à exortação: *Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor*.

CAPÍTULO XIII

A misericórdia de Deus em favor dos predestinados e a sua justiça

39. O que estou dizendo refere-se aos predestinados ao reino de Deus, cujo número é tão determinado, que não é possível nenhum acréscimo ou diminuição. Não se refere àqueles que, pelo anúncio e pela pregação do evangelho são tão numerosos para se poder contar (Sl 39,6). Estes podem se considerar chamados, não porém eleitos, porque não são segundo o seu desígnio.

De fato, é determinado o número dos eleitos, não devendo haver acréscimo ou diminuição, e João Batista o insinua quando diz: *Produzi, então, fruto que prove a vossa conversão e não penseis que*

basta dizer: “Temos por pai a Abraão”, pois eu vos digo que mesmo destas pedras Deus pode suscitar filhos a Abraão (Mt 3,8-9). Revela nesta sentença que tais judeus seriam segregados, se não produzissem fruto, para completar o número prometido a Abraão. Mas a afirmação é mais clara no Apocalipse, onde está escrito: *Segura com firmeza o que tens, para que ninguém tome a tua coroa* (Ap 3,11), ou seja, se outro não te receber, no caso de este não perder, conclui-se que o número é determinado.

40. Se mesmo com relação aos eleitos, as afirmações da Escritura deixam a incerteza do seu número, devem acolhê-las no seu sentido, já que não convém que se ensoberbecem, mas se encham de temor. Entre os numerosos fiéis durante esta vida mortal, quem tem a presunção de se considerar entre os predestinados?

É necessário que exista o segredo neste mundo, onde se deve precaver da vanglória, evitando o que aconteceu ao Apóstolo, ao qual foi dado um anjo de Satanás para espancá-lo, para que não se enchesse de soberba (2Cor 12,7). Por isso, dizia aos apóstolos: *Se permanecerdes em mim* (Jo 15,7) aquele que previa sua perseverança. E o Senhor disse pelo profeta: *Se quiserdes e me ouvirdes* (Is 1,19), conhecendo aqueles cuja vontade moveria. E há outras afirmações semelhantes.

Pela utilidade deste segredo, destinado a evitar que alguém se ensoberbeça e a fazer com que se encham de temor aqueles que correm no caminho certo por desconhecer os que alcançarão a meta, pela vantagem deste segredo, repito, há motivo para crer que alguns, dentre os filhos da perdição, não tendo recebido o dom da perseverança final, comecem a viver na fé, que age pela caridade, e temporariamente pratiquem a justiça e a piedade e depois desistam antes de ser arrebatados desta vida.

Se tal não tivesse acontecido a ninguém, os homens viveriam no temor salutar, com que se vence o pecado, até alcançarem a graça de Cristo, alimento da vida piedosa, e então estariam certos de não sofrer mais quedas. Não é conveniente esta presunção neste lugar de tentações, onde há tanta debilidade que, da segurança, pode-se originar a soberba.

Mas um dia haverá esta garantia, mas isto acontecerá aos homens, como já é realidade para os anjos, quando não será possível a existência da soberba. Portanto, o número dos eleitos destinados ao Reino de Deus, pela sua graça e agraciados também pelo dom da perseverança, permanecerá na sua integridade até este momento e se manterá inalterável para sempre em glória e felicidade, graças à misericórdia do Salvador, seja quando se convertem ou lutem, seja quando são coroados.

41. Com efeito, a misericórdia de Deus lhes é necessária mesmo quando são coroados, de acordo com o testemunho da Escritura, onde o eleito diz à sua alma a respeito de seu Senhor Deus, *que te coroa de misericórdia e de graça* (Sl 102,4). O apóstolo Tiago também diz: *O juízo será sem misericórdia para aquele que não pratica a misericórdia* (Tg 2,13), revelando que no juízo, no qual os justos receberão a coroa e os injustos, a condenação, uns serão julgados com misericórdia e outros sem misericórdia. Por esta razão, a mãe dos Macabeus diz a seu Filho: *Para que eu torne a receber-te com teus irmãos naquela misericórdia que nos espera* (2Mc 7,29). Pois assim está escrito: *Quando o rei justo se sentar no trono, nenhum mal resistirá perante ele. Quem pode gloriar-se de ter o coração casto ou quem se vangloriará de estar limpo de pecado?* (Pr 20,8-9 seg. LXX).

Eis por que no juízo é necessária a misericórdia, que beatifica os que o Senhor não culpa (Sl 31,2). E nessa ocasião haverá lugar para a misericórdia, por um justo juízo, de conformidade com os merecimentos das boas obras. Quando Tiago diz: *O juízo será sem misericórdia para aquele que não pratica a misericórdia*, dá a entender que o juízo será misericordioso para aqueles que praticaram obras de misericórdia e que a misericórdia será de acordo com os merecimentos das boas

obras.

Não acontece assim agora quando, sem merecimentos prévios ou até marcados pelas más obras, a misericórdia de Deus se antecipa aos homens, ajudando-os a se libertarem dos pecados que praticaram e praticariam, se a graça de Deus não os protegesse, assim como padeceriam eternamente, se não fossem arrebatados do poder das trevas e transportados para o reino de seu Filho amado (Cl 1,13).

Contudo, porque, à vida eterna, que é certamente recompensa às boas obras, o Apóstolo lhe dá o nome de graça divina (Rm 6,23), sendo ela um dom gratuito e não devido às obras, devemos confessar que a graça chama-se vida eterna pelo fato de ser recompensa dos merecimentos alcançados pelos homens com o auxílio da graça. E este o sentido do que se lê no evangelho: *Graça sobre graça* (Jo 1,16), ou seja, graça alcançada pelos méritos alcançados pela graça.

42. No entanto, serão julgados com toda a justiça de acordo com seus merecimentos aqueles que não são deste número determinado e feliz dos predestinados, os quais a graça de Deus conduz ao reino, seja os que não têm o uso da liberdade, seja os que dela se servem, mas liberdade livre, uma vez que foi libertada pela mesma graça. Com efeito, ou estão sujeitos ao pecado original e deixam este mundo com esta dívida hereditária, da qual não foram purificados pelo batismo, ou acrescentaram pecados pelo uso do livre-arbítrio, digo livre, não libertado, livre da justiça, mas escravo do pecado, que os enreda em desejos culpáveis, uns mais, outros menos. Mas todos são pecadores e, por isso, receberão castigos diversos de acordo com a diversidade de suas culpas. Ou recebem a graça de Deus, mas estão apegados ao mundo e não perseveram, abandonam o caminho reto e por isso são abandonados.¹⁵ São, pois, entregues ao livre-arbítrio por um juízo oculto e justo de Deus, uma vez que não aceitaram o dom da perseverança.

CAPÍTULO XIV

A utilidade da correção

43. Os homens devem admitir a necessidade da correção quando pecam. Que a correção não sirva de pretexto com relação à graça nem a graça no referente à correção. Pois o pecado merece um castigo justo e o castigo está ligado à correção, a qual é aplicada a modo de remédio, ainda que a saúde do doente seja incerta. A correção feita ao participante do número dos predestinados sirva-lhe de salutar remédio, e tenha caráter penal ao que dele está excluído.

Tendo em conta esta incerteza, a correção deve revestir-se de caridade, dado que se desconhece seu efeito, e acompanhada da oração em favor do corrigido implorando-se a sua cura. Porém, como os homens, mediante a correção, ou vêm ou retornam ao caminho da justiça, quem opera a retidão nos corações, senão Deus que dá o incremento, seja quem for o que planta ou rega, seja quem for o que trabalha nos campos ou nos bosques, aquele Deus a cuja vontade de salvar liberdade humana nenhuma pode resistir?

Pois, o querer ou não querer depende da vontade do que quer ou não quer, mas não impede a ação da vontade divina nem supera seu poder. Mesmo aqueles que fazem o que ele não quer, ele faz com que façam o que ele quer.

44. A respeito da afirmação: *Quer que todos os homens sejam salvos* (1Tm 2,4) e, não obstante, nem todos se salvem, admite várias interpretações, das quais comentamos algumas em outros escritos. Aqui mencionarei apenas uma.¹⁶

Está escrito: *Quer que todos os homens sejam salvos*, abrangendo todos os predestinados, porque há no meio deles todo gênero de pessoas. Tem o mesmo sentido que a afirmação de Cristo aos

fariseus: *Pagais o dízimo de todas as hortalças*, entendendo-se todas as que colhiam, mas não pagavam o dízimo de todas as hortalças existentes no mundo. No mesmo estilo de expressar, diz o Apóstolo: *Assim como eu mesmo me esforço por agradar a todos em todas as coisas* (1Cor 10,33). Será que ele agradava também a todos os seus perseguidores? Ele agradava todo gênero de pessoas reunidas pela Igreja de Cristo, tanto os já convertidos como os futuros.

45. Pode-se afirmar com certeza que a vontade de Deus, *que tudo o que quer faz, no céu e na terra* (Sl 134,6), e que *fez mesmo as coisas futuras* (Is 45,11), as vontades humanas não podem impedi-la que faça o que quer e que mesmo das vontades humanas faz o que quer e quando quer. Parece ser um exemplo contrário, para só citar um entre alguns, o caso de Saul, quando Deus quis dar-lhe o reino. Ficou a critério dos israelitas submeter-se ou não a este rei, o que significava a liberdade de resistir também a Deus. Mas não aconteceu assim, pois o Senhor contou com a vontade deles ao dispor de poder absoluto sobre os corações humanos, inclinando-os a seu bel-prazer. Pois, assim está escrito: *E Samuel despediu todo o povo, cada um para sua casa. E Saul voltou também para sua casa em Gabaa; e foi com ele uma parte do exército, a quem Deus tinha tocado o coração. Porém os filhos de Belial disseram: “Porventura poderá este salvar-nos?”. E desprezaram-no e não lhe levaram presentes* (1Sm 10,25 a 27). Alguém dirá talvez que não acompanharia Saul algum daqueles cujo coração o Senhor tocou para irem com ele, ou que o acompanharia algum dos filhos de Belial, cujo coração o Senhor não tocou?

Há também uma referência a Davi, a quem o Senhor estabeleceu no reino com absoluto êxito. Assim está escrito: *E Davi fazia progressos adiantando-se e fortalecendo-se, e o Senhor dos exércitos estava com ele* (1Cr 11,9). E mais adiante esta sentença: *Amasai, porém, primeiro entre os trinta, revestido do espírito, disse: “Nós somos teus, ó Davi, e estamos contigo, ó filho de Isai. A paz, a paz seja contigo, e a paz seja com os teus defensores, porque o teu Deus te protege* (1Cr 12,19). Poderia ele resistir à vontade de Deus e não obedecer àquele que lhe moveu o coração pelo seu espírito, do qual se revestiu para isto querer, dizer e fazer?

Um pouco depois diz a mesma Escritura: *Todos estes homens guerreiros, prontos para combater, foram com coração sincero a Hebron, para constituir Davi rei sobre todo o Israel* (1Cr 12,38). Escolheram Davi como rei por sua vontade. Quem não vê? Quem o nega? Não fizeram hipocritamente e maldosamente o que fizeram pacificamente. Contudo, agiu em seu espírito aquele que domina os corações humanos. Por isso a Escritura afirmou antes: *E Davi fazia progressos, adiantando-se e fortalecendo-se, e o Senhor dos exércitos era com ele*.

Por esta razão, o Senhor todo-poderoso, que estava com ele, levou-os a constituírem Davi como rei. E como os levou? Acaso amarrou-os com laços materiais? Agiu internamente, apossou-se de seus corações, moveu-os, induziu-os, servindo-se de suas próprias vontades, inspiradas por ele.

Se quando Deus quer constituir reis neste mundo, mantém seu poder sobre as vontades humanas, mais do que eles as suas, quem senão ele faz com que a correção seja salutar e proceda a esta correção no coração do corrigido para que seja levado ao reino celestial?

CAPÍTULO XV

Não há direito de negligenciar a correção

46. Os superiores corrijam seus irmãos súditos com correção revestida de caridade e proporcionada à diversidade e gravidade das culpas. A própria excomunhão dada pelo bispo e que é a maior pena eclesiástica, pela vontade de Deus, pode-se converter em correção salutar e ser proveitosa. Pois desconhecemos os acontecimentos do dia seguinte, não podemos desesperar da salvação de ninguém nem impedir que Deus olhe um culpado e lhe inspire o arrependimento. Assim, aceito por ele o

sacrifício do espírito humilhado e contrito (Sl 50,19), pode conceder-lhe a absolvição da excomunhão aplicada com justiça, e o castigado não venha a se condenar.

Contudo, é próprio de seu ofício de pastor separar a ovelha doente das sadias para evitar o contágio para as outras e, sendo-lhe tudo possível, curá-la servindo-se da própria separação.

Portanto, desconhecendo quem pertence ou não pertence ao número dos predestinados, devemos de tal modo deixar-nos levar pela caridade que queiramos a salvação de todos. Conseguiremos isto, empenhando-nos em atrair todos aqueles com que deparamos e com os quais possamos agir assim. Deste modo, justificados pela fé, estejam em paz com Deus (Rm 5,1), a qual o Apóstolo proclamava ao dizer: *Sendo assim, em nome de Cristo exercemos a função de embaixadores e por nosso intermédio é Deus mesmo que vos exorta. Em nome de Cristo, suplicamo-vos: reconciliai-vos com Deus* (2Cor 5,20). O que é reconciliar com Deus? Não é estar em paz com ele? O próprio Jesus fez-lhe referência, quando disse a seus discípulos: *Em qualquer casa em que entrardes, dizei primeiro: “Paz a esta casa!”. E se lá houver um homem de paz, a vossa paz repousará sobre ele; se não, voltará a vós* (Lc 10,5-6).

Quando pregam esta paz aqueles de quem está escrito: *Que formosos são sobre os montes os pés do que anuncia e prega a paz, do que anuncia o bem* (Is 52,7), então cada um de nós começa a ser filho da paz, quando, obedecendo ao evangelho e nele crendo, começar a estar em paz com Deus uma vez justificado pela fé. Mas de acordo com a predestinação divina já era filho da paz. Reparemos que o Senhor não disse que “se tornará filho da paz aquele sobre o qual repousar a vossa paz”, mas: *Se lá houver um homem de paz, a vossa paz repousará sobre ele*. Portanto, antes que a paz lhe fosse anunciada, já existia ali um filho da paz de acordo com a ciência e a presciência de Deus, não do evangelista.

Nesse caso, como não sabemos se alguém é ou não filho da paz, cumpre a nós evitar qualquer exceção, não discriminar ninguém, mas desejar a salvação de todos a quem anunciamos a paz. Não devemos temer que venhamos a perdê-la no caso de desconhecermos se nosso ouvinte é filho da paz. Ela voltará a nós, ou seja, o anúncio ser-nos-á útil e não a ele. E se a paz anunciada repousar sobre ele, repousará sobre nós e sobre ele.

47. Mesmo ignorando os que se salvarão, Deus nos manda querer que todos os nossos ouvintes se salvem, e ele move-nos a isto derramando seu amor em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 6,5). Este ensinamento pode significar também que *Deus quer que todos os homens sejam salvos* (1Tm 2,4), porque leva-nos a este desejo, assim como *enviou Deus aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: “Abba! Pai!”* (Gl 4,6), ou seja, leva-nos a clamar. Refere-se ao mesmo Espírito ao dizer em outra passagem: *Recebestes o espírito de filhos adotivos, pelo qual clamamos: “Abba! Pai!”* (Rm 8,15).

Portanto, se a Escritura disse com razão que o Espírito clama e faz com que clamemos, com a mesma razão se pode dizer que Deus quer quando nos leva a querer. Por conseguinte, como pela correção devemos apenas fazer com que alguém não se afaste desta paz, que nos une a Deus, ou a ela retorne o que se afastou, não procedamos com desesperança no que fazemos. Se é filho da paz aquele que corrigimos, nossa paz repousará sobre ele; em caso contrário, voltará a nós.

48. Ainda que permaneça firme o fundamento de Deus, porque conhece os que lhe pertencem, enquanto a fé de alguns desfalece, não devemos por isso ser negligentes e tardios em corrigir os que necessitam de correção. Com razão está escrito: *As más companhias corrompem os bons costumes* (1Cor 15,33), e: *E assim por causa de tua ciência perecerá o fraco, esse irmão pelo qual o Cristo morreu* (1Cor 8,11). Não nos oponhamos a estes preceitos e a este temor salutar ao dizer: “Que as más companhias corrompam os bons costumes e que o ímpio pereça! Que nos importa? O fundamento

de Deus permanece sólido e somente perece o filho da perdição” (Jo 17,12).

CAPÍTULO XVI

Correção e oração

Longe de nós proferirmos tais parvoíces e acreditar que estamos garantidos apesar desta negligência. É verdade que somente perece o filho da perdição, mas diz Deus pelo profeta Ezequiel: *Este ímpio morrerá na sua iniquidade, mas eu requererei de tua mão o seu sangue* (Ez 3,18).

49. Portanto, pelo que nos diz respeito, incapazes que somos de distinguir os predestinados dos que não o são, devemos desejar que todos se salvem, e é nossa obrigação empregar a correção severa, mas medicinal a todos, evitando que pereçam ou levem os outros a se perderem. Pertence a Deus torná-la útil àqueles que conheceu de antemão e predestinou a serem conformes à imagem de seu Filho (Rm 2,29).

Se algumas vezes não corrigimos por medo de que alguém se perca, por que não corrigimos por medo de que alguém se perverta mais ainda? Não possuímos entranhas de maior amor que o Apóstolo, o qual diz: *Admoestai os indisciplinados; reconfortai os pusilâmines; suportai os fracos; sede pacientes para com todos. Vede que nenhum retribua o mal com o mal* (1Ts 5,14-15). Quis dizer que é retribuir o mal com o mal, se há descuido em corrigir e se se evita a correção por uma negligência culpável.

Diz também o Apóstolo: *Repreende os que pecam, diante de todos, a fim de que os demais temam* (1Tm 5,20). Trata-se de pecadores públicos, pois do contrário contradiria o que diz o Senhor: *Se teu irmão pecar, vai corrigi-lo a sós contigo* (Mt 18,15). Contudo, mais adiante ele encarece a severidade e diz: *Caso não lhes dê ouvido, dize-o à Igreja, trata-o como gentio ou publicano* (Mt 18,17). E quem amou mais os fracos do que ele que se fez fraco por todos e por todos foi crucificado na sua humanidade?

Sendo assim, a graça não exclui a correção, e a correção não nega a graça. Por conseguinte, ao se prescrever a vivência da justiça, com oração autêntica deve-se implorar a Deus sua graça para cumprir o preceito. Proceda-se em tudo com caridade, pois a caridade não comete pecado e cobre uma multidão de pecados (Pd 4,8).

4 Refere-se à obra anterior: A graça e a liberdade.

5 Agostinho considera fruto da má vontade a recusa da correção. É maldade manifesta o não querer ser corrigido. A primeira medida será combater esta resistência à correção. A correção como graça externa não desperta o amor ao bem na pessoa corrigida. Assim, quem corrige deve também orar implorando a emenda do corrigido, pois se Deus não abrandar o coração do culpado com sua misericórdia, não se conseguirá o que se pretende. Deus, com sua graça, pode produzir a mudança-correção íntima, afastando o corrigido do mal.

6 Agostinho investiga neste trecho a primeira fonte da perversidade que leva o homem a se esquivar da correção e da emenda. Sua raiz esconde-se num mal hereditário e comum, devido à prevaricação de Adão. O homem incorrigível manifesta uma secura e dureza de coração que revela a situação pecaminosa do homem caído. Mesmo sendo uma perversidade hereditária e comum, deveria haver correção e repreensão.

7 Ainda que Deus conceda o dom da perseverança, o homem pode perdê-lo por culpa própria. A ovelha de hoje pode ser o lobo de amanhã. Por isso, ninguém deve dar como garantida sua salvação. Agostinho prova com três argumentos que a perseverança é dom de Deus: os testemunhos da Sagrada Escritura, a autoridade dos santos aqui representada por são Cipriano e as preces da Igreja.

8 A expressão “massa condenada” aparece também como “massa da perdição” ou “massa do pecado” (*massa damnata, perditionis, peccati*). Agostinho a tirou do texto de Rm 9,21, onde se fala do oleiro que pode fazer qualquer uso da massa que tem em mãos para justificar a ação de Deus na eleição para a salvação. Leia-se o segundo parágrafo do n. 13, logo adiante.

9 Chama a atenção o rigorismo de Agostinho sobre a condenação das crianças que morrem sem batismo. Esta opinião se deve, certamente, à sua oposição radical ao pelagianismo, que, baseando-se nas palavras de Jesus: “São muitas as moradas na casa de meu Pai”, admitia um lugar intermediário no reino de Deus, onde as crianças privadas do batismo gozavam de Deus com os bem-aventurados. Agostinho, no entanto, recusa esta exegese afirmando que as “muitas moradas” são os diversos graus de dignidade dos santos no céu.

Recusará esse lugar intermediário fundando-se nas palavras de Jesus a Nicodemos, “se alguém não renascer...” e nas que dirigirá aos eleitos e aos réprobos no juízo final pondo uns à direita, outros à esquerda, isto é, só há dois lugares. Contudo, na *Carta* 165,7, confessa sua dificuldade neste assunto: “Quando quero falar das penas devidas às crianças, acreditem que me vejo acometido de cruéis dúvidas e não chego a encontrar o que deva responder”.

Hoje, a doutrina da Igreja a respeito dos que morrem sem batismo e sem conhecer o evangelho é bem mais aberta e acolhedora: “Todo homem que, desconhecendo o evangelho e a sua Igreja, procura a verdade e pratica a vontade de Deus seguindo o seu conhecimento dela, pode ser salvo. Pode-se supor que tais pessoas teriam desejado explicitamente o batismo se tivessem tido conhecimento da necessidade dele” (*Catecismo da Igreja*, n. 1259).

[10](#) No tempo de Agostinho, era ainda muito discutida também entre os católicos, a inspiração do livro da Sabedoria. Os semipelagianos não aceitavam a canonicidade deste livro. A questão só ficou definitivamente resolvida após o concílio de Trento.

[11](#) Agostinho mostra a utilidade das quedas para a cura da soberba. A queda torna a pessoa humilde, impulsiona-a e a estimula a sair dela. O pecador pode sair de suas quedas como a flor do monte de esterco.

[12](#) Explicação da doutrina dos “auxílios” divinos. Foi na interpretação destes auxílios que erraram os semipelagianos e, mais tarde, os jansenistas. Os primeiros julgavam-na uma doutrina deprimente e fatalista. Os segundos erraram ao considerar o “auxílio mediante o qual” como anulador da liberdade, julgando que tudo deve ser atribuído a Deus e nada ao homem, nem mesmo o poder de resistir à graça.

[13](#) Para Agostinho, a respeito do pecado, a presciência divina do futuro é passiva e inoperante. Já a presciência com relação aos predestinados é ativa e operante. Com relação aos não-predestinados, Deus prevê apenas sua queda e ordena as penas de que se tornaram merecedores. Com relação aos predestinados, Deus prepara sua vontade e lhes confere graças e benefícios com que se hão de salvar com certeza. Distingue, assim, entre presciência e predestinação. Segundo esta doutrina, com relação ao mal, Deus é simples espectador e permissor. Em relação ao bem, é autor, porque tem parte nas obras salutares desde as primeiras iniciativas até a perseverança final.

[14](#) A edição de Lovaina do ano 1557 acrescentou esta nota: “Todos os manuscritos mantêm com razão o termo ‘insuperabiliter’ (invencivelmente). Contudo, Agostinho não é de opinião que os eleitos não possam se afastar do caminho reto e ser vencidos pela tentação. Ele ensina que a graça é tão potente, que, embora enfermos e débeis, não se afastam do caminho nem são vencidos, e, assim, não nega a impossibilidade de pecar, mas apenas indica o resultado. E o querem dizer as palavras que seguem àquele termo: “e, embora frágil, não desfaleceria nem seria superado por nenhuma adversidade”. E depois: “Ao passo que protegeu os fracos de tal modo que pelo dom de sua graça quisessem o bem com determinação invencível e se recusassem do mesmo modo a dele se afastar” (*Migne*, 44,940, nº 1).

[15](#) O abandono por parte do homem provoca o abandono por parte de Deus, Deus não abandona, se não for abandonado, postula a doutrina da graça de Agostinho. Trento formula o mesmo princípio (Sess.6, c.11).

[16](#) Agostinho interpreta em sentido restrito o texto de 1Tm 2,4. Deus poderia, certamente, converter todos os pecadores e salvar toda a humanidade. Deus não o faz porque está em seu poder o não querer. A expressão “todos os homens” limita-a a “muitos”, segundo a Carta 217,6.19. A certeza da condenação de muitos e uma exegese fundada na soberania absoluta de Deus, cuja vontade absoluta não pode ser frustrada, fazem Agostinho entender por “todos os homens” todos os que Deus elegeu, predestinou e só eles. Para os semipelagianos esta limitação era escandalosa. A vontade salvífica universal era um dos postulados mais defendidos por eles para realçar a bondade e a misericórdia de Deus. Deus quer a salvação de todos os homens, mas deixa a iniciativa à escolha deles. Cabe aos homens receber ou recusar os dons. Por esta mesma razão, recusavam a opinião de Agostinho a respeito do número dos predestinados.

A PREDESTINAÇÃO DOS SANTOS

(De praedestinatione sanctorum)

INTRODUÇÃO

1. Origem e motivação da obra

A *Predestinação dos santos*, juntamente com *O dom da perseverança*, é um dos últimos escritos de Agostinho, redigido, após as *Retratações*, em 429. Nesta obra, Agostinho defende a verdade da predestinação e da graça contra os semipelagianos. Estes sustentavam que o início da fé se deve ao próprio crente e os outros dons eram conseqüências deste mérito precedente. Mas Agostinho tenta desconstruir este discurso demonstrando que, não somente os dons posteriores são dados gratuitamente por Deus, mas também o começo da fé (*initium fidei*) é um dom de Deus. Afirmar que houve um tempo, como aparece em seus escritos antes de seu episcopado, que ele pensava como os semipelagianos, mas reconhece agora que se enganara. Confessa que se corrigiu deste erro, sobretudo, a partir do testemunho de Paulo: “Que tendes que não tendes recebido?”. Tenta, então, provar que esta afirmação de Paulo se aplica igualmente à fé e que a própria fé deve ser posta entre as outras graças, pois: “Não é em conseqüência das obras...”. De fato, de início, não viu a necessidade de uma graça interior no apelo à salvação, mas desde 397 em diante (cf. *Questiones ad Simplicianum*) corrigiu esta concepção. Naquela época, a maior parte dos padres teólogos tendiam a ligar o batismo com a perseverança final, de modo que todos os cristãos, exceto os heréticos, os cismáticos e os apóstatas, tinham a certeza de ser salvos. Nas suas homilias e em diversos tratados (*De fide et operibus*, p. ex.), Agostinho mostra que um cristão pode não alcançar a salvação. Assim, o problema da predestinação foi unido ao da perseverança final.

Em conseqüência do pecado original, a humanidade está consignada à condenação, mas Deus, desta massa de perdição, salva aqueles que destinou à salvação e estes serão salvos infalivelmente. O número dos eleitos é fixado desde a eternidade. Deus rejeita positivamente os outros. Consente que, em vista de seus pecados, se entregue livremente à danação.

2. A predestinação nas Escrituras

Agostinho não encontrou raízes desta doutrina no AT, pois dela não aparece nem mesmo a palavra. A idéia mais próxima é eleição. Deus, na sua benevolência, quis escolher livremente um povo, sem condicionamentos humanos. A escolha dos patriarcas, assim como a do povo hebreu, subverte as categorias humanas e Deus mostra que o plano de salvação é totalmente seu e gratuito.

Já no NT, nos sinóticos, emerge a idéia do reino como comunhão do homem com Deus. O pai preparou o reino aos eleitos desde toda a eternidade (Mt 25,34; 20,23). Também João mostra o tema da predestinação em referência aos discípulos, aqueles que o Pai “deu” ao Filho e que ninguém os “tirará” (10,27; 17,12).

A doutrina da predestinação é desenvolvida por Paulo, particularmente em Ef 1,3-12 e Rm 8,28-30. Deus nos escolheu antes da criação do mundo para sermos santos e imaculados no amor e nos predestinou à adoção dos filhos seus em Cristo (Ef 1,4-5). Aqueles que Deus predestinou a ser conforme ao seu Filho, chamou-os justificados e glorificados (Rm 8,28-30). O fundamento da predestinação, segundo Paulo, é a insondável vontade de Deus, que usa de misericórdia ou aplica sua justiça para com as pessoas que ele quer (Rm 9,18). O desígnio de Deus é que todos os homens se salvem e atinjam o conhecimento da verdade (1Tm 2,4). A eleição universal de Deus transcende toda distinção dos povos e a sua misericórdia se estende a todos aqueles que o invocam (Rm 10,12-13).

Por isso a predestinação à salvação é universal, gratuita e eficaz.

3. A predestinação nos Padres

Entre os padres, Orígenes parece ser o primeiro que distingue entre uma presciência geral divina, daquilo que, efetivamente se verifica e uma presciência por amor. Em seu *De fide orthodoxa* II, 30, J. Damasceno, apoiando-se em Crisóstomo, sintetiza, e distingue entre a vontade divina primigênia — vontade salvífica universal, que precede nas coisas que não estão em nossos poderes, e a vontade remuneradora.

Após rever sua posição anterior quando pensava como os semipelagianos, Agostinho atribui à onipotência da graça divina a exclusiva iniciativa primeira da salvação. Segundo tal juízo, o homem não está em condições de querer nada, a menos que Deus assista nele este querer: ser bom ou ser mau; fé e incredulidade; beatitude e condenação são remetidos à vontade divina de tal modo que, por motivo da imprescrutabilidade da eleição divina por graça, são salvos somente os eleitos tirados da massa da perdição, enquanto outros homens por causa da permissividade de Deus, perdem-se eternamente. Estes não são objetos de injustiça de Deus, porque nenhum homem, após o pecado, tem direito à redenção-salvação.

Com isso, Agostinho ensina uma vontade de Deus salvífica limitada. Deve-se ter por firme que Deus é absolutamente justo, mesmo se uma explicação desta justiça não é de fato possível, diz Agostinho. Depois de 421, ensinou que Deus destinou à salvação apenas aqueles que efetivamente alcançam a salvação (*De fide, spes et caritate*, cap. 103). Os outros são predestinados ao eterno aniquilamento (*ad sempiternum interitum*; *C. Iulianum* IV). Agostinho não mencionou jamais a doutrina segundo a qual “Deus quer que todos os homens se salvem” (1Tm 2,4).

4. Conseqüências da doutrina agostiniana

A doutrina agostiniana encontrou opositores já em seu tempo. Do mosteiro de Lerins, Vicente (+450), adversário da doutrina agostiniana sobre a graça e a predestinação, escreveu em 434, sob o pseudônimo de “Peregrinus” dois *Commonitorium* (memórias-vade mecum), a respeito do princípio da tradição para mostrar que a doutrina de Agostinho não era tradicional. Tinha em mira rejeitar, sem mencionar o nome do adversário, como inovação a teoria de Agostinho sobre a graça.

Mas aquilo que ficou conhecido como agostinismo rígido, transformou-se em agostinismo mitigado por obra, especialmente, de Próspero de Aquitânia, e sobretudo pelos decretos do sínodo de Orange, em junho de 529 (necessidade da graça em todos os níveis, predestinação universal à salvação).

Próspero se apartou cada vez mais das teorias agostinianas estritas. Sob a influência das objeções levantadas pelos semipelagianos, abandonou a doutrina agostiniana da vontade salvífica restrita de Deus e da predestinação, chegando a ser (no *De vocatione Omnium gentium*) defensor enérgico da vontade salvífica universal de Deus. Por graça oferecida a todos os homens, todos são chamados à salvação, porém só alcançarão a meta aqueles aos quais foi concedida uma graça particular.

Embora, em princípio, a doutrina agostiniana da predestinação fosse aceita pela igreja ocidental, ela se tornou uma fonte de constantes desentendimentos. Assim, por exemplo, nova controvérsia teve origem no século IX, suscitada pelo monge Godescalco (Gottzchalk) do mosteiro de Fulga. Nesta controvérsia estiveram envolvidos os sínodos de Mogúncia em 848 e o de Quiercy em 849 que condenaram a doutrina de Godescalco. Ele defendia uma dupla predestinação: tanto a salvação quanto a condenação são determinadas para cada pessoa desde o nascimento. Portanto, não se pode falar de uma vontade de salvação universal por parte de Deus. Ainda em 860 o sínodo de Toucy, na Lorena, tenta encerrar a discussão sobre a predestinação afirmando que se deve ensinar que há uma vontade de salvação universal em Deus e uma redenção que atinge todos os homens.

No período pós-tridentino, defrontam-se sobre a predestinação duas escolas teológicas: a molinista e a de Bañez. A molinista realça a liberdade do homem e considera que a predestinação dos adultos à vida eterna segue a previsão dos méritos. Já a escola de Bañez sublinha a gratuidade absoluta da predestinação à glória e a eficácia intrínseca da graça.

No século XVI Lutero e Calvino também se envolvem com a questão da predestinação. Para Calvino, como para Agostinho, uns são eleitos e outros rejeitados desde a eternidade. Contudo, Calvino entende a predestinação e reprovação independentemente do problema do pecado original (predestinação supralapsária).

O núcleo da teologia de Calvino é a doutrina da predestinação ao paraíso ou ao inferno, independentemente das boas obras, de qualquer mérito que o homem possa adquirir nesta vida. Nas *Institutiones* faz um estudo vasto e minucioso sobre a predestinação, mas apresenta-se, desde o início, como totalmente óbvia: “É evidente que é por vontade de Deus que sucede que a salvação é concedida a alguns e negada a outros” (*Inst.* III, 21,1). Para salvar os predestinados ao paraíso, Deus enviou seu Filho ao mundo (*Ordin.* v. 2, p. 38). Assim, a salvação é concedida por Deus a alguns e negada a outros, prescindindo do comportamento do homem. Deus, criador e senhor soberano de suas criaturas, dispõe delas para sua glória segundo lhe apraz. Calvino supõe incompatível com a onipotência divina o livre-arbítrio da criatura.¹⁷ Agostinho também realça a soberania do poder divino, que pode inclinar as vontades humanas para onde lhe apraz. Porém, salva os direitos ontológicos da criatura, ajudando a produzir um movimento vital e livre.

Do lado católico, apareceu Cornélio Jansens (1585-1638), professor de teologia em Lovaina, depois bispo de Ypres. Convencido que a doutrina de muitos escolásticos de renome se distanciava daquela de Agostinho sobre pontos capitais como a graça e o livre-arbítrio, tentou desenvolver a fundo as idéias de Santo Agostinho. Desse empenho surgiu a obra *Augustinus*, na qual trabalhava ainda à véspera de sua morte.

Os dados fundamentais de sua doutrina podem ser pontuados nestes termos: a natureza humana, depois do pecado original, ficou inteiramente despojada da graça, por esta razão, era-lhe impossível observar todos os mandamentos divinos; o pecado original tirou a liberdade de querer e tornou o homem incapaz de qualquer bem, inclinando-o, necessariamente, ao mal; Cristo ofereceu aos homens a graça da salvação, mas não morreu por todos, e sim, só para uns poucos eleitos; a predestinação é, pois, gratuita e precede a qualquer ato de nossa vontade; o verdadeiro bem vem, portanto, da graça eficaz que Deus concede aos predestinados. E mais: à total corrupção da natureza humana, opõe a irresistibilidade da graça de Deus. Destas afirmações deriva a negação de uma vontade salvífica, operante e universal de Deus.¹⁸

Em 1653, Inocêncio X condena sete proposições do livro *Augustinus*, entre as quais destacamos: que o homem não pode nunca resistir à graça de Deus, que o homem não pode cumprir certos mandamentos de Deus e que é um erro afirmar que Cristo morreu por todos os homens.

A teologia contemporânea destaca uma dupla problemática: de um lado, o erro de considerar as causalidades divina e humana como se fossem duas forças paralelas, concorrentes, sem levar em conta que a graça não aniquila a liberdade, mas a confirma e a desenvolve. De outro lado, a predestinação do homem enquanto foi chamado antes da criação do mundo a se tornar filho de Deus em Cristo. Nesta perspectiva, deve-se sublinhar a predestinação de toda a humanidade à salvação.

Devemos compreender as afirmações das Escrituras sobre a onipotência de Deus e sobre a eficácia da graça num regime de equilíbrio. Na ordem sobrenatural, tudo o que fazemos de bem tem o concurso da graça.

Hoje os teólogos reconhecem que nem tudo o que Agostinho tirou de sua inspiração paulina se

sustenta. Já é um dado largamente aceito que Agostinho exagerou em algumas afirmações, especialmente, ao que se refere à predestinação, devido a uma má compreensão dos textos paulinos. Hoje, o clima eclesial e ecumênico anula a idéia de que alguns são predestinados à salvação e outros à condenação. Acolhe-se antes a idéia de um chamado universal à salvação: todos os homens, de todas as nações, são chamados a se tornarem filhos de Deus; Deus quer que todos os homens se salvem. A doutrina da pres-ciência e da predestinação não pode constituir doutrina que privilegia alguns eleitos ou paralise o dinamismo do ser humano. Deve-se evitar toda e qualquer aproximação com o fatalismo histórico, com o destino que prenda os movimentos livres do espírito, que limite tanto a vontade savífica universal de Deus quanto a liberdade de sua criatura.

CAPÍTULO I

A obra é resposta às cartas de Próspero e Hilário

1. Sabemos que o Apóstolo disse na Carta aos Filipenses: *Escrever-vos as mesmas coisas não me é penoso e é seguro para vós* (3,1). Contudo, escrevendo aos gálatas, ao constatar que lhes transmitira pelo ministério da palavra o suficiente, o que considerava essencial, diz: *Quanto ao mais ninguém me obrigue a mais trabalho*, ou como se lê em muitos códices: *Doravante ninguém mais me moleste* (Gl 6,17).

Embora confesse que me causa desagrado a falta de fé nas palavras divinas, tão numerosas e tão claras, que proclamam a graça de Deus — a qual não é graça, se nos é outorgada de acordo com nossos merecimentos —, faltam-me palavras para mostrar minha estima por vós, filhos caríssimos Próspero e Hilário, à vista de vosso zelo e amor fraternos em não querer que continuem no erro os que pensam de modo contrário. Eis por que desejais que escreva mais ainda apesar de tantos livros e cartas publicados por mim sobre o assunto. E sendo tamanho meu apreço por vós à vista de tudo isto, não ousei dizer que seja o que mereceis. Assim, torno a escrever-vos, e o faço não porque tendes necessidade de mais esclarecimentos, mas apenas sirvo-me de vós como intermediários para expor o que julgava ter feito suficientemente.

2. Havendo, pois, considerado vossas cartas, parece-me perceber que os irmãos, pelos quais manifestais tão piedosa solicitude, devem ser tratados como o Apóstolo tratou aqueles aos quais diz: *Se em alguma coisa pensais diferentemente, Deus vos esclarecerá*, evitando, por um lado, a sentença do poeta que afirmou: *Confie cada um em si mesmo* (Virg. *Eneida*, 1, II, V 309), mas acatando por outro lado o que disse o profeta: Maldito o homem que confia no homem (Jr 17,5). Com efeito, ainda caminham às cegas na questão sobre a predestinação dos santos, mas se a este respeito pensam de outro modo, têm tudo para poder alcançar que Deus lhes revele a verdade, ou seja, se perseverarem no caminho ao qual chegaram. Por isso, o Apóstolo, após dizer: *Se em alguma coisa pensais diferentemente, Deus vos esclarecerá*, afirma em seguida: *Entretanto, qualquer que seja o ponto a que chegemos, conservemos o rumo* (Fl 3,15-16).

Esses nossos irmãos, alvos de vossa solicitude e piedosa caridade, chegaram ao ponto de crer com a Igreja de Cristo que o gênero humano nasce sujeito ao pecado do primeiro homem e que alguém se livra deste mal somente pela justiça do segundo homem. Chegaram também a confessar que a graça de Deus se antecipa às vontades humanas e que ninguém tem capacidade de começar ou terminar uma boa obra por suas próprias forças.

Professando estas verdades, às quais chegaram, distam muito do erro dos pelagianos. E se nelas permanecerem e suplicarem àquele que concede o dom da inteligência e se pensarem diferentemente acerca da predestinação, ele lhes revelará a verdade. Mas nem por isso lhes neguemos o afeto de nossa caridade e o ministério da palavra, conforme no-lo conceder aquele a quem rogamos que lhes

possamos dizer neste escrito o que lhes for conveniente e útil. Quem sabe se nosso Deus não quer fazer-lhes o bem mediante esta nossa disponibilidade, que nos leva a servi-los na livre caridade de Cristo?

CAPÍTULO II

O princípio da fé é também dom de Deus

3. Devemos demonstrar primeiramente que a fé, que nos faz cristãos, é dom de Deus, e o faremos, se possível, com mais brevidade do que empregamos em tantos e volumosos livros. Mas agora vejo que devo dar uma resposta aos que dizem que os testemunhos divinos, mencionados por nós e concernentes ao assunto, valem apenas para provar que podemos adquirir o dom da fé por nós mesmos, ficando para Deus só o seu crescimento em virtude do mérito com o qual ela começou por nossa iniciativa.

Com esta crença não se desvia da sentença que Pelágio foi impelido a condenar no concílio da Palestina, como o atestam as próprias atas: “A graça de Deus é-nos concedida de acordo com nossos méritos”. Esta doutrina advoga que não se atribui à graça de Deus o começar a crer, mas ela nos é acrescentada para que acreditemos mais plena e perfeitamente. Assim, primeiramente oferecemos a Deus o começo de nossa fé para receber o acréscimo e qualquer outra coisa que lhe peçamos em nossa fé.

4. Mas por que não ouvir as palavras do Apóstolo que contrariam esta doutrina: *Quem primeiro lhe fez o dom para receber em troca? Porque tudo é dele, por ele e para ele. A ele a glória pelos séculos! Amém!* (Rm 11,35-36). Portanto, o próprio início de nossa fé, de quem procede senão dele? E não se há de admitir que todas as coisas procedem dele exceto esta, mas, sim, *tudo é dele, por ele e para ele*. E quem dirá que aquele que já começou a crer, não tem merecimento junto àquele no qual crê? Daí se concluiria o poder dizer-se que as demais graças seriam acrescentadas como retribuição divina aos que já têm merecimento, o que seria afirmar que a graça de Deus nos é outorgada de acordo com nossos merecimentos. Evitando que esta proposição fosse condenada, ele mesmo a condenou.

Conseqüentemente, quem pretender evitar esta sentença condenável, entenda a verdade contida nas palavras do Apóstolo, que diz: *Pois vos foi concedido, em relação a Cristo, a graça de não só crerdes nele, mas também de por ele sofrerdes* (Fl 1,29). O texto revela que ambas as coisas são dom de Deus, porque disse que ambas as coisas são concedidas. Não diz: “A fim de que nele acrediteis mais plena e perfeitamente”, mas *de crerdes nele*. E não disse também que alcançou a misericórdia para ser mais fiel, mas para ser fiel (1Cor 7,25), porque sabia não ter oferecido a Deus o começo da fé por sua iniciativa e ter recebido dele posteriormente, como retribuição, o seu crescimento. Fê-lo apóstolo aquele que o fez crer.

Estão consignados também na Escritura os começos de sua fé e são muito conhecidos através da leitura nas igrejas. Segundo estes dados, estando afastado da fé que combatia e da qual era acérrimo inimigo, converteu-se repentinamente para a mesma fé por uma graça especial. Converteu-o aquele a quem foi dito pelo profeta: *Porventura não nos tornarás a dar a vida?* (Sl 84,7), para que não apenas o que não queria crer, passasse a crer de livre vontade, mas também de perseguidor passasse a sofrer perseguição em defesa da fé, que ele perseguiu. Foi-lhe concedido pelo Cristo não somente que nele acreditasse, mas também que por ele sofresse.

5. E assim, mostrando o valor desta graça, que não é concedida de acordo com os méritos, mas é causa de todos os bons méritos, diz: *Não como se fôssemos dotados de capacidade que pudéssemos atribuir a nós mesmos, mas é de Deus que vem a nossa capacidade* (2Cor 3,5). Ouçam estas

palavras, com atenção, e reflitam sobre elas os que pensam atribuir a nós o começo da fé e a Deus o seu crescimento.

Quem não vê que primeiro é pensar e depois crer? Ninguém acredita em algo, se antes não pensa no que há de crer. Embora certos pensamentos precedam de um modo instantâneo e rápido a vontade de crer, e esta vem em seguida e é quase simultânea ao pensamento, é mister que os objetos da fé recebam acolhida depois de terem sido pensados. Assim acontece, embora o ato de crer nada mais seja que pensar com assentimento. Pois, nem todo o que pensa, crê, havendo muitos que pensam, mas não crêem; mas todo aquele que crê, pensa, e pensando crê e crê pensando.

Portanto, no tocante à religião e à piedade, do qual falava o Apóstolo, se não somos idôneos para pensar coisa alguma pela nossa capacidade, mas nossa capacidade vem de Deus, conseqüentemente não somos capazes de crer em alguma coisa pelas nossas forças, o que não é possível senão pelo pensamento, mas nossa capacidade, mesmo para o início da fé, vem de Deus.

Do que se conclui, portanto, que ninguém é capaz por si mesmo de começar ou consumir qualquer boa obra, o que aqueles nossos irmãos aceitam como vossos escritos o manifestam, e que, para começar e consumir toda boa obra, nossa capacidade vem de Deus. Do mesmo modo, ninguém é capaz por si mesmo ou de começar a ter fé ou de nela crescer, mas nossa capacidade vem de Deus. Porque, se não existe fé se não há pensamento, também não somos capazes de pensar algo como de nós mesmos, mas nossa capacidade vem de Deus.

6. Deve-se evitar, amados irmãos no Senhor, que o homem se engrandeça contra Deus ao dizer que é capaz de fazer o que ele prometeu. Não foi prometida a Abraão a fé dos pagãos e ele, glorificando a Deus, não acreditou plenamente porque tem o poder de cumprir o que prometeu? (Rm 4,20-21) Portanto, é autor da fé dos pagãos aquele que tem poder de cumprir o que prometeu.

Assim, se Deus é autor de nossa fé, agindo de modo maravilhoso em nossos corações para que creiamos, haverá razão para temer que ele não seja o autor de toda a fé, de sorte que o homem atribua a si mesmo o começo da fé, para merecer apenas receber dele o seu aumento?

Tende em conta que se o processo é diferente e assim a graça de Deus nos seja concedida em vista de nossos méritos, esta graça não é mais graça. Com efeito, neste caso é devolvida como paga e não é dada gratuitamente. Pois é devida ao crente para que sua fé cresça pelo auxílio do Senhor e a fé aumentada seja a recompensa da fé começada. Não se percebe, quando se diz isto, que esta recompensa é imputada aos crentes não como uma graça, mas como uma dívida.

Se o homem pode criar para si o que não possuía antes e pode aumentar o que criou, não vejo outra razão para não se lhe atribuir todo o mérito da fé, a não ser o não poder se opor aos testemunhos mais que evidentes que provam ser dom de Deus a virtude da fé, de onde se origina a piedade. Entre outros, este: *De acordo com a medida da fé que Deus dispensou a cada um* (Rm 12,3), e este outro: *Aos irmãos, paz, amor e fé da parte de Deus, o Pai, e do Senhor Jesus Cristo* (Ef 6,23), e outros semelhantes.

Não querendo opor-se a testemunhos tão evidentes, mas querendo atribuir a si o fato de crer, o homem quer fazer uma composição com Deus, arrogando-se uma parte da fé e deixando-lhe outra parte. E o que é mais insolente: arroga para si a primeira parte e atribui a Deus a seguinte, e no que diz ser de ambos, em primeiro lugar e a Deus em segundo plano.

CAPÍTULO III

O autor confessa seu antigo erro sobre a graça. — Texto das “Retratações”

7. Não pensava assim aquele piedoso e humilde Doutor — refiro-me ao bem-aventurado Cipriano —, que disse: “Não há razão para nos gloriarmos, quando nada é nosso” (*A Quirino*, 1,III, c.4). E

para demonstrá-lo, apresentou como testemunha o Apóstolo, que diz: *Que é que possuis que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesses recebido?* (1Cor 4,7). Servindo-me principalmente deste testemunho, convenci-me também do erro, quando nele laborava, julgando que a fé, que nos leva a crer em Deus, não era dom de Deus, mas se originava em nós por nossa iniciativa, e mediante ela implorávamos os dons de Deus para viver sóbria, justa e piedosamente neste mundo.

Não julgava que a fé fosse precedida pela graça de Deus, de sorte que por ela recebêssemos o que pedíssemos convenientemente, mas pensava que não podíamos ter fé, se não a precedesse o anúncio da verdade. Porém, o acolhimento à fé era iniciativa nossa, uma vez recebido o anúncio do evangelho e julgava ser merecimento nosso. Alguns opúsculos de minha lavra, escritos antes de ser ordenado bispo, revelam com clareza este erro. Entre eles está o mencionado em vossas cartas, onde se encontra o comentário sobre algumas proposições da Carta aos Romanos.

Finalmente, ao fazer a revisão de todas as minhas obras e ao consignar por escrito esta revisão, de cuja obra já terminara dois livros antes que tivesse recebido vossos escritos mais extensos, e tendo chegado à revisão do referido livro no primeiro volume, assim me expressei:

“E discutindo também sobre o que Deus elegeu no não ainda nascido, ao qual disse que serviria o maior, e o que reprovou no mesmo mais idoso também ainda não nascido — aos quais, embora escrito muito mais tarde, faz referência o testemunho profético: *Amei Jacó e aborreci Esaú* (Rm 9,13; Mt 1,3) —, cheguei a este raciocínio e disse: “Deus não elegeu na sua presciência as obras de cada um, que ele mesmo haveria de realizar, mas elegeu a fé conforme à mesma presciência, de modo que, conhecendo previamente o que nele havia de crer, escolheu-o para dar-lhe o Espírito Santo, e assim pela prática das boas obras, obtivesse também a vida eterna.

Ainda não pesquisara com toda diligência, nem ainda descobrira o que fosse a eleição da graça, da qual diz o mesmo Apóstolo: *Constituiu-se um resto segundo a eleição da graça* (Rm 11,5). Esta não é graça, se a precede qualquer mérito, e o que se concede não como graça, mas como dívida, concede-se como recompensa aos méritos e não é concessão. Por conseguinte, o que disse à continuação: “Pois diz o mesmo Apóstolo: *É o mesmo Deus que realiza tudo em todos* (1Cor 12,6), nunca se disse que Deus crê todas as coisas em todos”. E acrescentei em seguida: “Porque cremos, é mérito nosso, mas fazer o bem pertence àquele que dá aos crentes o Espírito Santo”. No entanto, não o diria, se já soubesse que a própria fé se encontra entre os dons de Deus outorgados no mesmo Espírito.

Portanto, ambas as coisas as realizamos pelo assentimento da liberdade, e ambas, no entanto, são concedidas pelo Espírito de fé e de caridade. Pois, não somente a caridade, mas como está escrito: *Amor e fé da parte de Deus, o Pai, e do Senhor Jesus Cristo* (Ef 6,23). E também o que afirmei um pouco depois: “Pertence a nós o querer e o crer, mas a ele conceder aos que querem e crêem a faculdade de praticar o bem pelo Espírito Santo, pelo qual a graça foi derramada em nossos corações”, é verdade, mas de acordo com o mesmo processo, ou seja, ambas são dele, porque prepara a vontade, e ambas são nossas, porque não se realizam sem o nosso assentimento. E também o que disse depois: “Não podemos nem querer, se não somos chamados e, ao querermos após ser chamados, não bastam a nossa vontade e a nossa corrida, se Deus não der forças aos que correm e os leve aonde os chama. E o que acrescentei em seguida: *Não depende, portanto, daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus, que faz misericórdia* (Rm 9,16), para podermos praticar o bem, é verdade absoluta.

Mas dissertei com muita brevidade acerca da vocação que ocorre segundo o desígnio de Deus. Pois não é assim a vocação de todos, mas somente dos eleitos. Por isso, quando disse um pouco

depois: “Assim como naqueles que Deus elege, a fé, e não as obras, dá início ao mérito a fim de que pelo dom de Deus se pratique o bem, assim naqueles que ele condena, a infidelidade e a impiedade são o princípio do demérito, a fim de que pelo mesmo castigo também se pratique o mal”, essas palavras são expressão da verdade absoluta. Mas não disse que o mérito da fé seja também um dom de Deus nem julguei que seria um assunto a averiguar.

E afirmei em outro lugar: *De modo que ele faz misericórdia a quem quer e endurece a quem ele quer* (Rm 9,18) e deixa-o para que pratique o mal. Mas a misericórdia é outorgada ao mérito precedente da fé, e o endurecimento, à iniquidade precedente. Isto é indubitavelmente certo, mas devia-se investigar ainda se o mérito da fé provém da misericórdia de Deus, isto é, se esta misericórdia favorece o homem porque crê ou favoreceu para que cresça. Pois lemos o que diz o Apóstolo: Como quem alcançou misericórdia para ser fiel (1Cor 7,25). Não diz: porque era fiel. Portanto, a misericórdia é na verdade concedida ao que é fiel, mas foi concedida também para ser fiel.

E assim, com toda verdade, afirmei em outro lugar do mesmo livro: “Porque se não é pelas obras, mas pela misericórdia de Deus que somos chamados para ser fiéis e, sendo fiéis, é concedida para praticarmos o bem, esta misericórdia não se há de negar aos pagãos”; se bem é certo que tratei ali com mais brevidade da vocação que se realiza segundo o desígnio de Deus” (*Retratações*, 1, cap. 23 nn. 3-4).

CAPÍTULO IV

A revisão de sua doutrina pelas Retratações

8. Assim tomais conhecimento sobre o que eu pensava então sobre a fé e as obras, embora me esforçasse em prestigiar a graça de Deus. Vejo agora que esses nossos irmãos abraçam esta opinião porque não cuidaram de progredir comigo do mesmo modo que se interessaram em ler os meus livros. Pois, se tivessem tido esta preocupação, teriam encontrado resolvida esta questão de acordo com a verdade das divinas Escrituras no primeiro dos dois livros que, no começo de meu episcopado, escrevi a Simpliciano, de feliz memória, bispo da Igreja de Milão, sucessor do bem-aventurado Ambrósio. A não ser que não os conheceram e, se assim for, fazei com que os conheçam.

Deste primeiro dos dois livros falei primeiramente no segundo das *Retratações*, onde me expresso nos seguintes termos: “Dos livros que elaborei, sendo já bispo, que tratam de diversas questões, os dois primeiros são dedicados a Simpliciano, prelado da Igreja de Milão, que sucedeu ao bem-aventurado Ambrósio. Duas das questões, tomadas da carta de Paulo apóstolo aos romanos, reuni no primeiro livro. A primeira enfoca o que está escrito: *Que diremos, então? Que a lei é pecado? De modo algum!* até onde diz: *Quem me libertará deste corpo de morte? Graças sejam dadas a Deus, por Jesus Cristo Senhor nosso* (Rm 7,7-25). Nesta questão, as palavras do Apóstolo: *A lei é espiritual, mas eu sou carnal* (Rm 14), e as demais onde se declara a luta da carne contra o espírito, de tal modo expus, como se o ser humano estivesse sob a lei e não libertado pela graça. Pois compreendi muito mais tarde que tais palavras podiam se referir também ao homem espiritual, o que é mais provável.

A segunda questão neste primeiro livro abrange a passagem onde diz: *E não é só. Também Rebeca, que conceberá de um só, de Isaac, nosso pai*, até o trecho onde afirma: *Se o Senhor Sabaot não nos tivesse preservado um germe, teríamos ficado como Sodoma, teríamos ficado como Gomorra* (Rm 9,10-29). Na solução desta questão trabalhou-se certamente pelo triunfo do livre-arbítrio, mas a graça de Deus venceu. E não se podia chegar a esta conclusão, senão entendendo corretamente o que disse o Apóstolo: *Pois quem é que te distingue? Que é que possuis, que não*

tenhas recebido? E, se o recebeste, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesses recebido? (1Cor 4,7).

O que o mártir Cipriano pretendia demonstrar, define-o cabalmente com este título: “Em nada nos devemos gloriar, porque nada é nosso” (*Retratações* 1, c.1, n. 1).

Eis a razão pela qual disse acima que me havia convencido desta questão principalmente por este testemunho apostólico, quando sobre ela pensava de modo diferente. Deus me inspirou a solução, quando, conforme disse, escrevia ao bispo Simpliciano. Portanto, este testemunho do Apóstolo, onde ele disse para se refrear o orgulho humano: *O que possuis que não tenhas recebido*, não permite a nenhum fiel dizer: “Tenho a fé que não recebi”. Toda tentativa de soberba fica assim reprimida com as palavras desta resposta. Mas o seguinte se pode dizer: “Ainda que não tenha a fé perfeita, tenho, contudo, seu começo, pela qual primeiramente acreditei em Cristo”. Isso porque então não se pode responder: *O que possuis que não recebeste? E, se o recebeste, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesses recebido? (1Cor 4,7).*

CAPÍTULO V

A gratuidade refere-se também à fé; não somente aos bens da natureza

9. O que esses irmãos pensam, ou seja: “Quando se trata do começo da fé, não se pode dizer: *O que possuis que não recebeste?*, porque permaneceu na própria natureza, embora contaminada, o que lhe foi dado quando sã e perfeita” (*Carta de Hilário*, n. 4), não deve ser entendido para o que pretendem valorizar, se se pensa a razão pela qual o Apóstolo fez esta afirmação: Pois tratava ele de que ninguém se gloriasse no homem, já que haviam surgido dissensões entre os cristãos de Corinto a ponto de dizerem: “*Eu sou de Paulo!*”, ou “*Eu sou de Apolo!*”, ou “*Eu sou de Cefas!*”, e por isso veio a dizer: *O que é loucura no mundo, Deus o escolheu para confundir os sábios; e o que é fraqueza no mundo, Deus o escolheu para confundir o que é forte; e o que no mundo é vil e desprezado, o que não é, Deus escolheu para reduzir a nada o que é, a fim de que nenhuma criatura se possa vangloriar diante de Deus*. Nestas palavras percebe-se a intenção muito clara do Apóstolo contra a soberba humana, a fim de que ninguém se glorie no homem e, portanto, nem em si mesmo.

Finalmente, depois de dizer: *A fim de que nenhuma criatura se possa gloriar diante de Deus*, para mostrar em que o homem se deve gloriar, acrescentou imediatamente: *É por ele que vós sois em Cristo Jesus, que se tornou para nós sabedoria proveniente de Deus, justiça, santificação e redenção, a fim de que, como diz a Escritura, “aquele que se gloria, glorie-se no Senhor” (1Cor 1,12.27-31)*. Estas palavras foram o apoio para manifestar sua intenção para dizer em repreensão: *Visto que ainda sois carnis. Com efeito, se há entre vós invejas e rixas, não sois carnis e não vos comportais de maneira meramente humana? Quando alguém declara: “Eu sou de Paulo”, e outro diz: “Eu sou de Apolo”, não procedeis de maneira meramente humana? Quem é, portanto, Apolo? Quem é Paulo? Servidores, pelos quais fostes levados à fé; cada um deles aqui segundo os dons que o Senhor lhe concedeu. Eu plantei, Apolo regou; mas era Deus quem fazia crescer. Assim, pois, aquele que planta, nada é; aquele que rega, nada é; mas importa somente Deus que dá o crescimento*.

Percebeis que o Apóstolo não pretende outra coisa, senão que o homem se humilhe e apenas Deus seja exaltado? Pois, ao se referir aos que são plantados ou regados, afirma que nada são o que planta ou que rega, mas o que dá o crescimento, ou seja, Deus. O mesmo diz se aquele planta e este rega; não devem atribuir a si mesmos, mas ao Senhor, ao afirmar: *Cada um deles agiu segundo os dons que o Senhor lhe concedeu. Eu plantei, Apolo regou*.

Persistindo no mesmo propósito, vem a dizer: *Por conseguinte, ninguém procure nos homens motivo de orgulho* (1Cor 5-6.21). Pois dissera antes: *Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor*. Depois destas e algumas outras palavras, que com estas se relacionam, sua intenção o leva a dizer: *Nisso tudo, irmãos, eu me tomei como exemplo juntamente com Apolo por causa de vós, a fim de que aprendais a nosso respeito a máxima: “Não ir além do que está escrito” e ninguém se ensoberbeça, tomando o partido de um contra o outro. Pois quem é que te distingue? Que é que possuis que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que haverias de te ensoberbecer como se não o tivesses recebido?* (1Cor 4,6-7).

10. Conforme entendo, seria o maior absurdo supor que, nesta mais que evidente intenção do Apóstolo de falar contra a soberba humana para evitar que ninguém se glorie nos homens, mas em Deus, esteja ele se referindo aos dons naturais, seja os da natureza cabal e perfeita outorgada na primeira condição, seja quaisquer vestígios da natureza decaída. Porventura, mediante tais dons comuns a todos, os homens se distinguem uns dos outros? No referido texto, o Apóstolo disse primeiramente: *Quem é que te distingue?* e acrescentou à continuação: *Que é que possuis que não tenhas recebido?*

Pois uma pessoa cheia de orgulho poderia dizer a outra: “Distinguem-me minha fé, minha justiça” ou coisa semelhante. Vindo ao encontro de tais pensamentos, o bom Doutor diz: “O que possuis que não recebeste? E de quem recebeste, senão daquele que te distingue do outro, ao qual não concedeu o que te concedeu?”. “E, se o recebeste, diz ele, por que te glorias como se não o tivesses recebido?”. Pergunto eu: não insiste o Apóstolo em que alguém que se gloria, glorie-se no Senhor? Mas nada tão oposto a este sentido que o gloriar-se alguém de seus merecimentos, como se ele mesmo praticasse tais obras meritórias e não pela graça de Deus. Refiro-me à graça que distingue os bons dos maus, não à que é comum aos bons e aos maus.

Portanto, se a graça representa os atributos da natureza, que nos faz animais racionais e nos distingue dos simples animais; se ela representa os atributos da natureza, que causa diferenças entre os homens normais e os disformes ou entre os inteligentes e os retardados, e assim outros atributos semelhantes, aquela pessoa, repreendida pelo Apóstolo, não se ensoberbecia contra um animal ou contra alguma pessoa no tocante a algum dote natural, ainda que fosse de ínfimo valor. Mas orgulhava-se de algum bem referente à vida de santidade, não atribuindo a Deus mas a si, e por isso mereceu ouvir: *Quem é que te distingue? Que é que possuis que não tenhas recebido?*

Mesmo sendo dom natural o poder ter fé, acaso o é também possuí-la? *Pois nem todos têm fé* (2Ts 3,2), embora todos possam tê-la. O Apóstolo não diz: “O que podes ter que não recebeste para poder possuí-la?”. Mas diz: *Que é que não possuis que não recebeste?* Por conseguinte, o ser capaz de ter fé, assim como ser capaz de ter caridade, é próprio da natureza humana. Mas ter fé, assim como ter caridade, é próprio da graça nos que crêem.

A natureza, que nos dá a possibilidade de ter fé, não distingue um ser humano do outro, mas a fé distingue um crente do não crente. Por isso, quando se diz: *Quem é que te distingue? Que é que possuis que não recebeste?* quem ousa afirmar: “Tenho a fé por minha iniciativa; portanto, não a recebi”? Tal pessoa contradiz esta verdade evidente, não porque o crer ou não crer não dependa do livre-arbítrio humano, mas porque a vontade nos eleitos é preparada pelo Senhor (Pr 8, seg. LXX). Portanto, no campo da fé, que depende da vontade, procedem as palavras: *Quem é que te distingue? Que é que possuis que não recebeste?*

CAPÍTULO VI

Os insondáveis juízos de Deus e a predestinação dos santos

11. “São muitos os que ouvem a palavra da verdade, mas uns crêem, outros a contradizem. Os primeiros querem crer, ao passo que os segundos não o querem.” Quem ignora este fato? Mas como naqueles a vontade é preparada pelo Senhor, o que não acontece com os segundos, é preciso distinguir o que vem da sua misericórdia e o que vem de sua justiça. Diz o Apóstolo: *Aquilo a que tanto aspira, Israel não conseguiu: conseguiram-no, porém, os escolhidos. E os demais ficaram endurecidos. Como está escrito: “Deu-lhes Deus um espírito de torpor, olhos para não verem, ouvidos para não ouvirem, até o dia de hoje”*. Diz também Davi: *Que sua mesa se transforme em cilada, em motivo de tropeço e justa paga. Que seus olhos fiquem escuros para não verem, e faz que eles tenham sempre seu dorso encurvado*.

Eis a misericórdia e o juízo; misericórdia para a eleição que alcançou a justiça de Deus; juízo para os demais que ficaram cegos. No entanto, os que quiseram, acreditaram; os que não quiseram, não acreditaram. Portanto, a misericórdia e a justiça verificaram-se nas próprias vontades. Pois esta eleição é obra da graça, não dos méritos. Um pouco antes o Apóstolo dissera: *Assim também no tempo atual constituiu-se um resto segundo a eleição da graça. E se é por graça, não é pelas obras; do contrário a graça não é mais graça* (Rm 11,5-10). Portanto, gratuitamente foi alcançada porque foi alcançada a eleição. Da parte deles não a precedeu nenhum mérito que pudesse ser apresentado antes e a eleição significasse uma retribuição. Salvou-os à custa de nada. Os outros ficaram cegos e receberam em retribuição, como o texto esclarece.

Todas as veredas do Senhor são graça e fidelidade (Sl 24,10). Pois *são impenetráveis seus caminhos* (Rm 11,33). Por conseguinte, são impenetráveis a misericórdia pela qual liberta gratuitamente e a verdade pela qual julga com justiça.

CAPÍTULO VII

A fé é o fundamento da vida espiritual

12. É possível que alguém diga: “O Apóstolo faz distinção entre a fé e as obras, pois afirma que a graça não procede das obras, mas não diz que não procede da fé”. É verdade, mas Jesus assevera que a fé é obra de Deus e a exige para a prática das boas obras. Pois disseram-lhe os judeus: “*Que faremos para trabalhar nas obras de Deus?*”. Respondeu-lhes Jesus: “*A obra de Deus é que acrediteis naquele que ele enviou*” (Jo 6,28-29). Neste sentido, portanto, o Apóstolo faz distinção entre a fé e as obras, assim como nos dois reinos hebreus se diferencia Judá de Israel, apesar de Judá ser Israel. O Apóstolo assegura que o homem se justifica pela fé, e não pelas obras (Gl 2,16), porque a primeira é concedida em primeiro lugar e, a partir dela, alcançamos o restante que é chamado propriamente de obras, mediante as quais se vive a justiça. São também palavras do Apóstolo: *Pela graça fostes salvos, por meio da fé, e isso não vem de vós, é o dom de Deus*, ou seja, e o que disse: “pela fé que não vem de vós, mas é dom de Deus”. *Não vem das obras*, diz ele, *para que ninguém se encha de orgulho* (Ef 2,8-9).

Costuma-se dizer: “Mereceu crer, porque era homem justo mesmo antes de crer”. Pode dizer isto a respeito de Cornélio, cujas esmolas foram aceitas e as orações ouvidas antes de crer em Cristo (At 10,4), mas ele não distribuía esmolas e orava privado totalmente de fé. Pois como podia invocar aquele no qual não acreditava? (Rm 10,14). E se pudesse obter a salvação sem a fé em Cristo, não lhe seria enviado o apóstolo Pedro como arquiteto para edificá-lo, já que *se o Senhor não edificar a casa, é em vão que trabalham os que a edificam* (Sl 126,1).

E ainda dizem: “A fé é obra nossa, e do Senhor tudo o mais que diz respeito às obras da justiça”, como se a fé não fizesse parte do edifício, como se, digo eu, o edifício não incluísse o alicerce. Mas se antes de mais nada e principalmente o inclui, em vão trabalha pela pregação edificando a fé, se o

Senhor não a edificar interiormente pela misericórdia. Por isso, todo o bem praticado por Cornélio, antes de crer em Cristo, quando acreditou e depois de crer, tudo se há de atribuir a Deus, a fim de que ninguém se encha de orgulho.

CAPÍTULO VIII

Comentário sobre a sentença: “Quem escuta o ensinamento do Pai e dele aprende, vem a mim”. — Mistério dos desígnios de Deus

13. Nosso único Mestre e Senhor, depois de ter proferido a sentença mencionada acima: *A obra de Deus é que acrediteis naquele que ele enviou*, disse depois no mesmo discurso: *Eu, porém, afirmo: vós me vedes, mas não acreditais. Todo aquele que o Pai me der vem a mim. Quem é que virá a mim, senão o que há de acreditar em mim? Mas sua efetivação é concessão do Pai. É o que diz um pouco depois: Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, não o atrair; e eu o ressuscitarei no último dia. Está escrito nos Profetas: “E todos serão ensinados por Deus”. Quem escuta o ensinamento do Pai e dele aprende vem a mim (Jo 6,29.36.37.43-45).*

O que significa: *Quem escuta o ensinamento do Pai e dele aprende vem a mim*, senão: “Não há ninguém que escute o ensinamento do Pai e dele aprende que não venha a mim”. Pois, se todo aquele que escuta o Pai e dele aprende, vem, conseqüentemente todo aquele que não vem, não ouviu o Pai, nem dele aprendeu, pois se tivesse ouvido e aprendido, viria. E nenhum que escutou e aprendeu, deixou de vir: mas diz a Verdade: vem quem *escuta o ensinamento do Pai e dele aprende*.¹⁹

É muito estranha aos sentidos corporais esta escola, em que o Pai é ouvido e ensina para que se venha ao Filho. Ali está também o próprio Filho, porque ele é seu Verbo, por cujo intermédio ele ensina, e não o faz com os ouvidos carnaís, mas com os do coração. Também está ali o Espírito do Pai e do Filho, pois ele não deixa de ensinar nem ensina separadamente, já que aprendemos que as obras da Trindade são inseparáveis. E ele é o Espírito Santo, do qual afirma o Apóstolo: *Tendo o mesmo Espírito de fé* (2Cor 4,13).

Contudo, atribui-se principalmente ao Pai, porque o Unigênito é dele gerado e dele procede o Espírito Santo. Mas seria prolixo discorrer a esse respeito e, por outro lado, creio que chegou às vossas mãos o meu trabalho so-bre a Trindade, que é Deus, constando de quinze livros.

É muito estranha, repito, aos sentidos corporais esta escola em que Deus é ouvido e ensina. Vemos muitos vir ao Filho, porque vemos muitos crer em Cristo, mas não vemos como e onde ouviram isto do Pai e aprenderam. Esta graça é deveras secreta, mas quem duvida que seja uma graça? Com efeito, esta graça, conferida ocultamente aos corações humanos pela divina liberalidade, não é recusada por nenhum coração por mais endurecido que seja. Pois é conferida para, primeiramente, destruir a dureza do coração. Portanto, quando o Pai é ouvido interiormente e ensina para que se venha ao Filho, retira o coração de pedra e dá um coração de carne, como prometeu pela pregação do profeta (Ez 11,19). Assim ele forma os filhos da promessa e os vasos de misericórdia que preparou para a glória.

14. Portanto, por que não ensina a todos para que venham a Cristo, senão porque todos os que ele ensina, ensina pela misericórdia, e os que não os ensina, não os ensina por sua justiça? *Ele faz misericórdia a quem quer e endurece a quem ele quer.* Mas se compadece conferindo bens e endurece retribuindo os pecados. Ou se estas palavras, como alguns preferiram entender, referem-se àquele a quem o Apóstolo diz: *Dar-me-ás então*, para que se entenda que foi ele que disse: *Do modo que ele faz misericórdia a quem quer e endurece a quem ele quer*, e as palavras que vêm à continuação, ou seja: *Por que ele ainda se queixa? Quem, com efeito, pode resistir à sua vontade?*,

acaso a resposta do Apóstolo foi nestes termos: “Ó homem! é falso o que disseste?”. Não, mas foi nestes termos: *Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus? Vai acaso a obra dizer ao artista: “Por que me fizeste assim?”*. O oleiro não pode formar de sua massa..., e o restante que bem conheceis.

Contudo, de certo modo o Pai ensina todos a vir a seu Filho. Não é sem razão que está escrito nos Profetas: *E todos serão ensinados por Deus*. Depois de aludir a este testemunho, então acrescenta: *Quem escuta o ensinamento do Pai e dele aprende, vem a mim*. Assim como, ao nos referir a um único professor de letras da cidade, dizemos corretamente: “Ele ensina a todos a literatura”, não porque todos recebem dele o ensinamento, mas porque não aprende a não ser com ele quem em tal cidade aprende literatura, assim digamos também com exatidão: “Deus ensina todos a vir a Cristo”, não porque todos venham, mas porque ninguém vem de outro modo.

A razão pela qual não ensina a todos, o Apóstolo declarou à medida que julgou suficiente, porque, *querendo manifestar sua ira e tornar conhecido seu poder, suportou com muita longanimidade os vasos de ira, prontos para a perdição, a fim de que fosse conhecida a riqueza de sua glória para os vasos de misericórdia, preparados para a glória* (Rm 9,18-23). Por isso, *a linguagem da cruz é loucura para aqueles que se perdem, mas para aqueles que se salvam, para nós, é poder de Deus* (1Cor 1,18).

A estes todos Deus ensina a virem a Cristo, pois a todos estes quer que se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade (1Tm 2,4). Se quisesse ensinar também a vir a Cristo aqueles para os quais a linguagem da cruz é loucura, sem dúvida eles viriam. Pois não engana nem se engana aquele que diz: *Quem escuta o ensinamento do Pai e dele aprende, vem a mim*. Longe de pensar que deixa de vir algum que ouviu o ensinamento e aprendeu.

15. Por que, perguntam eles, não ensina a todos? Se dissermos assim: aqueles que ele não ensina, não querem aprender, responder-nos-ão: E como entender o que está escrito: *Porventura não nos tornarás a dar a vida?* (Sl 84,7). Ou se Deus não faz querer os que não querem, por que a Igreja reza pelos perseguidores conforme o preceito do Senhor? (Mt 5,44). Pois neste sentido entendeu Cipriano as palavras que pronunciamos: *Seja realizada a tua vontade na terra, como é realizada nos Céus* (Mt 6,10), ou seja, como é realizada naqueles que já creram e são como o céu, assim também se realiza naqueles que não crêm, pelo qual são ainda terra. Portanto, por que pedimos em favor dos que não querem crer, a não ser para que Deus opere neles o querer? (Fl 2,13).

O Apóstolo diz claramente a respeito dos judeus: *Irmãos, o desejo do meu coração e a prece que faço a Deus em favor deles é que sejam salvos* (Rm 10,1). O que pede pelos que não crêm, senão que creiam? De outro modo, não alcançariam a salvação. Pois, se a fé dos que crêm antecede a graça de Deus, acaso a fé daqueles pelos quais se pede que creiam antecede a graça de Deus? Responde-se: quando se pede por eles que não crêm, isto é, não têm fé, é para que lhes seja concedida a fé. Disse Cristo: *Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, não o atrair*. Estas palavras ficam mais claras pelo que disse mais adiante. Pois, ao falar um pouco depois de sua carne a ser comida e de seu sangue a ser bebido”, e terem dito alguns discípulos: *“Esta palavra é dura! Quem pode escutá-la?”*. Compreendendo que seus discípulos murmuravam por causa disso, Jesus lhes disse: *“Isto vos escandaliza?”*. E disse um pouco depois: *“As palavras que vos disse são espírito e vida. Alguns de vós, porém, não crêm”*. E acrescenta o evangelista: *Jesus sabia, com efeito, desde o princípio, quais os que não acreditavam e quem era o que o entregaria. E dizia: “Por isto vos afirmei que ninguém pode vir a mim, se isto não lhe for concedido pelo Pai”* (Cf. Jo 6,44-65).

Portanto, ser atraído pelo Pai a Cristo e ouvir o Pai e dele aprender para vir a Cristo, é o mesmo

que receber do Pai o dom para crer em Cristo. Pois não distinguiu os que ouvem o evangelho dos que não o ouvem, mas os que crêem dos que não crêem aquele que dizia: *Ninguém pode vir a mim, se isto não lhe for concedido pelo Pai*.

16. Assim, pois, tanto a fé inicial como a perfeita são dons de Deus. E quem não quiser contradizer aos evidentes testemunhos das Letras Sagradas, não duvide que este dom seja concedido a uns e não concedidos a outros. O motivo pelo qual não é concedido a todos, não deve inquietar aquele que crê que todos incorremos na condenação por um só homem, uma condenação muito justa, de sorte que nenhuma reprovação contra Deus seria justa, mesmo que ninguém alcançasse a libertação. Assim, fica evidente que é uma grande graça o fato de muitos se libertarem; eles percebem nos que não são libertados o que lhes era devido. Conseqüentemente, aquele que se gloria, glorie-se no Senhor, e não em seus merecimentos, que bem sabe serem iguais aos dos condenados.

A razão pela qual este é libertado de preferência àquele, tenha-se em conta que insondáveis são seus juízos e impenetráveis seus caminhos (Rm 11,33). Melhor será ouvir e dizer a este respeito: *Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?* (Rm 9,20), do que ousar dizer, como se soubéssemos, por que quis que ficasse oculto aquele que não pode querer nenhuma injustiça.

CAPÍTULO IX

O autor reassume ensinamentos desenvolvidos com brevidade em outro trabalho

17. Deveis lembrar-vos do que eu disse na pequena obra escrita contra Porfírio sob o título: *O tempo da religião cristã*. Fiz aquelas afirmações com a finalidade de omitir uma dissertação mais diligente e mais trabalhosa, sem deixar, no entanto, de indicar o verdadeiro significado da graça, porque não queria explanar naquela obra o que podia ser explicado em outras circunstâncias ou por outros autores.

Entre outras coisas, respondendo à pergunta que me foi formulada: “Por que Cristo veio ao mundo depois de tantos séculos?”, afirmei o seguinte:

“Como não se põem contra Cristo pelo fato de nem todos seguirem sua doutrina — pois eles mesmos percebem que não se pode argumentar legitimamente deste modo, seja contra a sabedoria dos filósofos, seja contra a divindade de seus deuses —, o que responderão se, salvaguardando a profundidade da sabedoria e da ciência de Deus, na qual talvez se oculte um desígnio divino mais secreto e sem prejuízo também de outros motivos que podem ser investigados pelos entendidos, nós lhes disséssemos apenas isto, devido à brevidade na discussão deste assunto: que Cristo quis aparecer aos homens e anunciar-lhes a sua doutrina somente quando sabia existirem os que nele haveriam de crer?

Pois, nos tempos e lugares, nos quais foi pregado seu evangelho, sabia por sua presciência que existiriam, com relação à sua pregação, tantos homens, como existiriam nos dias de sua presença corporal, embora nem todos, mas muitos deles não quiseram acreditar nele, apesar de ter ressuscitado muitos mortos. Agora também são muitos os que, apesar de se cumprirem com tanta evidência as predições dos profetas a seu respeito, não querem ainda crer e preferem resistir com astúcia humana em vez de se entregarem à autoridade divina tão clara, tão evidente, tão sublime e tão sublimemente manifestada, enquanto a inteligência humana se revela tão fraca e limitada para se conformar à verdade divina.

Por que estranhar, se Cristo, que conhecia o estado do mundo nos tempos primitivos tão cheio de infiéis, não se lhes quisesse manifestar nem ser anunciado, já que sabia por sua presciência que não haveriam de acreditar pela pregação nem pelos milagres? E nem é incrível que todos fossem infiéis, quando vemos que, desde a sua vinda até os tempos de hoje, existiram e existem muitos também

incrédulos.

Contudo, desde o princípio do gênero humano, umas vezes de modo mais oculto e outras vezes mais às claras, conforme parecia a Deus acomodar-se aos tempos, nunca ele permitiu que faltassem profetas, nem faltassem os que nele acreditaram. E isso aconteceu antes de ele se encarnar no próprio povo de Israel, que por um singular mistério foi uma nação profética, e também nos outros povos. E como alguns são lembrados nos santos livros hebreus, mesmo desde o tempo de Abraão, mas não nascidos de sua linhagem nem do povo de Israel, nem de algum grupo agregado ao povo de Israel, os quais, no entanto, participaram deste mistério da fé em Cristo, por que não acreditar que tenham existido outros crentes entre outros povos, aqui e acolá, embora não sejam mencionados nos referidos livros?

Assim, o poder salvífico desta religião, a única verdadeira, pela qual se promete em verdade a verdadeira salvação, jamais faltou a alguém que dele fosse digno, e se a alguém faltou, é porque não foi digno. E ela é anunciada a alguns para recompensa, e a outros, para manifestação da justiça desde o começo das gerações humanas até o seu fim. Por isso, aqueles aos quais não foi absolutamente anunciada, ele sabia pela sua presciência que não haveriam de crer, e a quem foi anunciada, sabendo que não acreditariam, estes são revelados para exemplo dos outros. Porém, aqueles a quem é anunciada pois hão de crer, são os que Deus prepara para o reino dos Céus e a companhia dos santos anjos” (*Carta 102*, nn. 14-15).

18. Julgais que, sem prejuízo dos desígnios ocultos de Deus e de outras causas, quis dizer tudo isto sobre a presciência de Cristo, porque me parecia ser suficiente para convencer os incrédulos que me lançaram esta pergunta? O que há de mais verdade que o fato de Cristo ter sabido antecipadamente quais, quando e em que lugares existiriam os que nele haveriam de crer?

Mas não considerei necessário investigar e discorrer naquele momento, se, depois de lhes ter sido anunciado o Cristo, teriam possuído a fé por si mesmos ou a teriam recebido de Deus como um dom, ou seja, se esta fé teria sido objeto apenas da presciência de Deus ou se Deus os teria predestinado. Portanto, o que afirmei: “Que Cristo quis aparecer aos homens e anunciar-lhes sua doutrina somente quando sabia e onde sabia existirem os que nele haveriam de crer”, pode-se dizer também deste modo: “Que Cristo quis aparecer aos homens e anunciar-lhes sua doutrina, quando sabia e onde sabia existirem os que tinham sido escolhidos nele antes da criação do mundo” (Ef 1,4).

Mas porque, se tivesse feito estas afirmações, despertaria a atenção do leitor para a investigação dos ensinamentos que agora é mister discutir com mais extensão e esmero devido à censura do erro pelagiano, pareceu-me que então devia fazer com brevidade o que era suficiente, salvaguardando, como disse, a profundidade da sabedoria e ciência de Deus e sem prejuízo de outras causas. Considerando estas causas, julguei que devia discorrer não naquele momento, mas em outra ocasião e mais oportunamente.

CAPÍTULO X

A diferença entre graça e predestinação

19. Sobre o que afirmei antes: “O poder salvífico desta religião jamais faltou a alguém que dela fosse digno e, se a alguém faltou, é porque não foi digno”, se se discute e investiga a razão pela qual alguém é digno, não faltam os que dizem que é pela vontade humana. Nós, porém, dizemos que é pela graça ou predestinação divinas. Todavia entre a graça e a predestinação há apenas esta diferença: a predestinação é a preparação para a graça, enquanto a graça é a doação efetiva da predestinação.

Assim, o que diz o Apóstolo: *Não vem das obras, para que ninguém se encha de orgulho. Pois somos criaturas dele, criados em Cristo Jesus para as boas obras*, significa a graça. O que se lê em

continuação: *Que Deus já antes tinha preparado para que nelas andássemos* (Ef 2,9-10), indica a predestinação, que não existe sem a presciência, ao passo que a presciência se pode dar sem a predestinação.

Pela predestinação, Deus previu o que havia de fazer, pelo que foi dito: *Fez as coisas do futuro* (Is 45, seg. LXX). Ele tem o poder de prever mesmo o que não faz, como são quaisquer pecados, ainda que haja pecados que o são como castigo de pecados, como está escrito: *Deus os entregou à sua mente incapaz de julgar, para fazerem o que não presta* (Rm 1,28); nisto não há pecado de Deus, mas justiça de Deus. Portanto, a predestinação de Deus, que é prática do bem, é, como disse, preparação para a graça, mas a graça é efeito da própria predestinação.

Por isso, quando Deus prometeu a Abraão em sua descendência a fé de muitos povos, dizendo: *E tu serás pai de muitas gentes* (Gn 17,4-5), o que levou o Apóstolo a dizer: *A herança vem da fé, para que seja gratuita e para que a promessa fique garantida a toda a descendência*, não fez a promessa em virtude do poder de nossa vontade, mas devido à sua predestinação.

Prometeu, pois, não o que os homens, mas o que ele havia de realizar. Porque, embora os homens façam o bem relativo ao culto de Deus, ele faz com que eles façam o que ordenou, e não depende deles que ele faça o que prometeu. Em caso contrário, para o cumprimento da promessa de Deus, dependeria do poder dos homens e não do de Deus, e o que pelo Senhor foi prometido, retribuiriam a Abraão. Não foi neste sentido que Abraão acreditou, mas *acreditou, dando glória a Deus, convencido de que ele é capaz de cumprir o que prometeu* (Rm 4,16-21). Não diz: “Predizer”, mas “Saber pela presciência”. Pois é capaz de também predizer e prever as ações alheias a si, mas diz: *é capaz de cumprir*, o que quer dizer: não obras estranhas a si, mas as próprias.

20. Porventura Deus prometeu a Abraão na sua descendência as boas obras dos gentios, prometendo, portanto, o que ele mesmo faz? Não lhe prometeu a fé dos gentios, que é obra dos homens, mas, para prometer o que ele faz, não teve presciência da fé que seria obra dos homens? Não é este o pensamento do Apóstolo, pois Deus prometeu a Abraão filhos que seguissem suas pegadas na fé; é o que diz com toda a clareza.

Mas se prometeu as obras dos gentios e não a fé, sem dúvida foi porque não existem boas obras a não ser pela fé, como está escrito: *O justo viverá da fé* (Hab 2,4), e: *Tudo o que não procede da boa fé é pecado* (Rm 14,23), e: *Sem a fé é impossível ser-lhe agradável* (Hb 11,6); contudo, o cumprimento do prometido por Deus depende do poder humano. Isso porque, se o homem não faz sem a graça de Deus o que depende de seu poder, Deus não fará por seu dom, ou seja, se o homem não tiver fé por si mesmo, Deus não cumpre o que prometeu, a fim de que as obras da justiça sejam obras de Deus. Por isso, o fato de Deus cumprir suas promessas não depende de Deus, mas do homem.

Mas se a verdade e a piedade não impedem a fé, creiamos com Abraão que Deus é capaz de cumprir o que prometeu. Mas Deus prometeu a Abraão filhos, os quais não poderão sê-lo, se não tiverem fé. Portanto, Deus outorga também a fé.

CAPÍTULO XI

A fé e a salvação são dons de Deus como o são a mortificação da carne e a vida eterna

21. Se o Apóstolo diz: *A herança vem da fé, para que seja gratuita e para que a promessa fique garantida*, muito me admiro que os homens prefiram confiar na sua fraqueza a confiar na firmeza da promessa de Deus. Mas alguém dirá: “Não estou certo sobre a vontade de Deus a meu respeito”. O que dizer? Não estás certo nem sequer de tua vontade sobre ti mesmo e não temes o que está escrito: *Aquele que julga estar em pé, tome cuidado para não cair* (1Cor 10,12). Se ambas as vontades são

incertas, por que o homem não apóia sua fé, esperança e caridade no mais firme e não no mais fraco?

22. Replicarão: “Mas quando se diz: *Se creres, serás salvo* (Rm 10,9), uma das duas coisas é exigência, a outra é oferecida. O que se exige, depende do homem, o que é oferecido, está no poder de Deus”. Por que não dizer que ambas estão no poder de Deus, o que se exige e o que se oferece? Pois pede-se que conceda o que manda. Os que têm fé rogam para que lhes aumente a fé, rogam pelos que não crêem, para que lhes seja concedida a fé. Portanto, tanto em seu crescimento como em seu princípio, a fé é dom de Deus. Está escrito: *Se creres, serás salvo*, do mesmo modo que se diz: *Se pelo Espírito mortificardes as obras da carne, vivereis*. Nesta passagem, também uma das duas coisas é exigida e a outra é oferecida. Diz o texto: “Se pelo Espírito mortificardes as obras da carne, vivereis”. Portanto, exige-se a mortificação das obras da carne e nos é oferecida a vida.

Acaso parece bem dizer que mortificar as obras da carne não seja dom de Deus e que não confessemos ser dom de Deus porque sabemos ser uma exigência em troca da recompensa oferecida da vida eterna, se as fizermos? Não permita Deus que esta opinião agrade aos que participam da verdadeira doutrina da graça e a defendem. É este um erro condenável dos pelagianos, os quais Apóstolo faz calar, quando diz: *Todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus* (Rm 8,13-14), o que evita acreditar que a mortificação de nossa carne não seja um dom de Deus, mas capacidade de nosso espírito. Ao mesmo Espírito de Deus se referia ao dizer: *Mas isso tudo é o único e mesmo Espírito que o realiza, distribuindo a cada um os seus dons, conforme lhe apraz* (1Cor 12,11). No conteúdo desse “isso tudo”, mencionou também a fé, como sabeis. Portanto, assim como, embora seja de Deus, o mortificar as obras da carne é exigência para a consecução do prêmio da vida eterna prometida, assim também a fé, embora seja condição indispensável para alcançar a recompensa da salvação prometida, quando se diz: *Se creres, serás salvo*.

Por conseguinte, ambas as coisas são preceitos e dons de Deus, para entendermos que as fazemos e Deus faz com que as façamos, como diz claramente pelo profeta Ezequiel. Pois nada mais claro do que a sentença: *E farei com que as (minhas leis) pratiqueis* (Ez 36,27). Prestai atenção a esta passagem da Escritura e percebereis que Deus promete fazer o que ele manda cumprir. E faz certamente aí menção dos méritos e não dos deméritos daqueles a quem revela retribuir bens por males, pois ele faz com que pratiquem depois boas obras, fazendo com que cumpram os seus mandamentos.

CAPÍTULO XII

Não há justificação pelos méritos futuros

23. Toda a argumentação, da qual nos servimos para defender que a graça de Deus por Jesus Cristo nosso Senhor é de fato graça, ou seja, não nos é concedida em vista de nossos merecimentos, embora se confirme claramente pelos testemunhos das divinas Escrituras, contudo apresenta dificuldades para aqueles situados na maioridade e em uso da razão. Estes, se não atribuem algo a si mesmos que ofereçam a Deus primeiramente para receber a retribuição, julgam ser limitados em todo o exercício da piedade. Mas quando se trata de crianças e do Mediador de Deus e dos homens, o homem Cristo Jesus (1Tm 2,5), é improcedente toda afirmação sobre méritos prévios à graça de Deus. Pois as crianças não se distinguem umas das outras no tocante a méritos prévios para pertencerem ao Libertador dos homens, nem este se tornou libertador dos homens por algum merecimento humano, sendo ele também ser humano.

24. Portanto, quem terá ouvidos para tolerar a afirmação segundo a qual as crianças deixam esta vida já batizadas na idade infantil em virtude de seus méritos futuros, e as crianças morrem na referida idade sem serem batizadas devido a seus deméritos futuros, quando não há lugar à recompensa ou à

condenação por parte de Deus não havendo ainda uma vida de virtudes ou de pecados? (*Carta a Próspero*, n. 5, col. 951-952).

O Apóstolo fixou um limite, o qual — expressando-me mais delicadamente — a temerária conjectura humana não pode ultrapassar. Ele diz: *Todos nós teremos de comparecer manifestamente perante o tribunal de Cristo, a fim de que cada um receba a retribuição do que tiver feito durante a sua vida no corpo, seja para o bem, seja para o mal* (2Cor 5,10). Ele diz: *ter feito*, e não acrescentou: “ou haveriam de fazer”. Mas ignoro como tais homens puderam pensar em méritos futuros por parte de crianças, méritos que não hão de existir, e que mereçam castigo ou recompensa.

E por que está escrito que o homem será julgado por aquilo que praticar pelo corpo, se muitas vezes as ações são feitas só pela alma e não pelo corpo ou qualquer de seus membros, e freqüentemente são ações de tamanha importância que apenas em pensamento são dignas de um castigo muito justo, como é, para não mencionar outras, o que *o insensato diz em seu coração*: “*Não há Deus*”? (Sl 13,1). O que significa então *do que tiver feito durante a sua vida no corpo*, senão “do que tiver feito durante o tempo em que viveu no corpo”, de modo que “no corpo” queria dizer o tempo do corpo? Depois da morte do corpo, ninguém estará no corpo, a não ser pela última ressurreição, não mais para alcançar merecimentos, mas para receber a recompensa pelos merecimentos e penas expiatórias pelos deméritos.

No intervalo entre a deposição e a recepção do corpo, as almas ou são atormentadas ou descansam, de acordo com o que fizeram durante a morada no corpo. A este tempo da permanência no corpo diz respeito também o que os pelagianos negam, mas a Igreja de Cristo confessa, ou seja, o pecado original. Remido pela graça de Deus este pecado ou não remido por um juízo de Deus, quando morrem as crianças, ou passam dos males para os bens pelo mérito da regeneração ou passam dos males desta vida para os males da outra pelo merecimento de origem. É o que ensina a fé católica e o que alguns hereges aceitam sem nenhuma oposição.

Mas que alguém seja julgado não conforme os merecimentos adquiridos durante a vida no corpo, mas de acordo com os merecimentos que teria, se tivesse uma vida longa, tomado de admiração e espanto, não consigo descobrir onde se apóia esta opinião de pessoas que, como vossas cartas revelam, são dotadas de inteligência não comum. Não me atreveria a acreditar em tal opinião, se não considerasse ser maior ousadia não acreditar em vossa informação.

Mas confio que o Senhor os assistirá para que, admoestados, percebam logo que os chamados futuros pecados, se pelo juízo de Deus podem ser punidos com relação aos não batizados, também podem ser perdoados pela graça de Deus com respeito aos batizados. Pois todo aquele que diz que pelo juízo de Deus somente podem ser punidos os pecados futuros, mas não podem ser perdoados pela misericórdia de Deus, devem considerar a grave ofensa que faz a Deus e à sua graça. Isto supõe que Deus pode ter presciência de um pecado futuro, mas não pode perdoá-lo. Se isto é absurdo, maior ainda será dizer que Deus deveria socorrer pelo batismo, que apaga os pecados, os pecadores futuros, que morrem na infância, se tivessem uma vida longa.

CAPÍTULO XIII

A remissão dos pecados pelo batismo não é efeito da previsão de méritos futuros

25. É possível que eles digam que os pecados são perdoados aos que fazem penitência. Portanto, os que morrem em idade infantil sem o batismo não são perdoados porque Deus prevê que, se vivessem, não fariam penitência, ao passo que são perdoados os que deixam esta vida já batizados, porque Deus sabe em sua presciência que fariam penitência, se vivessem. Que eles considerem e percebam que, se fosse assim, Deus castigaria nos não batizados não apenas o pecado original, mas também

seus pecados pessoais, se vivessem, e, com relação aos batizados, ficaria remido não somente o pecado original, mas perdoados também os pecados pessoais futuros, se vivessem. Isso porque não poderiam pecar a não ser quando atingissem a idade da compreensão, mas haveria previsão de que uns fariam penitência e outros, não, e, portanto, de que uns deixariam esta vida batizados e outros sem o batismo.

Se os pelagianos chegassem a dizer isto, como negam o pecado original, não se empenhariam em buscar para as crianças não sei que lugar de felicidade fora do Reino de Deus, principalmente porque devem ter a convicção de que não podem obter a vida eterna pelo fato de não terem comido a carne e bebido o sangue de Cristo (Jo 6,54). Além disso, carece de validade o batismo conferido aos que não têm nenhum pecado.

Diriam talvez que não há pecado original, mas que são batizadas ou não batizadas as crianças que morrem na infância de acordo com seus merecimentos futuros, se vivessem, e, de acordo com os mesmos merecimentos, recebem ou não o corpo e o sangue de Cristo, sem o que não podem obter a vida eterna. Além disso, diriam que são batizadas com real remissão dos pecados, embora não tenham pecado algum por herança de Adão, pois são-lhes perdoados os pecados dos quais Deus prevê que fariam penitência.

Assim, facilmente levariam avante e provariam sua tese pela qual negam o pecado original e afirmam a concessão da graça de Deus em virtude de nossos merecimentos. Mas como os méritos humanos futuros, que nunca existirão, sem dúvida alguma são nulos, e isto é fácil perceber, e, por isso, nem mesmo os pelagianos chegaram a dizê-lo, muito menos deviam tê-lo dito esses irmãos nossos. Não é fácil descrever o desagrado que me causa o ver que os pelagianos consideram falsidade e absurdo uma doutrina, enquanto não o consideram esses irmãos, que, pela autoridade católica, condenam conosco o erro dos hereges.

CAPÍTULO XIV

Não há julgamento para merecimentos futuros. Comentário do texto da Sabedoria 4,11

26. São Cipriano escreveu um livro intitulado *A mortalidade*, elogiado por quase todos os que se dedicam às ciências eclesásticas, no qual afirma que a morte não só não é inútil, mas deveras útil para os fiéis, pois livra o homem do perigo de pecar e lhe dá a segurança de não pecar. Mas de que valeria esta segurança, se lhe fossem punidos os pecados futuros que não cometeu? O Santo, porém, prova com ótima e farta argumentação que neste mundo não faltam os perigos de pecar, mas não subsistirão depois desta vida. E aduz como testemunho as palavras do livro da Sabedoria: *Foi arrebatado para que a malícia não lhe mudasse o modo de pensar* (Sb 4,11). Este argumento aduzido também por mim, nossos irmãos não aceitaram, conforme dissestes, por ter sido tomado de um livro não canônico, como se, à parte a autoridade deste livro, a doutrina que quisemos ensinar não fosse bastante clara.

Qual o cristão que se atreve a negar que o justo estará em descanso (Sb 4,7), quando for arrebatado pela morte? Que pessoa de fé ortodoxa pensaria o contrário de quem isto afirmasse? Do mesmo modo, se alguém disser que um justo, violando a santidade na qual perseverou por longo tempo e falecendo na impiedade, na qual viveu não digo um ano, mas um dia, não incorreria nas penas devidas aos réprobos, de nada lhe aproveitando os méritos passados (Ez 18,24), qual o fiel que se oporia a esta verdade tão evidente? Além disso, se nos perguntassem se este justo falecesse enquanto praticava a justiça, se incorreria nas penas devidas aos condenados ou encontraria o descanso, não responderíamos sem hesitação que estaria no descanso?

Esta é a razão que levou alguém a dizer, seja quem for: *Foi arrebatado para que a malícia não*

lhe mudasse o modo de pensar. Alguém o disse referindo-se aos perigos desta vida e não de acordo com a presciência de Deus, que previra o que aconteceria e não o que não aconteceria. Quis dizer: que Deus lhe concederia morte prematura para evitar-lhe a insegurança das tentações e não porque haveria de pecar aquele que não permaneceria sujeito à tentação.

A respeito desta vida lê-se no livro de Jó: *A vida do homem sobre a terra é uma guerra* (Jó 7,1). Mas, por que a alguns concede serem libertados dos perigos desta vida, quando estão no caminho da justiça, e outros justos são mantidos nos mesmos perigos com idade mais avançada até caírem do estado de justiça? Quem conheceu o pensamento do Senhor? (Rm 11,34).

Contudo, por aí se pode entender o referente àqueles justos que, vivendo com piedade e bons costumes até a maturidade da velhice e até o último dia de vida, devem-se glorificar não em seus méritos, mas no Senhor. Isso porque, aquele que arrebatou o justo na sua mocidade, a fim de que a malícia não lhe mudasse o modo de pensar, ele mesmo o protege em qualquer fase da vida, para que a maldade não perverta o seu coração. Mas a razão pela qual tenha mantido com vida o justo que haveria de cair e o qual poderia ter arrebatado desta vida antes de cair, obedece aos justíssimos, mas impenetráveis desígnios de Deus.

27. Sendo verdade tudo isto, não se deveria rechaçar a sentença do livro da Sabedoria, cujas palavras têm merecido ser proclamadas na Igreja de Cristo há tantos anos com aprovação dos que, na mesma Igreja, o têm lido, e serem ouvidos com a veneração devida à autoridade divina tanto por bispos como pelos fiéis leigos considerados inferiores, como são os penitentes e os catecúmenos.

Baseando-me nos tratadistas das divinas Escrituras que nos precederam, se eu empreendesse a defesa desta sentença que com extraordinária diligência e extensão somos obrigados a defender contra o novo erro dos pelagianos, ou seja, que a graça de Deus nos é concedida não de acordo com nossos merecimentos, mas é concedida gratuitamente a quem é concedida — pois não depende de quem quer ou corre, mas de Deus, que tem misericórdia, e não é concedida a quem não é concedida por um justo juízo divino, pois não há injustiça por parte de Deus —, se eu empreendesse, repito, a defesa desta doutrina, sem dúvida esses irmãos, em consideração aos quais estamos escrevendo, teriam ficado satisfeitos, conforme o indicastes em vossas cartas.

Mas por que consultar os escritos daqueles que, antes do aparecimento desta heresia, não tiveram necessidade de se enfrontar nesta difícil questão na procura de solução? Tê-lo-iam feito, se fossem obrigados a responder a tais dificuldades. Daí o terem tocado brevemente, de passagem, e em algumas partes de seus escritos o que pensavam sobre a graça de Deus. Estenderam-se mais nos assuntos que discutiam contra os inimigos da Igreja e em exortações à prática de algumas virtudes, mediante as quais se presta serviço a Deus vivo e verdadeiro em ordem a alcançar a vida eterna e a verdadeira felicidade. Pela abundância de orações depreende-se o valor que davam à graça de Deus, pois não pediriam a Deus o cumprimento do que ele manda, se por ele não lhes fosse concedido o poder cumprir.

28. Mas o que desejam instruir-se com as afirmações dos tratadistas, convém que anteponham a todos os autores este mesmo livro, onde se lê: *Foi arrebatado para que a malícia não lhe mudasse o modo de pensar.* Isso porque deram-lhe preferência egrégios escritores próximos aos tempos dos apóstolos, os quais, apresentando-o como testemunho, acreditaram estar aduzindo um testemunho divino. Consta com certeza que o mui bem-aventurado Cipriano, exaltando a vantagem da morte prematura, sustenta que ficam livres do perigo de pecar aqueles que terminaram esta vida na qual se pode pecar. No livro antes citado, diz entre outras coisas: “Por que não te apraz estar com Cristo, seguro das promessas do Senhor ao seres chamado para Cristo? Por que não regozijas em te ver livre do demônio?”. E diz em outro lugar: “As crianças livram-se dos perigos da idade lasciva”. E em

outro: “Por que não nos apressamos e corremos para contemplar nossa pátria e saudar nossos familiares? Um grande número de pais, irmãos, filhos queridos lá nos esperam; uma multidão numerosa nos deseja, já tranqüila acerca de sua imortalidade e ainda solícita de nossa salvação”.

Com estas e outras semelhantes sentenças, ditadas pela esplendorosa luz da fé católica, aquele doutor atesta com clareza que se deve temer até o momento de abandonar este corpo os perigos de pecado e as tentações; depois, ninguém passará por estas dificuldades. E mesmo que ele não atestasse, algum cristão teria alguma dúvida sobre esta verdade? Portanto, por que razão a um homem caído que termina miseravelmente esta vida ainda pecador e destinado ao castigo devido aos pecados, por que razão, pergunto eu, não lhe seria deveras vantajoso, se deste lugar de tentações fosse arrebatado pela morte antes de sucumbir ao pecado?

29. Se não se trata de um temerário empenho, pode-se dar por terminada a questão a respeito do que *foi arrebatado, para que a malícia não lhe mudasse o modo de pensar*. E mais. O livro da Sabedoria, que mereceu ser lido na Igreja de Cristo há tantos anos e no qual se encontra esta sentença, não deve ser desprezado porque contraria aqueles que se enganam no tocante aos méritos humanos e se colocam contra a manifesta graça de Deus. Percebe-se esta graça principalmente nas crianças, as quais, como umas chegam ao fim da vida já batizadas e outras, não, revelam claramente a misericórdia e o juízo, a misericórdia certamente gratuita e o juízo, sem dúvida, justo.

Pois, se os homens fossem julgados de acordo com os merecimentos de sua vida, que não tiveram por terem sido surpreendidos pela morte, mas teriam, se vivessem, de nada aproveitaria ao que foi arrebatado para que a malícia não lhe mudasse o coração e nenhuma vantagem teriam os que morrem após terem caído, se tivessem morrido antes. Mas nenhum cristão pode alimentar esta opinião.

Por conseguinte, nossos irmãos, que conosco combatem o pernicioso erro pelagiano em favor da fé católica, não devem favorecer esta opinião dos hereges, que os leva a opinar que a graça de Deus nos é outorgada de acordo com nossos méritos, a tal ponto que intentam — o que não lhes é lícito — demolir a sentença dotada de plena veracidade e há muito tempo é cristã: *Foi arrebatado para que a malícia não lhe mudasse o modo de pensar*. Não devem, por outro lado, construir o que julgaríamos não digo ser merecedor de ser crido, mas nem sequer imaginado por alguém, ou seja, que todo aquele que morre é julgado de acordo com o que faria, se tivesse mais tempo de vida.

Assim fica evidente ser irretorquível o que dizemos: que a graça de Deus não nos é concedida de acordo com nossos merecimentos, para que os homens talentosos, que contradigam esta verdade, sejam obrigados a dizer que aqueles erros devem ser repudiados por todos os ouvidos e inteligências.

CAPÍTULO XV

Jesus Cristo, exemplar perfeito da predestinação

30. O mais preclaro exemplar da predestinação e da graça é o próprio Salvador, o próprio Mediador de Deus e dos homens, o homem Cristo Jesus. Para que o fosse, com que méritos anteriores pela fé ou boas obras sua natureza humana adquiriu tal missão?

Peço que me respondam: esta natureza humana, assumida pelo Verbo coeterno ao Pai na unidade de pessoa, como mereceu ser Filho unigênito de Deus? Algum merecimento precedeu esta união? O que fez antes, em quem creu, o que pediu para chegar a esta inefável superioridade? Não foi pela ação e assunção do Verbo que a mesma humanidade, da qual teve origem sua existência, começou a ser Filho único de Deus? Aquela mulher, cheia de graça, não concebeu o Filho único de Deus? O Filho único de Deus não nasceu do Espírito Santo e da Virgem Maria não pela concupiscência da carne, mas por uma singular graça de Deus? Houve qualquer possibilidade de este homem, pelo uso

do livre-arbítrio, chegar a pecar no transcorrer do tempo? Não era livre sua vontade e tanto mais livre quanto mais impossível de que fosse dominado pelo pecado?

Assim, pois, a natureza humana, portanto a nossa, recebeu nele estes dotes singularmente admiráveis e outros, se se pode dizer que são seus, sem que houvesse nenhum merecimento precedente.

Responda agora o homem a seu Deus, se assim se atrever, e diga: “Por que não eu?”. E se ouvir: *Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?* (Rm 9,20), não fique coibido, mas aumente sua presunção e diga: “O que ouço: Quem és tu, ó homem? Sendo o que ouço, ou seja, homem, o que é aquele de quem se trata, por que não sou o que ele é?”. Pela graça ele é o que é e tão perfeito; por que é diferente a graça, se a natureza é comum a ele e a mim? Em Deus não há certamente acepção de pessoas (Cl 3,25).

Qual é o homem, não digo cristão, mas louco, que poderia proferir palavras tão insensatas?

31. Manifeste-se, pois, a nós naquele que é nossa Cabeça a própria fonte da graça, da qual se difunde por todos os membros de acordo com a medida de cada um. Com esta graça qualquer homem se torna cristão a partir do momento de sua fé; com ela aquele homem tornou-se Cristo desde o seu princípio. O homem renasce do mesmo Espírito do qual ele nasceu; recebemos a remissão dos pecados pelo mesmo Espírito pelo qual ele foi isento de todo pecado. Não há dúvida que Deus previu na sua presciência a existência destas maravilhosas obras.

Nisto consiste, portanto, a predestinação dos santos, que resplandeceu com intenso fulgor no santo dos santos. E quem a pode negar entre os que deveras compreendem as palavras da Verdade? Pois, aprendemos que o próprio Senhor da glória, ao se fazer homem o Filho de Deus, foi predestinado. O Doutor dos Gentios proclama no começo de suas cartas: *Paulo, servo de Jesus Cristo, chamado para ser apóstolo, escolhido para o evangelho de Deus, que ele já tinha escolhido por meio dos seus profetas nas Sagradas Escrituras, e que diz respeito a seu Filho, nascido da estirpe de Davi segundo a carne, estabelecido Filho de Deus por sua ressurreição dos mortos, segundo o Espírito de santidade* (Rm 1,1-4). Portanto, Jesus foi predestinado, a fim de que ele, que seria filho de Davi pela carne, fosse contudo Filho de Deus em poder pelo Espírito de santificação, pois nasceu do Espírito Santo e da Virgem Maria.

Esta é a singular assunção da natureza humana realizada de modo inefável pelo Verbo de Deus, para que Jesus Cristo fosse chamado em verdade e com propriedade Filho de Deus e filho do homem ao mesmo tempo; filho do homem pela natureza humana assumida e Filho de Deus devido ao Deus unigênito que a assumiu. Assim o objeto de nossa fé repousa na trindade e não na quartenidade divina. Foi predestinada esta tão excelsa e mais elevada assunção da natureza humana de modo que não fosse possível existir outra que a elevasse tão alto, assim como a divindade não encontrou outro modo mais humilde de se despojar que este de assumir a natureza humana com todas as conseqüências da fraqueza da carne e até da morte de cruz. Portanto, assim como ele, o único, foi predestinado para ser nossa cabeça, muitos somos predestinados para ser membros de seu corpo.

Perante isso, emudeçam os merecimentos humanos que deixaram de existir em Adão e reine a graça de Deus que reina por Jesus Cristo, nosso Senhor, Filho único de Deus, o único Senhor. Quem encontrar em nossa cabeça merecimentos prévios à sua singular geração, investigue em nós, seus membros, os merecimentos precedentes para a regeneração tantas vezes iterada. Pois a geração na natureza humana não lhe foi retribuída, mas concedida, a fim de que, isento de toda sujeição ao pecado, nascesse do Espírito e da Virgem. O nosso renascimento da água e do Espírito não é também retribuição por algum mérito, mas concedido gratuitamente. E se foi a fé que nos levou ao banho da regeneração, nem por isso devemos pensar que demos algo a Deus e recebemos a regeneração salutar

como retribuição. Pois fez-nos crer em Cristo aquele que fez para nós o Cristo no qual acreditamos, e é autor do princípio e da perfeição da fé em Cristo na mente dos homens aquele que constituiu o homem-Cristo príncipe e realizador da fé. Assim, ele é chamado, como sabeis, na carta aos Hebreus (Hb 12,2).

CAPÍTULO XVI

Entre os judeus, uns foram chamados e eleitos, outros, apenas chamados

32. Deus chama a muitos filhos seus como predestinados para torná-los membros do seu único Filho predestinado, não mediante a vocação com que foram chamados os que não quiseram vir para o banquete nupcial (Lc 14,16-20), nem com a vocação com que foram chamados os judeus, para os quais Cristo crucificado é escândalo, nem com a vocação dirigida aos pagãos, para os quais o Crucificado é loucura, mas chama os predestinados com a vocação que o Apóstolo distinguiu ao dizer que pregava aos judeus e gregos que Cristo é o poder e a sabedoria de Deus. Diz expressamente: *Para aqueles que são chamados* (1Cor 1,23-24), para distingui-los dos não chamados, tendo em conta que há a vocação segura daqueles que são chamados conforme o seu desígnio, os quais conheceu de antemão e também predestinou a serem conformes à imagem de seu Filho (Rm 8,28-29).

Precisando esta vocação, diz: *Dependendo não das obras, mas daquele que chama, foi-lhe dito: “O maior servirá ao menor”* (Rm 9,12-13). Por acaso disse: “não das obras, mas do que crê?”. Pelo contrário, negou-o totalmente ao homem, para dá-lo completamente a Deus. Pois disse: *mas daquele que chama*, não com qualquer vocação, mas com a vocação que leva alguém a crer.

33. O Apóstolo considerava também esta vocação, quando dizia: *Os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento. Vede por um momento do que se tratava neste texto. Depois de haver dito: Não quero que ignoreis, irmãos, este mistério, para que não “vos tenhais em conta de sábios”: o endurecimento atingiu uma parte de Israel até que chegue a plenitude dos gentios e assim todo Israel será salvo, conforme está escrito: “De Sião virá o libertador e afastará as impiedades de Jacó, e esta será minha aliança com eles, quando eu tirar seus pecados”, acrescentou imediatamente estas palavras que necessitam de compreensão atenciosa: Quanto ao evangelho, eles são inimigos por vossa causa; mas quanto à eleição, eles são amados por causa de seus pais* (Rm 11,25-29).

O que significa: *Quanto ao evangelho, eles são inimigos por vossa causa*, senão que a sua inimizade, que os levou a matar o Cristo, sem dúvida favoreceu o evangelho, como é do nosso conhecimento? E demonstra que isto acontece por disposição de Deus, que sabe usar dos maus para o bem, não porque lhe sejam vantajosos os vasos de ira, mas porque, usando deles para o bem, favoreçam os vasos de misericórdia. Não quis dizer isto claramente quando afirmou: *Quanto ao evangelho, eles são inimigos por vossa causa?*

Portanto, está no poder dos maus o pecar, mas, ao pecar, que façam isto ou aquilo pela sua maldade não está no seu poder, mas de Deus, que divide as trevas e as dispõe de modo que fazem a sua vontade com o que fazem contra a sua vontade.

Lemos nos Atos dos Apóstolos que os apóstolos, após terem sido libertados pelos judeus, juntaram-se aos seus e, tendo-lhes revelado o que lhes disseram os sacerdotes e anciãos, todos clamaram a uma só voz ao Senhor, dizendo: *Mestre, tu fizeste o céu, a terra, o mar e tudo o que eles contêm; tu falaste pelo Espírito Santo através da boca do nosso pai Davi, teu servo: “Por que esta arrogância entre as nações, estes vãos projetos entre os povos? Os reis da terra alinharam-se em campanha e os magistrados se coligaram de comum acordo contra o Senhor e contra o seu*

Ungido”. Sim, verdadeiramente, “coligaram-se” nesta cidade contra o teu santo servo Jesus, “que ungiste”, Herodes e Pôncio Pilatos com “as nações pagãs” e “os povos” de Israel, para executarem tudo o que, em teu poder e em tua sabedoria, havias predeterminado (At 4,24-28).

Eis a razão pela qual o Apóstolo afirmou: *Quanto ao evangelho, eles são inimigos por vossa causa*. Com efeito, o que a mão e o desígnio de Deus predeterminaram que os inimigos judeus realizassem foi proporção do necessário ao evangelho em atenção a nós.

E o que significa o que vem em seguida: *Quanto à eleição, eles são amados por causa de seus pais?* Significa que aqueles inimigos, que pereceram em seu ódio e que, pertencendo ao mesmo povo e sendo adversários de Cristo ainda perecem, são eles eleitos e amados? De forma alguma. Quem é tão demente a ponto de fazer esta afirmação?

Mas se ambas as coisas são contrárias, ou seja, ser inimigos e ser amados de Deus, embora não possam coexistir nas mesmas pessoas, contudo podem coexistir no mesmo povo judeu e na mesma raça de Israel, para uns israelitas como perdição, para outros como bênção. Esclareceu este sentido quando disse antes: *Aquilo a que tanto aspira, Israel não conseguiu: conseguiram-no, porém, os escolhidos. E os demais ficaram endurecidos* (Rm 11,7). Em ambos os casos trata-se do mesmo povo de Israel.

Portanto, ao ouvirmos: “Israel não conseguiu”, ou “ficaram endurecidos”, refere-se aos “inimigos por vossa causa”; mas ao ouvirmos: “conseguiram-no, porém, os escolhidos”, compreendem-se “os escolhidos por causa de seus pais”. Estes pais foram beneficiados com estas promessas: *As promessas foram asseguradas a Abraão e à sua descendência* (Gl 3,16).

Desse modo, nesta oliveira está enxertado o zam-bujeiro dos pagãos (Rm 11,17). Mas a eleição, a que se re-fere, verifica-se segundo a graça e não segundo a dívida, porque *constituiu-se um resto segundo a eleição da graça* (Rm 11,51). Esta eleição foi alcançada, ficando os demais endurecidos. Segundo esta eleição, os israelitas foram amados por causa de seus pais. Não foram chamados mediante a vocação à qual o evangelho se refere: *Muitos são os chamados* (Mt 20,16), mas mediante àquela pela qual são chamados os eleitos.

Por isso também aqui, depois de dizer: *Quanto à eleição, eles são amados por causa de seus pais*, acrescenta em seguida: *Os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento*, ou seja, são irrevogáveis. Os incluídos nesta vocação são todos ensinados por Deus e nenhum deles pode dizer: “Cri para ser chamado”, pois a misericórdia de Deus se lhe antecipa, sendo chamado para que cresça. Todos os ensinados por Deus vêm ao Filho, o qual disse claramente: *Quem escuta o ensinamento do Pai e dele aprende vem a mim* (Jo 6,45). Nenhum deles perece, porque de tudo o que lhe deu o Pai nenhum se perderá (Jo 6,39). Portanto, quem quer que venha do Pai não perece de forma alguma, de modo que não viria do Pai aquele que perece. Por isso está escrito: *Eles saíram de entre nós, mas não eram dos nossos. Se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco* (1Jo 2,19).

CAPÍTULO XVII

A vocação dos eleitos

34. Procuremos entender a vocação própria dos eleitos, os quais não são eleitos porque creram, mas são eleitos para que cheguem a crer. O próprio Senhor revela a existência desta classe de vocação ao dizer: *Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi* (Jo 15,16). Pois, se fossem eleitos porque creram, tê-lo-iam escolhido antes ao crer nele e assim merecerem ser eleitos. Evita, porém, esta interpretação aquele que diz: *Não fostes vós que me escolhestes*.

Não há dúvida que eles também o escolheram, quando nele acreditaram. Daí o ter ele dito: *Não*

fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi, não porque não o escolheram para ser escolhidos, mas para que o escolhessem, ele os escolheu. Isso porque a misericórdia se lhes antecipou (Sl 53,11) segundo a graça, não segundo uma dívida. Portanto, retirou-os do mundo quando ele vivia no mundo, mas já eram eleitos em si mesmos antes da criação do mundo.

Esta é a imutável verdade da predestinação da graça. Pois, o que quis dizer o Apóstolo: *Nele ele nos escolheu antes da fundação do mundo?* (Ef 1,4). Com efeito, se de fato está escrito que Deus soube de antemão os que haveriam de crer, e não que os haveria de fazer que cressem, o Filho fala contra esta presciência ao dizer: *Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi*. Isto daria a entender que Deus sabia de antemão que eles o escolheriam para merecerem ser escolhidos por ele.

Conseqüentemente, foram escolhidos antes da criação do mundo mediante a predestinação na qual Deus sabia de antemão todas as suas futuras obras, mas são retirados do mundo com a vocação com que Deus cumpriu o que predestinou. Pois, os que predestinou, também os chamou com a vocação segundo seu desígnio. Chamou os que predestinou e não a outros, justificou os que assim chamou e não a outros; predestinou os que chamou, justificou e glorificou (Rm 8,30) e não a outros com a consecução daquele fim que não tem fim.

Portanto, Deus escolheu os crentes, mas para que o sejam e não porque já o eram. Diz o apóstolo Tiago: Não escolheu Deus os pobres em bens deste mundo para serem ricos na fé e herdeiros do Reino que prometeu aos que o amam? (Tg 2,5). Portanto, ao escolher, fã-los ricos na fé, assim como herdeiros do Reino. Pois, com razão, se diz que Deus escolheu nos que crêem aquilo pelo qual os escolheu para neles realizá-lo.

Pergunto: quem ouvir o Senhor, que diz: *Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi*, terá atrevimento de dizer que os homens têm fé para ser escolhidos, quando a verdade é que são escolhidos para crer? A não ser que se ponham contra a sentença da Verdade e digam que escolheram antes a Cristo aqueles aos quais ele disse: *Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi*.

CAPÍTULO XVIII

A eleição é meio para a santidade e não efeito da santidade

35. O Apóstolo diz: *Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos abençoou com toda a sorte de bênçãos espirituais, nos céus, em Cristo. Nele ele nos escolheu antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis, diante dele no amor. Ele nos predestinou para sermos seus filhos adotivos por Jesus Cristo, conforme a decisão de sua vontade, para louvor e glória de sua graça com a qual ele nos agraciou no Amado. E é pelo sangue deste que temos a redenção, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça que ele derramou profusamente sobre nós, infundindo-nos toda sabedoria e prudência, dando-nos a conhecer o mistério de sua vontade, conforme decisão prévia que lhe aprouve tomar para levar o tempo à sua plenitude: a de em Cristo recapitular todas as coisas, as que estão nos céus e as que estão na terra. Nele, predestinados pela decisão daquele que tudo opera segundo o conselho de sua vontade, fomos feitos sua herança, a fim de servirmos para o seu louvor e glória* (Ef 1,3-12).

Quem, pergunto eu, ao ouvir com atenção e compreensão este testemunho, atrever-se-á a duvidar da verdade tão evidente que defendemos? Deus escolheu em Cristo os seus membros antes da criação do mundo; mas como os escolheria, se não existiam, a não ser predestinando-os? Portanto, escolheu-nos o que predestina. Acaso escolheria os ímpios e manchados? Pois, se se pergunta a quem escolheu, se a estes ou os santos e imaculados, aquele que investiga sobre a resposta a dar não se

decidirá imediatamente em favor do santos e imaculados?

36. Os pelagianos argumentam: “Deus sabia de antemão os que se santificariam e permaneceriam sem pecado pelo uso de sua liberdade. Por isso escolheu-os antes da criação do mundo em sua presciência, mediante a qual previu que seriam santos. Portanto, escolheu-os antes que o fossem, predestinando como seus filhos aqueles que sabia em sua presciência que seriam santos e irrepreensíveis. Mas não foi ele que os fez santos e irrepreensíveis, e nem os faria, mas apenas previu que seriam”.

Consideremos as palavras do Apóstolo e vejamos se nos escolheu antes da criação do mundo porque haveríamos de ser santos e irrepreensíveis ou para que o fôssemos. Diz ele: *Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos abençoou com toda a sorte de bênçãos espirituais, nos céus, em Cristo. Nele ele nos escolheu antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis.* Portanto, não porque seríamos, mas *para sermos*. Assim, pois, isto é certo e evidente: seríamos santos e irrepreensíveis pelo fato de nos escolher, predestinando-nos para o sermos pela sua graça.

Por isso, *nos abençoou com toda a sorte de bênçãos espirituais, nos céus, em Cristo. Nele ele nos escolheu antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele no amor. Ele nos predestinou para sermos seus filhos adotivos por Jesus Cristo.* Prestai atenção ao que acrescenta em seguida: *conforme a decisão de sua vontade*, para que em tão sublime dom da graça, não nos gloriássemos como se fosse obra de nossa vontade. E continua: *com a qual nos agraciou no Amado*, ou seja, agraciou-nos por sua vontade. Assim como disse *agraciou* pela graça, do mesmo modo se diz: *justificou* pela justiça.

E prossegue: *E é pelo sangue deste que temos a redenção, a remissão dos pecados, segundo a riqueza de sua graça, que ele derramou profusamente em nós, infundindo-nos toda sabedoria e prudência, dando-nos a conhecer o mistério de sua vontade, conforme decisão prévia que lhe aprouve tomar.* Neste mistério de sua vontade depositou as riquezas de sua graça segundo seu beneplácito e não segundo a nossa vontade, a qual não poderia ser boa, se ele não a socorresse segundo seu beneplácito para ser boa. Pois, depois de ter dito: *conforme decisão prévia*, acrescentou: *que lhe aprouve tomar* no Filho amado, *para levar o tempo à sua plenitude: a de em Cristo recapitular todas as coisas, as que estão nos céus e as que estão na terra. Nele, predestinados pela decisão daquele que tudo opera segundo o conselho de sua vontade, fomos feitos sua herança, a fim de servirmos para o seu louvor e glória.*

37. Seria prolixo discorrer sobre cada palavra. Mas percebeis, sem ter nenhuma dúvida, com quanta evidência do testemunho apostólico a graça de Deus é defendida, esta graça contra a qual se levantam os merecimentos humanos, como se o homem desse algo primeiramente para algo receber em retribuição. Portanto, Deus nos escolheu em Cristo antes da fundação do mundo, predestinando-nos para sermos seus filhos adotivos, não porque seríamos santos e irrepreensíveis por nossos méritos, mas escolheu-nos e predestinou-nos para o sermos. Assim agiu segundo o seu beneplácito para que ninguém se glorie em sua vontade, mas na de Deus; agiu assim segundo as riquezas de sua graça, conforme o seu beneplácito, que se propôs realizar em seu Filho amado, no qual fomos feitos seus herdeiros, predestinados segundo o beneplácito, e não o nosso, daquele que tudo opera a ponto de operar em nós mesmos o querer (Fl 2,13). Mas opera segundo o conselho de sua vontade, a fim de servirmos para o seu louvor e glória.

Esta é a razão pela qual afirmamos que *ninguém procure nos homens motivo de orgulho* (1Cor 3,21), e, portanto, nem em si mesmo, mas *aquele que se gloria, se glorie no Senhor* (1Cor 1,31), para servirmos para seu louvor e glória. Ele opera conforme a decisão de sua vontade para

servirmos para seu louvor e glória, como santos e irrepreensíveis, motivo pelo qual nos chamou, predestinando-nos antes da fundação do mundo. Conforme esta decisão de sua vontade efetua-se a vocação dos eleitos, para os quais tudo coopera para o bem, porque foram chamados segundo o seu desígnio, e os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento.

CAPÍTULO XIX

Refuta objeções e reafirma que mesmo a fé inicial é dom de Deus

38. Mas esses nossos irmãos, dos quais aqui tratamos e em favor dos quais escrevemos, talvez digam que os pelagianos ficam refutados por este testemunho apostólico que afirma nossa eleição em Cristo antes da criação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis em sua presença no amor. Eles, porém, têm este raciocínio: “Tendo aceitado pela uso da liberdade os preceitos que nos tornam santos e imaculados em sua presença no amor, como Deus sabia de antemão este futuro, escolheu-nos em Cristo antes da criação do mundo”. Mas o Apóstolo não diz que nos escolheu e predestinou porque sabia de antemão que seríamos santos e irrepreensíveis, mas para que o fôssemos pela eleição de sua graça, com a qual ele nos agraciou no Amado. Portanto, ao predestinar-nos, conhecia pela presciência a sua obra, pela qual nos torna santos e irrepreensíveis. Conseqüentemente, com este testemunho fica refutado legitimamente o erro pelagiano.

Eles, porém, replicam: “Mas nós afirmamos que Deus teve conhecimento prévio de nossa fé inicial, e por isso escolheu-nos e predestinou-nos antes da fundação do mundo para sermos também santos e irrepreensíveis por sua graça e obra”. Mas escutem o que afirma neste testemunho: *Nele, predestinados pela decisão daquele que tudo opera*. Aquele que tudo opera também em nós o início da fé. Nem a própria fé precede a vocação da qual está escrito: *Os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento* (Rm 11,29), e da qual se afirmou: *Dependendo não das obras, mas daquele que chama* (Rm 9,12), visto que poderia dizer: “Mas do que crê”; e nem precede a eleição anunciada pelo Senhor ao dizer: *Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi*.

Não cremos porque nos escolheu, mas escolheu-nos para crermos, para que não digamos que o escolhemos antes e sejam falhas — o que não é lícito dizer — as palavras: *Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi* (Jo 15,16). Somos chamados para crermos e não porque cremos, e com a vocação, que é irrevogável, realiza-se e se aperfeiçoa o que é mister para crermos. Não há necessidade de repetir o muito que dissemos sobre esta questão.

39. Finalmente, à continuação do referido testemunho, o Apóstolo dá graças a Deus por aqueles que acreditaram, não porque lhes foi anunciado o evangelho, mas porque acreditaram. Diz assim: *nele também vós, tendo ouvido a palavra da Verdade — o evangelho da vossa salvação — e nela tendo crido, fostes selados pelo Espírito da promessa, o Espírito Santo, que é o penhor de nossa herança, para a redenção do povo que ele adquiriu para o seu louvor e glória. Por isso também eu, tendo ouvido a respeito de vossa fé no Senhor Jesus e do vosso amor para com todos os santos, não cesso de dar graças a Deus a vosso respeito* (Ef 1,13-16).

Era nova e recente a fé dos efésios após ter-lhes sido pregado o evangelho, e, tendo ouvido a respeito dessa fé, o Apóstolo dá graças a Deus por eles. Se desse graças a um homem por um favor, julgando que o favor não foi concedido ou reconhecido, dir-se-ia mais uma ironia do que um agradecimento. *Não vos iludais; de Deus não se zomba* (Gl 6,7), pois a fé inicial é também dom de Deus, do contrário considerar-se-ia com razão falsa e falaz a ação de graças do Apóstolo. Por que afirmamos isto? Não é claramente um começo de fé nos tessalonicenses o que merece do Apóstolo uma ação de graças, quando diz: *Por esta razão e sem cessar agradecemos a Deus por terdes acolhido a sua palavra que vos pregamos não como palavra humana, mas como na verdade é a*

palavra de Deus que está produzindo efeito em vós, os fiéis? (1Ts 2,13). Por que dá graças a Deus? Pois é vão e inútil agradecer a alguém, se não fez nenhum favor. Mas porque neste caso não é vão e inútil, Deus sem dúvida fez a obra, a qual agradece, ou seja, tendo os ouvidos escutado do Apóstolo a palavra de Deus, receberam-na não como palavra humana, mas como na verdade é palavra divina.

Portanto, Deus atua nos corações humanos com a vo-cação conforme o seu desígnio, da qual falamos tanto, a fim de que não ouçam debalde o evangelho, mas, tendo-o escutado, convertam-se e creiam, recebendo-o não como palavra humana, mas como na verdade é: palavra de Deus.

CAPÍTULO XX

Deus é o Senhor das vontades humanas

40. O Apóstolo adverte que o início da fé é também dom de Deus, pelo que quis dizer na carta aos colossenses: *Perseverai na oração, vigilantes, com ação de graças, orando por nós também ao mesmo tempo, para que Deus nos abra uma porta à Palavra, para falarmos do mistério de Cristo, pelo qual estou prisioneiro, a fim de que eu dele fale como devo* (Cl 4,2-4). E como se abre a porta à Palavra, se não é abrindo-se o sentido do ouvinte para crer e, dado o início da fé, acolha o que é anunciado e exposto para edificar a doutrina da salvação, e não aconteça que, fechado o coração pela infidelidade, desaprove ou rechace o que se prega.

No mesmo sentido são as palavras que dirige aos coríntios: *Entrementes permanecerei em Éfeso, pois que se abriu uma porta larga, cheia de perspectivas, e os adversários são muitos* (1Cor 16,8-9). Que outra interpretação se pode dar, senão que, após ter ele pregado ali primeiramente o evangelho, muitos creram, mas muitos passaram a se opor à mesma fé, conforme as palavras do Senhor: *Ninguém pode vir a mim, se isto não lhe for concedido por meu Pai* (Jo 6,65), e: *A vós foi dado conhecer os mistérios do Reino dos Céus, mas a eles não?* (Mt 13,11). A porta abriu-se para aqueles aos quais foi concedido, mas são muitos os adversários, aos quais não foi concedido.

41. Do mesmo modo, dirigindo-se aos mesmos, na segunda carta, diz: *Cheguei então a Trôade para lá pregar o evangelho de Cristo, e, embora o Senhor me tivesse aberto uma porta grande, não tive repouso de espírito, pois não encontrei Tito, meu irmão. Por conseguinte, despedi-me deles e parti para a Macedônia.* De quem se despediu, senão dos que creram, em cujos corações abria-se uma porta ao evangelizador? Considerai o que acrescentou: *Graças sejam dadas a Deus, que por Cristo nos carrega sempre em seu triunfo e, por nós, expande em toda parte o perfume do seu conhecimento. Em verdade, somos por Deus o bom odor de Cristo, entre aqueles que se salvam e aqueles que se perdem; para uns, odor que da morte leva à morte; para outros, odor que da vida leva à vida.*

Eis a razão por que dá graças o acérrimo e invicto defensor da graça; eis por que dá graças: porque os apóstolos são por Deus o bom odor de Cristo tanto para os que se salvam pela graça, como para os que perecem pelo juízo de Deus. Mas, evitando que se indignem com esta afirmação os que pouco entendem deste assunto, ele mesmo os adverte ao prosseguir, dizendo: *E quem estaria à altura de tal missão?* (2Cor 2,12-16).

Mas voltemos à abertura da porta, símbolo do início da fé nos ouvintes. O que significa: *Orando também por nós ao mesmo tempo para que Deus nos abra uma porta à Palavra*, senão uma demonstração claríssima de que o próprio início da fé é dom de Deus? Pois, não se suplicaria a Deus pela oração, se não se acreditasse vir dele a concessão. Este dom da graça celeste descera sobre a negociante de púrpura, à qual, como diz a Escritura nos Atos dos Apóstolos: *O Senhor lhe abriu o coração, de sorte que ela aderiu às palavras de Paulo* (At 16,14). Era assim chamada para que tivesse fé, pois Deus atua como quer nos corações humanos ou ajudando ou julgando, com a

finalidade de executar por meio deles o que em seu poder e em sua sabedoria havia predestinado realizar (At 4,28).

42. Afirmaram também, em vão, que não diz respeito ao assunto em pauta o que provamos pelo testemunho da Escritura nos livros dos Reis e das Crônicas, ou seja, que, quando Deus quer realizar o que é mister tenha a colaboração voluntária dos homens, inclina seus corações para que anuem à sua vontade, inclinando-os ele que em nós opera também o querer de um modo admirável e inefável (Supra, na Carta de Hilário, n. 7). O que significa esta afirmação senão nada dizer e, contudo, contradizer? A não ser que, ao emitir este parecer, apresentaram-vos algum motivo que preferistes calar em vossas cartas. Mas ignoro qual possa ser este motivo.

Será talvez porque demonstramos que Deus agiu nos corações dos homens e guiou as vontades de quem lhe aprouve para chegarem a constituir rei a Saul ou a Davi? Julgam por isso que estes exemplos nada têm que ver com o assunto porque reinar temporariamente neste mundo não é o mesmo que reinar eternamente com Deus? Pensam nesse caso que Deus inclina os corações no tocante aos reinos terrenos, mas não inclina as vontades de quem ele quer quando se trata de alcançar o reino eterno?

Mas eu opino que as palavras que seguem foram ditas com referência ao reino dos Céus e não a um reino terreno: *Inclina meu coração para os teus preceitos* (Sl 118,36); ou: *Os passos do homem são formados pelo Senhor e é-lhe grato o seu caminho* (Sl 36,23); ou: *O Senhor é quem dispõe as vontades* (Pr 8 seg. LXX); ou: *O Senhor nosso Deus seja conosco, como foi com nossos pais, não nos desamparando, nem nos afastando de si. Mas incline os nossos corações, para andarmos em todos os seus caminhos* (1Rs 8,57-58); ou: *Dar-lhes-ei um (novo) coração e entenderão; ouvidos, e ouvirão* (Br 2,31); ou: *E eu lhes darei um mesmo coração, e derramarei nas suas entranhas um novo espírito* (Ez 11,19). Ouçam também: *E porei o meu coração no meio de vós, e farei que andeis nos meus preceitos, e que guardeis as minhas leis, e que as pratiquéis* (Ez 36,27). Ouçam ainda: *Os passos do homem são dirigidos pelo Senhor; mas que homem pode compreender seu próprio destino?* (Pr 20,24). Continuem ouvindo: *Todo o caminho do homem lhe parece a ele próprio direito; e o Senhor, porém, pesa os corações* (Pr 21,2); e também: *E todos aqueles que eram destinados à vida eterna, abraçaram a fé* (At 13,48).

Ouçam estes testemunhos e outros que não mencionei, os quais demonstram que Deus prepara e converte as vontades dos homens também para o reino dos Céus e a vida eterna. Percebei quão absurdo é acreditar que Deus atua nas vontades humanas para estabelecer reinos temporais e que os próprios homens governam suas vontades quando se trata de conquistar o reino dos Céus.

CAPÍTULO XXI

Conclusão

43. Discorreremos longamente e talvez já há tempo conseguimos convencer sobre o que queríamos; falamos tanto às inteligências esclarecidas como às rudes, para as quais mesmo o que é demasiado não é suficiente. Mas perdoem-me, pois esta nova questão obrigou-nos a isso.

Como provamos em opúsculos anteriores com testemunhos assaz idôneos que mesmo a fé é dom de Deus, deu-se o caso de encontrar opositores a este ensinamento, os quais afirmam que os testemunhos têm força para provar ser dom de Deus o crescimento na fé. O início da fé, porém, dizem eles, pelo qual se chega a crer em Cristo, depende do ser humano e não é dom de Deus. Deus o exige previamente para que com seu merecimento alcancem as demais coisas que são dons de Deus. Nenhuma delas é concessão gratuita, embora admitam nelas a existência da graça de Deus, que é sempre gratuita.

Percebeis o absurdo desta doutrina e por isso insistimos, conforme nos foi possível, em mostrar que o próprio começo da fé é dom de Deus. Se o fizemos com mais extensão que a desejada por aqueles para os quais escrevemos, resignamo-nos a ser repreendidos por eles contanto que confessem que alcançamos nosso objetivo, embora tenhamos sido mais prolixos do que desejávamos, motivando aborrecimento e tédio aos inteligentes. Isto quer dizer que reconheçam que ensinamos ser também dom divino o início da fé, assim como o são a continência, a paciência, a justiça, a piedade e demais virtudes, sobre as quais não há discussão com eles.

Dou por terminado este livro, evitando agravar os leitores com um tratado tão difuso sobre um único assunto.

[17](#) Miguel Baio (1513-1589), seguindo a doutrina da predestinação e da graça de Calvino, apresentou suas teses a respeito do estado primitivo do homem, da graça e da liberdade. De acordo com Baio, o homem não foi criado em estado de perfeição sobrenatural, mas em estado de natureza. Daí se segue que o pecado original é uma “corrupção da própria natureza, e não privação dos dons sobrenaturais e preternaturais”. Por essa razão, o homem não consegue nada sem a graça.

[18](#) Jansênio queria combater o laxismo da teologia moral de sua época. Sua visão do mundo, do homem, é fundamentalmente pessimista. Disso tem origem sua intransigência a respeito da natureza humana, dominada por instintos e sentimentos perigosos e sua “fuga mundi”, tão radical a ponto de apresentar, em certos casos, manifestações verdadeiramente aberrantes. Por outro lado, a força vitoriosa da graça deu-lhe ocasião para formular uma doutrina fatalista e antiagostiniana. Segundo ele, a graça dobra a vontade humana, força-a e a domina despoticamente.

[19](#) Deus possui uma graça que nenhum coração pode recusar, mas esta graça ele a doa a quem o ouve. Aqui, o ensinamento saído direto da boca do Pai torna-se mediação para se aproximar do Filho.

O DOM DA PERSEVERANÇA

(*De dono perseverantiae*)

INTRODUÇÃO

Esta obra é, praticamente, a continuação da precedente, sobre a predestinação dos santos. Escrita a pedido de seus discípulos Hilário e Próspero, defensores de suas doutrinas contra os semipelagianos de Marselha, quando Agostinho terminava a redação das *Retratações*, pelo ano 429. É, provavelmente, o último livro de Agostinho. Nele Agostinho continua estabelecendo e explicando as doutrinas da graça desde o início da fé até a perseverança final. No livro anterior, sobre a predestinação dos santos, Agostinho conduzia sua argumentação para debelar o erro que atribuía à iniciativa humana o início da fé e que os salvos e eleitos eram predestinados por graça divina, sem que Deus levasse em conta seus merecimentos, enquanto os condenados se perdiam por justiça e não por desprezo ou por falta de misericórdia da parte de Deus. Neste, seu objetivo é provar que a perseverança até o fim é também um dom de Deus. Também esta graça não é dada segundo os méritos daqueles que a recebem, mas concedida a uns pela misericórdia de Deus e recusada a outros pela justiça divina. Trata-se, como Agostinho diz logo no primeiro capítulo, daquela perseverança final, até o fim desta vida terrestre e não daquela perseverança de certo tempo da vida. É a perseverança de Mt 10,22: “Aquele que perseverar até o fim será salvo”. Por isso Agostinho afirma: “O fim a que me refiro é o término desta vida, na qual e somente nela há o perigo do pecado. Por isso fica sempre a incerteza se alguém alcançou este dom durante sua caminhada terrestre. Se alguém vir a cair em pecado antes da morte, é sinal de que não perseverou; é um sinal revestido da maior certeza” (1,1).

Nos códigos antigos, esta obra aparece com o título *O bem da perseverança*, como está mencionado por Remígio, bispo de Lyon, por Floro e Hincmaro, enquanto Próspero de Aquitânia, que teve em mãos os exemplares autênticos, nas respostas aos presbíteros de Gênova, refere-se às duas obras como tendo um só título: *A predestinação dos santos*.

A obra contém duas partes distintas, em termos de conteúdo. Na primeira parte, Agostinho procura provar que a perseverança até o fim é totalmente gratuita. Seria, conforme começa a demonstrar a partir já do capítulo 2, mofar-se de Deus ou então um pedido sem nenhum sentido pedir-lhe algo que cremos que não nos pode dar. Ilustra sua afirmação apelando para o testemunho de São Cipriano, o qual demonstra que na oração do Senhor não pedimos outra coisa que a perseverança e que esta não se dá em vista dos merecimentos (*iuxta praevisa merita*), mas só pela misericórdia de Deus, que a doa a quem quer e a recusa justamente a outros. Porque uns são eleitos e salvos, enquanto outros são recusados e condenados? Estende-se Agostinho, especialmente no capítulo 9, sobre esta terrível questão. Traz o exemplo dos tírios e dos sidônios que, na hipótese de terem visto os milagres de Jesus, teriam feito penitência, enquanto os israelitas o desprezavam: “Ai de ti, Corazim! Ai de ti, Betsaida! Porque se em Tiro e Sidônia tivessem sido realizados os milagres que em vós se realizaram, há muito teriam se convertido, vestindo-se de cilício e sentados em cinzas. O dia do Juízo será mais tolerável para Tiro e Sidônia do que para vós” (Mt 11,21-22; Lc 10,13-14). Mas o que permanece mais insondável para Agostinho é ver que entre dois homens justos e piedosos a um é dado perseverar, enquanto a outro é recusada esta mesma graça. O primeiro é para Agostinho do número dos predestinados, enquanto o outro não o é. Mas isso não deve ser investigado pelos homens, diz Agostinho. Trata-se de uma disposição dos insondáveis juízos divinos e de seus impenetráveis caminhos. Assim a graça da perseverança é uma concessão de Deus sem nenhum

vínculo com os merecimentos humanos, mas pura dádiva de sua misericórdia.

A opinião defendida pelos monges e parte do clero da Gália era a de que a doutrina da predestinação é um verdadeiro obstáculo à utilidade da exortação e da correção dos vícios e pecados: Mas alguns dizem: “A doutrina da predestinação é prejudicial à utilidade da pregação” (XIV, 34). Aqui tem início, propriamente, a segunda parte do livro, na qual Agostinho se empenha em refutar esta opinião. Afirma Agostinho que não entende como eles admitem a presciência de Deus e a necessidade da graça para os demais dons e não consideram como dons de Deus o início da fé e a perfeição da perseverança final. Conclui sua argumentação afirmando que a predestinação é a presciência de Deus e a preparação dos seus favores. O grande argumento de Agostinho, nesta parte, é mostrar Jesus Cristo como o exemplo perfeito de predestinação, depois de confirmar sua doutrina com os testemunhos de Cipriano, Ambrósio e Gregório Nazianzeno: “Não há exemplo mais elucidativo de predestinação que o próprio Jesus. Por isso já discorri sobre este ponto no primeiro livro (*A pred. dos santos, 30-31*) e escolhi como recomendação final deste a mesma coisa, ou seja, não há exemplo mais esclarecedor da predestinação que o próprio Mediador. Todo fiel que desejar entendê-la bem, examine este exemplar e nele encontre a si mesmo” (XXIV, 67).

É preciso, segundo Agostinho, ter sempre presente que a perseverança final é uma graça maior que todas as outras graças juntas.

CAPÍTULO I

Definição de Perseverança

1. Devo agora discorrer profundamente sobre a perseverança, da qual tratamos um pouco no primeiro livro ao focar o problema do começo da fé. Afirmamos então ser dom de Deus a perseverança com a qual se persevera no amor a Cristo até o fim. O fim a que me refiro é o término desta vida, na qual e somente nela há o perigo de pecado. Por isso fica sempre a incerteza se alguém alcançou este dom durante sua caminhada terrestre. Se alguém vir a cair em pecado antes da morte, é sinal de que não perseverou; é sinal revestido da maior certeza.

Portanto, não se pode afirmar que alguém tenha recebido ou possuído o dom da perseverança, se não perseverou. Se este alguém vive em continência e peca contra ela e se torna incontinente; se acontece o mesmo com a justiça, a própria fé, conclui-se com razão que cultivou estas virtudes, mas não as cultiva. Foi continente ou justo ou paciente ou crente enquanto foi, mas deixando de ser, não é o que foi. Do mesmo modo, o que não perseverou, como se pode dizer que foi perseverante, se é pela perseverança que alguém se mostra perseverante, o que não aconteceu?

E que ninguém contradiga o que afirmo e diga: Se alguém se tornou fiel e viveu ainda, digamos, dez anos, e na metade deste período apostatou da fé, não perseverou cinco anos? Não discuto a respeito do sentido material das palavras, o qual permite denominar-se perseverança o que viveu naquele espaço de tempo. Tratamos aqui da perseverança que conduz a pessoa a perseverar até o fim no amor a Cristo, e assim, não se pode dizer que possuiu o dom da perseverança aquele que não perseverou até o fim. Com mais razão se pode dizer que perseverou no dom da fé o que foi fiel durante um ano, ou menos, se viveu na fé até a morte, e não dizer daquele que foi fiel durante muitos anos, mas que momentos antes da morte veio a perder a fé.

CAPÍTULO II

A perseverança é dom de Deus à luz da Oração do Senhor na primeira e segunda petições

2. Feitos estes esclarecimentos, vejamos agora se é dom de Deus a perseverança indicada na

sentença: *Aquele que perseverar até o fim será salvo* (Mt 10,22). Se não for, onde está a verdade do que disse o Apóstolo: *Pois vos foi concedido, em relação a Cristo, a graça não só de crerdes nele, mas também de por ele sofrerdes?* (Fl 1,29). Pois, uma das duas coisas refere-se ao princípio e a outra ao fim. Ambas, porém, são dons de Deus, visto que afirmou que ambas são dádivas de Deus, como já dissemos anteriormente. Com efeito, que início mais autêntico de um começo de vida cristã do que a fé em Cristo? Que término melhor que sofrer por Cristo?

No tocante à fé em Cristo, surgiu uma contradição segundo a qual o crescimento na fé é dom de Deus, mas não o seu começo. Com a ajuda de Deus, vamos responder a esta opinião com farta e adequada argumentação.

Como é possível dizer que a perseverança até o fim não é concedida em Cristo a quem é concedido padecer por Cristo, ou falando mais claramente, morrer por Cristo? O apóstolo Pedro, demonstrando ser um dom de Deus o padecer por Cristo, afirma: *Será melhor que sofrais — se esta é a vontade de Deus — por praticardes o bem do que praticando o mal* (1Pd 3,17). Ao dizer: *Se esta é a vontade de Deus*, revela ser dom divino padecer por Cristo, dádiva, no entanto, que não é concedida a todos os santos. Mas se não for vontade de Deus que passem pela experiência da glória dos sofrimentos, isto não quer dizer que não alcancem o Reino de Deus, se perseverarem em Cristo até o fim. Mas se alguém disser que não é concedida a perseverança de que falamos aos que morrem por Cristo devido a uma enfermidade ou a qualquer outra causa, pense que é mais difícil a morte que é concedida àqueles que assim a recebem por Cristo. Pois persevera-se com maior dificuldade, contando-se com o inimigo que persegue para que não se persevere, e assim se sustenta uma luta até o fim para alcançar a perseverança. Conseqüentemente, é mais difícil alcançar esta última, enquanto a primeira é mais fácil; mas para aquele a quem nada é difícil, é fácil conceder ambas. Refere-se a esta última a promessa de Deus, quando disse: *Infundirei o meu temor no seu coração, para que não se apartem de mim* (Jr 32,40), ou seja, é tal e tamanho o meu temor que infundirei no seu coração, que se unirão a mim com perseverança.

3. Mas, por que se implora de Deus esta perseverança, se não é Deus quem no-la dá? Esta súplica não seria ridícula, se se pede algo a quem se julga que não dará e que, não sendo ele o concessor, o que se pede não está na possibilidade humana? Não é também ridícula a ação de graças, quando se agradece a Deus o que ele não concedeu ou fez? O que disse na outra obra, repito agora: *Não vos iludais; de Deus não se zomba* (Gl 6,7), no dizer do Apóstolo.

Ó homem, Deus é testemunha não apenas de teus atos, mas também de teus pensamentos. Se de tanta riqueza pedes algo com sinceridade e com fé, crê que receberás o que pedes daquele a quem pedes. Não queiras honrá-lo com os lábios e pôr-te superior a ele no coração, ao ter certeza que depende de ti o que finges pedir-lhe.

Será que não se pede a perseverança de que estamos falando? Nesse caso, o que isto afirmar já não deve ser refutado com meus argumentos, mas oprimido com os testemunhos dos santos. Haverá algum deles que não peça a perseverança no seu amor, visto que não pede outra coisa na oração chamada dominical senão a perseverança? Assim é chamada porque foi o Senhor que a ensinou para ser invocado pelos santos.

4. Lede com um pouco mais de atenção a explicação da referida oração na obra do bem-aventurado mártir Cipriano, que a compôs sobre este tema e que intitulou: “A Oração do Senhor”. E vede com quantos anos antes foi preparado o antídoto contra os futuros erros dos pelagianos.

Como sabeis, são três os pontos principais que a Igreja católica propugna contra eles. O primeiro refere-se à graça de Deus, a qual não nos é outorgada de acordo com nossos merecimentos, pois todos os méritos dos santos são dons de Deus e são conferidos por sua graça. No tocante ao segundo,

a Igreja ensina que ninguém pode passar a vida neste mundo sem pecar. Com respeito ao terceiro, a Igreja defende que o ser humano nasce sujeito ao pecado e ligado ao vínculo da condenação e que somente pela regeneração se dissolve o reato contraído pela geração. A referida obra do glorioso mártir não enfoca apenas o ponto citado em último lugar; aborda os outros dois com tamanha perspicuidade que os mencionados hereges, novos inimigos da graça de Cristo, foram refutados em seus erros muito antes de verem a luz do dia.

Ao se referir aos méritos dos santos, que são dons de Deus, diz que a perseverança é também dom de Deus. Assim se expressa: “Dizemos: *Santificado seja o teu nome* (Mt 6,9), não porque desejemos a Deus que seu nome seja santificado pelas nossas orações, mas porque dele pedimos que seu nome seja santo em nós. De mais a mais, por quem Deus é santificado, se é ele a fonte de toda santidade? Mas porque ele disse: *Sede santos, porque eu, o vosso Deus, sou santo* (Lv 19,2), nós que fomos santificados no batismo, pedimos e rogamos a perseverança no caminho que começamos a trilhar”.

Discorrendo ainda sobre o mesmo assunto e ensinando que pedimos ao Senhor a perseverança, o que de modo algum se faz se não fosse dom de Deus, afirma um pouco depois: “Pedimos que esta santificação permaneça em nós e, visto que o nosso Senhor e Juiz ameaça o homem que ele curou e fortaleceu, para que não lhe suceda algo pior (Jo 5,14), fazemos continuamente esta prece em nossas orações, suplicamo-lo de dia e de noite, a fim de que a santificação e o fortalecimento, recebidos da graça de Deus, conservem-se em nós pela sua proteção”.

Portanto, quando santificados pelo batismo, dizemos: *Santificado seja o teu nome*, o grande doutor entendeu que pedimos a Deus a perseverança na santificação, ou seja, que perseveremos na santificação. E pedir o que já recebemos, o que é senão pedir que nos conceda também o não deixar de possuí-lo? Com efeito, assim como o santo, ao rogar a Deus a santidade, pede que continue santo, assim também aconteça com o casto, o continente, o justo, o piedoso e tudo o mais que afirmamos ser dom de Deus contra os pelagianos. Eles pedem que pratiquem as virtudes correspondentes e que prossigam na sua vivência. Deste modo, não há dúvida que suplicam a perseverança nos bens que reconhecem ter recebido. E se os recebem, é sinal de que recebem a perseverança, o grande dom de Deus que garante a continuidade de todas as suas dádivas.

5. Além disso, quando dizemos: *Venha o teu reino* (Mt 6,10), não pedimos que venha a nós o que não duvidamos que virá para todos os santos? Portanto, neste pedido, os que já são santos, o que imploram senão a perseverança na santidade que lhes foi concedida? Pois, de outro modo não lhes virá o reino de Deus que certamente virá não a outros, mas aos que perseverarem até o fim.

CAPÍTULO III

Continuação do assunto: terceira petição

6. Eis a terceira petição: *Seja realizada a tua vontade na terra, como é realizada no céu* (Mt 6,10), ou, conforme se lê em muitos códices e mais de acordo com os que rezam a oração: “assim na terra como no céu”. O que quer dizer: façamos a tua vontade como os anjos a fazem.

O doutor e mártir Cipriano interpreta por céu e terra nosso espírito e nosso corpo, e que nós pedimos, ambos em acordo, o cumprimento da vontade de Deus. Percebeu também nestas palavras outro sentido muito de acordo com a santíssima fé, do qual já falamos acima, ou seja, que os revestidos do homem celestial são chamados com razão pelo nome de céus; oram pelos infiéis que ainda estão no mundo e estão revestidos somente do homem terreno do primeiro nascimento. Esta interpretação revela que o início da fé é também dom de Deus, visto que a santa Igreja ora não somente pelos fiéis implorando o crescimento e a perseverança na fé, mas também pelos infiéis suplicando o começo da fé, a qual não têm e contra a qual mantêm predispostos os seus corações.

Agora, porém, nosso objetivo não é o começo da fé (*initium fidei*), sobre o qual tratamos extensamente na obra anterior, mas a perseverança até o fim, a qual pedem os próprios santos que fazem a vontade de Deus e dizem na oração: *Seja realizada a tua vontade*. Se a fazem, por que ainda pedem que seja realizada, a não ser porque querem perseverar no que começaram a realizar? É verdade que não se pode dizer neste caso que os santos pedem a realização da vontade de Deus no céu, mas, sim, que se realize na terra como no céu, que a terra imite o céu, ou seja, que o homem imite o anjo ou o infiel imite o fiel. Assim os santos suplicam que aconteça o que ainda não existe, e não que continue a ser o que existe. Pois, por mais santidade que o homem cultive e nela se distinga, não se equiparará aos anjos de Deus e, por conseguinte, não realizam a vontade de Deus como é feita nos céus.

Conclui-se daí que, naquele ponto em que desejamos a conversão dos homens, de infiéis para fiéis, não desejamos a perseverança na fé, mas o seu começo. Mas quando desejamos que os homens se equiparem aos anjos de Deus no cumprimento de sua vontade, pois os santos oram com esta intenção, fica claro que se pede a perseverança. Ninguém alcança a suma felicidade do reino de Deus, se não perseverar até o fim na santidade que alcançou na terra.

CAPÍTULO IV

Prossegue o mesmo assunto: quarta petição

7. Chegamos à quarta petição: *o pão nosso de cada dia dá-nos hoje* (Mt 6,11). O bem-aventurado Cipriano mostra também nesta passagem que o objeto do pedido é a perseverança. Diz assim entre outras coisas: “Pedimos que a cada dia nos seja concedido o pão, a fim de não nos separarmos do corpo de Cristo os que estamos em Cristo e recebermos o alimento da Eucaristia todos os dias, a não ser que, devido a algum pecado mais grave, sejamos impedidos de comungar o pão celestial”.

Estas palavras do santo homem de Deus indicam que os santos imploram de Deus a perseverança, quando rezam nesta intenção: *O pão nosso de cada dia dá-nos hoje*, e não sejam separados do corpo de Cristo, mas permaneçam na santidade, mediante a qual não cometam algum pecado que os torne merecedores de tal separação.

CAPÍTULO V

Continuação do mesmo assunto: as demais petições

8. Na quinta petição dizemos: *E perdoa-nos as nossas dívidas, como também nós perdoamos aos nossos devedores* (Mt 6,12). Somente nesta petição não se encontra o pedido de perseverança. Pois os pecados, para os quais imploramos perdão, são passados, enquanto a perseverança, que nos outorga a salvação eterna, é necessária para o tempo desta vida, não o passado, mas para aquele que ainda resta até o fim.

Vale a pena observar como os hereges, que viriam muito tempo depois, são atravessados nesta petição pela boca de Cipriano, como um dardo invencível da verdade. Pois os pelagianos atrevem-se a dizer que os homens justos não têm pecados nesta vida e que neles se concretiza já no tempo presente a Igreja *sem mancha, nem ruga, ou coisa semelhante* (Ef 5,27), a qual é a única esposa de Cristo, como se não fosse sua esposa esta Igreja que suplica por todo o mundo o que dele aprendeu: *E perdoa-nos as nossas dívidas*.

Mas vede como o glorioso Cipriano destrói os hereges. Ao expor a referida petição da Oração do Senhor, diz entre outras coisas: “Quão necessária, providente e salutar é a advertência de que somos pecadores, pois leva-nos a rogar pelos nossos pecados, a fim de que, ao pedir perdão a Deus, a alma

esquadrinhe sua consciência. Evitando que alguém se considere inocente, e sua queda seja mais fragorosa pelo orgulho, é instruído e ensinado que peca a cada dia, quando recebe o preceito de a cada dia rogar pelos seus pecados. Finalmente, assim também João se expressa em sua carta, ao dizer: *Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade não está em nós* (1Jo 1,8), e outras coisas que seria longo incluir neste comentário.

9. Da mesma forma, quando os santos dizem: *E não nos exponhas à tentação, mas livra-nos do Maligno* (Mt 9,13), não pedem a perseverança na santidade? Com efeito, concedido o dom de Deus — pois está claro que é dom de Deus, já que é implorado —, nenhum fiel deixa de possuir a perseverança na santidade até o fim, visto que ninguém deixa de perseverar no seu propósito cristão, se primeiramente não cai em tentação. Portanto, se lhe é concedido que não caia porque ora, é porque persiste, com a ajuda de Deus, no caminho da santificação que abraçou com o auxílio divino.

CAPÍTULO VI

A perseverança até o fim não se pode perder

10. Conforme me dizeis nas cartas, esses irmãos não querem que se afirme ser a perseverança algo que não se possa merecer pelas súplicas ou perder pela vontade rebelde. Dizendo isto, mostram que estão desatentos. Pois falamos da perseverança com a qual se persevera até o fim, a qual, se é concedida, é sinal de que se perseverou até o fim. Se não se perseverou até o fim, é indício de que não foi outorgada, conforme já tratamos acima amplamente.

Não se diga que a perseverança foi dada a alguém até o fim a não ser quando chegou este fim e tenha perseverado até o fim aquele a quem foi concedido. Pois chamamos casto aquele que sabemos ser casto, prescindindo do fato se vai permanecer na castidade. E se tiver alguma outra dádiva divina, que pode conservar ou perder, dizemos que a possuiu enquanto a possuiu. E se perder, dizemos que a teve. Porém, a perseverança até o fim, como ninguém a possui a não ser o que perseverar até o fim, muitos podem tê-la, mas ninguém pode perdê-la.

E não há motivo para se temer que, perseverando alguém até o fim, nasça nele alguma má vontade de não perseverar até o fim. Portanto, pode-se merecer este dom pela súplica, mas, uma vez concedido, é impossível perdê-lo por rebeldia. Pois, perseverando até o fim, não se pode perder este dom nem os outros que poderia perder antes do fim. Como se pode perder o que faz com que não se perca mesmo o que é possível perder?

11. Mas é possível que alguém diga que de fato não se pode perder a perseverança até o fim quando é concedida, ou seja, quando se perseverar até o fim. Mas se pode perdê-la de certa maneira, quando se age por contumácia, de modo que não possa alcançá-la, assim como dizemos que uma pessoa não perseverou até o fim porque perde a vida eterna ou o reino de Deus, não porque já recebera e perdera, mas porque receberia e possuiria, se houvesse perseverado. Deixemos de lado as discussões sobre palavras e digamos que se pode perder algumas coisas não possuídas, mas que esperamos possuir.

Mas diga-me quem tiver atrevimento: Deus não pode conceder o que mandou que seja pedido? Aquele que assim pensa, não digo que delira, mas que enlouqueceu, pois Deus mandou que os fiéis lhe digam na oração: *E não nos exponhas à tentação* (Mt 6,13). Assim, quem é atendido neste pedido, não é induzido à tentação da contumácia, a qual faz com que possua ou seja digno de não perseverar na santidade.

12. Alguém replicaria: “Por vontade própria abandona-se a Deus e com razão é por ele abandonado”. E quem o nega? É por isso que pedimos não ser induzidos à tentação para que isto não aconteça. Se somos ouvidos, não acontecerá, porque Deus não permite que aconteça. Ele tem o poder

de desviar do mal para o bem as vontades, converter as propensas à queda e dirigir os passos que são de seu agrado. Não é em vão que se lhe diz: *Porventura não nos tornarás a dar a vida?* (Sl 84,7). Não se lhe diz também inutilmente: *Não permitiu que os nossos pés vacilassem* (Sl 65,9), assim como: *Não cedas, Senhor aos desejos do iníquo* (Sl 139,9). Finalmente, evitando mais citações, visto que de muitas outras vos possais lembrar, não se diz em vão: *E não nos exponhas à tentação*. Pois aquele que não se expõe à tentação, não é induzido a cair na tentação de sua má vontade, e aquele que não cai na tentação de sua má vontade, a nenhuma é induzido.

Assim está escrito: *Cada qual é tentado pela própria concupiscência, que o arrasta e seduz* (Tg 1,14); *Deus a ninguém tenta* (Tg 1,13), com a tentação para o mal. Pois há uma tentação útil, que não nos engana nem oprime, mas sujeita-nos à provação, da qual está escrito: *Sonda-me, Senhor, e põe-me à prova* (Sl 25,2). Porém, com a tentação nociva, que o Apóstolo indicou ao dizer: *Temendo que o tentador vos tivesse seduzido, inutilizando o nosso trabalho* (1Ts 3,5), Deus, como eu disse, a ninguém tenta, ou seja, a ninguém expõe ou induz à tentação.

Ser tentado e não cair na tentação não é um mal; pelo contrário, é um bem, visto que significa ser provado. Com efeito, quando dizemos a Deus: *E não nos exponhas à tentação*, não pedimos que não nos deixe cair em tentação? Por isso, alguns rezam e se lê em muitos códices e assim o citou o bem-aventurado Cipriano: “Não permitas que caiamos em tentação” (*Ne patiaris nos induci in tentationem*). No evangelho grego, porém, sempre li: *Não nos exponhas à tentação* (*Ne nos inferas in tentationem*).

Portanto, vivemos com maior segurança, se atribuirmos tudo a Deus do que se lhe dermos uma parte e nos reservamos a outra. Isto percebeu o venerável mártir Cipriano, pois, explicando a mesma petição da Oração do Senhor, diz entre outras coisas: “Quando rogamos não cair em tentação, estamos nos precavendo de nossa fraqueza e pusilanimidade, e assim pedimos que ninguém insolentemente se ensoberbeça, ninguém com orgulho e arrogância atribua algo a si e ninguém se vanglorie de confessar a Cristo e por ele padecer. Pois o Senhor, ensinando a humildade, disse: *Vigiai e orai, para não cairdes em tentação, pois o espírito está pronto, mas a carne é fraca* (Mt 26,41). Assim, precedendo a humilde e submissa confissão de nossa limitação e atribuindo tudo a Deus, o que pela oração se pedir a Deus com temor seja por ele concedido na sua misericórdia.

CAPÍTULO VII

A mão do Senhor, e não a nossa, é força para a perseverança

13. Se faltassem outros argumentos, a Oração do Senhor seria suficiente à causa da graça que defendemos, porque nada nos deixou em que nos possamos gloriar como coisa nossa. Na verdade, mostra que a graça de não nos afastarmos de Deus é doação dele, pois revela que lhe devemos pedir. Aquele que não cai na tentação não se distancia de Deus. Não cair na tentação não está no poder das forças da liberdade, na situação atual; estivera no poder do homem antes da queda. Qual tenha sido a liberdade da vontade na primeira condição, percebe-se nos anjos que, caindo o diabo com seus asseclas, permaneceram na verdade e mereceram chegar à segurança eterna de não cair, da qual agora certamente são possuidores. Contudo, depois da queda do homem, Deus quis que dependesse de sua graça a aproximação do homem a ele e à mesma graça devesse o homem o não se afastar dele.

14. Deus pôs esta graça naquele no qual, *predestinados pela decisão daquele que tudo opera segundo o conselho de sua vontade, fomos feitos sua herança* (Ef 1,11). Portanto, assim como opera para que possamos nos aproximar, também opera para não nos afastarmos. Pelo qual o profeta lhe disse: *Esteja a tua mão sobre o homem da tua destra, e sobre o filho do homem que para ti fortaleceste. Não nos afastaremos mais de ti* (Sl 79,18-19).

Este eleito não é certamente o primeiro Adão, no qual nos afastamos de Deus, mas o novo Adão, sobre o qual estão suas mãos, para que dele não nos afastemos. Pois o Cristo é um todo com seus membros, que são a Igreja, a qual é seu corpo, sua plenitude. Quando a mão de Deus está sobre o homem, para dele não nos afastarmos, chega até nós a obra de Deus (pois isto é a mão de Deus), a qual faz com que permaneçamos em Cristo com Deus, e não em Adão afastados de Deus. Pois em Cristo coube-nos a sorte de sermos predestinados segundo o conselho de vontade daquele que faz todas as coisas. Esta é, portanto, a mão de Deus, não a nossa, a qual não permite nosso afastamento dele. Esta é, digo, a mão daquele que disse: *E infundirei o meu temor no seu coração, para que não se afastem de mim* (Jr 32,40).

15. Por esta razão Deus quis que lhe pedíssemos não cair em tentação, pois se não cairmos, de forma alguma nos afastamos dele. Ele poderia conceder-nos esta graça sem a pedirmos, mas quis mostrar-nos pela nossa oração de quem recebemos estas dádivas. Com efeito, de quem recebemos, senão daquele que nos mandou pedir?

Conseqüentemente, a este respeito à Igreja não é necessário fazer investigações cansativas, mas apenas considerar suas orações diárias. A Igreja ora para que os incrédulos venham à fé, e Deus, portanto, converte-os à fé. Ora para que os fiéis perseverem, e Deus concede a perseverança até o fim.

Deus sabia de antemão que faria tudo isto e esta presciência é a predestinação dos santos, os quais *escolheu antes da fundação do mundo, para serem santos e irrepreensíveis diante dele no amor. Ele os predestinou para ser seus filhos adotivos por Jesus Cristo conforme a decisão de sua vontade, para louvor e glória de sua graça com a qual ele os agraciou no Amado. E é pelo sangue deste que têm a redenção, a remissão dos pecados, segundo a riqueza de sua graça que ele derramou profundamente sobre eles, infundindo-lhes toda sabedoria e prudência, dando-lhes a conhecer o mistério de sua vontade, conforme decisão prévia que lhe aprouve tomar para levar o tempo à sua plenitude: a de em Cristo recapitular todas as coisas, as que estão nos céus e as que estão na terra. Nele, predestinados pela decisão daquele que tudo opera segundo o conselho da sua vontade, fomos feitos sua herança* (Ef 1,4-11). Qual o fiel virtuoso e vigilante que terá coragem de elevar a voz contra tão sonora trombeta da verdade?

CAPÍTULO VIII

Refutação de objeções. — Testemunho dos Santos Cipriano e Ambrósio

16. Apresenta-se agora esta objeção: “Mas por que a graça de Deus não é concedida de acordo com os merecimentos humanos?”. Respondo. Porque Deus é misericordioso. Volta a perguntar: “Por que não é concedida a todos?”. Respondo. Porque Deus é juiz. Por isso sua graça é concedida gratuitamente e, por um justo juízo de Deus, revela-se em outros o que a graça confere a quem é concedida.

Com efeito, não sejamos ingratos perante o fato de Deus misericordioso, segundo o beneplácito de sua vontade, para o louvor da glória de sua graça, libertar tantos da perdição tão merecida, considerando que, se a ninguém libertasse, não se deveria dizer que ele é injusto. Devido ao pecado de um só, todos foram julgados dignos de uma não injusta condenação, mas totalmente justa. Portanto, quem é libertado ame a graça; quem não é libertado reconheça a dívida. Se no perdoar a dívida, manifesta-se a bondade e na exigência se revela a equidade, nunca se pode atribuir a Deus a iniquidade.

17. Pergunta-se ainda: “Por que não somente com respeito a crianças, mas a duas gêmeas, numa mesma causa, há julgamento diverso?”. Esta questão é semelhante àquela: “Por que o mesmo

juízo em causas diferentes?”.

Recordemos aqueles operários da vinha que trabalharam o dia todo e os que trabalharam uma hora. A causa diversa era o tempo de trabalho e, no entanto, houve o mesmo juízo na paga do salário. Os murmuradores contra o pai de família não o ouviram dizer: “Quero assim?”. Manifestou liberalidade em favor de uns sem demonstrar iniquidade contra os outros, pois havia um ajustamento entre as duas partes. Contudo, em se tratando da justiça e da graça, pode-se dizer em consciência a respeito do réu que é libertado o que disse ao réu que foi condenado: *Toma o que é teu e vai. Eu quero dar a este último o mesmo que a ti. Não tenho o direito de fazer o que eu quero com o que é meu? Ou o teu olho é mau porque eu sou bom?* (Mt 20,4-16). E se ele perguntar: “Por que não a mim?”, ouvirá merecidamente: *Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?* (Rm 9,20). Deves perceber no que fez ao primeiro o mais liberal doador, e a ti o mais justo exator, e em nenhum dos dois te é lícito enxergar um Deus injusto. Ele seria justo, se a ambos castigasse. O indultado deve agradecer-lhe e o condenado não deve recriminá-lo.

18. Replicam ainda: “Se convinha que Deus manifestasse a uns condenados o que era devido a todos, e assim sua graça aparecesse mais gratuita aos vasos de misericórdia, por que na mesma causa me castigará mais que a outro ou a outro libertará de preferência a mim?”. Não respondo, se perguntar o “porquê”, pois confesso não saber o que dizer. E se insistes em perguntar o “porquê”, dar-te-ei a razão: porque assim como a ira de Deus é justa, assim como a misericórdia é grande, assim também são impenetráveis seus juízos.

19. Prosseguem e dizem: “Por que Deus não concedeu a perseverança final a alguns que o honraram de boa fé?”. Qual pensas que seja a razão? Não mente aquele que diz: *Eles saíram dentre nós, mas não eram dos nossos. Se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco* (1Jo 2,19).

Acaso há duas naturezas de homens? De forma alguma. Se houvesse duas naturezas, não existiria graça alguma, pois, a nenhuma dar-se-ia a libertação gratuita, se fosse devolvida como débito à natureza. Os homens julgam que todos os bons cristãos deveriam receber a perseverança final. Deus, porém, julgou melhor misturar alguns não perseverantes ao número de seus santos, a fim de que não possam estar seguros a quem não convém a segurança nas tentações desta vida. Ele refreia a muitos da perniciosa soberba, conforme diz o Apóstolo: *Assim, pois, aquele que julga estar em pé, tome cuidado para não cair* (1Cor 10,12). Por sua própria vontade cai aquele que cai, e pela vontade de Deus permanece firme o que está em pé. *Porque o Senhor é poderoso para o sustentar* (Rm 14,4), portanto, não ele mesmo, mas Deus. Por isso, é bom que *não te ensoberbeças, mas teme* (Rm 11,20). A queda ou a fraqueza de cada um está no pensamento, de acordo com o Apóstolo, que diz e eu disto me lembrei na obra anterior: *Não como se fôssemos dotados de capacidade que pudéssemos atribuir a nós mesmos, mas é de Deus que vem a nossa capacidade* (2Cor 3,5). Acompanhando o pensamento do Apóstolo, o bem-aventurado Ambrósio também se atreve a dizer: “Não estão em nosso poder nosso coração e nossos pensamentos”. É o que o piedoso, o humilde e o sincero considera a pura verdade.

20. Estas palavras de Ambrósio estão relacionadas com o que falava na obra por ele escrita com o título *A fuga do mundo (De Fuga Saeculi)*, ensinando que devemos fugir não com o corpo, mas com o coração, o qual podemos conseguir somente com o auxílio de Deus. Diz assim no capítulo I: “Freqüentemente nós dizemos que é preciso fugir do mundo. Oxalá fosse tão precavido e solícito o sentimento como é fácil a palavra! Mas, infelizmente, as seduções dos atrativos terrenos surgem com freqüência e apanham de sobressalto a mente com o brilho das vaidades, de tal modo que ficas revolvendo no espírito o que desejavas evitar. É difícil para o ser humano precaver-se contra esta realidade, mas é impossível dela se desembaraçar. Conforme atesta o profeta, tudo isto é mais um

desejo do que uma realidade: *Inclina o meu coração para os teus preceitos e não para a avareza* (Sl 118,36). Não estão em nosso poder nosso coração e nossos pensamentos, os quais, de improviso, invadem e confundem a inteligência e o espírito e te levam para onde não queres, ou seja, desviam-te para as coisas terrenas, oferecem voluptuosidades, entremeiam com seduções, introduzem preocupações mundanas. No momento em que procuramos elevar a mente, somos lançados muitas vezes para a terra envolvidos por devaneios vãos”.

Portanto, não está nas mãos dos homens, mas de Deus, *o poder de se tornarem filhos de Deus* (Jo 1,12). Recebem dele, que inspira ao coração humano bons pensamentos, com os quais alcança a fé, a qual *age pela caridade* (Gl 5,6). Para adquirir este bem, conservá-lo e nele progredir com perseverança até o fim, *não somos dotados de capacidade que pudéssemos atribuir a nós mesmos, mas é de Deus*, em cujo poder estão nosso coração e nossos pensamentos, *que vem a nossa capacidade* (2Cor 3,5).

CAPÍTULO IX

Ninguém é julgado pelas suas ações futuras

21. Por que de duas crianças, ambas sujeitas ao pecado original, uma é eleita e a outra é abandonada, e por que de dois ímpios adultos, este é chamado para seguir o que chama e o outro não é assim chamado? Impenetráveis são os juízos de Deus. Por que de duas pessoas piedosas, uma recebe o dom da perseverança até o fim e à outra não o é outorgado? Impenetráveis são os juízos de Deus.

Uma coisa os fiéis devem ter por certo: este é predestinado, aquele, não. Se tivessem sido dos nossos, diz um dos predestinados que haurira este segredo do peito do Senhor, *teriam permanecido conosco* (1Jo 2,19). O que significa, pergunto eu: *Não eram dos nossos. Se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco?* Não foram ambos criados por Deus, ambos nascidos de Adão, ambos formados do limo da terra e ambos não receberam almas da mesma natureza das mãos daquele que disse: *Eu criei as almas?* (Is 57,16). Finalmente, ambos não foram chamados e seguiram o que chamou, ambos não foram justificados e ambos renovados pelo banho da regeneração?

Se ouvisse estas perguntas aquele que sabia o que estava dizendo, poderia responder e dizer: “Tudo isto é verdade; de acordo com o que foi dito, eram dos nossos, mas, conforme certa distinção, não eram dos nossos; mas, se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco”. Qual é esta diferença? Abram-se os livros de Deus, não afastemos deles o olhar; a Escritura brada, apliquemos os ouvidos. Não era deles porque não foram chamados segundo o desígnio; não foram eleitos em Cristo desde a fundação do mundo; nele não foram predestinados pela decisão daquele que tudo opera. Pois, se o fossem, seriam do número deles e com eles sem dúvida teriam permanecido.

22. É possível para Deus converter para a sua fé vontades adversas e contrárias e agir em seus corações de modo a não cederem perante as dificuldades e não se afastarem dele vencidos por alguma tentação, visto que ele, como diz o apóstolo, não permite que sejam tentados acima de suas forças (1Cor 10,13). Mas, se quiser evitar dizer isto, direi que Deus, sabendo de antemão que haveriam de cair, poderia tirá-los desta vida. Ou será que é preciso voltarmos a discorrer sobre o absurdo da afirmação segundo a qual os falecidos serão julgados pelos pecados que Deus sabe de antemão que haveriam de cometer, se continuassem a viver?

Esta opinião ofende tanto os sentimentos cristãos e mesmo humanos que causa pejo o ter de refutá-la. Por que não afirmar também que o evangelho foi e é pregado inutilmente com tanto trabalho e sofrimentos dos santos, já que as pessoas podiam ser julgadas, não tendo ouvido o evangelho, de acordo com a recusa ou a obediência que Deus previu que manifestariam, se o ouvissem? Se assim fosse, Tiro e Sidônia não seriam condenadas, embora com mais clemência que as cidades não crentes

onde Cristo o Senhor realizou sinais (Lc 10,12 e seguintes; Mt 11,21-22). Isso porque, se nelas tivessem sido realizados os milagres, teriam se convertido, vestindo-se de cilício e cobrindo-se de cinzas. É o que nos dizem as palavras da Verdade, nas quais o Senhor Jesus revelou mais profundamente o mistério da predestinação.

23. Se nos perguntam: Por que foram feitos tantos milagres perante aqueles que, vendo-os, não haviam de crer, e não foram feitos perante os que acreditariam, se os vissem? O que responderemos? Diríamos talvez o que afirmei em outro livro (*Carta* 102), onde respondo a seis perguntas dos pagãos, sem prejuízo, contudo, de outros motivos que os eruditos possam investigar? Pois, como sabeis, perguntando-me alguém por que Cristo veio a este mundo depois de tanto tempo, disse isto: “Porque sabia que, no tempo e nos lugares em que não anunciou o evangelho, as pessoas seriam com relação à sua pregação como foram muitos durante sua presença corporal, os quais recusaram crer nele apesar de ter ressuscitado vários mortos”. Além disso, um pouco depois na mesma carta e sobre a mesma questão, disse: “Por que se há de admirar que Cristo, sabendo que o mundo estaria tão cheio de infiéis nos primeiros séculos, não quisesse com razão ser anunciado aos que previa que não acreditariam nem em suas palavras nem nos milagres?” (*Carta* 102, questão 2).

Não podemos certamente fazer estas afirmações sobre Tiro e Sidônia e nelas reconhecemos que estes juízos divinos pertencem às referidas causas de predestinação, e disse ter respondido às perguntas sem prejuízo de tais causas ocultas. Pois é fácil reprovar a infidelidade dos judeus, proveniente da vontade livre, os quais não quiseram crer nos milagres tão grandes realizados em sua presença. O próprio Senhor os acusa e diz censurando: *Ai de ti, Corazim! Ai de ti, Betsaida! Porque se em Tiro e Sidônia tivessem sido realizados os milagres que em vós se realizaram, há muito teriam se convertido, vestindo-se de cilício e sentando-se em cinzas* (Lc 10,13; Mt 11,21).

Mas podemos afirmar que os habitantes de Tiro e Sidônia não quiseram crer à vista dos milagres realizados em seu âmbito ou não acreditariam, se se tivessem realizado os milagres presenciados pelas outras cidades? O próprio Senhor atesta que fariam penitência de muita humildade, se nelas houvessem sido feitos os milagres do poder divino. Contudo, serão castigados no dia do juízo, embora com mais brandura com relação à cidades que não quiseram crer perante os sinais realizados no seu âmbito. Pois Cristo continua e diz: *O Dia do Juízo será mais tolerável para Tiro e Sidônia do que para vós* (Mt 11,22; Lc 10,14). Conseqüentemente, os judeus serão castigados com mais rigor e os de Tiro e Sidônia com mais benignidade, mas serão castigados.

Todavia, se os falecidos são julgados considerando-se suas ações futuras, se vivessem, conseqüentemente os de Tiro e Sidônia não serão castigados, porque haveriam de ser crentes, se o Evangelho lhes fosse anunciado com milagres. Mas serão castigados, e por isso é falso que os mortos são julgados de acordo com o que fariam se, em vida, tivessem chegado ao evangelho. E se isto é falso, não há razão para dizer das crianças que morrem sem o batismo que isto lhes acontece merecidamente porque Deus sabia de antemão que, se vivessem, permaneceriam incrédulas, se o evangelho lhes fosse anunciado. Resta-lhes, portanto, apenas a sujeição ao pecado original e por isso são merecedores de condenação.

Vemos outras crianças que, estando na mesma causa, são perdoadas no batismo pela graça gratuita de Deus, e vemos algumas pessoas que, por um misterioso e justo juízo (pois em Deus não há injustiça) (Rm 9,14), levando uma vida pecadora depois do batismo perecerão, mas são mantidos nesta vida até a sua ruína. Não se arruinariam, se a morte corporal ocorresse antes da queda. A verdade é que nenhum falecido é julgado considerando-se os bens ou males que praticariam se continuassem com vida. Caso contrário, os habitantes de Tiro e Sidônia padeceriam não pelo que praticaram, mas pelo que praticariam; se neles fossem encontradas as virtudes evangélicas,

alcançariam a salvação mediante rigorosa penitência e a fé em Cristo.

CAPÍTULO X

Comentário a uma sentença de autor católico favorável à opinião do autor

24. Certo polemista católico não desconhecido explicou assim esta passagem do evangelho, dizendo: “O Senhor sabia de antemão que Tiro e Sidônia renegariam posteriormente a fé depois de crer nos milagres ali realizados, e, levado pela misericórdia, não os realizou em seu meio, pois assim seriam merecedores de punição maior, se abandonassem a fé que abraçaram, do que se não a tivessem abraçado em tempo algum”.

À vista desta sentença de autor tão douto, o que se pode dizer mais com relação ao que me compete, visto que ela vem comprovar o que afirmamos? Pois, se o Senhor pela sua misericórdia não fez em Tiro e Sidônia os sinais que as poderiam levar à fé, para que não sofressem punição maior ao se tornarem incrédulos, conforme ele previa, fica demonstrado claramente que nenhum falecido é julgado pelos pecados que ele sabia que haveria de praticar, se de algum modo não os socorresse para não cometê-los. Se a sentença é verdadeira, assim aconteceu aos habitantes das duas cidades que Cristo socorreu, preferindo que não abraçassem a fé a que renunciassem à fé cometendo um delito maior, conforme ele previa, se nele tivessem acreditado.

Se alguém perguntar: “Por que Deus não fez que cressem e deixassem este mundo antes de renunciarem à fé?”, não sei o que responder. Pois o que o autor diz, ou seja, que foram favorecidos os que abandonariam a fé, deixando de começar a possuir aquilo a que renunciariam com um pecado mais grave, demonstra claramente que o ser humano não é julgado por aquilo que Deus sabe antecipadamente que faria, se ele não vem em seu auxílio com alguma graça, evitando a realidade da apostasia. Recebeu este auxílio aquele que *foi arrebatado para que a malícia não lhe mudasse o modo de pensar* (Sb 4,11).

Mas, se me perguntaram por que não foram ajudados os de Tiro e Sidônia e assim cressem e fossem arrebatados para que a malícia não lhes mudasse o modo de pensar, talvez pudesse responder o referido autor a quem aprouve resolver desse modo a questão. Eu, porém, pelo que tange ao assunto de que aqui trato, vejo ser suficiente que, de acordo com a mencionada sentença, fique demonstrado que os homens não são julgados pelo que não fizeram, ainda que se preveja que fariam.

Contudo, como disse, no tocante à opinião dos que pensam que os falecidos do presente e do passado são castigados pelos pecados que cometeriam, se vivessem, envergonho-me de refutá-la, para que não pareça ter-lhe dado pouca importância; preferimos tratá-la com brevidade mediante a discussão a deixá-la passar em silêncio.

CAPÍTULO XI

A sorte das crianças e a misericórdia ou o juízo de Deus. — Passagem das “Retratações”

25. Portanto, como diz o apóstolo: *Não depende daquele que quer, nem daquele que corre, mas de Deus, que faz misericórdia* (Rm 9,16). Ele socorre as crianças que lhe apraz, ainda que não queiram ou corram; ele as escolheu antes da criação do mundo para dar-lhes gratuitamente a graça, ou seja, sem quaisquer merecimentos de sua fé ou obras. A mesma coisa com relação aos adultos também aqueles que previu que haveriam de crer em seus milagres se os presenciassem. Os que não quer socorrer, não socorre, pois em sua predestinação julgou outra coisa de modo oculto, mas justo. A verdade é que *não há injustiça da parte de Deus* (Rm 9,14), *mas são insondáveis seus juízos e impenetráveis seus caminhos* (Rm 11,37), e *todas as veredas do Senhor são graça e fidelidade* (Sl

24,10).

Com efeito, é insondável a sua misericórdia com a qual *faz misericórdia a quem quer* (Rm 9,18), sem quaisquer méritos precedentes; é insondável a verdade com a qual endurece a quem quer devido a seus méritos precedentes, que muitas vezes são iguais aos daqueles a quem faz misericórdia. O mesmo se diga de dois gêmeos cujos méritos são iguais, mas a sorte é diferente, pois um é eleito e o outro é abandonado; contudo, um é libertado pela grande bondade de Deus e o outro é condenado sem nenhuma injustiça de sua parte. Acaso há injustiça por parte de Deus? De forma alguma, mas impenetráveis são seus caminhos. Creiamos, portanto, sem sombra de dúvida, na sua misericórdia com relação aos que são libertados, e também na verdade com relação aos que são castigados. E não nos empenhemos em esquadrinhar o que é insondável nem investigar o que é impenetrável.

Da boca das crianças e meninos de peito fizeste sair um louvor perfeito (Sl 8,3), a fim de que não duvidemos nem um pouco do que vemos nas crianças cuja libertação não é precedida de quaisquer merecimentos da parte delas, e nas crianças cuja condenação é precedida pelos deméritos de origem comum aos dois grupos. A mesma atitude tomemos com respeito aos adultos, ou seja, não pensar que a graça é concedida a cada um de acordo com os méritos ou que cada um é punido pelos deméritos, sejam as causas iguais ou desiguais nos que são libertados ou castigados. Assim se cumpre a advertência do Apóstolo: *Aquele que julga estar em pé, tome cuidado para não cair* (1Cor 10,12), e *aquele que se gloria, se glorie no Senhor* (1Cor 1,31).

26. Não vejo a razão pela qual as pessoas não aceitam, conforme escreveis, que se aplique a causa das crianças ao exemplo dos adultos. São pessoas que, contra os pelagianos, não duvidam da existência do pecado original, que por meio de um só homem entrou no mundo e assim o julgamento de um só resultou na condenação de todos (Rm 5,12.16). Esta verdade não é aceita pelos maniqueus, os quais não reconhecem nenhuma autoridade nas Escrituras do Antigo Testamento, mas aceitam as do Novo com o privilégio, ou melhor sacrilégio, de aproveitar o que querem e rejeitar o que não querem. Contra eles escrevi na obra *De libero arbitrio*, a qual esses irmãos julgam que se opõe contra nós.

Na referida obra não quis apresentar soluções a questões difícilísimas surgidas de passagem, para evitar ser prolixo em assuntos nos quais não me podia valer da autoridade dos testemunhos divinos contra os inimigos deles. Como qualquer das soluções era verdadeira e não me decidia expressamente por nenhuma, podia concluir com certa lógica, como fiz, que Deus deve ser louvado em tudo, sem necessitar crer, como eles querem, nos dois princípios coeternos reguladores do bem e do mal.

27. Finalmente, no primeiro livro das *Retratações*, obra que ainda não lestes, chegando à revisão dos livros a respeito de *O livre-arbítrio*, assim falei:

“Nestes livros são tratados muitos assuntos de tal modo que algumas questões incidentais que não podia explicar ou requeriam então longa dissertação, são diferidas para outra ocasião. Mas de ambas as partes ou de todas as partes dessas questões, nas quais não aparecia o que mais estava de acordo com a verdade, nossa argumentação podia levar a concluir que, onde quer que estivesse a verdade, Deus fosse considerado ou fosse mostrado como digno de louvor.

Empenhei-me naquela discussão devido àqueles que negam que o mal proceda do livre-arbítrio, e afirmam que a Deus, se é que existe Deus, como criador de todas as naturezas, deve-se imputar a culpa. Pretendem de acordo com erro de sua impiedade (pois são maniqueus) introduzir o princípio do mal imutável e coeterno com Deus”.

Em outra passagem um pouco posterior digo:

“Em seguida está escrito sobre a infelicidade inflingida aos pecadores e da qual a graça de Deus

liberta, pois o ser humano voluntariamente, ou seja, pelo uso da liberdade pôde cair, não, porém, levantar-se. A esta infelicidade da justa condenação estão relacionadas a ignorância e as necessidades de que todo homem padece desde o começo de sua vida, e deste mal ninguém o livra senão a graça de Deus. Os pelagianos, negando o pecado original, não querem pôr a origem da infelicidade na justa condenação. Embora a ignorância e as carências humanas fossem inerentes à primeira condição do homem, não se pode lançar a culpa em Deus, o qual, pelo contrário, merece todo louvor, conforme discorremos no mesmo livro terceiro, capítulo 20.

Trata-se de uma discussão contra os maniqueus, que não aceitam as santas Escrituras do Antigo Testamento, em cujas páginas está a narrativa do pecado original. E tudo o que a esse respeito se lê nos escritos apostólicos afirmam que foi interpolado por corruptores das Escrituras, levados por detestável descaramento, como se fosse dito pelos apóstolos. Contra os pelagianos, porém, é preciso defender o que ambas as Escrituras estabelecem, visto que professam a aceitação delas”.

Escrevi estas coisas no primeiro livro das *Retratações* ao revisar os livros da obra *O livre-arbítrio*. E não disse somente o que transcrevi há pouco da referida obra, mas outras muitas coisas que considereii prolixo e desnecessário inserir neste escrito, como assim haveis de pensar depois de a lerdes totalmente.

Portanto, ainda que no livro terceiro de *O livre-arbítrio* discorra sobre o assunto das crianças de tal modo que, supondo ser verdade o que dizem os pelagianos, ou seja, que a ignorância e as carências humanas, sem as quais nenhum ser humano vem a este mundo, são características da natureza humana e não castigos, os maniqueus seriam refutados, pois estabelecem dois princípios coeternos, o do bem e o do mal. Sendo assim, será preciso pôr em dúvida ou abandonar a fé defendida contra os pelagianos pela Igreja, a qual afirma a existência do pecado original, cujo reato contraído por geração deve ser dissolvido pela regeneração do batismo?

Se esses irmãos confessam conosco esta verdade para juntos destruímos o erro pelagiano nesta questão, por que pensar em duvidar que Deus arranque do poder das trevas e transporte para o Reino de seu Filho amado (Cl 1,13) também as crianças às quais outorga sua graça pelo sacramento do batismo? Ao verem que ele dá graças a uns e a outros não, por que recusam cantar ao Senhor sua graça e sua justiça? (Sl 100,1). Por que concede a uns e a outros não? *Quem conheceu o pensamento do Senhor?* (Rm 11,34). Quem é capaz de esquadrihar o insondável ou investigar o impenetrável?

CAPÍTULO XII

Confirma sua doutrina com alusões à sua obra “O livre-arbítrio”

28. Conclui-se, portanto, que a graça de Deus é concedida não de acordo com méritos dos favorecidos, mas de acordo com *a decisão de sua vontade para louvor e glória de sua graça* (Ef 1,5), *a fim de que aquele que se gloria, se glorie no Senhor* (1Cor 1,31). Ele a concede aos homens conforme sua vontade, porque é misericórdia; se não a concede, não deixa de ser justo; e não a concede a quem ele não quer a fim de se conhecer a riqueza de sua glória por meio dos vasos de misericórdia (Rm 9,23).

Ao dá-la a alguns que não a merecem, portanto gratuitamente, quis por isso que fosse verdadeira graça, mas não concedendo a todos, revela o que todos merecem. Ele é bom nos favores concedidos e é justo no castigo aos demais; é bom para com todos, porque é sinal de bondade retribuir o devido; é justo para com todos, porque ele é justiça quando concede o indevido sem prejuízo para ninguém.

29. Portanto, defendemos a graça de Deus sem méritos, ou seja, a verdadeira graça, embora as crianças batizadas, como pensam os pelagianos, não sejam arrancadas do poder das trevas, visto que não estão sujeitas a nenhum pecado, mas apenas transferidas para o reino do Senhor. Mesmo assim, o

reino é concedido sem méritos aos que é concedido, e sem nenhum merecimento não é concedido aos que não é concedido.

Costumamos dizer isto contra os pelagianos, quando nos objetam que atribuímos a graça de Deus à fatalidade ao afirmarmos a concessão da graça sem haver merecimentos. Eles é que atribuem à fatalidade a graça de Deus e dizem: “Onde não há merecimento, há fatalidade”. Pois, como os próprios pelagianos admitem, não se encontra nas crianças nenhum merecimento, não se explicando assim por que algumas são levadas para o Reino e outras são excluídas do Reino.

Com efeito, para demonstrar que a graça de Deus nos é concedida não conforme nossos merecimentos, preferi defender esta doutrina em ambos os sentidos, ou seja, no nosso sentido, que afirma a sujeição das crianças ao pecado original, e no sentido dos pelagianos, que negam este pecado, sem que com isto me fique nenhuma dúvida que as crianças têm pecado, do qual lhes perdoa aquele que salva seu povo de seus pecados (Mt 1,21). Do mesmo modo, no livro terceiro da obra *O livre-arbítrio* opus-me aos maniqueus nos dois sentidos, ou seja, ou a ignorância e a dificuldade para o bem, sem as quais ninguém vem a este mundo, são castigos, ou são características da primeira condição do homem. Contudo, mantinha a primeira opção. No mesmo livro ficou também bem expresso meu pensamento, isto é, a natureza humana atual não veio da criação do ser humano, mas é castigo da condenação.

30. Inutilmente alegam contra mim a antiguidade do referido livro de minha autoria, para que não ventile a questão das crianças, como é de meu dever, e convença pela luz da verdade diáfana que a graça de Deus não é concessão considerando nossos merecimentos. Pois, se quando comecei como leigo os livros de *O livre-arbítrio* e os terminei já sacerdote, ainda tinha dúvidas sobre a condenação das crianças não batizadas e a libertação das batizadas, ninguém, penso eu, seria tão injusto e invejoso que me tirasse o direito de progredir e julgasse que deveria permanecer na dúvida. Porém pode-se perceber com mais precisão que não é lícito considerar que eu tivesse dúvidas a esse respeito porque pareceu-me que os maniqueus deviam ser refutados tanto se existe a pena do pecado original nas crianças, o qual a Verdade afirma, como se não existe, o que alguns opinam erradamente. Contudo, de qualquer forma, o meu pensamento não implica o erro dos maniqueus sobre a mescla dos dois princípios ou naturezas, ou seja, do bem e do mal.

Longe de mim deixar de lado a questão das crianças de modo a dizer que se trata de algo incerto, ou seja, ou se, regeneradas em Cristo e morrendo na idade infantil, passam para a vida eterna, ou se, não regeneradas, são vítimas da segunda morte, pois está escrito e não se pode interpretar de outro modo: *Por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, e assim a morte passou a todos os homens* (Rm 5,12). E da morte eterna, que é uma justa retribuição ao pecado, somente liberta, sejam crianças ou adultos, aquele que morreu pela remissão dos pecados originais e dos nossos pessoais, sem estar ele manchado com o pecado original ou pessoal.

Mas, por que liberta a uns e a outros não? Já dissemos uma e outra vez, e isto já nos causa aborrecimento; *Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?* (Rm 9,20). *São insondáveis seus juízos e impenetráveis seus caminhos* (Rm 11,33). E acrescentamos: *Não procures saber o que excede a tua capacidade, e não especules o que ultrapassa as tuas forças* (Eclo 3,22).

31. Percebeis, caríssimos, quão absurdo é e contrário à pureza e integridade da verdade o dizer que as crianças falecidas são julgadas de acordo com a previsão do que fariam, se continuassem a viver? Esta opinião, porém, que causa horror a todo espírito humano, principalmente cristão, dotado do mínimo de razão, foram impelidos a abraçar os que desejaram se distanciar do erro pelagiano, mas julgam que se deve crer e também divulgar pela discussão que a graça de Deus por Jesus Cristo nosso Senhor, a qual é a única que nos socorre depois da queda do primeiro homem, é-nos concedida

de acordo com nossos méritos.

O próprio Pelágio condenou esta doutrina perante os bispos orientais que o julgaram. Mas se não se pode dizer isto, ou seja, a respeito das obras dos falecidos, boas ou más, que haveriam de praticar se vivessem, e por isso se trata de obras inexistentes e não futuras na presciência divina, se não se pode dizer isto, repito, vedes em quanto erro está envolvido esta doutrina. Neste caso, resta confessar sem nenhum sinal de contestação que a graça de Deus é concedida não de acordo com nossos méritos, o qual a Igreja propugna contra a heresia pelagiana, e aceitar esta doutrina com sinceridade, sem sombra de dúvida, no tocante às crianças.

A fatalidade não obriga a Deus socorrer a umas crianças e a outras não, sendo comum a causa de ambas. Não vamos pensar que as coisas humanas, no que se refere às crianças, não são dirigidas pela providência divina, mas por causas fortuitas, pois se trata de condenar ou salvar almas racionais, e *nenhum pássaro cai em terra sem o consentimento de nosso Pai que está nos céus* (Mt 10,29). Não se deve também atribuir à negligência dos pais o fato de as crianças morrerem sem o batismo, sem nenhuma intervenção dos juízos divinos, como se as crianças, que morrem deste modo, tivessem escolhido deliberadamente pais descuidados dos quais viessem a nascer. Neste caso, o que dizer de uma criança que morre antes que possa ser socorrida pelo ministério de quem a pode batizar? Pois, muitas vezes os pais se apressam e os ministros estão preparados para a administração do batismo a uma criança, mas o sacramento não é conferido porque Deus não quer, já que não lhe conservou a vida por mais um pouco o suficiente para que lhe fosse conferido. O que dizer também perante o fato de Deus socorrer algumas vezes os filhos menores de pagãos, evitando-lhes a condenação, e não socorrer os filhos de cristãos? De qualquer forma o fato demonstra que *Deus não faz acepção de pessoas* (Rm 2,11), pois, em caso contrário, ele libertaria os filhos de seus servidores de preferência aos filhos dos inimigos.

CAPÍTULO XIII

À concessão da graça deve seguir a ação de graças

32. Como estamos tratando do *dom da perseverança*, pergunto: Por que Deus socorre a um moribundo não batizado, evitando que morra sem o batismo, e não socorre a um batizado prestes a pecar retirando-o antes deste mundo? A pergunta tem sentido a não ser que demos ouvidos àquele absurdo segundo o qual de nada adianta a alguém morrer antes de pecar, por que será julgado de acordo com os atos cuja prática Deus previu, se esse tal continuasse a viver. Quem é capaz de ouvir com paciência esta distorção tão contrária à pureza da fé? Quem a pode suportar? No entanto, são constrangidos a afirmá-la os que professam que a graça de Deus nos é concedida conforme nossos merecimentos.

Aqueles, porém, que, considerando o absurdo e a falsidade da afirmação, não querem professar que os falecidos são julgados de acordo com as obras, cuja prática Deus previu, se permanecessem com vida, não lhes fica outra alternativa senão negar o que a Igreja condenou nos pelagianos e fez com que o próprio Pelágio condenasse, ou seja, que a graça de Deus é concedida conforme nossos merecimentos. Isso porque estão vendo algumas crianças não batizadas serem levadas desta vida para a morte eterna e outras para a vida eterna tendo sido regeneradas; estão vendo os próprios batizados, uns partirem deste mundo perseverando até o fim, e outros são mantidos com vida até pecarem, os quais não teriam pecado, se fossem retirados do mundo antes de se mancharem; e estão vendo, finalmente, alguns cuja vida se prolonga até se converterem, os quais certamente pereceriam, se falecessem antes de voltar para Deus.

33. Todo este arrazoado demonstra que tanto para começar como para perseverar, a graça de Deus é

concessão não de acordo com nossos merecimentos, mas é uma dádiva conforme à sua oculta, justa e misericordiosa vontade. Pois, *os que predestinou, também os chamou* (Rm 8,30), com a vocação da qual está escrito: *Os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento* (Rm 11,29). Com relação a ninguém se pode asseverar que esteja enquadrado nesta vocação, a não ser depois de deixar esta vida: *A vida do homem sobre a terra é uma guerra* (Jó 7,1); e: *Aquele que julga estar em pé, tome cuidado para não cair* (1Cor 10,12).

Por isso, como já dissemos anteriormente (Cap. 8 n. 19), os que perseverarão estão misturados pela vontade providente de Deus com os que não perseverarão, a fim de que aprendamos a não nos presumir, mas, sentimo-nos solidários com os mais humildes (Rm 12,16), operemos nossa salvação com temor e tremor, pois é Deus quem opera em nós o querer e o operar, segundo a sua vontade (Fl 2,12-13). Portanto, nós queremos, mas é Deus quem opera em nós e nos leva a operar de acordo com sua boa vontade.

É mister que assim acreditemos e afirmemos. Isto deve indicar piedade e sinal da verdade, tornando-se uma confissão humilde e submissa e se dê tudo a Deus. Pensando, cremos; pensando, falamos; pensando, fazemos o que fazemos.

No tocante ao caminho da piedade e ao verdadeiro culto a Deus, não somos dotados de capacidade que possamos atribuí-lo a nós mesmos, mas é a Deus, do qual vem a nossa capacidade (2Cor 3,5). “Não estão em nosso poder nosso coração e nossos pensamentos” (*A fuga do mundo*, cap. 1), diz Santo Ambrósio, o qual diz também: “Quem é tão bem-aventurado que sempre esteja subindo para Deus em seu coração? Mas isto pode acontecer sem o auxílio divino? De forma alguma. Finalmente, a este mesmo respeito diz a Escritura: *Bem-aventurado o homem que de ti recebe auxílio, quando decide empreender viagens santas*” (Sl 83,6). Para proferir estas palavras, Ambrósio não somente contava com a fonte da Escritura, mas assim pensava em seu coração, como se pode deduzir sem nenhuma sombra de dúvida.

Portanto, o que se reza na celebração da Eucaristia: *Corações ao alto!* (prefácio) é dádiva do Senhor. E os fiéis são convidados a agradecer ao nosso Deus, quando do sacerdote vem o convite e respondem: *É nosso dever e nossa salvação*. Pois, como nosso coração não está em nosso poder para subir a Deus, mas é ajudado pelo seu auxílio, *cada um procure as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus* (Cl 3,1). A quem devemos agradecer por tão grande benefício senão ao Senhor nosso Deus, que nos escolheu mediante este benefício, libertando-nos do mar deste mundo, e predestinou-nos antes da criação do mundo?

CAPÍTULO XIV

*A doutrina da predestinação é compatível com a necessidade do ministério da pregação*²⁰

34. Mas alguns dizem: “A doutrina da predestinação é prejudicial à utilidade da pregação”. Como se fosse contrária à pregação do Apóstolo: O Doutor dos Gentios não proclamou tantas vezes a predestinação na fé e na verdade e por acaso desistiu de pregar a palavra de Deus? Por ter dito: *É Deus quem opera em vós o querer e o operar, segundo a sua vontade* (Fl 2,13), não exortou a querermos e a fazermos o que é do agrado de Deus? Ou por ter dito: *Aquele que começou em vós a boa obra há de levá-la à perfeição até o dia de Cristo Jesus* (Hb 1,6), deixou de aconselhar as pessoas a começar e a perseverar até o fim?

E o próprio Senhor ordenou aos homens que cressem, quando disse: *Crede em Deus, crede também em mim* (Jo 14,1), e nem por isso é falsa a sentença nem vã a afirmação, quando diz: *Ninguém pode vir a mim, ou seja, ninguém pode crer em mim, se isto não lhe for concedido pelo Pai* (Jo 6,66). Visto ser verdadeira esta afirmação, não é vão aquele preceito.

Portanto, por que julgamos a doutrina da predestinação, que a Escritura divina proclama, como prejudicial à pregação, aos mandamentos, à exortação e à correção, que aparecem tantas vezes na mesma Escritura?

35. Alguém atrever-se-á a dizer que Deus não sabia de antemão a quem daria a graça de crer ou os seguidores que daria a seu Filho para que nenhum deles se perdesse? (Jo 18,9). É claro que previu, assim como previu os seus benefícios, mediante os quais se digna libertar-nos.

Esta é a *predestinação dos santos* e não outra coisa, ou seja, a presciência de Deus e a preparação dos seus favores, com os quais alcançam a libertação todos os que são libertados. Os demais, porém, por um justo juízo divino, são abandonados na massa da perdição, onde foram abandonados os tírios e os sidônios, os quais também poderiam crer, se tivessem presenciado os maravilhosos sinais de Cristo. Mas como não lhes foi dado crer, foi-lhes negada a motivação da fé.

De tudo isto se conclui que alguns têm na própria natureza a divina dádiva da inteligência que os move à fé ou mediante a pregação ou a visão de sinais adequados à sua mente. Contudo, se, por um mais alto juízo de Deus, não são separados da massa da perdição pela graça da predestinação, não lhes aproveita nem a pregação nem os sinais divinos, mediante os quais poderiam crer se ouvissem a pregação ou presenciassem os sinais. Nesta mesma massa da perdição foram abandonados os judeus que não chegaram a crer nos grandes e evidentes milagres realizados em sua presença. O motivo pelo qual não chegaram a crer o evangelho não ocultou ao dizer: *Apesar de ter realizado tantos sinais diante deles, não creram nele, a fim de se cumprir a palavra dita pelo profeta Isaías: “Senhor, quem acreditou em nossa palavra? E o braço do Senhor, a quem foi revelado?”*. E por isso não puderam crer, pois diz Isaías novamente: *Cegou-lhes os olhos e endureceu-lhes o coração, para que seus olhos não vejam, seu coração não compreenda e não se convertam e eu não os cure* (Jo 12,37-40).

Portanto, os olhos dos tírios e sidônios não lhes tinham sido cegados e endurecido o coração como aos judeus; teriam crido, se tivessem visto os sinais presenciados pelos judeus. Mas nem a estes aproveitou o poder crer, visto que não eram predestinados por aquele do qual *são insondáveis seus juízos e impenetráveis os caminhos* (Rm 11,33); e nem àqueles teria prejudicado o não poder crer, se tivessem sido predestinados e Deus os iluminasse na sua cegueira e *quisesse retirar o coração de pedra* do seu endurecimento. Não obstante, o que o Senhor afirmou sobre os tírios e sidônios pode-se entender talvez de outro modo, ou seja: “Ninguém vem a Cristo, senão aquele a quem é dado”; e isto é concedido àqueles que *foram eleitos desde a criação do mundo* conforme confessa quem com ouvidos não surdos do coração ouve a palavra divina com os ouvidos corporais.

Contudo, esta predestinação, já explicada claramente com palavras evangélicas, não impede que as palavras do Senhor mencionadas há pouco se refiram ao começo da fé: *Crede em Deus, crede também em mim* (Jo 14,1) e à perseverança: *É mister orar sempre, sem jamais esmorecer* (Lc 18,1).

Ouvem estas palavras e as praticam aqueles *a quem é dado*; não as praticam, ouçam-nas ou não, aqueles *a quem não é dado*. Pois assim diz o Senhor: *A vós foi dado conhecer os mistérios do Reino dos Céus, mas a eles não* (Mt 13,11). A primeira parte refere-se à misericórdia, e a segunda ao juízo daquele ao qual diz nossa alma: *Eu cantarei a graça e a justiça a ti, Senhor* (Sl 100,1).

36. A pregação da fé perseverante e crescente não é inutilizada pela pregação da predestinação, pois aqueles a quem é dado ouçam o que é mister ouvir e obedeçam. *E como poderão ouvir sem pregador?* (Rm 10,14). Além disso, pela pregação da fé crescente e perseverante até o fim, não será anulada a pregação da predestinação, e assim, o que vive na fé e na obediência não se orgulha da mesma obediência, como se fosse um dom não recebido, mas *aquele que se gloria, se glorie no Senhor* (1Cor 1,31).

“De nada nos devemos gloriar porque nada é nosso.” É o que deduziu com toda fidelidade e o que esclareceu com segurança o mártir Cipriano, abrangendo na afirmação a predestinação, a qual tinha como certa. Pois, “se de nada nos devemos gloriar porque nada é nosso”, conseqüentemente não nos devemos gloriar da obediência perseverante, e não a devemos chamar nossa como se não nos fosse concedida. E ela é dom de Deus, o qual sabia de antemão que a haveria de dar aos seus chamados com a vocação da qual está escrito: *Os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento* (Rm 11,29), conforme confessa todo fiel cristão.

Com efeito, esta é a predestinação que nós ensinamos com fidelidade e humildade. No entanto, este Doutor e autor, que acreditou em Cristo e viveu com perseverança na santa obediência até o martírio por Cristo, não deixou de pregar o evangelho, de exaltar à fé, aos bons costumes e à própria perseverança até o fim, pois ele disse: “De nada nos devemos gloriar porque nada é nosso”. São palavras que proclamam, sem nenhuma dúvida, a verdadeira graça de Deus, ou seja, *a que nos é concedida não de acordo com nossos merecimentos*, e, porque Deus sabia previamente que a daria, fica sem dúvida configurada nestas palavras a predestinação. Se a predestinação não impediu a Cipriano a pregação da obediência, não há razão para que no-lo impeça.

37. Portanto, embora digamos que a obediência é dom de Deus, contudo exortamos as pessoas à sua prática. Mas àqueles que ouvem com espírito de obediência a exortação este dom de Deus foi outorgado, ou seja, o dom de ouvir com espírito de obediência; àqueles, porém, que não ouvem com este espírito, não foi concedido o dom. Pois, não foi qualquer um, mas o próprio Cristo quem disse: *Ninguém pode vir a mim, se isto não lhe foi concedido pelo Pai* (Jo 6,65), e *a vós foi dado conhecer os mistérios do Reino dos céus, mas a eles não* (Mt 13,11). Falando da continência, diz: *Nem todos são capazes de compreender essa palavra, mas só aqueles a quem é concedido* (Mt 19,11). E o Apóstolo, exortando os esposos à castidade conjugal, diz: *Quisera que todos os homens fossem como eu: mas cada um recebe de Deus o seu dom particular: um deste modo; o outro, daquele modo* (1Cor 7,7), mostrando claramente que não apenas a continência é dom de Deus, mas também o é a continência dos esposos.

Sendo tudo isto verdade, exortamos, não obstante, à prática destas virtudes, de acordo com o que a cada um é dado exortar, porque são dons de Deus e *estamos nas mãos dele, nós e os nossos discursos* (Sb 7,16). Daí o dizer do Apóstolo: *Segundo a graça que Deus me deu, como bom arquiteto, lancei o fundamento* (1Cor 3,10). E em outra passagem: *Cada um deles agiu segundo os dons que o Senhor lhe concedeu. Eu plantei, Apolo regou; mas era Deus quem fazia crescer. Assim, pois, aquele que planta, nada é; aquele que rega, nada é; mas importa somente Deus, que dá o crescimento* (1Cor 3,57).

Assim, como exorta e prega aquele que recebeu este dom, assim ouve com espírito de obediência o exortador e o pregador aquele que recebeu este dom. Daí que o Senhor, falando àqueles que tinham os ouvidos corporais abertos, dizia: *Quem tem ouvidos para ouvir, ouça* (Lc 8,8), e ele sabia que nem todos tinham. Mas de quem os recebem os que os têm, o próprio Senhor mostrou quando disse: *Dar-lhes-ei um coração (novo) e entenderão: ouvidos, e ouvirão* (Br 2,31). Portanto, ouvidos para ouvir significam o dom de obedecer e os que os tivessem, viessem àquele ao qual *ninguém vem, se isto não lhe for concedido pelo Pai* (Jo 6,65).

Portanto, exortamos e pregamos, mas os que têm ouvidos para ouvir, ouvem-nos com submissão; porém os que não têm, acontece com eles o que está escrito: *Ouvem sem ouvir nem entender* (Mt 13,13); ou seja, ouvem com o sentido do corpo, não ouvem com o assentimento do coração.

Por que uns têm ouvidos para ouvir e outros não os têm, isto é, por que a uns foi concedido pelo Pai vir a Cristo e a outros não? *Quem conheceu os pensamentos do Senhor? Ou quem foi seu*

conselheiro? (Rm 11,34) Ou: *Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?* (Rm 9,20).

Por este motivo, pergunto eu, haveremos de dizer que não é assim o que reconhecemos que é assim, porque não descobrimos o porquê do que seja assim?

CAPÍTULO XV

A correção pública não destrói a verdade sobre a predestinação

38. Conforme me informais na carta, esses irmãos dizem: “Ninguém é estimulado pela correção, se ela é feita publicamente na igreja na presença de muitos ouvintes, dizendo-se: “O estabelecido pela vontade de Deus a respeito da predestinação é de tal sorte que alguns de vós, recebida a vontade de obedecer, passaram da infidelidade para a fé ou permanecem na fé mediante a perseverança. Mas os demais, que jazem no prazer do pecado, ainda não vos levantastes, porque não vos ergueu o socorro da graça misericordiosa. Contudo, se alguns ainda não foram chamados, mas sua graça os predestinou a ser eleitos, recebê-la-eis e ela vos levará a querer e sereis eleitos. E se outros, que prestam obediência, se são predestinados a ser recusados, ser-vos-ão retiradas as forças para obedecer e, assim, deixareis de obedecer”.

Esta exortação não nos deve dissuadir de confessar a verdadeira graça de Deus, ou seja, a que nos foi concedida não em atenção aos nossos méritos, e de professar a predestinação em conformidade com ela. E não nos deve dissuadir também de confessar a presciência de Deus, se alguém dela falar ao povo, dizendo: “Quer vivaís agora retamente ou não, sereis depois tais como Deus previu que sereis no futuro, ou bons, se sois bons, ou maus, se sois maus”.

Estaria eivada de falsidade a doutrina concernente à predestinação, se, ouvindo a última exortação, alguns se entregarem à indolência e à inércia, e de laborioso passarem a se envolver em libertinagens, dando vazão à sua concupiscência? Se Deus previu que serão bons, não o serão por mais pecadores que agora sejam? Se, porém, previu que serão maus, não serão maus, por melhores que se mostrem agora?

Em nosso mosteiro, houve um religioso que, ao ser indagado pelos irmãos por que fazia o que não devia e não fazia o que devia, tinha esta resposta: “O que quer que eu seja agora, serei no futuro, tal como Deus previu que serei”. O que dizia era verdade, mas não lhe valeu para progredir no bem. Pelo contrário, de tal modo avantajou-se no erro que, abandonando a comunidade, procedeu como o *cão que retorna ao vômito, e não sabemos o que será dele.*

Haveremos de negar ou calar o que se deve dizer sobre a presciência de Deus por causa de tais pessoas, principalmente se houver o perigo de queda em outros erros, omitindo-nos no ensinamento?

CAPÍTULO XVI

A proclamação da verdade é necessária ainda que nem todos entendam

39. Há alguns que ou não rezam ou rezam sem fervor porque aprenderam do Senhor que ele sabe o que nos é necessário, antes que o peçamos (Mt 6,8). Neste caso, será preciso minimizar esta sentença ou apagá-la do evangelho por causa dos que assim procedem? Pelo contrário, pois consta que Deus concede algumas coisas, como o início da fé, até aos que não pedem, e outorga outras aos que rogam, como é a perseverança até o fim. Aquele, porém, que pensar poder perseverar por suas próprias forças, não reza para alcançá-la. Portanto, devemos tomar cuidado para que, por temor a que se arrefeça a exortação, não venha a extinguir-se a oração e se acender a soberba.

40. Proclamamos, portanto, a verdade principalmente quando alguma questão urge ser proclamada e

a entendam os que têm capacidade. Não aconteça que, ao nos calar por causa dos que não podem compreendê-la, não somente não sejam defraudados pela verdade, mas também enredados pela falsidade os que podem entender a verdade, a qual os previne da falsidade.

É fácil e até útil calar alguma verdade devido aos incapazes, como se deduz das palavras do Senhor: *Tenho ainda muito a vos dizer, mas não podeis compreender agora* (Jo 16,12); e das palavras do Apóstolo: *Não vos pude falar como a homens espirituais, mas somente como a homens carnis, como a crianças em Cristo. Dei-vos a beber leite, não alimento sólido, pois não podíeis suportar. Mas nem mesmo agora podeis* (1Cor 3,1).

Adotando-se certo modo de dizer as coisas pode acontecer que as palavras sejam leite para as crianças e alimento sólido para os adultos, como, por exemplo: *No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus* (Jo 1,1). Qual o cristão que pode calar esta verdade? Quem é capaz de compreendê-la? Ou que de mais sublime se pode encontrar na doutrina cristã? Contudo não se a cala tanto às crianças como aos adultos, e os adultos não a escondem das crianças.

Mas há razões para calar a verdade e há ocasiões em que há necessidade de dizer a verdade. Investigar e enumerar todos os motivos seria prolixo. Contudo um deles é evitar tornar piores os que não a entendem ao querermos instruir os que a compreendem, os quais, ao lhes ocultar algo, não os torna mais instruídos, mas também não os faz piores. Quando, porém, o assunto é tal que, se dissermos a verdade, prejudica os que não têm capacidade de o compreender e, calando-nos, prejudicamos os que têm capacidade, o que fazer neste caso? Não é preferível dizer a verdade e quem a puder compreender, a compreenda, a ocultá-la de modo que ambos não a compreendam e o que tem capacidade se torne pior? Ainda mais; aquele que ouve e compreende, tem condições de ensinar a outros muitos, pois, quanto mais capaz é alguém de aprender, muito mais idôneo se torna para a outros ensinar.

Os inimigos da graça ameaçam e insistem de todos os modos no sentido de levar as pessoas a acreditar que ela nos é concedida de acordo com nossos merecimentos, e assim a graça não seja mais graça (Rm 11,6). E não vamos dizer o que podemos dizer com testemunhos da Escritura? Tememos que, ao dizê-lo, ofendamos quem não é capaz de entender a verdade e não receamos que, calando-nos, seja levado ao erro aquele que a pode compreender?

41. Ou se há de reconhecer a doutrina da predestinação como a proclama com evidência a santa Escritura, ou seja, nos predestinados os dons e a vocação de Deus são irreversíveis, ou se há de confessar a concessão da graça de Deus de acordo com nossos merecimentos, como afirmam os pelagianos. Esta doutrina, porém, foi condenada oralmente pelo próprio Pelágio conforme lemos nas atas dos bispos orientais. Esses irmãos, por cuja causa escrevemos, distam tanto do veneno herético que, embora não queiram confessar ainda serem predestinados os que se submetem à graça de Deus e perseveram, contudo confessam que a graça antecede a vontade daqueles a quem é dada. No entanto, não acreditam na doação gratuita da graça, como ensina a Verdade, mas professam a doação dela de acordo com os méritos da vontade precedentes, como divulga o erro pelagiano colocando-se contra a Verdade.

Portanto, a graça antecede a fé; em caso contrário, se a fé antecede a graça, não há dúvida de que a vontade a precede, pois a fé não pode existir sem a vontade de crer. Mas se a graça antecede a fé, porque precede a vontade, conseqüentemente precede toda obediência, precede também a caridade, mediante a qual se presta a Deus uma obediência submissa e suave. E isto é obra da graça em quem é concedida.

A pregação concernente à fé e à perseverança nela não prejudica a pregação sobre a predestinação

Resta ainda a perseverança até o fim nestes bens, a qual será objeto inútil na petição ao Senhor, se não é ele seu autor por meio da graça em favor daquele cujas orações ouve. Neste caso, vede quanto dista da verdade o negar que a perseverança até o fim desta vida seja dom de Deus, pois faz terminar esta vida quando quiser e, se este fim chegar antes de uma queda iminente, ele faz o homem perseverar até o fim. E quando concede esta graça a crianças, que são incapazes de cultivar a virtude da obediência para a receber, é mais admirável e evidente para os fiéis a liberalidade de Deus.

Portanto, quando Deus concede estes seus dons a quem quer que seja, sem dúvida sabia de antemão que os haveria de conceder e na sua presciência os preparou. *Os que predestinou, também os chamou* (Rm 8,30), com a vocação que não me canso de lembrar e da qual está escrito: *Os dons e vocação de Deus são sem arrependimento* (Rm 11,29). Com efeito, no dispor suas obras futuras em sua presciência, infalível e imutável, consiste a predestinação, e não em outra coisa.

Assim com aquele que ele previu que viveria na castidade, embora não o tenha por certo, comporta-se para ser casto, também aquele que ele predestinou para ser casto, embora não o tenha por certo, nem por isso deixará de se comportar para ser casto pelo fato de ouvir que será o que será por um dom de Deus. Além disso, sua caridade se alegra e não se ensoberbece, como se não tivesse recebido (1Cor 13,4). Conseqüentemente, ele não se vê impedido de praticar a virtude pelo fato de se ensinar a predestinação e ainda recebe ajuda para que, quando se gloriar, glorie-se no Senhor.

42. O que afirmei sobre a castidade pode-se afirmar também com toda verdade a respeito da fé, da piedade, da caridade, da perseverança, numa palavra, de toda obediência com que obedecemos a Deus. Mas aqueles que atribuem à nossa capacidade o início da fé e a perseverança final e não os considera dons de Deus e não admitem que ele age em nossos pensamentos e vontade para os possuir e conservar, mas reconhecem que ele concede os demais dons quando lhe são impetrados pela fé do que já crê, por que não temem a inutilidade da exortação e da pregação das demais virtudes ao se ensinar a definição de predestinação? Será talvez porque não consideram predestinada a prática destas virtudes? Se assim é, Deus não sabia de antemão que as concederia? Pois, se são concedidas e Deus previu que as concederia, conseqüentemente são predestinadas.

Portanto, se eles exortam as pessoas à vivência da castidade, da caridade, da piedade e das demais virtudes, que confessam serem dons de Deus e são previstas por ele e por isso não podem negar que são predestinadas, não devem dizer também que suas exortações são inutilizadas pelo ensinamento da predestinação de Deus. Tampouco deve ser obstáculo a presciência de Deus no tocante a estes seus dons futuros. Assim percebam que suas exortações à fé é à perseverança não são inúteis, se consideram estas virtudes como dons de Deus, como de fato são, e por ele sabidas de antemão, ou seja, se confessam que foram predestinadas para ser concedidas. O que pode ser anulado e revogado por este ensinamento da predestinação é somente o pernicioso erro segundo o qual a graça de Deus nos é concedida de acordo com nossos méritos induzindo aquele que *se gloria a gloriar-se não no Senhor, mas em si mesmo* (1Cor 1,31).

43. Para explicar tudo isto com mais clareza aos que têm mais dificuldade de compreensão, perdoem-me a repetição os mais dotados de inteligência. Diz o apóstolo Tiago: *Se alguém dentre vós tem falta de sabedoria, peça a Deus que a concede generosamente a todos, sem impropérios, e ela ser-lhe-á dada* (Tg 1,5). Está escrito também nos Provérbios de Salomão: *Porque o Senhor é quem dá a sabedoria* (Pr 2,6). E sobre a continência se lê no livro da Sabedoria, em cuja autoridade se apoiaram grandes e doutos varões, tratadistas das Escrituras divinas muito anteriores a nós: *Eu sabia que não podia obter a sabedoria* (continência), *se Deus não ma desse, e isto já era um efeito*

da sabedoria, o saber de quem vinha este dom (Sb 8,21).

Estes dons, portanto, ou seja, a sabedoria e a continência entre outros, procedem de Deus. Esses nossos irmãos concordam com esta afirmação, pois não são pelagianos e não contradizem esta transparente verdade com belicosa e herética maldade. Mas dizem: “Para recebermos estes dons, precede a súplica da fé, a qual começa em nós”, dizendo com isto que tanto o começo da fé como o nela perseverar não recebemos do Senhor. Com isto fica bem caracterizada a contradição com o Apóstolo, que diz: *Que é que possuis que não tenhas recebido?* (1Cor 4,7). Contradiz também o mártir Cipriano, que assevera: “De nada nos devemos gloriar, porque nada é nosso” (*A Quirino*, liv. III, cap. 4).

Depois de dizer tudo isto e muitas outras coisas, que nos causa aborrecimento repetir, depois de mostrar que o início da fé e a perseverança final são dons de Deus e que Deus não pode conhecer de antemão seus dons futuros e os que há de conceder e a quem, e que são predestinados por ele os que liberta e coroa, depois de dizer tudo isto, repito, esses irmãos consideram ser uma forte objeção esta resposta: “A doutrina da predestinação prejudica a utilidade da pregação, porque, tendo-a ouvido, ninguém despertará pelos estímulos da correção”. Ao dizer isto, não querem ensinar ser dom de Deus o abraçar a fé e nela permanecer, evitando favorecer nos ouvintes mais o desespero do que a exortação, visto que pensam ser incerto à ignorância humana a quem Deus outorga estes dons e a quem não outorga. Por que então ensinam como nós que a sabedoria e a continência são dons de Deus? Pois, ensinando estas virtudes como dons de Deus, não será inútil a exortação que nos pode levar a ser sábios e continentos? Qual a razão para considerar inútil a exortação que nos aconselha a abraçar a fé e nela perseverar até o fim, se estes dons também procedem de Deus, como o comprovam suas testemunhas as Escrituras?

44. Deixando de lado a continência e tratando agora apenas da sabedoria, lembramos o que diz o apóstolo Tiago: *A sabedoria que vem do alto é, antes de tudo, pura, depois pacífica, indulgente, conciliadora, cheia de misericórdia e de bons frutos, isenta de parcialidade e de hipocrisia* (Tg 3,17). Não vedes que a sabedoria desce do Pai das luzes acompanhada de tão inestimáveis bens? Pois, como ele mesmo diz: *Todo dom perfeito e toda dádiva perfeita vêm do alto, descendo do Pai das luzes* (Tg 1,17).

Por que, omitindo outras virtudes, corrigimos os impuros e contenciosos, aos quais pregamos que a sabedoria pudica e pacífica é dom de Deus e não tememos que, movidos pela incerteza da vontade divina, encontrem nesta pregação mais desespero que exortação? E não tememos que se voltem contra nós e não contra si mesmos porque corrigimos os que não possuem estes dons, que dizemos não depender de nossa vontade, mas ser concessão da divina liberalidade? Por que, finalmente, a pregação desta graça não dissuadiu o apóstolo Tiago de corrigir os turbulentos e dizer: *Se tendes inveja amarga e preocupações egoísticas no vosso coração, não vos orgulheis nem mintais contra a verdade, porque esta sabedoria não vem do alto, antes, é terrena, animal e diabólica. Com efeito, onde há inveja e preocupação egoísticas, aí estão as desordens e toda sorte de más ações* (Tg 3,14).

Portanto, assim como os turbulentos necessitam de correção, conforme testemunho da Palavra divina e esses irmãos fazem conosco, e isto não inutiliza a correção chamada “sabedoria pacífica” pela qual os contenciosos são repreendidos e curados e que ensinamos ser um dom de Deus, assim também necessitam de correção os infiéis ou os que não permanecem na fé, sem que ela seja prejudicada pela pregação da graça de Deus, que estabelece como dons de Deus tanto a fé como a permanência nela. Isso porque, embora a sabedoria se obtenha pela fé, de acordo com as palavras do mesmo Tiago: *Se alguém dentre vós tem falta de sabedoria, peça-a a Deus que a concede*

generosamente a todos, sem impropérios, e ela ser-lhe-á dada (Tg 1,5), contudo logo acrescentou: *Contanto que peça com fé, sem duvidar*. O que não quer dizer que, se a concessão precede o pedido àquele que a dá, nem por isso deixa de ser dom de Deus para ser algo nosso, pelo fato de nos ser concedida não a tendo implorado. Pois o Apóstolo afirma com clareza: *Aos irmãos, paz, amor e fé da parte de Deus, o Pai, e do Senhor Jesus Cristo* (Ef 6,23). Portanto, de quem procedem a paz e o amor procede também a fé e por isso lhe pedimos não somente o seu crescimento em favor dos que a possuem, como também a imploramos para os que não a possuem.

45. Os irmãos que ocupam nossa atenção, cujas vozes se elevam bradando que a exortação é inutilizada pela pregação da predestinação e da graça, limitam-se a exortar aos dons que, segundo eles, não são concedidos por Deus, mas são adquiridos pela nossa competência, como o são o início da fé e a perseverança nela até o fim. Isto os levaria a exortar somente os infiéis à fé e os fiéis a conservá-la. Aquelas virtudes, porém, que, como nós, não negam dons de Deus, e assim destroem conosco o erro pelagiano, tais como a pureza, a continência, a paciência e outras que revelam a retidão de vida e são imploradas do Senhor, dever-se-ia ensinar a necessidade de pedi-las, e pedi-las cada um para si ou para outros, mas não se deveria exortar alguém a adquiri-las e conservá-las. Contudo, ao exortar à prática delas, conforme se possa, e confes-sar a necessidade da exortação, revelam com evidência que nossas exortações não são prejudicadas pela pre-gação, seja para a fé, seja para a perseverança, porque ensinamos que tais virtudes são também dons de Deus e que são concedidas não por cada um a si mesmo, mas por Deus.

46. Mas dizem: “As pessoas abandonam a fé por culpa própria ao ceder à tentação e nela consentir, a qual os incita a desertar da fé”. Quem nega isto? Mas nem por isso se há de dizer que a perseverança na fé não seja dom de Deus. Pois diariamente a pede aquele que reza: *E não nos exponhas à tentação* (Mt 6,13). Se é ouvido, alcança-o, e, ao pedir todos os dias a perseverança, é sinal de que põe não em si mesmo, mas em Deus, a esperança de sua perseverança.

Não quero, porém, exceder-me em palavras, mas deixo para sua reflexão as palavras de cuja verdade se convenceram: “A pregação da predestinação traz para os ouvintes mais desespero que exortação”. Isto é o mesmo que dizer que nesse caso o homem desespera-se de sua salvação quando aprende a pôr sua esperança não em si mesmo, mas em Deus; contra isto o profeta clama: *Maldito o homem que confia no homem* (Jr 17,5).

47. Estes dons de Deus, concedidos *aos eleitos chamados segundo o desígnio divino* e que consistem em começar a crer e perseverar na fé até o término desta vida, como provamos com tantos testemunhos de razão e de autoridade, estes dons de Deus, repito, se não existe a predestinação defendida por nós, não são conhecidos de antemão por Deus. Mas são conhecidos, e esta é a predestinação que ensinamos.

CAPÍTULO XVIII

A predestinação é indicada muitas vezes na Escritura com o nome de presciência

Eis o motivo pelo qual a predestinação é indicada algumas vezes com o nome de presciência, como diz o Apóstolo: *Não repudiou Deus o seu povo que de antemão conhecera* (Rm 11,2). Estas palavras “conhecera de antemão” têm o significado de “predestinara”, conforme revela o contexto. Ele falava do resto dos judeus que havia sido salvo, perecendo os demais. Pois dissera antes que o profeta se referisse a Israel, ao dizer: *O dia todo estende as mãos a um povo desobediente e rebelde* (Rm 10,21; Is 65,2). E, como se alguém respondesse: “Onde se fizeram as promessas de Deus a Israel?”, acrescentou a seguir: *Pergunto então: “Não teria Deus, porventura, repudiado seu povo?”*. De modo algum! Pois eu também sou israelita, da descendência de Abraão, da tribo de

Benjamim (Rm 11,1). Como se dissesse: “Pois eu sou do mesmo povo”. E acrescentou em seguida a sentença à qual nos referimos há pouco: *Não repudiou Deus seu povo que de antemão conhecera* (Rm 11,2).

E revelando que o resto foi salvo pela graça de Deus, disse em seguida: *Ou não sabeis o que diz a Escritura a propósito de Elias, como ele interpela a Deus contra Israel...?* Mas que resposta lhe deu o oráculo divino? *Reservei para mim sete mil homens que não dobraram o joelho a Baal* (Rm 11,4; 1Rs 19,18). Não diz: “Foram-me reservados” ou “Reservaram-me”, mas *Reservei para mim*. Assim, pois, conforme a sentença, neste tempo formou-se o resto por eleição da graça. Se é pela graça, não é pelas obras, *do contrário, a graça não é mais graça* (Rm 11,5). E concluindo, depois de haver aduzido o anterior: *Que concluir? Aquilo a que tanto aspira, Israel não conseguiu: conseguiram-no, porém, os escolhidos. E os demais ficaram endurecidos* (Rm 11,7).

Por esta escolha e por este resto feitos por eleição da graça, o Apóstolo quis dar a entender o povo que por isso não foi repudiado por Deus, porque ele o previu. Esta é a eleição pela qual *os escolheu em Cristo antes da fundação do mundo para serem santos e imaculados e irrepreensíveis diante dele no amor, predestinando-os para serem seus filhos adotivos* (Ef 1,4). Portanto, a todo aquele que compreende o sentido desta afirmação não lhe é lícito negar ou duvidar que o Apóstolo quis significar a predestinação, onde diz: *Não repudiou Deus seu povo que de antemão conhecera*. Conheceu, pois, previamente o resto que formaria conforme a eleição da graça. Isto é, portanto, o sentido de “predestinou”; sem dúvida, conheceu previamente, se predestinou; e ter predestinado é ter sabido de antemão o que faria.

CAPÍTULO XIX

Confirmação da doutrina pelos testemunhos dos Santos Cipriano, Ambrósio e Gregório

48. Quando lemos em alguns comentadores da palavra de Deus o termo “presciência” como sinônimo de vocação dos eleitos, o que nos impede de entendê-lo como predestinação? Talvez tenham preferido usar o termo devido à sua mais fácil compreensão e, por outro, não é incompatível, mas coincide com a verdade ensinada a respeito da predestinação da graça. O que sei é que ninguém conseguiu discorrer contra esta predestinação, que defendemos de acordo com as santas Escrituras, a não ser incorrendo em erro.

Contudo, creio que aos desejosos de saber a opinião dos comentadores a respeito da questão deve ser suficiente conhecer o que pensam Cipriano e Ambrósio, varões santos pela fé e conhecidos sobejamente em toda a parte pela doutrina cristã que professam. A opinião deles deve ser suficiente para ambas as coisas, ou seja, por um lado, para provar a gratuidade da graça nos moldes em que é objeto de fé e de anúncio, a fim de que assim creiam e anunciem, e, por outro lado, para que opinem que o anúncio neste sentido não é contrário à pregação de que nos servimos para exortar os indolentes e corrigir os maus. Ao anunciarem a graça de Deus, um deles dizia: “De nada nos devemos gloriar, porque nada é nosso” (Cipriano: *A Quirino*, 1.III, cap. 4); e o outro afirmava: “Nosso coração e nossos pensamentos não estão sob o nosso poder” (Ambrósio, *A fuga do mundo*, cap. 1). Apesar de assim pensarem, não desistiram de exortar e corrigir os fiéis no cumprimento dos preceitos divinos.

E não tinham receio de que alguém lhes dissesse: “Por que nos exortais? Por que nos corrigis? Se o bem que temos não é nosso e se o nosso coração não está sob o nosso poder?”. Não tenham esta objeção, pois aqueles santos dispunham de mentalidade que os fazia compreender que a muito poucas pessoas foi concedido sem nenhuma pregação e que recebessem por meio do próprio Deus ou dos anjos dos céus a doutrina da salvação, enquanto a muitos foi dado crer em Deus por meio de outras

pessoas. Contudo, de qualquer modo que se anuncie a palavra de Deus ao ser humano, sem nenhuma sombra de dúvida é dom de Deus, com a qual a ouve e chegue a obedecer-lhe.

49. Os acima mencionados versadíssimos comentadores das Santas Letras ensinaram a verdadeira graça de Deus, como deve ser ensinada, ou seja, a que não é precedida por nenhum merecimento humano; não cessaram de exortar ao cumprimento dos preceitos divinos, a fim de que os possuidores do dom da onipotência ouvissem a que preceitos deviam obedecer. Se algum merecimento nosso antecede a graça, será merecimento de alguma ação ou de alguma palavra ou de algum pensamento, o que implica vontade submissa. Mas com poucas palavras abrangeu toda espécie de merecimento aquele que disse: “De nada nos devemos gloriar, porque nada é nosso”. E aquele que disse: “Nosso coração e nossos pensamentos não estão sob o nosso poder”, não deixa lugar nem às ações nem às palavras, pois não há palavra ou ação humanas que não procedam do coração e do pensamento.

O que mais podia fazer o glorioso mártir e brilhante Doutor Cipriano do que recomendar-nos no comentário à Oração do Senhor a necessidade de orar também pelos inimigos da fé cristã? E no mesmo comentário mostrou o que pensar sobre o início da fé, por ele considerado como dom de Deus, e revelou que a Igreja ora todos os dias pela perseverança final porque somente Deus a concede aos que perseverarem. Ao explicar as palavras do evangelho de Lucas: *A mim também me pareceu* (Lc 1,3), o bem-aventurado Ambrósio diz: “Não pareceu somente a ele o que declara ter-lhe parecido. Pois não pareceu somente à vontade humana, mas conforme agradou àquele que fala em mim, Cristo, o qual faz com que o bem possa parecer bem também a nós, já que *ele se compadece e chama*. E assim, quem segue a Cristo, ao ser interrogado, pode responder acerca do porquê quis ser cristão. *A mim também me pareceu*. Ao se expressar assim, não nega que tenha sido do parecer de Deus, *pois a vontade dos homens é preparada por Deus* (Pr 8 seg. LXX). A honra que o santo presta a Deus é graça de Deus”. (Ambos os comentários sobre Lucas, no proêmio.)

Além disso, na mesma obra, ou seja, nos comentários sobre o evangelho de Lucas, ao chegar àquela passagem em que os samaritanos não quiseram receber o Senhor, que se dirigia a Jerusalém, diz: “Observa que não quis ser recebido pelos que não estavam sinceramente convertidos; se tivessem querido, teria convertido em seus seguidores os não-seguidores. A razão pela qual não o receberam foi registrada pelo evangelista que diz: *Porque caminhava para Jerusalém* (Lc 9,53). Mas os discípulos desejavam ser recebidos na Samaria, mas Deus *chama os* que digna chamar e santifica a quem quer” (Ambr. VII Ib 27 do proêmio). O que podemos pedir de mais evidência e precisão a estes comentadores da palavra de Deus, se encontramos prazer em ouvir deles o que está claro nas Escrituras?

Mas a estes dois, que deveriam ser suficientes, acrescentamos um terceiro, São Gregório (Nazianzeno), que atesta ser dom de Deus o crer em Deus e confessar o que cremos. Ele diz: “Peço-vos: confessai a Trindade em um só Deus e, se preferis, dizei Trindade em uma só natureza, e rogaremos a Deus que vos dê a voz pelo Espírito Santo” (Gregório Nazianzeno, *Orat. 44 para o Pentecostes*). Quis dizer: Rogaremos a Deus que se digne dar-vos a voz com a qual possais confessar o que credes. Dará, sem dúvida, estou certo, pois o que concedeu a primeira concederá o segundo, ou seja, o que outorgou a fé, outorgará o professá-la.

50. Tais e tão ilustres doutores, segundo os quais nada há de que nos gloriarmos, com relação ao que Deus nos deu, como se fosse nosso; nosso coração e nossos pensamentos não estão sob o nosso poder; tudo pertence a Deus confessando que dele recebemos tudo para nos voltarmos para ele perseverando, a fim de que nos pareça bom o que é bom e honremos a Deus e recebamos a Cristo, para que de infieis nos tornemos devotos e religiosos, e assim creiamos na Trindade e confessemos com a voz o que cremos, tais e tão ilustres doutores, repito, atribuem tudo isto à graça de Deus e o

reconhecem como dádivas divinas e atestam que nada procede de nós, mas dele para nós.

Haverá alguém que diga que tais doutores, ao confessar assim a graça de Deus, atrevem-se a negar sua presciência, a qual professam não somente os doutros, mas também os ignorantes? Pois, se sabiam que Deus é de tal modo o autor destes dons que não ignoravam que Deus sabia de antemão que os daria e a quem os daria, não há dúvida de que conheciam a predestinação que, pregada pelos apóstolos, defendemos laboriosa e diligentemente contra os novos hereges. E aos apóstolos, que pregavam a obediência e exortavam com fervor a sua prática de acordo com a possibilidade de cada um, não se poderia dizer: “Se não quereis que a obediência, a cuja prática nos entusiasmais, se esfrie em nossos corações, não nos faleis dessa graça de Deus pela qual confessais que Deus nos concede o que exortais que pratiquemos”.

CAPÍTULO XX

Doutrina da graça pelo autor anterior ao pelagianismo

51. Se os apóstolos, e também os doutores da Igreja que lhes sucederam e imitaram, ensinavam ambas as coisas, ou seja, pregavam a graça de Deus, que não é concedida de acordo com nossos méritos, e encareciam a obediência piedosa aos preceitos da salvação, por que esses nossos irmãos, apesar da força invencível da verdade, julgam poder afirmar: “Se é verdade o que se ensina no tocante à predestinação dos favores divinos, não se deve pregá-la ao povo”.

Deve-se pregá-la, sim, e *quem tem ouvidos para ouvir, ouça* (Lc 8,8). E quem os tem, recebeu-os daquele que disse: *Dar-lhes-ei um (novo) coração, e entenderão; ouvidos, e ouvirão* (Br 2,31). Quem não os recebeu, rechace-os; mas o que entende, tome e beba, beba e viva.

Assim como é necessária a pregação acerca da piedade, a fim de que Deus seja cultuado como convém por aquele que tem ouvidos para ouvir, assim é necessária a pregação no tangente à pureza para aquele que, tendo ouvidos para ouvir, não peque contra esta virtude, e também a respeito da caridade, a fim de que ame a Deus e o próximo aquele que tem ouvidos para ouvir. Ensine-se também a predestinação dos favores divinos e, assim, o que tem ouvidos para ouvir, glorie-se no Senhor e não em si mesmo.

52. Admiro-me sobremaneira ao verificar que esses irmãos digam não ser necessária uma discussão concernente a assunto tão incerto que vem perturbar tantos corações de pessoas menos dotadas, ao considerar que, com não menos proveito, a fé católica foi defendida sem este ensinamento a respeito da predestinação, seja contra outros hereges, seja principalmente contra os pelagia-nos, em livros de tantos escritores e também nos nossos.

Tenham em conta, respondo eu, sem falar de obras alheias, os nossos livros escritos e publicados antes que surgisse a heresia pelagiana. Em suas páginas verão muitas passagens nas quais, sem saber, destruíamos a futura heresia pelagiana ao ensinar a graça pela qual Deus nos livra de nossos males, erros e costumes, sem a existência de méritos anteriores, realizando-o pela sua gratuita misericórdia. O meu conhecimento exato sobre o assunto teve início na dissertação que escrevi a Simpliciano, bispo de Milão, de feliz memória, no princípio do meu episcopado, quando tive certeza e afirmei que o começo da fé é também dom de Deus.

53. Das minhas obras, qual obteve maior divulgação e aceitação que os livros de minhas *Confissões*? Tendo-os publicado antes do surgimento da heresia pelagiana, em suas páginas, com certeza e sempre, repeti a respeito de nosso Deus: *Concede-me aquilo que ordenas e ordena o que quiseses* (Liv. X, cap. 19 31-37). Certa vez, com um irmão e colega no episcopado, como tivesse mencionado estas palavras na presença de Pelágio, não pôde suportá-las e, contradizendo-as um tanto excitado, quase foi às vias de fato com quem as lembrou.

Mas, o que Deus manda em primeiro lugar e principalmente, senão que nele acreditemos? Portanto, ele nos outorga a fé, se lhe dissermos de coração: “Concedei-me o que ordenais”. E nos mesmos livros, onde narro a minha conversão, convertendo-me Deus à fé que combatia com infeliz e furiosa tagarelice, não vos lembrais que a narrativa mostrou o perdão recebido pelas sinceras e diárias lágrimas de minha mãe para não chegar a perder-me? Desse modo proclamei que Deus faz chegar à fé pela sua graça as vontades humanas, não somente as afastadas da fé virtuosa, mas também as rebeldes a essa fé? Além disso, vós sabeis e podeis examinar como roguei a Deus para eu crescer na perseverança. Portanto, todos os dons de Deus, que eu desejei e engrandeci na mesma obra, quem se atreve, não digo a negar, mas pelo menos a duvidar que Deus sabia de antemão que os daria e não podia saber menos a quem os daria?

Esta é a predestinação dos santos, manifesta e certa, a qual a necessidade veio obrigar-me a defender posteriormente com empenho e diligência contra os pelagianos. Aprendemos que cada uma das heresias propõe para a Igreja questões diferentes contra as quais ela se defende pela Escritura divina com mais empenho do que se nenhuma necessidade a obrigasse. Pois o que nos obrigou a defender com mais minúcia e clareza as passagens das Escrituras, que falam da predestinação, senão a doutrina dos pelagianos, segundo a qual, a graça nos é concedida de acordo com nossos méritos, o que é a total negação da graça?

CAPÍTULO XXI

Confirma a doutrina com alusões a obras anteriores

54. Conseqüentemente, para eliminar esta doutrina, que é do desagrado de Deus e inimiga de seus favores gratuitos que nos libertam, defendemos serem dons de Deus o começo da fé e a perseverança nela até o fim conforme as Escrituras, das quais mencionamos muitos testemunhos. Se dissermos que o início da fé é de nossa iniciativa e assim com ele mereçamos receber os demais dons de Deus, os pelagianos deduzem daí que a concessão da graça é de acordo com nossos merecimentos. Esta conclusão de tal modo a fé católica a repudiou que, receando ser condenado, o próprio Pelágio a condenou. Do mesmo modo, se dissermos que a perseverança depende de nós e não do Senhor, eles respondem que, assim como o fim, o começo da fé depende de nós. E argumentam dizendo que com mais razão depende de nós o início da fé, se o poder perseverar está em nosso poder, visto que significa muito mais progredir do que começar. Assim concluem que a graça de Deus nos é concedida de acordo com nossos méritos. Mas se ambas as coisas são dons de Deus, ele sabia na sua presciência que daria estes dons (quem se atreverá a negá-lo?), conseqüentemente se deve pregar a predestinação e defender com inexpugnável fortaleza a verdadeira graça de Deus, a saber: a que não é outorgada de acordo com nossos merecimentos.

55. Na obra intitulada *A correção e a graça*, que ainda não chegou às mãos de todos os meus leitores, creio que de tal modo afirmei ser dom de Deus também a perseverança final que, se a memória não me falha, nunca ou quase nunca escrevi sobre o assunto de modo tão expresso e com tanta clareza. Mas não fui o primeiro a ensinar a doutrina. O bem-aventurado Cipriano, como já demonstramos, explicou-a nas petições da Oração do Senhor e nos dizia que na primeira pedíamos perseverança, pois afirma que rezamos assim: *Santificado seja o teu nome* (Mt 6,9). Isto quer dizer que já fomos santificados pelo batismo e desse modo pedimos a perseverança no estado em que começamos a ser dignificados.

Vejam esses irmãos, que me apreciam e a quem não devo ser ingrato, e que, como me comunicais, professam acolher todos os meus ensinamentos com exceção da questão em pauta, veja, repito, se ficou algo que suscita dúvidas a respeito da concessão da graça não de acordo com nossos méritos

no final do primeiro livro dentre os dois que escrevi no início do meu episcopado a Simpliciano, bispo de Milão, antes de surgir a heresia pelagiana. Examinem também ali se não dei suficientes provas de que também o início da fé é dom de Deus e se, considerando o que lá foi dito, não está claro e se não está expressamente afirmado que também a perseverança final nos pode ser concedida somente por aquele que nos predestinou a seu reino e glória.

E a carta contra os pelagianos que escrevi ao bispo Paulino de Nola, a qual esses irmãos começam a contradizer, não a publiquei muito antes? Examinem também a carta dirigida a Xisto, presbítero da Igreja de Roma, quando combatíamos contra os pelagianos em acérrima luta; nela encontrarão a mesma doutrina que na carta a Paulino. Tudo isto deve levá-los a se lembrarem que todas estas verdades ensinadas foram escritas contra a heresia pelagiana há alguns anos, verdades que agora não agradam a esses irmãos, do que muito me admiro. É claro que não gostaria que ninguém acolhesse todos os meus escritos, como que me apoiando em tudo, a não ser naquilo que perceber estar isento de erro.

No momento estou elaborando livros em que me propus revisar os meus escritos como um sinal de que nem eu mesmo me sigo em tudo; mas creio que, pela misericórdia de Deus, tenho escrito fazendo progressos, embora não tenha alcançado a perfeição desde o começo. Falaria com mais arrogância do que com verdade, se afirmasse na minha idade que cheguei à perfeição escrevendo sem nenhum erro. Mas o que importa é perceber quanto e em que se erra e com que facilidade alguém se corrige ou com quanta obstinação se empenha em defender seu erro. Pois pode-se dizer que é uma pessoa confiável a que seu último dia de vida encontrar de tal modo progredindo que lhe seja acrescido o que faltava e seja julgada digna de chegar à perfeição e de não ser castigada.

56. Por isso, se meu trabalho foi útil às pessoas que me amaram, porque cheguei até elas antes que me amassem, não quero ser-lhes ingrato, porém menos devemos sê-lo a Deus, a quem não amaríamos, se ele antes não nos tivesse amado e fizesse com que o amássemos. Com efeito, *o amor é de Deus* (1Jo 4,7), conforme as palavras daquele que ele fez seu grande amante, assim como seu pregador.

Que ingratidão maior pode haver do que negar a própria graça de Deus dizendo que nos é concedida de acordo com nossos merecimentos? Esta opinião, a Igreja católica repudiou-a com relação aos pelagianos, lançou-a contra Pelágio como um delito dos mais graves, e o próprio Pelágio a condenou não por amor à verdade, mas por temor de sua condenação. Mas todo aquele a quem repugna dizer que a graça de Deus nos é dada conforme nos-sos merecimentos, como acontece a todo fiel católico, não deixe de crer na graça de Deus pela qual alcançou misericórdia para chegar a crer. E, conseqüentemente, atribua à mesma graça a perseverança final, com a qual consegue a misericórdia suplicada diariamente de não cair em tentação.

Entre o começo da fé e a perfeição da perseverança estão aqueles meios que nos ajudam a viver retamente, os quais esses irmãos concordam que são concedidos por Deus, a quem se implora pela fé. Mas tudo isto, ou seja, o início da fé e os demais dons concedidos até o final da vida, Deus sabia na sua presciência que era destinado aos seus chamados. Portanto, é manifestação de espírito rebelde contradizer ou pôr em dúvida a predestinação.

CAPÍTULO XXII

Os ensinamentos devem se acomodar aos ouvintes

57. Esta doutrina não deve ser ensinada de modo a oferecer oportunidade de ser rejeitada de algum modo devido à pregação em se tratando de pessoas despreparadas ou de inteligência mais rude. Assim, a presciência divina (que certamente não podem negar) parece permitir rejeição se se diz a

tais pessoas: “Quer corrais, quer vos entregueis ao sono, sereis o que previamente sabia aquele que não se pode enganar”. Seria imperito e negligente o médico que receitasse um remédio, mesmo útil, mas que tanto pudesse curar como prejudicar. Deve-se dizer, pelo contrário: *Correi, portanto, de maneira a consegui-lo* (1Cor 9,24), de modo que na própria corrida podeis ter certeza de que sois previamente conhecidos e assim corredes como se deve. Pode haver também outro processo para ensinar a presciência de Deus e conseguir desentorpecer a indolência humana.

58. Portanto, ainda que a predestinação seja decreto da vontade de Deus, segundo o qual uns se convertem da infidelidade com a disposição de obedecer à vontade divina ou perseveram na fé, os demais, porém, que permanecem nos prazeres de pecados condenáveis, se são predestinados, ainda não se ergueram de suas quedas por faltar-lhes o auxílio da graça misericordiosa. E se alguns ainda não foram chamados, mas são predestinados à eleição pela graça divina, receberão esta graça, pela qual possam ser e sejam eleitos. Se alguns, porém, obedecem a Deus, mas não são predestinados ao reino e glória de Deus, submetem-se a ele temporariamente, mas não permanecerão na obediência até o fim.

Embora todas estas afirmações sejam verdadeiras, contudo não devem ser comunicadas a muitos ouvintes devido ao perigo de que façam uma aplicação pessoal. E devemos evitar que cheguem a seus ouvidos as palavras desses irmãos que fizestes constar nas vossas cartas e que mencionei anteriormente: “A predestinação é decreto da vontade divina segundo o qual alguns de vós chegaram à fé saindo da infidelidade após aceitarem a disposição de obedecer”. Por que dizer: “alguns de vós”? Se falamos à Igreja de Deus, se falamos aos que têm fé, qual a razão para afirmar que alguns deles chegaram à fé parecendo ofender os demais, se podemos dizer mais exatamente: “A predestinação é decreto da vontade divina segundo o qual da infidelidade chegastes à fé, após receber a disposição de obedecer, e permaneçais na fé recebendo o dom da perseverança”.

59. Deve-se evitar dizer também o seguinte: “Os demais, porém, que permaneceis nos prazeres dos pecados condenáveis, ainda não vos erguestes visto que vos faltou o auxílio da graça misericordiosa”. O que se pode dizer com verdade e adequadamente é o seguinte: Se alguns de vós permanecem nos prazeres dos pecados condenáveis, abraçai a ciência da salvação. E, ao fazê-lo, não vos ensoberbeçais como se fosse obra vossa ou vos glorieis como se não o tivésseis recebido: *pois é Deus quem opera em vós o querer e o operar* (Fl 2,13) e: *Os passos do homem são firmados pelo Senhor, e é-lhe grato o seu caminho* (Sl 36,23). Por este novo caminhar justo e reto ficai sabendo que estais no número dos predestinados pela graça divina.

60. Do mesmo modo, o que segue e se diz: “Contudo, se alguns de vós ainda não são chamados e a graça de Deus não vos predestinou para serem eleitos, receberéis a graça de Deus que os fará querer e ser eleitos”, é um modo de dizer excessivamente duro, se pensamos em falar não a quaisquer pessoas, mas à Igreja de Cristo. Por que não lhes dizer antes: E se há alguns ainda não chamados, rezemos para que sejam chamados? Pois talvez estejam predestinados e sejam assim considerados pelas nossas orações e recebam a graça que os leva a querer e se tornem eleitos. Com efeito, Deus, que sempre levou a cabo tudo o que predestinou, quis que rezássemos pelos inimigos da fé, e assim compreendêssemos que ele outorga o dom da fé também aos infiéis e faz com que queiram os que não querem.

61. Com respeito à consequência das referidas palavras, duvido que haja algum fraco na fé no meio do povo cristão que consiga ouvir com tranquilidade esta afirmação: “Se alguns de vós obedecem, se são predestinados a ser rechaçados, ser-vos-ão retiradas as forças que levam a obedecer, e assim cessais de obedecer”. Falar assim não parece mais proferir maldições ou de certo modo profetizar males para a pessoa? Mas se aprovar ou for preciso dizer algo dos que não perseveram, não é

melhor dizer o que afirmei um pouco antes, evitando falar diretamente aos que ouvem no meio do povo? Não é melhor falar-lhes a respeito de outros, ou seja, não dizer-lhes: “Se alguns de vós obedecem, se são predestinados à rejeição”, mas: Se alguns obedecem etc., usando a terceira pessoa em vez da segunda?

Algo que não é desejável, mas abominável e que se lança contra o rosto de alguém de um modo rude e odioso como que apostrofando, acontece quando um outro lhe diz com estas palavras: “E se sois daqueles que obedecem, se estais predestinados à rejeição, ser-vos-ão retiradas as forças que levam a obedecer, e assim deixareis de obedecer”. A sentença, por acaso, perderá sua força, se lhe disséssemos assim: “Se alguns obedecem, mas não estão predestinados ao Reino de Deus e a sua glória, são obedientes passageiros e não permanecerão na obediência até o fim”? A expressão deixa de ser verdadeira e adequada, se se evita parecer que lhes estamos desejando tamanho mal? Não é preferível fazer referência a outros sobre o que lhes aborrece e não julguem dizer-lhes respeito, ficando a esperança de alcançar algo melhor pela oração?

Por outro lado, se consideram seu dever ensinar com a mesma sentença e quase com as mesmas palavras a respeito da presciência de Deus, a qual certamente não podem negar, o modo seria assim: “E se os que obedecem, se não estais predestinados à rejeição, cessareis de obedecer”. Esta afirmação é a pura verdade, mas repleta de maldade, inoportunidade e inconveniência, não por serem falsas as palavras, mas porque são inadequadas à fragilidade humana.

62. O modo de pregar a predestinação ensinada por nós não creio ser adequado para se falar ao povo, a não ser que se acrescente estas ou semelhantes palavras: “Assim, deveis esperar a perseverança na obediência da parte do Pai das luzes, *do qual desce todo dom precioso e toda dádiva perfeita* (Tg 1,17), e implorá-la com vossas orações diárias e confiar que não sois afastados da predestinação de seu povo, pois ele concede que assim procedais. Longe de vós perder a esperança em vós mesmos pelo fato de que seu preceito é no sentido de pôr nele a vossa esperança, não em vós. *Maldito o homem que confia no homem* (Jr 17,5); e: *É melhor confiar no Senhor, do que esperar no homem* (Sl 117,8), porque são *bem-aventurados todos os que se abrigam nele* (Sl 2,12). Alimentando esta esperança, *servi ao Senhor com temor e louvai-o com tremor* (Sl 2,11), pois ninguém pode estar certo da vida eterna, que o Deus não mentiroso prometeu antes de todos os tempos aos filhos da promessa, até que termine esta vida, que é *uma guerra sobre a terra* (Jó 7,1), mas nos fará perseverar até o fim na fidelidade aquele a quem dizemos todos os dias: *E não nos exponhas à tentação* (Mt 6,13). Ao fazer estas afirmações, seja a uns poucos cristãos, seja ao povo da Igreja, por que reacear proclamar com a Escritura a predestinação dos santos e a verdadeira graça de Deus, ou seja, a que nos é concedida não de acordo com nossos merecimentos? Dever-se-á temer que a pessoa desespere de si mesma, se ficou demonstrado que deve depositar sua esperança em Deus? A pessoa, cheia de muita soberba e infeliz não perderia a esperança, se a depositasse em si mesma?

CAPÍTULO XXIII

A Igreja sempre professou a fé na predestinação desde o seu início

63. Oxalá os tardos de inteligência e de pouca instrução, incapazes ainda de entender as Escrituras ou seus comentários, ouvissem, ou melhor, não ouvissem nossas discussões sobre esta questão e estivessem mais voltados para as orações que a Igreja sempre recomendou desde o seu início e recomendará até o fim deste mundo. Pois, nesta questão, que somos levados não somente a proclamar, mas também a defender agora contra os novos hereges, a Igreja nunca se omitiu em suas orações, embora algumas vezes não a encarecesse claramente pelo fato de não haver adversários.

Quando não se rezou na Igreja pelos infiéis e pelos inimigos para que abraçassem a fé? Quando um fiel cristão, ao ter um amigo, um parente, um cônjuge no paganismo, não lhe suplicou um coração obediente à fé cristã? Quem deixou de implorar em sua oração a perseverança e a fidelidade ao Senhor? E ao ouvir um sacerdote invocando o Senhor sobre os fiéis dizendo: “Concede-lhes, Senhor, que perseverem no teu serviço até o fim”, quem se atreveu a criticá-lo não digo com palavras, mas com o pensamento? Pelo contrário, perante esta bênção não responde “Amém” com o coração cheio de fé e disposto a professá-la? E os fiéis, ao rezar a Oração do Senhor e dizer: *Não nos exponhas à tentação*, não estão pedindo a perseverança na santa obediência?

Portanto, assim como a Igreja nasceu e cresceu fazendo uso destas orações, assim também nasceu e cresceu nesta fé, segundo a qual a graça de Deus é concedida não de acordo com os merecimentos. A Igreja não rezaria para que Deus concedesse a fé aos fiéis, se não acreditasse que Deus faz voltar para si as vontades humanas tanto as que não o conhecem como as que lhe são rebeldes. A Igreja não rezaria pela sua perseverança na fé de Cristo, evitando deixar-se enganar ou vencer pelas tentações do mundo, se não acreditasse que o Senhor tem sob o seu poder os nossos corações e que o bem, que não podemos possuir sem o concurso de nossa vontade, não o teríamos, se ele não operasse em nós o querer e o agir. Pois, se a Igreja implora de Deus estes dons e pensa que ela os dá a si mesma, suas preces não são sinceras, mas inúteis. Longe de nós pensar assim. Pois quem chegaria a gemer com sinceridade perante o Senhor desejando receber o que lhe pede, se está consciente de que o pode conseguir sem a ele recorrer?

64. Esta afirmação adquire maior veracidade principalmente pelo que diz o Apóstolo: *Pois não sabemos o que pedir como convém; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis, e aquele que perscruta os corações, sabe qual é o desejo do Espírito; pois é segundo Deus que ele intercede pelos santos* (Rm 8,26).

O próprio Espírito intercede por nós, não significa que nos faz rogar *com gemidos inefáveis*, sinceramente, porque o Espírito é a verdade? Pois é o mesmo Espírito ao qual se refere em outra passagem, ao dizer: *Enviou Deus aos nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: “Abba, Pai!”* Que clama não quer dizer que faz clamar, utilizando de um tropo pelo qual dizemos ser um dia alegre aquele que nos enche a alma de alegria? Deixou mais clara esta interpretação ao afirmar em outra passagem: *Com efeito, não recebestes um espírito de escravos para recair no temor, mas recebestes um espírito de filhos adotivos, pelo qual clamamos: “Abba, Pai!”* No outro texto disse: *que clama*; neste, porém, *pelo qual clamamos*, dando lugar ao que afirmei, ou seja: *que clama* é igual àquele que faz clamar (Rm 8,15).

Os textos dão-nos a entender que se trata de dom de Deus, pelo qual podemos clamar a Deus com o coração sincero e animados por seu Espírito. Vejam, portanto, como se enganam os que pensam estar em nosso poder e que não nos é concedido o poder buscar e bater. Assim pensam porque, segundo eles, a graça é precedida de nossos merecimentos e assim como podemos receber aquele dom ao pedir, encontramos quando buscamos e se abre quando batemos, querem entender que é uma dádiva divina a oração, ou seja, o pedir, buscar e bater. Pois recebemos o Espírito de filhos adotivos, pelo qual clamamos: “Abba, Pai!” Percebeu-o, no entanto, o bem-aventurado Ambrósio ao dizer (no *Comentário sobre Isaías*): “Orar a Deus é fruto da graça espiritual, como está escrito: *Ninguém diz: ‘Jesus é o Senhor’*, a não ser no Espírito Santo (1Cor 12,3)”.

65. Todos estes dons, que a Igreja pede ao Senhor e sempre pediu desde o seu princípio, de tal modo Deus sabia que os concederia aos seus chamados, que já os dera na própria predestinação. É o que declara o Apóstolo sem ambigüidade, escrevendo a Timóteo: *Participa do meu sofrimento pelo evangelho, confiando no poder de Deus, que nos salvou e nos chamou com uma vocação santa,*

não em virtude de nossas obras, mas em virtude de seu próprio desígnio e graça. Essa graça, que nos foi dada em Cristo Jesus, antes dos tempos eternos, foi manifestada agora pela aparição de nosso Salvador, Jesus Cristo (2Tm 1,8-10).

Assim, se alguém disser que a Igreja não admitiu alguma vez em sua fé a verdade da predestinação e da graça, que agora defende contra os novos hereges com tanto empenho, que esse tal diga e também, se a isto se atreve, que ela alguma vez não orou com sinceridade, seja para que os infiéis abraçassem a fé, seja pela perseverança dos fiéis. Se a Igreja sempre implorou estes bens é porque sempre acreditou serem dons de Deus e jamais foi lícito negar que foram conhecidos por Deus em sua pres-ciência. Conseqüentemente, a Igreja nunca deixou de se alimentar da fé concernente à predestinação, que agora defende com novo empenho contra os novos hereges.

CAPÍTULO XXIV

Cristo, o mais perfeito exemplar da predestinação.

— *Conclusão*

66. Para que mais? Creio ter ensinado bastante, ou mais que bastante, que tanto o começar a crer no Senhor como o permanecer até o fim no Senhor são dons de Deus. Os demais bens relativos à vida piedosa, pela qual cultuamos a Deus com retidão, também os irmãos para os quais escrevemos admitem que são dons de Deus. Mas não podem negar que Deus teve presciência de todos os seus dons assim como de todos aos quais os concederia. Portanto, assim como os demais dons devem ser ensinados e quem os prega merece ser ouvido com obediência, assim também deve ser ensinada a predestinação, e aquele que a ouve com espírito de obediência glorie-se não no homem, e, portanto, não em si mesmo, mas no Senhor. Pois isto é preceito de Deus e ouvir com espírito de submissão este preceito, ou seja, *quem se gloria, se glorie no Senhor*, assim como o restante, é dom de Deus.

Quem não tem este dom, não hesite em dizer que quaisquer dons que possua, possui-os inutilmente. Desejamos que os pelagianos o tenham e que esses nossos irmãos o possuam com mais abundância. Assim, não sejam demasiado inclinados às discussões e remissos nas orações. Rezemos, irmãos muito amados, rezemos para que o Deus da graça conceda também aos nossos inimigos e principalmente a esses nossos irmãos e aos que nos querem bem entender e confessar que, após a grave e inefável queda de que todos fomos vítimas, ninguém se liberta a não ser pela graça de Deus. Além disso, entender e confessar que a graça não é concedida como uma dívida de acordo com os merecimentos dos que a recebem, mas, como graça verdadeira, é doação divina sem méritos precedentes.

67. Não há exemplo mais elucidativo de predestinação do que o próprio Jesus. Por isso já discorri sobre este ponto no primeiro livro (*A Predestinação dos Santos*, nn. 30-31) e escolhi como recomendação final deste a mesma coisa, ou seja, não há exemplo mais esclarecedor da predestinação do que o próprio Mediador. Todo fiel que desejar entendê-la bem, examine este exemplar e nele encontre a si mesmo. Digo “fiel”, ou seja, aquele que crê e confessa em Cristo uma verdadeira natureza humana, isto é, igual à nossa, embora sublimada no único Filho de Deus após a singular união com o Deus-Verbo, e assim quem assumiu e o que assumiu se tornou uma pessoa na Trindade. Assumindo a natureza humana, não passou a haver quaternidade, mas permaneceu Trindade, e da assunção da mesma natureza nasceu a verdade de uma pessoa no Deus-Homem.

Não dizemos, como os maniqueus, que Cristo é somente Deus, nem somente homem, como querem os hereges partidários de Fotino, nem um homem ao qual lhe falte algo próprio da natureza humana como a alma ou a razão na própria alma ou o corpo não assumido de mulher, mas formado do Verbo

convertido e mudado em corpo. Estas três opiniões falsas e inconsistentes provocaram três facções diversas entre os hereges asseclas de Apolinário. Nós dizemos que Cristo é verdadeiro Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos e verdadeiro homem, nascido de um ser humano, a mãe, na plenitude dos tempos. E sua humanidade, pela qual é menor que o Pai, não diminuiu a sua divindade, pela qual é igual ao Pai. A união da divindade com a humanidade é Cristo, o qual com toda verdade disse como Deus: *Eu e o Pai somos um* (Jo 10,30), e com toda a verdade disse como homem: *O Pai é maior do que eu* (14,28).

Aquele que da estirpe de Davi fez o Cristo como homem justo, o qual nunca seria injusto, sem merecimento algum de sua vontade, o mesmo torna justos os injustos sem nenhum mérito de sua vontade, para que ele seja a cabeça e os justos sejam seus membros. Portanto, o que fez com que aquele homem, sem merecimento algum seu, não contraísse o pecado original e não cometesse pecados pessoais, que necessitam de perdão, o mesmo faz com que as pessoas acreditem nele, sem merecimentos precedentes e aos quais perdoa os pecados. Aquele que fez o homem-Cristo, que nunca teve ou teria a vontade pervertida, ele, em seus membros, torna boa a vontade pervertida.

Portanto, ele predestinou Cristo e nós, porque nele, para que fosse nossa Cabeça, e em nós, para que fôssemos seu corpo, ele sabia de antemão não nossos méritos precedentes à fé, mas suas obras futuras.

68. Os que lerem toda esta doutrina, se a entenderem, dêem graças a Deus; os que não compreenderem, rezem para que Deus seja o douto interior, que *é a fonte da ciência e do entendimento* (Pr 2, seg. LXX). Os que queiram atribuir-me erros considerem uma e outra vez o que eu disse, evitando que eles mesmos errem. Quanto a mim, que me torno mais instruído e também mais sujeito à correção, reconheço que Deus me é propício. E isto espero também dos doutores da Igreja, se vierem ter às suas mãos o que escrevo e se dignarem dele tomar conhecimento.

[20](#) Racionalistas modernos como Reuter e Harnack dizem que a doutrina da graça e da predestinação de Agostinho inutiliza a Igreja como organismo de salvação. Se Deus opera em nós o querer e o obrar, o quietismo é o melhor re-sultado que se pode obter. Lembrem que, nas antigas religiões, os homens eram joguetes mecânicos dos deuses, e não seres livres movidos pela liberdade.

O presente volume traz quatro obras fundamentais de Santo Agostinho: *A graça e a liberdade*, *A correção e a graça*, *A predestinação dos santos e o Dom da perseverança*. Fazem parte de um conjunto de obras que foram classificadas pela tradição teológica como escritos sobre a Graça. Daí o título deste volume. De fato, nestes livros e nos anteriores (*A Graça I*), Agostinho expõe mais uma vez sua tese fundamental: a natureza humana está radicalmente corrompida, cega e infeliz, incapaz por si só de um ato bom. Só a Graça de Deus pode torná-la capaz de bons desejos, boas ações, de sair de sua enfermidade, de alcançar a cura e a salvação. Contrário a isso, Pelágio funda seu ensinamento numa concepção da natureza humana sadia, vigorosa, íntegra, capaz de cumprir, por si só, toda a lei. O pecado não afetou nem afeta a natureza humana, mas o mérito. Pecando, o homem torna-se culpável de sua má ação. Arrependido e perdoado, volta à sua perfeição. Não é prisioneiro de uma inclinação para o mal que esteja incrustada em sua própria natureza. Foi contra essa doutrina de Pelágio que Agostinho se rebelou e se pôs a combater. Desta polêmica foram surgindo suas obras, todas dando primazia absoluta à Graça de Deus. Só ela corrige, aperfeiçoa, enobrece, cura, eleva, santifica e salva o homem. Com estas obras foi-lhe dado o título de “Doutor da Graça”. O leitor brasileiro tem agora, pela primeira vez, uma ocasião privilegiada de conhecer na íntegra toda esta polêmica e poder discuti-la, analisá-la e avaliá-la.

Coleção **PATRÍSTICA**

1. Padres Apostólicos, Clemente Romano – Inácio de Antioquia – Policarpo de Esmirna – Pseudo-Barnabé – Hermas – Pápias – Didaqué
2. Padres Apologistas, Carta a Diogneto – Aristides – Taciano – Atenágoras – Teófilo – Hérmiias
3. Apologias e Diálogo com Trifão, Justino de Roma
4. Contra as heresias, Ireneu de Lião
5. Explicação dos símbolos (da fé) – Sobre os sacramentos – Sobre os mistérios – Sobre a penitência, Ambrósio de Milão
6. Sermões, Leão Magno
7. A Trindade, S. Agostinho
8. O livre-arbítrio, S. Agostinho
- 9/1. Comentário aos Salmos (Salmos 1-50), S. Agostinho
- 9/2. Comentário aos Salmos (Salmos 51-100), S. Agostinho
- 9/3. Comentário aos Salmos (Salmos 101-150), S. Agostinho
10. Confissões, S. Agostinho
11. Solilóquios – A vida feliz, S. Agostinho
12. A Graça (I), S. Agostinho
13. A Graça (II), S. Agostinho
14. Homília sobre Lucas 12 – Homílias sobre a imagem do homem – Tratado sobre o Espírito Santo, Basílio de Cesareia
15. História eclesiástica, Eusébio de Cesareia
16. Os bens do matrimônio – A santa virgindade consagrada – Os bens da viuvez: Cartas a Proba e a Juliana, S. Agostinho
17. A doutrina cristã, S. Agostinho
18. Contra os pagãos – A encarnação do Verbo – Apologia ao imperador Constâncio – Apologia de sua fuga – Vida e conduta de S. Antão, S. Atanásio
19. A verdadeira religião – O cuidado devido aos mortos, S. Agostinho
20. Contra Celso, Orígenes
21. Comentário ao Gênesis, S. Agostinho
22. Tratado sobre a Santíssima Trindade, S. Hilário de Poitiers
23. Da incompreensibilidade de Deus – Da Providência de Deus – Cartas a Olímpia, S. João Crisóstomo
24. Contra os Acadêmicos – A Ordem – A grandeza da Alma – O Mestre, S. Agostinho
25. Explicação de algumas proposições da Carta aos Romanos / Explicação da Carta aos Gálatas / Explicação incoada da Carta aos Romanos, S. Agostinho
26. Examerão – os seis dias da criação, S. Ambrósio
- 27/1. Comentário às Cartas de São Paulo/1 – Homílias sobre a Carta aos Romanos – Comentário sobre a Carta aos Gálatas – Homílias sobre a Carta aos Efésios, S. João Crisóstomo
- 27/2. Comentário às Cartas de São Paulo/2 – Homílias sobre a Primeira Carta aos Coríntios – Homílias sobre a Segunda Carta aos Coríntios, S. João Crisóstomo
- 27/3. Comentário às Cartas de São Paulo/3 – Homílias sobre as cartas: Primeira e Segunda a Timóteo, a Tito, aos Filipenses, aos Colossenses, Primeira e Segunda aos Tessalonicenses, a Filemon, aos Hebreus, S. João Crisóstomo
28. Regra Pastoral, S. Gregório Magno
29. A criação do homem / A alma e a ressurreição / A grande catequese, S. Gregório de Nissa
30. Tratado sobre os Princípios, Orígenes
31. Apologia contra os livros de Rufino, S. Jerônimo
32. A fé e o símbolo / Primeira catequese aos não cristãos / A disciplina cristã / A continência, S. Agostinho

Direção Editorial
Claudiano Avelino dos Santos

Coordenação de desenvolvimento digital
Erivaldo Dantas

Título original
De gratia et libero arbitrio

Tradução do original latino, confrontada com a versão castelhana da Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), de Frei Agostinho Belmonte, OAR.

Introduções e notas
Roque Frangioti

Revisão
H. Dalbosco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430.
A Graça (II) / Santo Agostinho ; [tradução Agostinho Belmonte]. — São Paulo : Paulus, 1999. — (Patrística; 13)

Bibliografia.

eISBN 9788534938891

1. Graça (Teologia) 2. Liberdade (Teologia) 3. Livre-arbítrio e determinismo 4. Perseverança (Teologia) 5. Predestinação I. Título. II. Série.
99-1956 CDD-234.1

Índices para catálogo sistemático:
1. Graça : Teologia dogmática cristã 234.1
2. Graça e liberdade : Teologia dogmática cristã 234.1

© PAULUS – 2014
Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 São Paulo (Brasil)
Fax (11) 5579-3627 • Tel. (11) 5084-3066
www.paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

eISBN 9788534938891